

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**JESSICA APARECIDA CORREA**

**A RESISTÊNCIA GUARANÍTICA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL:  
O MASSACRE DAS COROAS IBÉRICAS CONTRA OS SETE POVOS DAS  
MISSÕES (1753-1756)**

**Versão Corrigida**

**SÃO PAULO**

**2021**

**JESSICA APARECIDA CORREA**

**A RESISTÊNCIA GUARANÍTICA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL:  
O massacre das Coroas ibéricas contra os Sete Povos das Missões (1753-1756).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia Humana.

Orientador: Manoel Fernandes de Sousa Neto

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (orientador)

Instituição: Universidade de São Paulo – USP

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Padovesi Fonseca

Instituição: Universidade de São Paulo – USP

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Instituição: Universidade Estadual Paulista – UNESP

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Perla Brígida Zusman

Instituição: Universidade de Buenos Aires-UBA

**Versão Corrigida**

**SÃO PAULO**

**2021**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C787r      Correa, Jessica Aparecida  
A resistência guaranítica na formação territorial do Brasil: o massacre das Coroas Ibéricas contra os Sete Povos das Missões (1753-1756) / Jessica Aparecida Correa; orientador Manoel Fernandes de Sousa Neto - São Paulo, 2021.  
180 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Tratado de Madri. 2. Território. 3. Guarani. 4. Resistência. 5. Mapas. I. Sousa Neto, Manoel Fernandes de, orient. II. Título.

## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

**Nome do (a) aluno (a): Jessica Aparecida Correa**

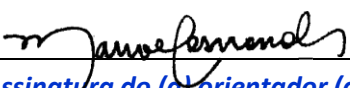
**Data da defesa: 16/04/2021**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Manoel Fernandes de Sousa Neto**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 12/05/2021

---



(Assinatura do (a) orientador (a))

Para o povo Guarani.

&

Para minha mãe Márcia *in memoriam*.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com o apoio da CAPES/FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), nº processo 2017/20574-2 e nº processo 2019/19013-1.

Agradeço a todas e todos os professores que fizeram parte da minha formação, desde os anos escolares até a Pós-Graduação. A vocês, meu imenso muito obrigada!

Agradeço ao meu querido orientador, Manoel. Obrigada pelo incentivo, pelas palavras de orientação, pela confiança e por todos os ensinamentos. Você é uma pessoa brilhante! Obrigada pela amizade e pela presença sua e da Wilma nas nossas vidas.

Nessa caminhada, quero agradecer e destacar a importância da professora Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro na minha formação. Querida Berna, eu carrego uma enorme admiração por você. Muito obrigada por suas sabedorias e valiosas contribuições, as suas palavras de ensinamento sempre me inspiram para o engajamento das lutas.

Muito obrigada aos professores João Carlos dos Santos Garcia e André Ferrand de Almeida, pois foi no estágio BEPE/FAPESP (Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior) em Porto (Portugal) no ano de 2015, durante uma conferência em Lisboa (sobre Cartografia Histórica), que a conversa com vocês dois me acendeu o interesse nos estudos da chamada “Guerra Guaranítica”.

Agradeço à professora Fernanda Padovesi, quem gentilmente compartilhou as suas sabedorias e nos encaminhou muitos materiais e textos para seguir nos estudos.

Agradeço à professora Perla Zusman. Querida Perla, as suas contribuições impulsionaram a minha pesquisa e a sua agradável companhia me trouxe valiosas transformações. Obrigada pelo acolhimento na Universidade de Buenos Aires em 2020 no estágio BEPE/FAPESP.

Com carinho, quero agradecer o apoio das minhas irmãs Juliana e Jennifer e das minhas amadas sobrinhas Maria, Marina e Julia. Quero deixar um beijo também para Yale e Victóra. Minhas amadas irmãs e sobrinhas, juntas nós carregamos o amor e a luta que a mãe nos deixou como a mais importante herança do mundo. Obrigada por tudo! Amo vocês demais! Juli, você é a minha metade, obrigada pela paciência, pelas palavras e pelo apoio incondicional. Jenni, obrigada pelo apoio e pelo carinho. Vocês sempre me fortalecem e me ajudam a acreditar que é possível o amor vencer!

Agradeço também ao meu pai Rodinei, ao meu irmão Jefferson, ao Adamo e aos meus amados sobrinhos Kevyn e Alysson. Abraço em todos vocês!

Carrego uma grande gratidão por todas as amigas e amigos com quem pude conviver, a começar por Marissa, Jamile e Jessica (Napô), pelos bons momentos em Americana. Saudades!

Quero agradecer aos amigos Martha e Gabriel por todo o incentivo e agradecer a todas da época da nossa memorável república “Fazia o que Quizia”, Ju, Bel, Kamy, Michelli, Taci, Paula, Keka e Karen. Também quero deixar um abraço para a professora Carla Luciana Silva.

Toda gratidão à Laís (Prigs, um abraço apertado) e ao Paulo Sérgio (Paulinho, meu querido camarada, obrigada pelo encorajamento de sempre!) e a todos do CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo)!

Quero agradecer a amizade do Jucier e da Larissa. Meus queridos, obrigada pela força e pelas palavras de afeto que vocês nos passam sempre.

Agradeço ao pessoal do GECA (Grupo de Estudos do Capital/USP) e a todas e todos do GEOPO (Laboratório de Geografia Política do Departamento de Geografia/DG/USP), com destaque para Ginneth (Gi, obrigada pelo incentivo e pelo acolhimento), Thiago (Thi, valeu por todo o apoio e agradeço demais pela ajuda na elaboração dos mapas), Laura, Rosi, Daniel e Priscila. Camaradas, as conversas e os trabalhos que partilhamos me trouxeram mais esperança para enfrentar a terrível pandemia que vivemos.

Agradeço enormemente também aos meus amigos Monique (Mo, obrigada pelas risadas!), José Renato (Zé, obrigada pela sua ajuda e sua força! Feliz encontro na famosa rua 8A!) e Rolver. Um brinde!. Quero agradecer também a Gilberto Donizetti (Gil), Fernanda (Ferzinha) e a Tatiane (Tati).

Agradeço também à querida Laís Otero por toda a ajuda.

Quero agradecer profundamente aos que me receberam no Território Indígena do Jaraguá/SP. Muito obrigada pelos momentos em que pude acompanhar e conhecer a resistência da luta pelo Tekoa, ouvir e ver a beleza dos cantos, das rezas e desfrutar das sabelorias Guarani. Em especial, agradeço ao David Karai Popygua e a sua família. David, muito obrigada pelas sábias palavras e pela abertura de construirmos uma amizade para fortalecer a resistência dos povos originários do Brasil. Viva a resistência indígena! Viva a luta Guarani! Viva o território originário!

Finalmente, com todo o amor do mundo, eu quero agradecer ao Paulo. Obrigada por seu apoio, amor, alegria e os muitos ensinamentos na caminhada. A sua luz ilumina a minha vida. Brindemos sempre o amor! AMO-TE.

Imyra, Tayra, Ipy  
Primeira cena: o nascer  
Do beijo de Ara rendy  
Jemopotyr – florecer

É gema, é germe, é gen-luz  
Imyra brilha no ar  
Corou vermelho e azul  
Por sobre o virgem rosar  
É rosa gente, é razão  
É rosa umbilical  
Jukira, sal, criação  
Potyra, flor-animal

Imyra, Tayra, Ipy  
Segunda cena: crescer  
Ferir o espaço e abrir  
A flor primal de mulher

Figura, cor, rotação  
Calor, janela, pombal  
Palmeira, morro, capim  
Moreno, ponte, areal  
Retina, boca, prazer  
Compasso, ventre, casal  
Descanso, livre lazer  
Loucura, vida real

Imyra, Tayra, Ipy  
Terceira cena: saber  
Que o índio que vive em ti  
É o lado mago em teu ser

Se vim dos Camaiurá  
Ou das missões, guarani  
Nasci pr'a ti meu lugar  
Nação doente, Tupi  
Por isso vou me curar  
Da algema dentro de mim  
Por isso vou encontrar  
A gema dentro de mim

Imyra, Tayra, Ipy  
A quarta cena é mostrar  
O que há de pedra no chão  
O que há de podre no ar

Criança em frente ao pilar  
Imaginando seu mar  
O mastro imenso, o navio

A vela, o vento, o assobio  
É caravela, é alto-mar  
Até de novo acordar  
Pr'o que há de podre no chão  
Pr'o que há de pedra no ar

Imyra, Tayra, Ipy  
A quinta cena é sofrer  
Cunhã curvada a chorar  
Tayra tensa a temer

Fui companheira dos sóis  
Fui protetora das leis  
Fui braço amigo de avós  
Até o rei perdoei  
Hoje faminta sou ré  
Como um cachorro vadio  
Arrasto inchado o meu pé  
Por chãos de fogo e de frio

Imyra, Tayra, Ipy  
A sexta cena é esperar  
No céu branqueia Jacy  
Tatá verdeja no mar

Vislumbre claro, visão  
Valei-me, meu pai! Que luz!  
Como se um trecho de chão  
Se erguesse em asas azuis  
Dobrando a curva do céu  
Pr'a mergulhar sobre o mal  
E o justo império de Ipy  
Chegasse ao mundo, afinal!

Imyra, Tayra, Ipy  
A cena sete é um saci  
Pé dentro do ano dois mil  
No centro – sol do Brasil

Aos sete dias do mês  
Um dia azul de leão  
Me deram vida vocês  
Dou vida hoje à expressão  
Quero essa língua outra vez  
Quero esse palco, esse chão  
Brinca Tupi-português  
Dentro do meu coração

(Sete cenas de Imyra – Taiguara, 1976).



## RESUMO

CORREA, Jessica Aparecida. **A resistência guaranítica na formação territorial do Brasil: o massacre das Coroas Ibéricas contra os Sete Povos das Missões (1753-1756)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O embuste do “Progresso” e da “Civilização” alardeados pelos colonizadores europeus reavivou, no século XVIII, as mais cruentas formas de escravização e espoliação territorial dos povos originários sul-americanos. A dissertação apresentada problematiza a violência colonial como categoria de análise da formação territorial do Brasil, a nossa posição teórica e metodológica tem por base a Geografia Histórica a contrapelo, a perspectiva tem como princípio repudiar qualquer empatia com a História Oficial dos “vencedores” do “Massacre de Caiboaté” de 10 de fevereiro de 1756. O massacre foi intitulado pela versão oficial de “Guerra Guaranítica”. A nossa leitura geográfica e retrospectiva tem o apoio nas teses benjaminiana da história, por isso, na contramão da visão oficial, o esforço esta em evidenciar a resistência guaranítica contra a imposição do Tratado de Madri (1750). Para isso, a análise do período histórico e das fontes cartográficas conta com a perspectiva da *tradição dos oprimidos*, ou seja, é por meio da perspectiva dos massacrados da guerra que os elementos históricos e geográficos são mobilizados. A nossa reivindicação é denunciar que a “guerra guaranítica” foi na realidade um massacre promovido pelas Coroas de Portugal e Espanha contra os Guarani que lutaram para defender os territórios dos Sete Povos das Missões. Os Guarani que resistiram foram acusados e punidos de cometer o crime de “lesa majestade” por terem quebrado o “pacto de vassalagem” com a Coroa. Na resistência, Sepé Tiaraju e outras lideranças Guarani foram assassinados e os territórios missioneiros destruídos, essas violências estão registradas nos mapas, cartas e documentos da época. A comemoração do massacre contra os indígenas foi vociferada na colônia e no ultramar, e dessa forma, a violência da guerra foi “glorificada” e “naturalizada” nas fontes cartográficas produzidas pelos técnicos e militares contratados pelas Coroas para demarcar as fronteiras Sul-americanas. O estrondo geopolítico da resistência indígena repercutiu para além dos territórios coloniais, nessa sequência, a adesão de importantes autoridades jesuíticas da Companhia de Jesus na defesa dos territórios dos Sete Povos agudizou as incertezas e complexificou as disputas fronteiriças entre as Coroas ibéricas. A cartografia produzida no século XVIII sobre os interiores e “sertões” traziam em suas representações o projeto de

guerra e de efetivação do poder externo da metrópole sobre as sociabilidades originárias pré-estabelecidas. As lutas e os levantes contra o projeto colonizador são resultados da violência sistemática e do massacre empreendidos na colonização. Nessa perspectiva, a resistência indígena foi divulgada pelas fontes oficiais como “embaraço”, “obstáculo”, “empecilho” e “barbárie”. Assim, ao “escovarmos” a história da colonização do Brasil a contrapelo, o que encontramos em suas raízes são as batalhas dos povos originários, que jamais foram vencidos! A defesa dos territórios missioneiros pelos indígenas e padres desafiou os impérios ibéricos, por isso, do lado avesso do massacre, a rememoração Guarani da luta contra a invasão dos Sete Povos das Missões é uma potência que até os dias atuais fortalece a resistência contra o incessante esbulho territorial inaugurado na “Era dos Descobrimentos”. Sendo assim, o esforço empreendido na pesquisa tem o compromisso de “reabrir” a história da formação territorial do Brasil e trazer à cena a resistência indígena como categoria elementar para a leitura geográfica. Para isso, é imprescindível primeiramente nos desfazer do título “Guerra Guaranítica”. Pois, nos colocamos ao lado da leitura da resistência Guarani, da qual denuncia a perspectiva dos “vencedores da história” que disseminou a culpabilização dos massacrados pela guerra.

**Palavras-chave:** Massacre de Caiboaté; Resistência; Guarani; Período Pombalino; Tratado de Madri; Sete Povos das Missões; Cartografia Militar Ibero-setecentista.

## ABSTRACT

CORREA, Jessica Aparecida. **The Guaranitic resistance in the territorial formation of Brazil: the massacre of the Iberian Crowns against the Seven Peoples of the Missions (1753-1756)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

The hoaxes of “progress” and “civilization” touted by European colonists revived in the eighteenth century the bloodiest forms of slavery and territorial looting of the South American peoples. This research problematizes colonial violence as a category of a Brazil’s territorial formation analysis. Our theoretical and methodological position is based on Historical Geography upon a backwash, a perspective which has the principle of repudiating any empathy to the Official History of the “winners” at Caiboaté’s extermination, on February 10th, 1756, entitled by the official version of “Guerra Guaranítica”. Our geographic and retrospective reading is supported by Benjamin’s thesis on history, which is why in contrary to the official view, the effort is to highlight Guaranitic resistance against the imposition of the Treaty of Madrid (1750). In this way, the analysis of the historical period and cartographic resources relies on the perspective of the oppressed tradition, that is, it is through the perspective of the war extermination that the historical and geographical elements are mobilized. Our claim is to report that the “Guerra Guaranítica” was in fact an extermination promoted by the Crowns of Portugal and Spain against the Guarani, who fought trying to defend the territories of the Seven Missions Peoples. The Guarani who resisted were accused and punished for committing the crime of “lèse-majesty” for breaking the “pact of vassalage” with the Crown. In the resistance, Sepé Tiaraju and other Guarani leaders were assassinated, and the missionary territories destroyed; these violence are registered on maps, letters and documents of the time. The commemoration of the extermination against the Indians was raged in Colony and Overseas and as a result, the violence of war was “glorified” and “naturalized” in the cartographic sources produced by the technicians and soldiers hired by the Crowns to demarcate the South American borders. The geopolitical boom of indigenous resistance reverberated beyond colonial territories. In this sequence, the adhesion of important Jesuit authorities of the Society of Jesus in the defense of the territories of the Seven Peoples has aggravated the uncertainties and complexified the border disputes between the Iberian Crowns. The cartography produced in the 18th century on the interiors and “backlands” brought in their representations the project of war and the realization of the Metropolis’s

external power over the pre-established original sociability. The struggles and uprisings against the colonizing project are the result of the systematic violence and undertaken extermination in colonization. In this perspective, indigenous resistance was publicized by official sources as “embarrassment”, “obstacle”, “obstacle” and “barbarism”. Thus, when we “brush” Brazil’s colonization history upon a backwash, what we find in its roots are the battles of the original peoples, which were never won! The defense of missionary territories by the indigenous and priests challenged the Iberian empires, therefore, on the other side of the extermination, the Guarani remembrance of the fight against the invasion of the Seven Missions Peoples is a power that even today strengthens resistance against the incessant territorial sketch inaugurated in the “Age of Discoveries”. Thus, the effort made in the research is committed to “reopening” the history of territorial formation in Brazil and bringing indigenous resistance to the scene as an elementary category for geographic reading. For that, it is essential to first dispose of the title “Guerra Guaranítica”, because we stand beside the reading of the Guarani resistance, which reports the perspective of the “winners of history”, which spread the blame for the extermination through war.

**Keywords:** Caiboaté Massacre; Resistance Guarani; Pombaline period; Madrid Treaty; Seven Peoples of the Missions; Iberosetecentista Military Cartography.

## RESUMEN

CORREA, Jessica Aparecida. **La resistencia guaraníca en la formación territorial de Brasil: la masacre de las Coronas Ibéricas contra los Siete Pueblos de las Misiones (1753-1756)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Las farsas del “Progreso” y la “Civilización” promovidas por los colonos europeos revivieron, en el siglo XVIII, las formas más sangrientas de esclavitud y saqueo territorial de los pueblos sudamericanos. La presente investigación problematiza la violencia colonial como una categoría de análisis de la formación territorial de Brasil, nuestros marcos teóricos y metodológicos se basan en la Geografía Histórica en contraste, la perspectiva tiene como principio repudiar cualquier empatía con la Historia Oficial de los “ganadores” de la “Masacre de Caiboaté” del 10 de febrero de 1756. La masacre fue denominada por la versión oficial de “Guerra Guaranítica”. Nuestra lectura geográfica y retrospectiva se apoya en las tesis benjaminianas de la historia, por lo que, contrariamente a la visión oficial, el esfuerzo está en evidenciar la resistencia guaraníca frente a la imposición del Tratado de Madrid (1750). Para ello, el análisis del período histórico y las fuentes cartográficas se apoya en la perspectiva de la *tradición de los oprimidos*, es decir, es a través de la perspectiva de los masacrados de la guerra que se movilizan los elementos históricos y geográficos. Nuestra reivindicación es denunciar que la denominada “guerra guaraníca” fue en realidad una masacre promovida por las Coronas de Portugal y España contra los guaraníes que lucharon por defender los territorios de los Siete Pueblos de las Misiones. Los guaraníes que resistieron fueron acusados y sancionados por cometer el delito de “lesa majestad” por romper el “pacto de vasallaje” con la Corona. En la resistencia, Sepé Tiaraju y otros líderes guaraníes fueron asesinados y los territorios misioneros destruidos, estas violencias se encuentran registradas en los mapas, cartas y documentos de la época. La conmemoración de la masacre contra los indígenas hizo furor en la colonia y en el exterior, y de esta manera, la violencia de la guerra fue “glorificada” y “naturalizada” en las fuentes cartográficas producidas por los técnicos y soldados contratados por las Coronas para demarcar las fronteras sudamericanas. El boom geopolítico de la resistencia indígena repercutió más allá de los territorios coloniales, en esa secuencia, la adhesión de importantes autoridades de la Compañía de Jesús en la defensa de los territorios de los Siete Pueblos agravó las incertidumbres y complejizó las disputas fronterizas entre las Coronas Ibéricas. La cartografía elaborada en el siglo XVIII sobre los

interiores y los “sertones” contiene, en sus representaciones, el proyecto de guerra y la ratificación del poder externo de la metrópoli sobre la sociabilidad originaria preestablecida. Las luchas y levantamientos contra el proyecto colonizador son el resultado de la violencia sistemática y las masacres perpetradas durante la colonización. En esta perspectiva, la resistencia indígena fue publicitada por fuentes oficiales como “vergüenza”, “obstáculo”, “impedimento” y “barbarie”. Así, cuando “peinamos” la historia de la colonización de Brasil a contrapelo, lo que encontramos en sus raíces son las batallas de los pueblos originarios, ¡que nunca fueron vencidos! La defensa de los territorios misioneros por parte de los indígenas y sacerdotes desafió a los imperios ibéricos, por lo que, la otra cara de la masacre, el recuerdo guaraní de la lucha contra la invasión de los Siete Pueblos de las Misiones es un poder que aún hoy fortalece la resistencia contra el incesante trazado territorial inaugurado en la “Era de los Descubrimientos”. Por lo tanto, el esfuerzo de investigación está comprometido con “reabrir” la historia de la formación territorial brasileña y traer al escenario la resistencia indígena como categoría elemental para la lectura geográfica. Para eso, es fundamental deshacer primero el título “Guerra Guaranítica”, porque estamos al lado de la lectura de la resistencia guaraní, que denuncia la perspectiva de los “vencedores de la historia” que sembraron la culpa de los masacrados por la guerra.

**Palabras-clave:** Masacre de Caiboaté; Resistencia Guaraní; Período pombalino; Tratado de Madrid; Siete Pueblos de las Misiones; Cartografía Militar Iberosetecentista.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Cortes ou “Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de esp.a en la America Meridional” (1749).....	45
Figura 2: Mappa q[ue] comprehende ó terreno q[ue] toca a Demarcação da prim[e]ra Partida, conforme o plano das Cortes (1758).....	60
Figura 3: Exemplo Geográphico que Comprehende o terreno que toca a Demarcação da Primeira Partida, copiado, e reduzido a maior exactissima m.te do Mapa das Cortes pelo Tenenente Coronel Joze Custodio de Sá, e Faria (1759).....	61
Figura 4: Demonstração do Rio Ybicuy e braços que o formao. Descenhado pelos matheriais referidos na explicação Por José Custódio de Sá, e Faria, Tenente Coronel de Regimento de Attilharia do Rio de Janeiro (1759) .....	62
Figura 5: Mapas da Primeira Partida Demarcadora do Sul assinados pelo coronel português José Custódio de Sá e Faria (1752-1759) .....	66
Figura 6: Rio Ibicuí no estado do Rio Grande do Sul/Brasil.....	73
Figura 7: Área das Missões dos Sete Povos orientais e as principais praças luso-castelhanas fundadas entre 1680 e 1750 .....	79
Figura 8: Mappa que contem o País conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q. Fizeraõ as duas Armadas de S. Mag.de’ Fidell. ma.e Cattolica (1756). José Custódio de Sá e Faria .....	81
Figura 9: Detalhes da Declaração das Letras.....	83
Figura 10: Detalhe da indicação da autoria do Mappa que contem o País conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q. Fizeraõ as duas Armadas de S. Mag.de’ Fidell. ma,e Cattolica (1756) .....	85
Figura 11: Área core da Batalha de Caiboaté assinalada pela letra E .....	89
Figura 12: Detalhe K do Passo do rio Churieby fortificado pellos Indios, conforme a legenda da Declaração das Letras correspondente à letra I .....	91
Figura 13: Detalhe da ornamentação do Prospecto da Guerra .....	93

Figura 14: Território de resistência Guarani.....	101
Figura 15: Movimentação das tropas ibéricas (1753-1756).....	112
Figura 16: Representação da distribuição espacial e locais de trabalho de uma redução jesuítica Guarani no século XVIII (maquete).....	122
Figura 17: Planta da Missão de São Miguel (1756) .....	124
Figura 18: Mapa da distribuição das populações indígenas até meados do século XVIII na região platense .....	130
Figura 19: Mapa de la Governacion de Paraguay, y de la Buenos Ayres, con la línea divisória de las tierras de Espanha y Portugal, ajustada entre las dos coronas año de 1750; cuya posesion se pretende tomar este año de 1752 .....	140
Figura 20: Detalhe das “Notas” presente no Mapa do Padre José Cardiel (1752).....	142
Figura 21: Coral Guarani Mbya canta sob a cruz enterrada onde foi massacrado o exército de Sepé Tiaraju no Município de São Miguel/RS no 10º Encontro Sepé Tiaraju (2016).....	149
Figura 22: Detalhe da foto do Coral Guarani Mbya – Crianças cantam sob a cruz enterrada onde foi massacrado o exército de Sepé Tiaraju no Município de São Miguel/RS no 10º Encontro Sepé Tiaraju (2016).....	149



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2. PALAVRAS INICIAIS</b> .....	19
2.1. O PERÍODO POMBALINO .....	25
<b>3. O TRATADO DE MADRI (1750) E O ALCANCE JURÍDICO DA CARTOGRAFIA IBERO-AMERICANA</b> .....	43
3.1. AS EXPEDIÇÕES DEMARCATÓRIAS (1752-1761) .....	52
3.2. O GÊNERO CARTOGRÁFICO MILITAR-DIPLOMÁTICO-EXPEDICIONÁRIO IBERO-SETECENTISTA E A SÉRIE CARTOGRÁFICA DA PRIMEIRA PARTIDA DEMARCATÓRIA DO SUL: UM UNIVERSO DE COMBINAÇÕES.....	59
<b>4. A GUERRA DAS COROAS IBÉRICAS E O MASSACRE CONTRA OS GUARANI (1753-1756)</b> .....	77
4.1. A RESISTÊNCIA GUARANI DOS SETE POVOS DAS MISSÕES .....	100
4.2. A MOVIMENTAÇÃO DAS TROPAS IBÉRICAS E O ASSASSINATO DA LIDERANÇA GUARANI SEPÉ TIARAJU (1756) .....	107
<b>5. MISSÕES JESUÍTICAS-GUARANI E A CARTOGRAFIA DA OPOSIÇÃO (1750- 1760)</b> .....	120
5.1. UM TAMPÃO TERRITORIAL .....	127
5.2. A CARTOGRAFIA JESUÍTICA E A OPOSIÇÃO DOS INACIANOS: O MAPA DE LA GOVERNACION DE PARAGUAY (PADRE JOSÉ CARDIEL – 1752).....	135
<b>6. REMEMORAR A LUTA DE SEPÉ TIARAJU: SÉCULOS DE RESISTÊNCIA GUARANI</b> .....	147
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>8. REFERÊNCIAS</b> .....	174
<b>Sites consultados</b> .....	180
<b>9. ANEXO</b> .....	182

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho está estruturado nesta introdução mais cinco capítulos, sendo que o fio condutor do texto é a temática da guerra contra os Guarani ocorrida em meados do século XVIII na Colônia sul-americana. O episódio histórico foi chamado de “Guerra Guaranítica” (1753-1756) pela História oficial.

A introdução e o primeiro capítulo visam dar um olhar para a formação territorial do Brasil por meio do aporte historiográfico. Para isso, aproximamo-nos das leituras que abordam o Antigo Regime no contexto colonial brasileiro. No primeiro capítulo, optamos por apresentar alguns elementos gerais do período pombalino e a aproximação das problemáticas históricas mais amplas que envolveram os aspectos econômicos e geopolíticos do período, como as diretrizes da utilização da força de trabalho indígena, o fomento à monopolização comercial e as negociações geopolíticas de usurpação das riquezas coloniais.

No segundo e no terceiro capítulos, o foco principal são as disputas cartográficas que envolveram o Tratado de Madri (1750) e os avanços cartográficos resultantes dos litígios fronteiriços entre as Coroas ibéricas. A cartografia militar portuguesa dominante no século XVIII é lida sob a ótica da utilização sistemática dos mapas na promoção do discurso da “ordem” e da “racionalização” do espaço colonial; a mirada é para o extremo sul do continente e para o Rio da Prata.

A exposição do prelúdio da guerra contra os Guarani, entre os anos de 1752 e 1753, é o fio condutor do terceiro capítulo. A apresentação tem por base o prospecto da guerra contra os Guarani rebelados dos Sete Povos das Missões.

Para a interpretação geográfica e geopolítica, lançamos mãos da leitura da cartografia produzida pelas tropas expedicionárias portuguesas em meados do século XVIII. Os mapas militares e expedicionários promovidos pela Primeira Partida Demarcatória do Sul são as fontes selecionadas para a interpretação das disputas territoriais e dos massacres desencadeados no confronto contra os indígenas na região. Como itinerário metodológico para a ordenação e agrupamento das fontes e interpretação, partiremos da chave temática *militar-diplomático-expedicionário-iberosetecentista*. Com base nesse princípio ordenador, estabelecemos o *gênero cartográfico*.

Com a possibilidade de compartilhamento das chaves temáticas pudemos fazer a montagem da *série cartográfica* com base nos mapas da Primeira Partida do Sul portuguesa, produzidos no contexto da chamada Guerra Guaranítica. O olhar de conjunto e as

especificidades das fontes são vistos a partir da problematização da dimensão da *violência* e da *resistência* inerentes no conteúdo das representações.

Ainda no terceiro capítulo adentramos o massacre contra os Guarani dos Sete Povos das Missões. O intento é trazer à cena o papel das expedições demarcatórias e a consequente cartografia da guerra e do ataque contra os indígenas. O teor da violência das tropas é flagrante nos mapas, em contraposição, em uma leitura a “contrapelo” evidenciamos a resistência indígena contra os imperativos coloniais.

No quarto capítulo buscamos apresentar as Missões Jesuíticas Guarani. A intenção é trazer um olhar para a situação específica dos territórios missioneiros, problematizando seu papel geoestratégico frente as disputas fronteiriças entre as Coroas ibéricas. O foco na ação inaciana contra a geopolítica do Tratado de Madri e a ênfase na cartografia da oposição visa colocar o território jesuítico-Guarani como ponto fundamental de apoio na ação colonizadora do século XVIII, ao cumprir um papel-chave de “tampão” no avanço lusitano para o extremo sul.

Assim, como forma de estabelecer um elo entre as partes apresentadas, no quinto capítulo fazemos uma abordagem transversal, com um olhar na resistência indígena no Período Colonial, em especial na rememoração da liderança Guarani Sepé Tiaraju. O esforço é evidenciar a resistência Guarani contra as Coroas ibéricas, de modo que a luta contra a colonização e as heranças das ruínas do massacre encetado no século XVIII possam ser interpretadas em uma abordagem benjaminiana, na qual a tarefa é escovar a História a contrapelo e revelar os escombros da violência colonial. A rememoração da resistência indígena no século XVIII tem papel fundamental para guiar e fortalecer na atualidade a luta pela garantia do território indígena no Brasil.

## 2. PALAVRAS INICIAIS

A formação territorial do Brasil está associada aos mais diversos métodos de pilhagem e extermínio dos povos originários. As heranças legadas desde o início da colonização revelam as desigualdades e contradições sociais latentes ainda na contemporaneidade e que marcam a sociabilidade reinante.<sup>1</sup>

As inúmeras guerras, a escravidão, os cativeiros, os engenhos, as minas, a espoliação das terras, as doenças trazidas do além-mar, o impedimento das práticas religiosas e culturais dos escravizados e a usurpação dos recursos naturais, entre outros tantos atos de violência, são as raízes nas quais o território brasileiro está assentado. A violência constante contra os povos indígenas, mestiços e negros arrebatados de suas terras e trazidos à força no processo de colonização do Brasil representou o corolário da expansão Moderna.

O descobrimento das regiões auríferas e argentíferas da América; a redução dos indígenas à escravidão; seu internamento nas minas ou sua exterminação; o comêço da conquista e da pilhagem nas índias Orientais, a transformação da África em uma espécie de coelheira comercial para caça aos negros, eis aí os processos idílicos da acumulação primitiva que assinalam a era capitalista em sua aurora [...] os diferentes métodos de acumulação primitiva que a era capitalista fez nascer são repartidos em primeiro lugar, em ordem mais ou menos cronológica, em Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra até que esta última as combina tôdas no último têtço do século XVII, em um conjunto sistemático, abrangendo ao mesmo tempo o regime colonial, o crédito público, a finança moderna e o sistema protecionista. Alguns desses métodos apóiam-se no emprêgo da força bruta, mas todos sem exceção exploram o poder do Estado, a fôrça concentrada e organizada da sociedade, a fim de precipitar violentamente a passagem da ordem econômica capitalista e abreviar as fases de transição. E com efeito, a Fôrça é a parteira de tôda velha sociedade nas dôres do parto. A Fôrça é um agente econômico. (MARX, 1964, p. 94)

A citação de Marx apresenta uma síntese histórica magistral, que abarca o complexo período que vai da expansão ultramarina seiscentista até os fins do século XVIII. A ideia central está em revelar a íntima relação entre a gênese da sociedade capitalista e a violência como meio essencial na consolidação do Estado Moderno e da expansão mercantil: a “força como um agente econômico” criou e expandiu novas formas de controle social e apropriação territorial.

A expansão ultramarina foi o elemento crucial da derrocada do Antigo Regime e esteve relacionada com o movimento histórico europeu de separação do produtor direto das suas condições de sobrevivência e do trabalho com a terra. De um lado, a colonização do

---

<sup>1</sup> O espólio efetivado na Colônia brasileira foi travejado de muita resistência dos povos originários desde os primeiros contatos. A esse respeito, indicamos o importante livro de Benedito Preziosi, *História da resistência indígena: 500 anos de luta* (2017).

“Novo Mundo” alterou o quadro político da concorrência mercantil; de outro, as novas concepções de produtividade da terra inauguradas na Europa alcançaram os territórios coloniais. O efeito inegável foi a destruição das formas tradicionais de produção originariamente entabuladas e, como resultado, a instauração da violência por meio da escravização sistemática e o submetimento da produção colonial ao imperativo da concorrência mercantil mundial.

Abertura de novas frentes de exploração mercantil, de fato significa o estabelecimento de novas rotas pelo oceano desconhecido, envolvendo insuportável margem de risco e exigindo sobretudo uma acumulação prévia de capital. (NOVAIS, 1986, p. 24)

O fortalecimento do capital mercantil foi o nervo principal da expansão ultramarina moderna. A intensificação do fluxo internacional das mercadorias entre os continentes incrementou as atividades dos Estados Absolutistas expansionistas. O Antigo Regime esteve alicerçado na frenética ocupação, povoamento e valorização de novas áreas do globo terrestre. Assim, uma espécie de “projeção do poder para fora da sociedade” europeia se estabeleceu. Nesse impulso cravado de contradições, a burguesia mercantil conseguiu alçar condições para garantir sua própria ascensão.

Enquanto, porém, o último passo não era alcançado a economia capitalista comercial, e pois, a burguesia mercantil ascendente não possuía ainda suficiente capacidade de crescimento endógeno; a capitalização resultante do puro e simples jogo do mercado não permitia a ultrapassagem, do componente decisivo – a mecanização da produção. Daí a necessidade de pontos de apoio fora do sistema, induzindo uma *acumulação* que, por se gerar fora do sistema, Marx chamou de originária ou primitiva. Daí as tensões sociais e políticas provocadas pela montagem de todo um complexo sistema de estímulos. O Mercantilismo foi, na essência, a montagem de tal sistema, e o sistema colonial mercantilista sua peça fundamental, a principal alavanca na gestação do capitalismo moderno. (NOVAIS, 1986, p. 31-32)

Assim, de acordo com Novais (1986), as colônias americanas tiveram papel central no fortalecimento e expansão do mercado europeu, por meio do fornecimento de mercadorias coloniais com baixos custos e alta obtenção de lucro. Dessa forma, o povoamento de novas áreas decorreu “[...] da necessidade de garantir a posse em face da disputa pela partilha no novo continente; completar a produção para o mercado europeu foi a forma de tornar rentáveis esses novos domínios” (NOVAIS, 1986, p. 28).

A relação entre a “totalidade” europeia e a “particularidade” colonial está na efetivação da *acumulação primitiva de capital* no ato do esbulho e do submetimento dos povos originários com o fundamento da conquista na pilhagem da riqueza dos territórios do “Novo Mundo”.

Nas palavras de Novais (1986, p. 32):

[...] a expressão “primitiva” é particularmente adequada pois preserva tanto o significado de “originária”, “genética” (logo, condição da produção capitalista), como de “selvagem”, “violenta” (expropriação das terras camponesas, escravização dos africanos etc.) Nota-se que nem toda apropriação compulsória do excedente econômico configura acumulação primitiva; o que a define como tal é a maneira como se insere no processo de formação do capitalismo, noutros termos o destino do excedente econômico. Assim a colonização do Novo Mundo na época mercantilista, examinada internamente, apresenta-se como uma formação sócio-econômica em que a apropriação do excedente se processa de forma compulsória, predominantemente escravista; é examinada nas linhas determinantes do sistema colonial, isto é, em suas conexões com o capitalismo mercantil europeu, que revela sua verdadeira face, como elemento da acumulação primitiva.

Particularmente, o século XVIII se mostrou o momento auge do processo histórico de colonização sul-americana. A expansão ultramarina foi construída por um sistema específico de relações, assumindo, assim, a forma *mercantilista de colonização*. A respeito do processo ocorrido nas colônias americanas, Alfredo Bosi (1992, p. 20) escreve em sua célebre obra *Dialética da colonização*:

[...] Novas terras, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores. Reaviva-se o ímpeto predatório e mercantil que leva à aceleração econômica da matriz em termos de uma acumulação de riqueza em geral rápida e grávida de consequências para o sistema de trocas internacional. Pode-se calcular o que significou para a burguesia, em pleno Mercantilismo, a maciça exploração açucareira e mineira da América Latina. Se o aumento na circulação de mercadorias se traduz em *progresso*, não resta dúvida de que a colonização do Novo Mundo atuou como um agente modernizador da rede comercial européia durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Nesse contexto, a economia colonial foi efeito e estímulo dos mercados metropolitanos na longa fase que medeia entre a agonia do feudalismo e o surto da Revolução Industrial.

A coerção foi uma prática inexorável da expansão mercantil e esteve assentada no pensamento filosófico e econômico que ganhava “novas luzes” nos setecentos. A guerra contra os “bárbaros” se revestia de um discurso “racional”, cuja lógica consistia em “liberar” os empecilhos de adentrar os “sertões” coloniais e desapropriar as terras dos “índios infieis e selvagens”, dando lugar ao mercado agropastoril e abrindo caminhos para as minas de exploração de metais preciosos no interior.

Como escreve Alfredo Bosi (1992, p. 15), a colonização é um projeto totalizante e as forças vitais que a regem buscam incansavelmente sempre outro nível de *colo*: “[...] ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer “.

A expansão voraz do capital mercantil no século XVIII traz em sua essência a brutalidade e o genocídio como mediações inexoráveis da efetivação da colonização, sendo o Estado absolutista o detentor oficial da violência.

Nas colônias sul-americanas, o aprisionamento de indígenas e o tráfico de africanos endossaram a expansão capitalista europeia e encarnaram as formas mais cruentas de servidão. A escravização de indígenas e negros na Colônia luso-brasileira nos setecentos esteve em consonância com a expansão do capitalismo moderno.

O segredo da sociedade capitalista acaba por ser revelado nas colônias, pois o que se vê é a sistemática espoliação do “Novo Mundo”, em particular, nas colônias americanas. A escravidão sistemática fez jorrar uma acumulação de capital antes nunca vista na história da Europa. Como escreve Marx (1964, p. 99):

[...] o regime colonial assegurou os mercados às nascentes manufaturas, aumentando a facilidade de acumulação, graças ao monopólio do mercado colonial. Os tesouros diretamente extorquidos fora da Europa, por meio do trabalho forçado dos indígenas reduzidos à escravidão, pela concessão, a pilhagem e a morte, refluíam à mãe pátria para funcionar aí como capital.

De acordo com Fernando Novais (1986), nos séculos XVI, XVII e XVIII a Europa está em plena transição da servidão feudal para o trabalho assalariado, com a formação de uma classe de arrendatários fundiários, além da expansão urbana e comercial e da implementação da produção tecnológica com alto aprimoramento da divisão do trabalho na produção fabril, dominante nas relações sociais de produção, sobretudo, com a Revolução Industrial. Enquanto isso, no Ultramar, o “monstro da escravidão mais crua reaparecia com uma intensidade e desenvolvimento inéditos” (NOVAIS, 1986, p. 78).

O desdobramento da expansão comercial moderna combinou a escravidão e a produção colonial por meio de sua função intermediária na circulação das mercadorias. Assim, a forma histórica do *capital comercial* deve ser entendida como manifestação particular que antecede o capital industrial. Antes disso, o capital comercial é a condição primeira que permitiu ao capital se apoderar da produção, pois “[...] não só o comércio, como também o capital comercial, é mais antigo que o modo de produção capitalista; ele é, na realidade, a forma mais antiga de existência livre que o capital apresenta na história” (MARX, 2017, p. 369).

Como explica Marx no livro III d’*O Capital* (2017), faz-se necessário compreender o capital comercial como pressuposto histórico para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, porque se apresenta como pré-condição da concentração da riqueza monetária. Em segundo lugar, porque:

[...] o modo de produção capitalista tem como premissa a produção para o comércio, a venda por atacado, e não a um cliente individual, isto é, pressupõe um

comerciante que não compra para satisfazer suas necessidades pessoais, mas que em seu ato de compra concentra os atos de compras de muitos indivíduos. Por outro lado, o desenvolvimento inteiro do capital comercial é voltado a conferir à produção um caráter cada vez mais orientado para o valor de troca, para a progressiva conversão dos produtos em mercadorias. (MARX, 2017, p. 371)

Porém, deve-se destacar, como diz Marx (2017), que só o fato de o desenvolvimento do capital comercial acontecer não é o suficiente para explicar e efetuar a transição de um modo de produção para outro. Como explica o autor, o capital comercial se apodera da produção simples e orienta o excedente da produção para o valor de troca. A ação resultante do apoderamento do capital comercial sobre a produção desemboca na dissolução dos modos de produção pré-existentes, orientados pela produção de subsistência (valores de uso).

Por isso, por onde quer que o capital comercial tenha exercido um poder preponderante, ele constituiu um sistema de saqueio. Assim, ele “[...] tanto nos tempos antigos como dos mais recentes, vincula-se diretamente à pilhagem violenta, à pirataria, ao roubo de escravos e ao subjugamento nas colônias, assim foi em Cartago, em Roma, e mais tarde, entre venezianos, portugueses, holandeses etc.” (MARX, 2017, p. 376).

A colonização do “Novo Mundo”, em particular no século XVIII, está inserida na “transição” histórica dos modos de produção como elemento primordial da acumulação primitiva de capital. O sentido comercial da colonização permitiu engendrar a produção colonial nas entranhas das economias europeias metropolitanas.

O que queremos ressaltar na explicação, com base em K. Marx, é o fato de o capital comercial estar inserido na esfera da circulação e sua função consiste em mediar o intercâmbio de mercadorias, isto é, “desempenhar a função *par excellence* do capital”. Nas palavras de Marx (2017, p. 370):

A função do capital comercial se resume a realizar esse intercâmbio de mercadorias mediante a compra e a venda. Portanto, ele não faz mais do que mediar o intercâmbio de mercadorias, o qual, no entanto, não deve ser previamente concebido apenas como intercâmbio de mercadorias entre os produtores diretos. Nas condições da escravidão, da servidão ou do sistema de tributos (quando se consideram as comunidades primitivas), o proprietário – por conseguinte, o vendedor do produto – é o senhor de escravos, o senhor feudal ou o Estado que recebe tributos. O comerciante compra e vende para muitas pessoas. Em suas mãos se concentram compras e vendas, o que faz com que a compra e a venda deixem de estar vinculadas à necessidade imediata do comprador (como comerciante). Seja qual for a organização social das esferas de produção cujo intercâmbio de mercadorias é mediado pelo comerciante, seu patrimônio existe sempre como riqueza monetária, e seu dinheiro funciona sempre como capital. Sua forma é sempre D-M-D’; o dinheiro, a forma autônoma do valor de troca, é o ponto de partida, e o aumento do valor de troca é um fim em si mesmo. O próprio intercâmbio de mercadorias e as operações que o efetua, separadas da produção e executadas por não produtores, são simples meios para incrementar não só a riqueza, como a riqueza em sua forma social geral, como valor de troca. [...] Esse D-M-D’, como movimento característico do capital mercantil, distingue-se de M-D-M, do comércio de mercadorias entre os



próprios produtores, comércio orientado ao intercâmbio de valores de uso como fim último.

O movimento que acompanhou a acumulação primitiva de capital mercantil nas colônias resultou na instauração de uma classe de comerciantes não somente como vendedores e compradores das mercadorias, mas também como senhores de escravos. Tal movimento atuou também na destruição das antigas formas de produção com base no trabalho comunal. O resultado foi a especialização da produção e a acentuação da divisão social do trabalho dirigido para o mercado metropolitano, organizado por essa classe com vistas a obter o lucro (D-M-D’).

Assim, para delinear algumas ideias encaminhativas da nossa introdução, a fim de pensar os aspectos históricos mais amplos da decadência do Antigo Regime na consolidação do sistema colonial no século XVIII, pontuamos: a separação do produtor direto de seus meios próprios de subsistência (fenômeno de origem europeia que assola os territórios coloniais); a ascensão do empreendimento mercantil, por meio da monopolização da circulação das mercadorias (incorporação dos produtos coloniais e da produção manufaturada pautada nas relações de trabalho comuna, orientando-as para o mercado externo); a transformação dos excedentes da produção colonial em mercadorias para a obtenção do valor de troca (D-M-D’); a especialização da produção colonial e a consecutiva acentuação da divisão do trabalho; e a formação de um Estado unitário e centralizador, detentor da legitimidade da força (coerção extraeconômica) e executor da política mercantilista. A derrocada do Antigo Regime combinou diferentes elementos, como o *Mercantilismo*, a *Ilustração* e o *escravismo colonial*, resultando nas políticas absolutistas ímpares nos países do continente europeu.

Para nos aproximarmos do absolutismo em Portugal, a próxima parte do trabalho tem por interesse a geopolítica pombalina nos anos de 1750 a 1777. O esforço é para destacar alguns elementos históricos alicerçantes do período, lançando mão do apoio da abordagem historiográfica. Esta tem por análise a coexistência de dois fenômenos, à primeira vista incompatíveis: o Mercantilismo e a Ilustração.

## 2.1. O PERÍODO POMBALINO

A nossa referência para pensar o “período pombalino” tem por base a explicação de Francisco J. Calazans Falcon (2017), que caracteriza a época pombalina pela coexistência de dois fenômenos, à primeira vista incompatíveis: o Mercantilismo e a Ilustração.

Segundo Francisco Falcon (2017), para entender as monarquias absolutistas europeias no século XVIII deve-se pensar a coexistência das práticas mercantilistas e dos ideais da Ilustração. Tal simbiose teórica e prática está inserida na própria lógica da constituição do Estado. Nesse sentido, o autor explica:

Apreendidas como um todo, as ideias e práticas reformistas expressam uma política cujo principal objetivo era o fortalecimento do Estado em geral através de uma reorientação ou reestruturação de práticas setoriais. Tratava-se de redefinir mecanismos e formas de atuação do Estado, a fim de ampliar a eficácia dessa atuação e assegurar, simultaneamente, os recursos materiais e humanos necessários para esse Estado. Noções como “modernizações”, “clarificação”, etc., ainda que pertinentes em determinados casos, não esgotam a natureza do sentido das transformações do Estado absolutista visando adequá-lo às novas condições históricas como condição básica para sua própria sobrevivência. (FALCON, 2017, p. 179)

Ainda com base no autor, destacamos que o recurso a uma “periodização” – ou seja, ao “período pombalino” – tem por intenção entender a “alusão ao espaço-tempo da articulação entre Mercantilismo e Ilustração”, de modo que possamos entender o recorte temporal em relação à inserção das reformas pombalinas<sup>2</sup> no espaço-tempo da “situação colonial” da América portuguesa.

Por “situação colonial” da América portuguesa pretendemos significar aqui as características diferenciais dos espaços e tempos coloniais em relação aos metropolitanos, assim como a natureza da “condição colonial”. Pensamos que na análise das reformas pombalinas em ambiente colonial não se separa do reconhecimento de algumas das diferenças próprias à “situação colonial”, em boa medida responsáveis pelos processos através dos quais se dá na Colônia a recepção, aplicação e reação às práticas reformistas. (FALCON, 2017, p. 86)

Como salienta Falcon (2017, p. 137), para entender a situação colonial é necessário levar em consideração não somente os termos econômicos, mas também os socioculturais e político-administrativos e, nessa perspectiva, captar as diferenças espaciais e temporais características da sociedade colonial. Como escreve o autor:

---

<sup>2</sup> Apontamos as principais dimensões das reformas pombalinas: Políticas-Administrativas, Econômicas, Jurídicas e Educacionais. Citamos o que escreve Jorge Borges de Macedo (1982, p. 72) sobre o aspecto jurídico e econômico do período pombalino: “A legislação pombalina oscila entre a libertação de certas vias comerciais e a monopolização de outras; a explicação está em que a política de Carvalho e Melo não era sistematicamente monopolista, mas sim uma política mercantilista de defesa do lucro do monopólio. Declara livre o comércio numas zonas para que os pontos centrais e nevrálgicos do comércio colonial monopolizados se mantenham lucrativos”.

[...] não é apenas a diferença espacial que conta. Viver em Colônia significa também vivenciar temporalidades distintas das da Metrópole. Se nesta última são reinados que parecem impor a sensação de tempos sucessivos mas diferentes – “joaninos”, “josefinos”, “marianos” –, na Colônia estes mesmos apenas persistem como lembrança ou recurso retórico, pois, a rigor, outros tempos regulam as existências individuais e coletivas, como o tempo das atividades agrícolas, ou do ir e vir das frotas, ou a alternância das estações do ano – verão e inverno –, ou, ainda, os tempos demarcados pelas festividades religiosas. O tempo transcorre, ou parece transcorrer de maneira diferente – para as altas autoridades, por exemplo, o tempo parece estar ritmado pela chegada dos navios, que trazem pessoas e notícias do Reino, e pela partida de outras pessoas, com notícias da Colônia. Esta intermitência marca também os contatos entre cidades e vilas, próximas ou não. (FALCON, 2017, p. 88-89)

As diferenças espaço-temporais geram intrincadas estruturas institucionais e burocráticas, demarcadas por uma rede hierárquica de relações sociais do Estado absolutista, correspondentes a uma rigidez típica do Antigo Regime. As teias hierárquicas e a ramificação do poder metropolitano deram o suporte e a tônica das negociações estabelecidas entre a Metrópole e a Colônia nas transações mercantis e político-administrativas, assim como nas estratégias estatais de cooptação de agentes que deveriam garantir a fiscalização da riqueza da Coroa e estimular o fomento comercial.

Em uma abordagem mais detida ao contexto histórico e geográfico do período pombalino na relação Colônia-Metrópole, é importante ressaltar que a geopolítica do contexto esteve pautada em torno do fortalecimento do sistema mercantil. A estratégia central do Estado absolutista foi estabelecer uma racionalidade militar e espoliativa *no* e *do* território colonial. De acordo com o que escreve Antonio C. Robert Moraes (2009), a principal preocupação geopolítica da Coroa portuguesa na época era garantir as posses coloniais, seja por medidas diplomáticas ou militares. Nas palavras do autor:

As reformas pombalinas incidiram com ênfase no território da América portuguesa, então a maior fonte de ingressos do reino. Uma nova divisão administrativa, o estímulo as expedições de levantamento, a cartografia produzida, a construção de um arco de fortalezas, a fundação direcionada de vilas no extremo-oeste, a criação do *Diretório dos índios*, tudo indica uma proposta geopolítica explícita na atuação do governo de Pombal no espaço luso-americano. (MORAES, 2009, p. 110)

Nessa direção, a efetivação do projeto colonizador no século XVIII precisou chocar com as relações sociais internas dos poderes locais, pertencentes a povos indígenas, missionários, comerciantes, militares e demais senhores de terras e de gado que se articulavam direta ou indiretamente com o poder metropolitano.

O intento da Coroa portuguesa foi expandir a produção colonial e conhecer o interior do território em busca de metais preciosos. A gana primordial era de consolidar a centralidade do Estado, a fiscalização das riquezas coloniais e a balança favorável do Reino.

A descoberta e a exploração de ouro nas terras brasileiras, na terceira centúria do processo colonial, constituíram importantes fatores para se compreender a formação do atual território do Brasil, pois as minas encontravam-se no *hinterland*, tendo por isso direcionado o fluxo colonizador para áreas mais distantes do litoral. O atrativo da produção aurífera foi poderoso impulsionando um rápido processo povoador, cuja característica mais inovadora era o caráter urbano dos assentamentos. Uma rede de cidades rapidamente se instalou nas áreas ligadas à mineração e ao transporte do minério. A urbanização e a produção mineira geraram uma demanda de abastecimento, que estimulou produções regionais especializadas em diferentes partes da Colônia. Acentuaram-se as trocas e os deslocamentos, afirmando itinerários e definindo estradas e caminhos. Toda uma nova divisão administrativa foi implantada, com vista ao controle metropolitano da produção e circulação do áureo metal. (MORAES, 2009, p. 109-110)

Na época do governo de Marquês de Pombal (1750-1777), muitas transformações ocorreram no espaço colonial luso-brasileiro. Por exemplo, no litoral as populações originárias já haviam sido praticamente dizimadas (com guerras, doenças e escravidão), obrigando-as a buscar refúgios nos “sertões”.<sup>3</sup> No lugar dos povos originários, criou-se uma rede de ocupação urbana e de comércio voltados para o Atlântico, direcionando o fluxo de mercadorias e pessoas para o continente europeu.

Em conjunto com o adensamento do litoral, ocorreu a intensificação do incentivo à interiorização do continente (entradas aos “sertões”), tendo as incursões paulistas – ou, como ficaram conhecidas, as “bandeiras paulistas” – como elemento-chave da ocupação no interior do território colonial.

Para Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 12), o morticínio de muitos povos indígenas no encontro entre o “Velho e o Novo Mundo” foi fruto de um complexo processo histórico, cujos agentes foram homens e micro-organismos, mas “[...] os motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar de capitalismo mercantil”.

---

<sup>3</sup> As expressões “sertão” e “sertanejo” são muito recorrentes nas descrições e documentos setecentistas referentes ao interior do território colonial brasileiro. É importante que se diga que não existe uma delimitação geográfica precisa onde estão circunscritos os “confins dos sertões”; pode-se dizer que é um recurso retórico e ideológico para projetar um espaço a ser apossado sob a ordem metropolitana. Os “sertões” no século XVIII são espaços que ainda não foram incorporados sistematicamente ao mercado europeu. O ato do esbulho em terras sob o controle dos povos originários e o submetimento das populações originárias ao trabalho forçado são elementos fundantes para a “conquista do sertão”. No famoso capítulo 5, “O sertão: um outro geográfico”, na obra de A. C. R. Moraes (2009), o autor nos ensina a captar o caráter ideológico desse qualitativo geográfico que, em síntese, impõe uma imagem de um lugar isolado, despovoado ou habitado por povos selvagens e é tido como “espaço-alvo” de projetos futuros, um lugar a ser dominado, racionalizado, como escreve o autor: “Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço” (MORAES, 2009, p. 98).

As “entradas paulistas”<sup>4</sup> foram expedições de iniciativa pública e privada que organizavam contingentes para a caça de indígenas. Em geral, eram lideradas por colonos e mestiços (chamados de mamelucos), tendo por objetivo escravizar os indígenas que se refugiavam e ocupavam as florestas interiores, os cerrados, os campos de gado na porção meridional e as reduções jesuíticas.

No processo de interiorização encabeçado pelas “bandeiras paulistas”, a invasão, a destruição, o assassinato, a imposição de línguas e a conversão cristã são as armas indispensáveis, como escreve Manoel Fernandes de Sousa Neto (2000, p. 13):

Para que esse processo ocorresse, foram primordiais a existência dos mitos naturais fundadores, a existência de vias fluviais que permitissem a execução de diversas rotas ocidentais ao Norte e ao Sul e, além da violência armada, a violência da catequese Jesuítica que gramaticalizou o Tupi e disseminou o mito da existência de uma única língua no antigo território ocupado por diversas nações e línguas.

A escravização indígena no período pombalino não foi assunto exclusivo do Estado português, por se tratar de um “negócio muito lucrativo”. As disputas pelo controle do trabalho indígena geraram embaraços estrondosos para a administração metropolitana; a principal contradição girava em torno das legislações indigenistas.

Na base do plano político das legislações da Coroa e para a efetivação da posse dos territórios coloniais americanos, segundo Manuela Carneiro da Cunha (1992), a Metrópole lusa tinha seus interesses fiscais e estratégicos, pois importava ver a Colônia prosperar, mas, acima de tudo, o anseio era garanti-la politicamente. Para tanto, “[...] interessavam-lhe aliados índios nas suas lutas com franceses, holandeses e espanhóis, seus competidores internos, enquanto para garantir seus limites externos desejava ‘fronteiras vivas’, formadas por grupos indígenas aliados” (CUNHA, 1992, p. 15).

O trabalho de Beatriz Perrone-Moisés, “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)” – presente na obra *História dos índios no Brasil*, organizada por Manuela C. Cunha (1992) –, tem importância fundamental para os estudos sobre as legislações indigenistas pombalinas.

---

<sup>4</sup> A esse respeito citamos o que escreve Clóvis Lugon (1968, p. 49) em sua clássica obra *A república comunista cristã dos Guarani (1610-1768)* sobre o papel dos mamelucos aos ataques ocorridos em fins do século XVII nos aldeamentos das regiões meridionais, quando da União das Coroas Ibéricas: “O mundo colonial de maneira alguma aceitava e não podia aceitar a existência dessas comunidades indígenas livres. Surpreendido pelo seu inesperado desenvolvimento, interviu com os meios à sua disposição. Os mamelucos eram tropas que nada custavam ao erário, visto que agiam por conta própria. Ofereciam, além disso, a vantagem de não comprometeram abertamente os espanhóis, cujo poder real empenhado por tanto e tão nobres promessas. Nessa época, Portugal estava, com efeito, submetido ao rei da Espanha, que ostentava ambas as coroas. Para os portugueses, as expedições dos paulistas eram também um modo indireto de desgastar o domínio colonial espanhol, evitando-se uma declaração de guerra impossível enquanto, na Metrópole, as duas coras estivessem reunidas na mesma cabeça espanhola”.

O texto de Perrone-Moisés (1992) traz uma contextualização histórica das legislações indigenistas e elucida a problemática sobre o caráter “contraditório e oscilante” da legislação. A liberdade do indígena era declarada com restrições e as generalizações dos grupos indígenas aprofundavam ainda mais as incertezas da situação jurídica na oficialização de seu cativo, pois fala-se de “[...] ‘liberdade dos índios’ e ‘escravidão dos índios’ como se, em ambos os casos, as leis se referissem a todos os indígenas do Brasil, indistintamente” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 116).

O ponto nevrálgico dessa inflexão está no fato de coexistirem na legislação indigenista dois sentidos: (i) as diretrizes para o “descimento” e “aldeamentos” dos “índios das pazes”; e (ii) a “guerra justa” e o “cativo” para os “índios inimigos”. O “descimento” representou o ponto basilar de negociações e ordenações da legislação indigenista no período pombalino, no qual se buscava oficializar o uso da força de trabalho indígena. A prática dos descimentos consistia em concentrar comunidades indígenas em aldeamentos missionários para catequizá-los e transformá-los em “vassalos úteis” para o rei. Como escreve Perrone-Moisés (1992, p. 118), “[...] os descimentos são concebidos como deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses. Devem resultar da persuasão exercida pelas tropas de descimentos lideradas ou acompanhadas por um missionário, sem qualquer tipo de violência”.

A política de deslocamento e concentração populacional indígena tinha como retórica fundante a “utilidade do índio” e as vantagens de concentrar, sob a ordem da Coroa, a sua força de trabalho para a produção colonial e para o sucesso da catequização e “amansamento” dos indígenas. Para isso, os descimentos deveriam obedecer à estratégia de “convencimento”<sup>5</sup> dos indígenas, para que se aliassem à Coroa por vontade própria. Desse modo, eles poderiam se tornar fiéis aliados na garantia do território colonial. Os que não fossem assim convencidos, diziam as legislações, não deveriam em hipótese alguma ser forçados a descer. No entanto, a realidade era outra, pois a ilegalidade da coação nos descimentos perdurou por todo o Período Colonial e continuou sendo firmada durante todo o século XVIII.

A Metrópole sofria forte pressão dos setores envolvidos na disputa pelo controle do uso da força de trabalho indígena, a saber: os jesuítas, os moradores (expressão usada nos documentos e legislações indigenistas para indicar os colonizadores) e os administradores de aldeias (oficiais da Coroa). Vale salientar o que afirma Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 117)

---

<sup>5</sup> “Tal ‘convencimento’ inclui a celebração de pactos em que se garante aos índios a liberdade nas aldeias, a posse de suas terras, os bons tratos e o trabalho assalariado para os moradores e para a Coroa” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118), fato esse desmentido diversas vezes por documentos oficiais da época.

a respeito da legislação indigenista: “[...] O que mais chama a atenção nos documentos legais relativos à questão indígena é o fato de disposições emanadas diretamente da Coroa referirem-se em muitos casos a questões bastante específicas e locais tanto quanto os atos administrativos coloniais”.

Para pensar no funcionamento e no desdobramento das legislações indigenistas no período, traçamos o seguinte: o foco central da legislação é oficializar os descimentos dos indígenas. Isso porque, de um lado, se viam os jesuítas encarregados de consolidar as estâncias missioneiras e “converter o selvagem” por meio dos aldeamentos, nos quais ficavam concentrados os “índios descidos” e aliados. Do outro, os moradores envolvidos na empreitada dos descimentos estavam sedentos para alimentar as fazendas com a força de trabalho indígena e garantir que se tivessem “vassalos úteis” para o desenvolvimento econômico da Colônia.

Os índios reduzidos faziam acordos e pactos com a Coroa. Nessas negociações, organizavam-se as repartições dos grupos indígenas para fracionar aqueles grupos que trabalhariam no sustento dos aldeamentos jesuítas e aqueles que serviriam para os trabalhos nas fazendas dos colonos/moradores.

Os regimentos e as legislações variavam conforme as correlações no cenário político entre os polos da disputa, o desencontro dos interesses estava assentado no domínio da administração dos aldeamentos e da legitimidade do uso do trabalho cativo indígena.

Os inúmeros ataques aos aldeamentos jesuíticos em que estavam reduzidos os indígenas e a disputa pelo apoderamento direto da utilização da força de trabalho desses grupos estiveram presentes dentre os alvos das reformas pombalinas.

As diretrizes do documento descrito como *Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Para e, Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrario* (1757) ilustram as linhas marcantes da legislação indigenista na época de Pombal, que rebaixa a participação dos jesuítas na administração dos indígenas e ordena um *director* de povoação de índios.

A preocupação do *Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos índios* [...] está em organizar a administração através de inúmeras especificações de como os “diretores” devem proceder para garantir a “civilidade” dos “índios bárbaros” e impedir que se façam descimentos através de coação, prática muito recorrente durante todo século XVIII. O *Directorio* (1757) apresenta 95 ordenações. Dentre elas, uma menciona que os *directores* devem executar a fiscalização e a garantia da regulação do trabalho indígena, de modo a

transformar o “selvagem” em um “servo útil” para o interesse e fortalecimento da Coroa, como podemos ver na transcrição a seguir:

Devendo pois executar se as referidas ordens com todos os Índios, de que se compõem estas Povoaçãoens, com aquella moderação, e brandura, que dictaõ as Leys da prudencia; ainda se faz mais precisa esta obrigação com aquelles, que novamente descerem dos Sertoens, tendo ensinado a experiencia, que só pelos meios da suavidade he que estes miseraveis rusticos recebem as sagradas luzes do Evangelho, que, e o utilissimo conhecimento sa civilidade, e do Commercio. Por cuja razaõ não poderaõ os Directores obrigar os sobreditos Indios a serviço algum antes de dous annos de assistencia nas suas Povoaçãoens; na fórma, que determina Sua Magestade no § XVII do Regimento. (*Directorio, que se deve observar nas povoaçãoens dos indios do Para e, Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrario*, 1757, p. 30)

As especificações buscam orientar a conduta do diretor, impondo a ele a “consciência do dever” de estimular os indígenas aldeados a cultivar as suas terras com vistas ao comércio e para o “bem da Coroa”, pois segundo o documento, os “índios” eram “incapazes de se autogovernarem”. As ordenações implicam ainda em garantir que os indígenas trabalhem na segurança do território colonial português contra os “índios hostis” e contra os “estrangeiros”. A busca pela “civilização” é a retórica básica da fonte.

Muitas são as instruções em destruir os “vícios” e as “ociosidades” dos indígenas, pois seus costumes tinham de ser arrancados e seus hábitos destruídos. O *Diretório do índio* de 1757 versava sobre a obrigação do uso de vestimentas aos indígenas, o impedimento de falar as suas línguas originárias e se comunicar somente em português. Os diretores deviam estabelecer a uniformização dos pesos e medidas das povoações para o maior controle do tempo e do fluxo da produção colonial. Em especial, produzia-se milho, mandioca e tabaco, mas cabia ao diretor, segundo o documento de 1757, o incentivo à produção de algodão, que era artigo muito cobiçado no mercado europeu, particularmente na Inglaterra.

Nos aldeamentos, os brancos deviam se “misturar” e o diretor das povoações de índios deveria promover e estimular os casamentos e garantir a conversão e catequização. Estes últimos são fundamentos essenciais no discurso do *Diretório dos índios*.<sup>6</sup>

Além disso, as ordenações impunham a necessidade dos batismos dos indígenas com sobrenomes de origem portuguesa e que passassem a morar em casas com repartições internas dividindo os diferentes membros da família.

---

<sup>6</sup> Como escreve B. Perrone-Moisés (1992, p. 122): “a catequese e a civilização são os princípios centrais de todo esse projeto, reafirmados ao longo de toda a colonização; justificam o próprio aldeamento, a localização das aldeias, as regras de repartição da mão-de-obra aldeada, tanto a administração jesuítica quanto a secular, escravização e o uso da força em alguns casos. No século XVIII, o valor máximo que até então era a salvação da alma será substituído pela ideia de felicidade inerente à vida civilizada e sujeita a leis positivas. De qualquer modo, trata-se de trazer os índios àquilo que é considerado, pelos europeus, como um bem maior”.



A diretriz da Metrópole buscava a fragmentação do núcleo familiar dos indígenas e o abandono de suas tradições ancestrais e das formas tradicionais de habitações, tal como descrita por José Otávio Catafesto de Sousa (2002, p. 24), sobre a *Teyí-óga* (a grande casa comunal) Guarani:

A organização social dos Guarani originais, marcada por linhagens ou parcialidades (*teyí*), cada uma delas habitando um grande casa comunal (*teyí-óga*) que abrigava até dezenas de famílias nucleares, ou centenas de pessoas. As famílias nucleares não existiam individualizadas das outras da mesma linhagem, como fica claro nos relatos coloniais, nas descrições feitas sobre a organização espacial no interior de uma casa. Cada família nuclear ocupava um espaço delimitado pelas pilastras centrais que auxiliavam a sustentação do cume, sem a presença de qualquer outra divisória. O grande agregado familiar, composto de lares fundados pelas filhas e pela netas, desempenhava diversas funções (sociais, religiosas, defensivas e ofensivas) e era no seu âmbito que se desenvolviam, na maior parte, as atividades produtivas.

A política indigenista pombalina, ao estabelecer as diretrizes para a administração das povoações indígenas, carregou consigo a face “oculta” dos conflitos e contradições inerentes à exploração do trabalho indígena, em que o esbulho territorial e a escravização se tornaram a condição fundante do avanço da interiorização do território colonial. A violência é a categoria social que efetiva a “dominação” metropolitana.

A iludida ideia de “brandura e suavidade”<sup>7</sup> que carrega a retórica do documento pombalino logo se desfaz quando se estuda a história do uso da força de trabalho indígena e o submetimento à escravização pelos padres e colonos de aldeias inteiras. Nessa direção, a “guerra justa” é um elemento central para refletirmos a outra face das disposições legais do *Diretório do índio* e, desse modo, evidenciar a violência, pois trata-se de uma elaboração jurídica para legitimar a “guerra contra os inimigos bárbaros”. Quando estes últimos ameaçarem a ordem e ou negarem o pacto de vassalagem com a Coroa, o cativo nessas circunstâncias é permitido.

Tal “exceção” foi transformada em prática rotineira, onde não há inimigos, mas há mão de obra que interessa ao moradores. Uma guerra era forjada. Para os moradores, a “barbárie” em que se encontravam os índios só poderia “civilizar-se” através da violência e do cativo. Os apelos dos colonos e as pressões que eles exerciam para invocar a inviabilidade das leis e da impossibilidade de realizá-las através da liberdade, “[...] só o cativo, dirão, permitirá realizar a conversão e civilização dos índios e por isso, principalmente, deve ser legitimado” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123).

<sup>7</sup> Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 122) escreve: “A partir do início do século XVIII, além da civilização dos índios serão invocados os interesses econômicos da Colônia sempre que se trata de recomendar brandura no tratamento com os índios, evitam todo o custo ‘vexá-los’ com maus tratos que podem esvaziar as aldeias e prejudicar o projeto colonial como um todo”.

A generalização dos diversos povos referidos no *Diretório* é um aspecto contraditório do documento, pois nem o cativeiro e nem a liberdade estão asseguradas claramente. De um lado, isso deu margem para a disputa colonial e as maneiras de resistir contra o cativeiro entre os povos indígenas. Porém, nessa mesma direção, tal contradição foi nutrida pelas brechas legais na construção de “inimigos” e “guerras justas” indiscriminadamente pelos colonizadores.

O *Diretório dos índios* de 1757 apresenta dois tipos de classificação: (i) índios livres e (ii) índios aldeados. A classificação é composta por duas subdivisões: os *índios aliados* (“índios de pazes”) e *índios hostis* (inimigos e infiéis), sendo que para estes últimos a guerra justa e o cativeiro eram permitidos.

No apelo dos moradores para o uso da força de trabalho dos “índios inimigos” ou “infiéis”, não faltaram falsas justificativas e argumentações para começar uma guerra para ampliar o contingente de indígena para a escravização.

Os mais variados segmentos do poder metropolitano em solo colonial se engalfinharam para definir o controle sobre os aldeamentos indígenas. Em todos os casos, os “índios” foram levados a trabalhar forçosamente tanto para os jesuítas quanto para os moradores.

Nesse sentido, o *Diretório dos índios* precisa ser pensado como um instrumento legal, que é mediado por conflitos entre colonizadores e indígenas e que, apesar de se buscar sanar os casos específicos e tentar abarcar as necessidades locais, o documento trata os povos originários como blocos homogêneos.

Ainda assim, dentro dessa discussão é necessário ter em mente que muitos chefes indígenas se tornaram aliados dos colonizadores e reivindicaram o *Diretório* como documento que pudesse (mesmo contraditoriamente) assegurar minimamente a autonomia e o modo de vida indígena nos aldeamentos.

A esse respeito, não podemos deixar de citar o que foi observado por Elisa Fruhauf Garcia (2007, p. 74):

O amplo projeto do *Diretório*, por sua vez, encontrou maior ou menor aceitação de acordo com seus diferentes objetivos, tanto por parte dos colonos como dos índios. Assim, a questão a ser colocada não é se o *Diretório dos índios* funcionou ou não, mas sim pensá-lo enquanto aplicado a uma realidade específica, buscando compreender como a população indígena dialogou com estas diretrizes e, em muitos casos, delas se utilizou em busca de melhores oportunidades de vida na sociedade na qual estava inserida. Neste sentido, considero importante tomar a legislação não apenas como algo meramente imposto pelo governo colonial, mas como um espaço onde os conflitos sociais se faziam presentes.

Com essa observação em mente, destacamos o que pondera Perrone-Moisés (1992, p. 129):

[...] é também necessário ultrapassar, nesse sentido, uma ótica puramente colonizadora, e dar lugar aos povos indígenas como atores dessa colonização. Sem, no entanto, esquecer de modo ingênuo que a força aplicada para a realização do projeto colonial fazia a balança pender indiscutivelmente para o lado europeu.

Assim, as considerações trazidas sobre a legislação indigenista no período pombalino nos aproximam das entranhas do Estado absolutista português e a busca pela efetivação da posse colonial encabeçada na época de Marquês de Pombal. Os meandros das disputas e o modo como a política metropolitana penetrou no território colonial são elementos centrais para entender as transformações espaciais no período pombalino e a guerra travada contra os indígenas. Assim, para a contextualização histórica das transformações do século XVIII, além de levarmos em conta as legislações indigenistas e a interiorização dos sertões através da captura e escravização indígena liderados pelas bandeiras paulistas, não podemos esquecer do projeto de mapeamento encabeçado pelos padres matemáticos nos primeiros 30 anos do século.

Nesse sentido, em conjunto com a construção de uma burocracia legislativa do uso da força do trabalho indígena, o que se viu foram os mapas setecentistas ganhando o *status* jurídico. O caráter “ilustrado” e “científico” da ação do Estado absolutista português precisou da produção cartográfica para “racionalizar” o espaço colonial para controlar a produção, os vassallos e as fronteiras. Por isso, o material produzido pelos padres matemáticos serviu de base e referência para as expedições militares encetadas em meados do século XVIII. Dessa forma, a geopolítica pombalina está assentada nessas duas grandes frentes que sustentaram a coexistência do Mercantilismo e Ilustração no seu governo: a política das legislações indigenistas e o incentivo ao *status* jurídico e científico da produção cartográfica. No último caso, a convocação das “Expedições Demarcatórias” por Dom José I e fervorosamente apoiadas por Marquês de Pombal nos anos de 1752 é o auge da ação estratégica da geopolítica pombalina.

A expansão territorial da Colônia brasileira no século XVIII, sobretudo, nas direções norte, centro-oeste e centro-sul, a intensificação da exploração mineradora, os conflitos de definição dos aldeamentos jesuíticos, a expansão urbana e as disputas pelas fronteiras no

extremo sul se apresentam como elementos-chave para a interpretação do contexto geopolítico no período pombalino.<sup>8</sup>

O aprofundamento dos obstáculos da “situação colonial” e a necessidade imperiosa da Metrópole em garantir o apoderamento territorial, estabelecer a fiscalização e a ordem econômica foram preocupações inevitáveis na “governança” de Pombal, que nem sempre alcançaram êxito, revelando os limites entre as ordens Régias e a realidade colonial *in loco*.

O controle do espaço colonial em meados do século XVIII se tornou a pauta prioritária da ação geopolítica da Coroa portuguesa. Para manter a ordem econômica e garantir o fisco do quinto do ouro, os esforços foram descomunais para organizar “racionalmente” o espaço colonial e sua consequente burocracia. O incentivo à intensificação da fiscalização buscava assegurar os regimentos das juntas comerciais e, sobretudo, impedir o contrabando que desviava a riqueza da Real Fazenda.

A prática Mercantilista do Estado luso absolutista no século XVIII foi forjada com base em uma agenda emergencial, marcando de maneira particular o projeto de dominação imperial português. Os pactos políticos e a nomeação de autoridades político-administrativas com pouca ou nenhuma legitimidade em solo colonial intensificavam os obstáculos criando deturpações das instruções e das hierarquias do poder metropolitano.

O reformismo pombalino foi obrigado a enfrentar os descompassos entre a ordem metropolitana e a efetivação da norma por agentes coloniais. As estratégias políticas e as ordenações do primeiro-ministro seguiram, muitas vezes, os planos das necessidades conjunturais e não lograram êxito em diversas ações.

Segundo Jorge B. Macedo, em sua obra *A situação econômica no tempo de Pombal* (1982), o período pombalino é marcado por duas fases: o auge e a crise. A primeira fase, como explica o autor, está assinalada pela afirmação de Sebastião José de Carvalho e Melo,<sup>9</sup> como ministro no reinado de D. José I. A sua atuação política ficou famosa pelos novos pactos econômicos com as classes dos comerciantes monopolistas.

A fase que marca o auge do período pombalino é lembrada pelo vertiginoso aumento da extração aurífera no interior da Colônia luso-brasileira. O fluxo crescente de metais preciosos entre 1755 e 1770 permitiu fomentar a consolidação econômica do Estado

---

<sup>8</sup> É interessante salientar que Falcon (2017), com base no historiador Guy Martinière, reivindica uma “dupla-mutação” nas transformações geoeconômicas ocorridas em meados do setecentos – uma mutação espacial e outra econômica. Em suma, a primeira é fruto da interiorização dos bandeirantes em busca da exploração e defesa do território, bem como, as negociações dos limites entre Castela; a segunda mutação “econômica”, está associada a rápida expansão demográfica nos centros mineradores, o fluxo de mercadorias e pessoas entre litoral-sertão, o adensamento das redes urbanas e as políticas administrativas (cf. FALCON, 2017, p. 86-88).

<sup>9</sup> O título de “Marquês de Pombal” somente foi conferido à Sebastião José de Carvalho e Melo no ano de 1770.

absolutista português. Junto a isso, de um lado a fase foi caracterizada pela ascensão de grupos de comerciantes monopolistas nos cargos administrativos e burocráticos da Coroa, enquanto por outro ocorria o aumento da disputa interna entre os grupos pertencentes a antiga aristocracia e ao clero. O descontentamento destes últimos setores das reformas do governo de Pombal consolidou uma forte oposição à política de D. José I.

O terremoto ocorrido em Lisboa em 1755 marcou a primeira fase<sup>10</sup> pombalina, cujos desdobramentos na reconstrução da cidade fez do primeiro-ministro ser para alguns o “brilhante Pombal” e, para outros, um “déspota” e “ditador”. Como escreve Marlyn Newitt (2012, p. 200):

À medida que a reconstrução de Lisboa avançava e se iniciava o processo de instalação de uma nova elite tecnocrática à frente dos destinos da capital, o Marquês de Pombal inaugurou aquilo que em breve seria um regime de terror contra seus opositores, a velha classe dirigente formada pelas principais famílias aristocráticas e a Companhia de Jesus.

Nessa linha, o apogeu da extração aurífera das minas brasileiras que deu luz ao período pombalino é acompanhado pela derrocada do poder do clero e dos pequenos comerciantes. Como afirma Macedo (1982, p. 70): “A primeira fase do governo pombalino marca o triunfo dos comerciantes monopolistas, o enquadramento em companhias do grande comércio e o aniquilamento do comércio livre [...]”.

A perseguição à Companhia de Jesus<sup>11</sup> e o embate travado contra os jesuítas, também são elementos centrais na caracterização do “período pombalino”. Para Charles R. Boxer (2011) se tratou de uma “ditadura pombalina”. A segunda metade do século XVIII em Portugal, sob o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, deixou marcas profundas e duradouras. Sobre as ações de Pombal, escreve Boxer (2011, p. 179-180):

<sup>10</sup> Os anos de 1750-1762 marcam os momentos mais decisivos da “governança” de Carvalho e Melo, segundo Falcon (2017, p. 329): “[...] foi então que tiveram lugar o Terremoto de Lisboa, em 1755; a repressão violenta aos motins ocorridos na cidade do Porto, em 1757, contra a criação da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro; o atentado contra D. José I, em 1758, e o processo dos Távoras e de outros membros da alta nobreza, acusados de participar da conspiração regicida; a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, em 1759 e, ainda, as complicações causadas a política portuguesa pela Guerra dos Sete Anos (1756-1763), uma vez que esse conflito veio agravar as disputas com a Espanha, sobretudo na região do rio da Prata, e acabou por provocar a invasão do território português em 1762, forçando o governo luso a recorrer mais uma vez ao auxílio militar e financeiro da Inglaterra”.

<sup>11</sup> A respeito da decadência do poderio da Companhia de Jesus no período pombalino, assinalamos o que escreve J. B. Macedo (1982, p. 80): “A integração da nobreza no Estado é acompanhada por um certo nivelamento do foro eclesiástico em face do Estado e pelo combate à poderosa ordem dos Jesuítas. Este combate mais intenso a essa ordem explica-se pela sua maior força dentro da sociedade portuguesa, e pelo tipo de sua atividade missionária, a actividade econômica: dentro deste plano a sua atividade era intensa. O Pará florescia e em parte devia-se aos padres da Companhia de Jesus, muito antes de o dever à Companhia Geral do Comércio do Pará e Maranhão. Os jesuítas tinham quase uma política externa sua e uma influência internacional independente do Estado em que estavam estabelecidos o que tornava a sua situação no Estado pombalino ainda mais intolerável pra a governança”.

A implacável supressão dos jesuítas, as bárbaras execuções dos aristocratas Távoras e do louco padre Malagrida, a sua política de absolutismo real à *outrance*,<sup>12</sup> a drástica reforma do sistema educacional, e as atitudes que tomou em relação à aliança Anglo-Portuguesa, ao problema dos judeus e à discriminação racial, tudo teve vastas repercussões, tanto na sua época como muito tempo mais tarde.

A partir de 1753, ocorreu o aprofundamento da perseguição contra os inacianos quando parte dos jesuítas compuseram a oposição ao Tratado de Madri, se alinhando aos indígenas rebelados dos Sete Povos das Missões. A Companhia de Jesus foi expulsa dos territórios portugueses por Pombal em 1759. Muitos padres jesuítas morreram ou foram presos e/ou exilados até o ano de 1777, quando D. José I morre e o Marquês de Pombal perde o cargo de primeiro-ministro.

No que se refere a fase da crise pombalina, J. B. Macedo (1982) explica que o enfraquecimento da figura de Pombal no cenário político da época e o fortalecimento de seus opositores (pequenos comerciantes, clero e nobreza antiga) estiveram apoiados no declínio da mineração na Colônia brasileira, no aumento da violência nas regiões auríferas com as ações das derramas<sup>13</sup> e na imposição da arrecadação do quinto do ouro. Pode-se afirmar que a crise aurífera na Colônia luso-brasileira deixou Pombal vulnerável politicamente e arruinou paulatinamente sua legitimidade. Na discussão sobre o período, outro aspecto vital na geopolítica absolutista pombalina foi o contrabando. O escoamento da produção colonial das reduções jesuíticas, do ouro das minas e da prata de Potosí se dava significativamente de forma extraoficial, através da pirataria estrangeira – diga-se, predominantemente por frotas inglesas e francesas.

A aliança com os ingleses penetrava o contrabando, muito embora na aparência a ilegalidade comercial se mostrasse como um mecanismo marginal do Estado absolutista. Na essência, o contrabando teve papel-chave na consolidação do Mercantilismo, por meio do qual parte significativa de ouro, prata e manufaturas coloniais podia circular no mercado europeu, permitindo a obtenção de vantajosas margens de lucro.

O contingente de metais preciosos (legais e ilegais) drenados para a economia inglesa vindo das minas interiores do Brasil (e das demais colônias portuguesas) verteram riquezas descomunais, que permitiram o acúmulo de capital necessário para a burguesia europeia dar

<sup>12</sup> Locução adverbial francesa que significa que algo é feito de forma extrema e acérrima (BOXER, 2011, p. 179).

<sup>13</sup> A derrama foi um mecanismo fiscal de cobrança de impostos que exigia um quinto de todo o ouro encontrado nas colônias de Portugal. A porcentagem era recolhida nas casas de fundação, tidas como repartições oficiais e ponto de recolhimento do imposto. Quando não atingia a taxa anual e a balança não fechava favorável para a Coroa portuguesa, recorria-se à violência, ao terror e à perseguição fiscal sobre a população mineira. Havia uma retórica oficial portuguesa de que as derramas eram necessárias para que a população pudesse combater os desvios e os descaminhos do metal precioso para o Reino.

vigor à Revolução Industrial, em pleno curso nos setecentos. Cabe destacar que o contrabando também ocorreu com as nações de França, Holanda, Espanha e Estados Unidos.

Os “descaminhos” da riqueza do Reino português percorriam por debaixo das vistas grossas dos oficiais e burocratas. As tentativas de barrar o escoamento ilegal e garantir a fiscalização não alçavam muito êxito e as mercadorias contrabandeadas percorriam o interior do continente e o litoral da Colônia, como nos principais portos (Rio de Janeiro e Salvador). A esse respeito, escreve Lucy Maffei Hutter (2005, p. 217):

Embora os portugueses dificultassem, com várias medidas, o comércio clandestino no litoral do Brasil, não conseguiam impedi-lo. Afora os ingleses, os franceses, os holandeses, já citados, na segunda metade do século XVIII, navios de várias procedências, como da Suécia, da Dinamarca, da Espanha, dos Estados Unidos vinham também comerciar nessas plagas. Quanto aos ingleses, Portugal não desconhecia a intromissão deles no comércio colonial e se preocupava com a situação. Anualmente, cerca de doze navios ingleses carregados de manufaturas navegavam em direção ao Brasil, tendo os de menor porte quinhentas e seiscentas toneladas, com artilharia proporcional ao tamanho e com quarenta a cinquenta homens a bordo. As tripulações dos navios utilizavam como subterfúgio a necessidade de reparos ou de aguada, sendo quase sempre esse o motivo alegado para justificar a escala no litoral do Brasil.

Na região do extremo sul, o contrabando no rio da Prata entre as frotas portuguesas e estrangeiras perdurou todo o século XVIII. Nesse contexto, a Colônia do Sacramento foi um território de grande preocupação por parte dos espanhóis, pois a posição estratégica permitia o acesso ao comércio atlântico e a aproximação com as minas de Potosí. A fundação da Colônia do Sacramento (1680) revelou, desde o início do século XVII, um enclave privilegiado para o contrabando entre Portugal e demais nações, como Inglaterra e França, que marcavam presença e fomentavam o comércio ilegal da região.

Essa região, desde o final do século XVII, foi estratégica também por fornecer um comércio seguro de couro para os mercados europeus, que se tornou muito lucrativo para a Coroa – que desde então passou a cobrar o quinto sobre o couro exportado. O auge da mineração, em meados do século XVIII, fomentou a exploração do gado vacum e do gado bravio nas áreas onde se formavam a Vacaria do Mar,<sup>14</sup> na região entre a Colônia do Sacramento e a Lagoa Mirim (MIRANDA, 2009, p. 52).

O desdobramento disso foi a paulatina sistematização dos caminhos e a interiorização nos “sertões” daquela área litigiosa e ambicionada pelos oficiais e contrabandistas estrangeiros. A demanda de animais na zona mineradora criou alternativa para a exploração

---

<sup>14</sup> “[...] a Vacaria do Mar era formada por rebanho de gado vacum e cavalos chimarrão introduzidos pelos jesuítas para reproduzirem-se livremente entre a região de Maldonado (Uruguai) e Lagoa Mirim” (MIRANDA, 2009, p. 52).

da região, como afirma Miranda (2009, p. 52): “a busca pelo gado na região estimulou a expansão territorial”.

O próprio Alexandre de Gusmão reconhece o comércio ilícito que ocorria em Sacramento. As tentativas do Estado português em intervir e ludibriar a praça de Buenos Aires mostram o esclarecimento dos oficiais da Coroa lusa de assegurar que os comerciantes portugueses não caíssem no prejuízo em exercitar as transações comerciais no interposto da Colônia do Sacramento.

O incentivo ao comércio dos portugueses na região do rio da Prata visava tanto manter a presença na região para garantir sua posição na disputa pela fronteira no extremo sul quanto manter os laços políticos e econômicos, principalmente com a Inglaterra, a grande nação contrabandista.

O período pombalino esteve enquadrado em um cenário geopolítico de alta disputa entre as nações europeias pelos produtos e territórios coloniais. A Guerra dos Sete Anos,<sup>15</sup> que ocorreu entre os anos de 1756 e 1763, por exemplo, revelou o auge das disputas continentais e marítimas do mercado colonial. O cenário geopolítico instalado era a corrida violenta pela repartição do mundo, tendo a Inglaterra e Portugal de um lado e França e Espanha de outro.<sup>16</sup>

Nesse sentido, o período pombalino foi marcado pela luta violenta na definição da hegemonia do mercado europeu. Tendo prevalecido a Inglaterra, conseqüentemente Portugal esteve a reboque dessa potência marítima e comercial.

O declínio da governação pombalina esteve marcado pela intensificação da perseguição contra os padres jesuítas e o afrouxamento do poder da Companhia de Jesus nos territórios coloniais. O cenário de perseguição e culpabilização dos jesuítas pelo levante indígena nos Sete Povos das Missões são elementos centrais para o balanço e a leitura histórica dessa época.

Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XVIII, em especial após a assinatura do Tratado de Madri, a política pombalina alterou fortemente o papel das reduções

---

<sup>15</sup> “Depois da Guerra dos Sete anos, a vitória da Inglaterra reflectiu-se nas colônias pelo seu acesso directo às fontes dos vários produtos coloniais, passando a poder pelas facilidades das conquistas consumir e distribuir produtos coloniais seus e evitar algumas das importações de outros fornecedores como Portugal”. (MACEDO, 1982, p. 86).

<sup>16</sup> “A Guerra dos Sete Anos tem portanto dois aspectos: o continental que se desenvolveu no centro da Europa [...]; e o aspecto marítimo que se desenvolveu no Atlântico, região vital para a independência portuguesa e onde o duelo anglo-francês tomo uma feição principalmente comercial e de luta colonial” (MACEDO, p. 62, 1982).



jesuíticas na geopolítica colonial, pois houve uma campanha desenfreada para destruir a ação colonizadora da Companhia de Jesus.

Assim, os padres que anteriormente eram tidos como amigos e cúmplices das Coroas, tendo em vista que a ordem dos inacianos era a maior colonizadora sul-americana, tornaram-se então os inimigos e traidores, que afundaram em “obscurantismo” a Colônia americana.

A disputa entre o Marquês de Pombal e os inacianos tiveram repercussões significativas na cartografia da época, pois com a reconfiguração dos territórios jesuíticos-Guarani no quadro de disputas pelas fronteiras, na segunda metade do século XVIII, também se reconfigurou a política de pacto e de vassalagem estabelecida entre os jesuítas, as Coroas e os indígenas das Missões.

Isso significa dizer que foram estabelecidas outras formas de pactos e uniões entre os caciques e guerreiros Guarani e as outras etnias indígenas da região meridional. Nesse sentido, também foi redesenhado o alinhamento dos inacianos rebelados com as ordenações da Companhia de Jesus, na Europa, que defendiam o Tratado de Madri e condenavam o levante indígena e os seus apoiadores.

Assim, com esses apontamentos em mente, cabem antes alguns comentários para finalizar o capítulo e traçar o enlace das questões trazidas: primeiro, é importante dizer que a nossa abordagem inicial conta com o aporte historiográfico para a contextualização dos delineamentos marcantes que inserem a expansão ultramarina e a colonização dos territórios sul-americanos na conjuntura mais ampla de derrocada do Antigo Regime.

A nossa perspectiva tem por base o entendimento de que a circulação das mercadorias coloniais no mercado europeu nos setecentos é a condição inexorável para a realização do capital mercantil. A sede por novas áreas de expansão tem como base a destruição das relações sociais vigentes nos territórios apossados.

A incorporação da produção colonial no mercado europeu foi obtida por meio da pilhagem e da violência a tal dimensão que gerou a condição primeva e originária da escravização indígena e africana na Colônia luso-americana.

Com isso, o lucro obtido pela nova classe de mercadores nas negociações ultramarinas teve por princípio o espólio territorial e a destruição dos modos de vida originários e a escravização indígena e africana nas colônias americanas.

A violência e a escravização eram vistas como sociabilidade inexorável para a realização do capital mercantil. Sua outra face é a consolidação do Estado absolutista, que à

medida que ganha força econômica, expande suas estratégias para monopolizar via extração extraeconômica e controlar os interesses das classes dominantes.

Nessa direção, as legislações indigenistas pombalinas são amostras das políticas que seguiram muito mais uma agenda emergencial, com vistas às políticas territoriais coloniais que pudessem garantir as possessões sul-americanas. Nesse mesmo movimento, o período pombalino pode ser entendido como um contexto histórico que contou com o seu auge e sua crise em uma instabilidade que tentou garantir as disputas dos interesses entre as classes em ascensão dos comerciantes monopolistas *versus* a nobreza antiga e o clero.

Por outro, a relação de dependência que a Coroa portuguesa estabeleceu no período pombalino com a principal potência comercial e contrabandista do século XVIII, a Inglaterra, levou a Coroa a aprofundar os litígios fronteiriços com a Espanha, resultando na intensificação da disputa pela região platina e na indefinição da fronteira colonial e da posse da Colônia do Sacramento.

Muito embora o contrabando estivesse aparentemente alocado “marginalmente” na economia mercantilista-absolutista, a face oculta, ao ser revelada, explicita que o contrabando foi uma política essencial no contexto das relações econômicas e políticas entre as nações europeias na disputa da partilha do globo terrestre.

Para finalizar, vale ressaltar que o movimento de interiorização e povoamento das áreas ainda não engendradas ao mercado europeu chamadas de “sertões” foi o eixo crucial de ação da geopolítica do período pombalino.

A penetração da oficialidade metropolitana acompanhou as “entradas paulistas” na busca de matérias-primas e de indígenas para a escravização. Tal oficialidade é imposta via “pactos de vassalagem”, na imposição de fronteiras (físicas, econômicas e políticas) e do levantamento de informações geográficas por militares, expedicionários, eclesiásticos e agentes coloniais representantes do Reino.

Assim, tendo em mente essa introdução do contexto histórico pombalino e as políticas indigenistas, o esforço é adentrarmos mais especificamente ao tema da chamada Guerra Guaranítica. Para isso, teremos como pano de fundo as políticas territoriais, como foco na leitura da produção da cartografia militar setecentista ibero-americana. A intenção é trazer alguns aspectos marcantes do contexto da produção dos mapas e nos aproximar das diretrizes marcantes da cartografia da guerra contra os Guarani dos Sete Povos das Missões no século XVIII.

O fio condutor da discussão são as disputas cartográficas no contexto do Tratado de Madri (1750), pois nos interessa pensar as formas pelas quais a cartografia setecentista ibero-americana alcançou seu caráter “científico e jurídico”, tal *status* endossou o apoderamento e a fixação das fronteiras da Colônia luso-americana. Em outros termos, a cartografia foi sendo transformada política e ideologicamente em um instrumento de legitimação jurídica da violência e da espoliação territorial dos povos originários da América portuguesa.

### 3. O TRATADO DE MADRI (1750) E O ALCANCE JURÍDICO DA CARTOGRAFIA IBERO-AMERICANA

Na perspectiva oficial e diplomática, o Tratado de Madri é caracterizado como uma tentativa das Coroas ibéricas de firmar um acordo para estabelecer a “paz” e resolver as disputas dos domínios territoriais de suas colônias que não foram resolvidas no Tratado de Tordesilhas, em 1494.<sup>17</sup>

Do ponto de vista da Geografia Histórica, o Tratado de Madri foi um acordo geopolítico dos impérios ibéricos para estabelecer, no quadro mais geral das nações europeias, os limites entre os domínios dos territórios coloniais na América do Sul e Ásia. Na Colônia sul-americana, o maior objetivo era definir a fronteira meridional e garantir as posses territoriais do “Novo Mundo”.

De acordo com Perla Zusman (2000), o propósito do acordo precisava alcançar o interesse de legitimar o processo de ocupação que colocava em questão a distribuição espacial entre os impérios ibéricos, tendo em vista o fracasso do Tratado de Tordesilhas. Além disso, o Tratado de Madri foi a expressão da geopolítica imposta por um poder externo que pretende estabelecer uma organização territorial sobre as pré-existentes, tanto aquelas ligadas às Missões Jesuíticas-Guarani quanto aquelas próprias dos povos originários.

A firma entre Portugal e Espanha buscava também impedir que outras potências marítimas se estabelecessem nos territórios coloniais disputados. Portanto, a geopolítica do Tratado de Madri visava frear a concorrência no mercado europeu através da tentativa de frear a expansão do contrabando no extremo sul do continente.

A geoestratégia das Coroas consistia em reconhecer oficialmente os territórios coloniais já ocupados e delimitar a fronteira. O Tratado tinha por finalidade oficializar margens fluviais, marítimas e terrestres, definindo os limites dos poderes das Coroas ibéricas.

Isso implica dizer que os acordos geopolíticos negociados anteriormente perdiam a validade, como o Tratado de Tordesilhas (1494) e o Tratado de Utrecht (1713). Como podemos ver no I artigo do documento oficial do Tratado de Madri (1750), em sua versão em espanhol:

---

<sup>17</sup> Uma versão em português digitalizada do Tratado de Madri pode ser acessada no arquivo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. O título original do documento é *Tratado Preliminar de Paz, E De Limites na America Meridional, Relativos ao Estados, Que Nella Possuem As Coroas de Portugal e de Hespanha, Assinado em Madri Pelos Plenipotenciarios de Suas Magestades Fidelíssima, e Catholica, em o Primeiro de outubro de MDCCLXXVII e Ratificado por Ambas Magestades* (Publicado em Lisboa, na Regia Officina Typografica, em 1824). A cópia está disponível em: <https://bit.ly/34n4MyV>. Acesso em: 4 jun. 2020.

El presente tratado será el único fundamento y regla que en adelante se deberá seguir para la división y límites de los dominios en toda la América y en Asia; y en su virtud quedará abolido cualquier derecho y acción que puedan alegar las dos Coronas, con motivo de la bula del Papa Alejandro VI, de feliz memoria, y de los tratados de Tordesillas, de Lisboa y Utrecht, de la escritura de venta otorgada en Zaragoza, y de otros cualesquiera tratados, convenciones y promesas; que todo ello, en cuanto trata de la línea de demarcación, será de ningún valor y efecto, como si no hubiera sido determinado en todo lo demás en su fuerza y vigor. Y en lo futuro no se tratará más de la citada línea, ni se podrá usar de este medio para la decisión de cualquiera dificultad que ocurra sobre los límites, sino únicamente de la frontera que se prescribe en los presentes artículos, como regla invariable y mucho menos sujeta a controversias. (Imprenta del Estado, Buenos Aires, 1836, s/p).

Segundo Jeffrey Alan Erbig Junior (2015, p. 123), no contexto de negociação do Tratado de Madri em 1749, os mapas tiveram papel fundamental como mediadores jurídicos e políticos no encaminhamento dos acordos. A tendência irreversível da cartografia em ocupar o *status* jurídico acarretou uma mudança estratégica da geopolítica, pois os mapas são colocados não somente como simples representação territorial, mas como determinação legal.

O “Mapa das Cortes” (1749), utilizado na negociação do tratado de limite,<sup>18</sup> revela o alcance que a cartografia adquiriu em meados do século XVIII. Para Jeffrey Alan Erbig Junior (2015, p. 124), ao ser estabelecido o “Mapa das Cortes” como documento básico para o acordo diplomático, o *status* cartográfico rompeu o “paradigma na formalização” jurídica dos mapas, porque sua representação territorial se apresentou como “determinação legal” e estabeleceu uma mudança profunda nas formas diplomáticas de reivindicar as posses territoriais coloniais.

Segundo o autor, o Tratado de Madri também marcou a mudança na maneira como Espanha e Portugal discutiram os bens territoriais dos povos não reduzidos nas aldeias missionárias. Embora o conceito de “praça” permitisse a possibilidade legal de posse de terra por meio de pastoreio ou comércio, o conceito de província não.

Em vez disso, como explica Erbig Junior (2015, p. 124), essa maneira de ver o espaço dependia da mediação cartográfica e exigia controle territorial completo. Com isso, considerou os direitos de usufruto subordinados aos desenhos de papel. Por extensão, os povos originários não podiam mais ser considerados possuidores legítimos da terra, nem mesmo agentes independentes. Como resultado, as autoridades ibéricas passaram a conceber os indígenas como vassallos, tendo sido reduzidos ou não.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> O mapa “Confins do Brazil”, apresentado pelos lusitanos, proporcionou a visão de conjunto das terras sul-americanas e buscou reforçar o mito da insularidade amazônica-platina.

<sup>19</sup> No original da dissertação: “The Treaty of Madrid also marked a shift in the ways in which Spain and Portugal discussed the territorial possessions of mobile peoples. While the concept of plazas allowed for the legal possibility of land possession through herding or trading, the concept of provinces did not. Instead, this way of seeing space relied squarely on cartographic measurement and demanded complete territorial control. It

**Figura 1:** Mapa das Cortes ou “Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de esp.a en la America Meridional” (1749)



Fonte: Garcia (2011, p. 86). Biblioteca Pública Municipal do Porto com a Cota: C-M&A-P.24(62). [Escala ca 1:8 500 000]. 1 grau de latitude = [1,3 cm]. – [Entre 1775 e 1799]. – 1 mapa: ms., color.; 60x52 cm, em folha de 61x53 cm.

deemed usufruct rights subordinate to drawings on paper. By extension, then, native peoples could no longer be considered legitimate possessors of land, or even independent agents. As a result, imperial officials began to envision them as vassals, whether they had accepted reductions or not” (ERBIG JUNIOR, 2015, p. 124-125).

A tentativa do Tratado de Limites foi buscar balancear os desfalques territoriais e fundamentar a estratégia geopolíticas. Como as Coroas adotaram o princípio jurídico romano *uti possidetis, ita possideati*, cuja noção está em garantir o território para o império que de fato o ocupa, a responsabilidade de levar a cabo esse princípio foi do diplomata brasileiro Alexandre Gusmão, que defendeu também as “barreiras naturais” como marcos para o estabelecimento da linha divisória.

Segundo Jaime Cortesão (2009), o Tratado de Madri foi exitoso para Portugal e revelou a importância dos trabalhos cartográficos realizados na segunda metade do século XVII e início do século XVIII. Conforme escreve J. Cortesão (2009), a geopolítica de Gusmão foi mal compreendida na época, porém, foi por meio dessa estratégia que os lusos ficaram com largas áreas ao Norte e a Oeste da “grande Ilha”.<sup>20</sup> A estratégia consistia, portanto, em manipular as informações dos terrenos mapeados, de modo que a Coroa espanhola não tivera acesso, o que favoreceu Portugal a estender seus domínios para Oeste da vencida Linha de Tordesilhas.

Escreve J. Cortesão (2009, p. 278):

[...] Alexandre de Gusmão teve ensejo de fazer a defesa do Tratado, revelando assim os princípios que o haviam norteado. Dessa defesa se vê que, na preparação deste documento, o estudo da história e da geografia correram a par. Aos seus grandes conhecimentos da história ultramarina portuguesa se deve que ele conseguisse voltar contra os espanhóis a arma que eles triunfantemente invocavam: o Tratado de Tordesilhas. Espírito essencialmente especulativo, Alexandre de Gusmão soube, com efeito, erguer-se do particular ao geral e formular a solução do complexo problema que se lhe apresentava em termos de geopolítica e de ética cristã.

Na prática, tratava-se de superar o Tratado de Tordesilhas de 1494 e fazer valer o princípio *da posse de fato*, isto é, quem possui o terreno e lhe dá “utilidade” tem direito a ele. Tal princípio invalidou o Tratado quinhentista.

[...] havia que tomar por novo fundamento um Tratado de Limites, ao dar à ocupação real da terra o valor de propriedade justa, isto é, fundar a soberania numa nova sanção jurídica, a do *uti possidetis*, conjugada como novo princípio dos limites naturais, isto é, na frase do próprio Alexandre de Gusmão, ‘as balizas naturais’ ou ‘as balizas mais notáveis dos montes ou rios grandes’ (CORTESÃO, 2009, p. 267)

<sup>20</sup> Escreve J. Cortesão (2009, p. 292), ao defender e enaltecer o brasileiro Alexandre Gusmão e a geopolítica do Tratado de Madri: “Na esfera da psicologia política, ele tem qualquer coisa de milagre. Nato e criado em sua juventude no Brasil, não bebera do leite a animosidade hereditária contra o castelhano. Sua origem burguesa isentara-o também da orgulhosa intransigência, levada até a cega contumácia, tão comum em fidalgos portugueses dessa época. Tampouco lhe perturbava os juízos aquela aspereza de ânimo que davam o exercício das armas, a onipotência do mando e o fanatismo religioso, no seu tempo. Finalmente, graças ao seu espírito compreensivo, afinado por uma vasta cultura, era inclinado à quantidade e à tolerância. O Tratado de Madri de 1750, fruto sabiamente sazonado por esses dotes raríssimos, estava por isso mesmo condenado à incompreensão e ao malogro”.

A adoção das “barreiras geográficas/barreiras naturais” para o estabelecimento da fronteira foi a referência básica para a produção dos mapas. As cartas, relatos, croquis, planos e mapas produzidos em fins do século XVII e início do século XVIII foram utilizados pela Coroa portuguesa. As produções cartográficas foram adquiridas através das informações angariadas por sertanistas, colonos, padres, indígenas, técnicos, estrangeiros e militares.

A utilização das “barreiras naturais” contemplava a ideologia geográfica pautada no mito da “Ilha Brasil” e reforçava a tese de que havia uma insularidade Amazônica-Platina na Colônia luso-americana. O empreendimento geográfico de linearização das fronteiras representou um aspecto crucial da política territorial dos impérios ibéricos setecentistas, em especial das políticas territoriais pombalinas.

A estratégia geopolítica com base nas barreiras naturais significou não somente a facilitação dos trabalhos de levantamento territorial estipulado no Tratado de Madri, mas representava, principalmente, a remediação da ignorância dos europeus das medidas *in loco* das possessões coloniais sul-americanas, como também servia para criar uma ideologia geográfica da “natural” unicidade do território colonial luso.

Para Íris Kantor (2007), no texto intitulado “Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas”, a fixação ou a difusão de certos erros cartográficos podem revelar os interesses subjacentes das disputas políticas e econômicas que cercam o cenário histórico tanto na escala local como imperial.

De acordo com a autora (KANTOR, 2007, p. 76):

A história do uso dos mapas na diplomacia internacional é também a história da fixação e difusão de certos erros cartográficos. Contudo, não se pode tomar tais “erros” como “inverdades absolutas”, pelo contrário, sua identificação nos permite entender dinâmicas políticas tanto locais, quanto imperiais. Nem todos os erros, obviamente, comportam transcendência geopolítica, como foi o caso do mito da *ilha Brasil*. A existência ou não de uma ilha Brasil seria um desses mal-entendidos que foram cultivados tanto pela diplomacia portuguesa, quanto pela diplomacia imperial brasileira oitocentista. O mito constituiria, assim, uma pré-figuração geográfica do Brasil Independente, tendo sido aproveitado tanto pelo Estado português, quanto pelo Estado pós colonial, um mito fundador da herança lusitana. Jaime Cortesão apresenta a situação da seguinte forma: “pouco a pouco um dos alvos da Metrópole e dos colonos; dos dirigentes e dos dirigidos; do Estado e da iniciativa particular; dos lusos e dos luso-brasileiros [...]”.

Nesse sentido, a documentação existente sobre o Tratado de Madri revela a clara índole geopolítica de Gusmão,<sup>21</sup> pois visava não somente estender a fronteira para Oeste e

<sup>21</sup> Como explica J. Cortesão (2009, p. 267), as principais distorções presentes no Mapa das Cortes estão em estender o nordeste brasileiro, 4° e 30' a leste; alterar o meridiano de Belém do Pará, que, ao invés de margear a Ilha de Santa Catarina pelo oriente, passaria pelo Rio Grande de São Pedro; o desvio do alto curso do rio Paraguai para leste, entre 4° e 7°; a redução do rio Amazonas por volta de 3° e o deslocamento que teriam os rios Madeira, Guaporé e Tocantins para leste, de até 9°.



Sul, mas também “preservar a comunicação e a integração do Estado-brasileiro na grande ilha-continente que pouco a pouco desvelara [...]” (CORTESÃO, 2009, p. 262).

De acordo com Manoel Fernandes de Sousa Neto (2000, p. 14), em seu artigo “A ciência geográfica e a construção do Brasil”, afirma que: “[...] com Gusmão concretizava-se territorialmente o que havia nascido como mito. A Ilha-Brasil agora era, de fato, transformada, pelo uso da força das ideias e da diplomacia, em um único corpo”.

A deformação do Mapa das Cortes é ressaltada na clássica obra de Roberto C. Simonsen, “História econômica do Brasil” (1978, p. 306-307). Para o historiador, a distorção proposital das linhas divisórias agiu como facilitador da geopolítica lusitana no convencimento do princípio *uti possidetis*,

[...] no “mapa das côrtes” que serviu de base para as negociações do tratado de limite luso-espanhol assinado em Madri em 1750. Verifica-se a ocupação da bacia amazônica pelas missões religiosas portuguesas e a dos sertões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás pela mineração. Já se efetuara, nessa época, a expansão para o Sul, ligado a pecuária, valorizada pela mineração. A carta do Brasil está visivelmente deformada, apresentando Cuiabá sob o mesmo meridiano da foz do Amazonas, próximo ao qual passaria a Linha de Tordesilhas. Essa construção talvez tenha sido feita visando facilitar a aceitação, pelos espanhóis, do princípio do “*uti possidetis*”, que integrou na América Portuguesa tão grande extensão de terras, ao Oeste do meridiano de Tordesilhas.

O mito da “Ilha-Brasil” e o princípio *uti possidetis* podem ser entendidos como ideologias geográficas produzidas em meados do século XVIII, visto que foram práticas e representações sociais incorporadas aos documentos oficiais, com clara centralidade pela disputa espacial. As “barreiras naturais” e a “conquista do terreno”, por exemplo, orientaram a prática e o discurso que terminaria por legitimar a “conquista colonial”, postulando uma jurisdição em franco favorecimento da Metrópole, cujos escombros a formação do Estado brasileiro no século XIX repousou.

Nesse sentido, tanto o Tratado de Madri (1750) quanto o Tratado de Santo Ildefonso assinado mais tarde (1777), que anularia o primeiro, foram cruciais na estratégia geopolítica de definição das fronteiras coloniais sul-americanas. Tal é a importância dos Tratados que no século seguinte foram utilizados para embasar a construção dos estados nacionais latino-americanos. Conforme escrevem Perla Zusman e Sergio Nunes (2019, p. 184):

Las resoluciones de los Tratados de Madrid y San Ildefonso serán ampliamente incorporadas en las negociaciones diplomáticas de los estados nacionales latinoamericanos que se comienzan a conformar en el siglo XIX. Los criterios de *uti possidetis* (entendido ahora como las herencias de unidades jurídico-administrativas de los tiempos coloniales) y de fronteras naturales serán tomados en cuenta en el proceso de determinación de los territorios de los estados nacionales. A su vez, los reconocimientos en el terreno realizados por parte de las partidas demarcadores y la cartografía producidas por las mismas serán utilizados en la resolución de los

conflictos que emergieron en el proceso de definición de los límites entre los estados.

Na execução dos acordos das negociações do Tratado de Madri ficou de um lado: que os lusos cedessem a Colônia do Sacramento, que desde a fundação (1680), impedia o controle total dos castelhanos sobre a Bacia Platina. Em troca, os portugueses ficariam com o território dos Sete Povos das Missões, cujo domínio jesuítico espanhol e a presença dos indígenas Guarani organizados dificultavam os portugueses avançar para o interior da Colônia luso-brasileira.

Desde o início das negociações do Tratado de Madri, ficaram explícitas as dificuldades para reconhecer as reais condições dos terrenos para o estabelecimento da linha divisória, como escreve Jaime Cortesão (2009, p. 272):

Começa o Tratado por declarar que os dois monarcas, considerando que não se haviam averiguado até então os limites dos seus domínios, e as dificuldades invencíveis para se assinalar a linha divisória, “resolveram examinar as razões e dúvidas que se oferecessem por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniências”.

Apesar do reconhecimento do interior pelas tarefas cartográficas dos padres matemáticos e das cartas dos estrangeiros sobre a América meridional, a falta de maiores exatidões nos cálculos das latitudes e longitudes exigiu das Coroas um engajamento para fomentar a formação de profissionais capacitados e contratar padres, geógrafos, cartógrafos, astrônomos, matemáticos, entre outros especialistas, oriundos de diferentes partes do mundo.

A atividade de estrangeiros levantando informações e descrevendo o interior do território colonial luso-americano foi significativa no século XVIII. As cartas do francês J. B. D’Anville, produzidas nas primeiras décadas do século, traduzem, em certa medida, a magnitude da produção estrangeira dos mapas do território colonial sul-americano.

Nas negociações em Madri, soma-se a pequena trégua nos conflitos entre as potências europeias favorecendo as estratégias diplomáticas na assinatura do Tratado. A respeito do contexto histórico, Lía Quarleri (2008a, p. 60) escreve:

El impulso surgía básicamente de la situación geopolítica europea. Luego de un largo período de guerras entre Inglaterra, Francia, España y Portugal, Europa entraba en 1748 en un breve estado de paz. Dada la situación de vulnerabilidad de España en la escena europea, después de la guerra anglo-española, Fernando VI buscó aliarse con Portugal, influido también por el origen y el entorno de su esposa, Bárbara de Braganza. Además, dada la nueva coyuntura, cambió su política exterior concentrando sus futuros intereses en sus colonias americanas. Como producto de aquella alianza efímera y de la situación política en la que se encontraba España se llegó a la firma del Tratado de Madrid, el cual beneficiaba en gran medida de a Portugal.

O que estava em pauta era a resolução dos problemas de usurpação dos territórios coloniais americanos estabelecidos no Tratado de Tordesilhas. Para isso, a Espanha reclamava a acentuada progressão dos portugueses para o Sul, principalmente, com a anexação do Rio Grande de São Pedro (vila que iniciou a colonização do estado do Rio Grande do Sul), em 1737.

A Coroa castelhana criticava também a expansão para o Oeste do território colonial brasileiro, além do entrave da Colônia do Sacramento, que já era alvo de discórdia desde o século XVII. Para Portugal, havia grande desacordo em renunciar à Colônia do Sacramento. Além disso, a monarquia denunciava a ilegítima posse das Filipinas pela Coroa espanhola e buscava convencer a vulnerabilidade da região meridional devido a presença dos estrangeiros.

A respeito do Tratado de Madri, destacamos dois aspectos dos artigos do Tratado que estão relacionados diretamente com os antecedentes da chamada Guerra Guaranítica: o primeiro diz respeito à nomeação de “comissários” das Coroas ibéricas para assinalar os limites de toda a fronteira: “[...] farão as observações necessarias para formar hum mappa individual de toda ella, do qual se tirarão as copias que pareceram necessarias...” (CORTESÃO, 2009, p. 277). O segundo aspecto diz respeito às mútuas cedências de terrenos entre as Coroas para regularizar os confins e dar unidade aos territórios. Como escreve Cortesão (2009, p. 277):

Pelo artigo XIII, o rei de Portugal cedia à Espanha a colónia do Sacramento e todo seu território, como também a navegação do mesmo rio da Prata, a qual pertencia inteiramente à coroa de Espanha. [...] Por sua vez, o rei da Espanha pelo artigo XIV, cedia a Portugal todos os direitos que lhe pudessem pertencer sobre os territórios abrangidos pelos novos limites, tais como os que ficavam no Amazonas e na margem oriental do Guaporé e, em especial, os chamados “Sete Povos” das missões, compreendidos entre o Ibicuí e a margem oriental do Uruguai.

O artigo XIV mencionado na citação foi alvo de inúmeras críticas e contestações pelas Cortes, pois a exclusividade espanhola sobre o controle da Colônia do Sacramento e navegação do rio da Prata geravam revoltas nos negociantes e contrabandistas lusitanos. Como podemos observar na descrição oficial do artigo:

#### Artículo XIV

Su Majestad Católica, en su nombre y de sus herederos, cede para siempre a la Corona de Portugal todo lo que por parte de España se halla ocupado, o que por cualquiera título o derecho pueda pertenecerle, en cualquiera parte de las tierras que por los presentes artículos se declaran pertenecientes a Portugal; desde el monte de los Castillos Grandes y su falda meridional y ribera del mar, hasta la cabecera y origen principal del río Ibicuí. Y también cede todos y cualesquiera pueblos y establecimientos que se hayan hecho, por parte de España, en el ángulo de tierras comprendido entre la ribera septentrional del río Ibicuí y la oriental del Uruguay, y los que se puedan haber fundado en la margen oriental del río Pepirí y el pueblo de

Santa Rosa, y otros cualesquiera que se puedan haber establecido, por parte de España, en la ribera del río Guaporé a la parte oriental.

Su Majestad Fidelísima cede en la misma forma a España todo el terreno que corre desde la boca occidental del río Japurá, y queda en medio, entre el mismo río y el Marañón, o Amazonas, y toda la navegación del río Izá, y todo lo que se sigue desde este último río al occidente, con el pueblo de San Cristóbal y otro cualquiera, que por parte de Portugal se haya fundado en aquel espacio de tierras haciéndose las mutuas entregas con las calidades siguientes. (Imprenta del Estado, Buenos Aires, 1836, s/p)

Nas negociações, a permuta dos terrenos foi reprovada por importantes padres da Companhia de Jesus. Indignados com a entrega dos Sete Povos das Missões, não tardou para uma reação desses padres opositores com a produção de cartas, mapas e demais documentações para invalidar o acordo de 1750, que entregariam as Missões orientais aos “inimigos portugueses”.

Por conseguinte, trazer o contexto histórico e pensar o papel da cartografia setecentista na guerra, na diplomacia, na economia e na política territorial metropolitana, significa refletir o uso dos mapas do ponto de vista de um arsenal técnico e ideológico na condução da práxis colonizadora.

O uso dos mapas nas mediações da práxis colonizadora elevou sua função ao *status* jurídico porque, para além dos desenhos no papel, a realidade da efetivação dos limites devia ser encarada, tendo em vista a descontinuidade da fronteira e o hibridismo do poderio da fronteira que oscilou durante todo o período colonial entre o poder do controle imperial e a resistência indígena.

Por isso, apesar da legitimidade do mapa utilizado em Madri por Alexandre Gusmão, a efetividade da posse não se realizava. Nesse sentido, diante do descomunal impasse de reconhecer de fato o terreno, as negociações do Tratado de Madri estipularam os trabalhos técnicos das Expedições Demarcatórias.

### 3.1. AS EXPEDIÇÕES DEMARCATÓRIAS (1752-1761)

A convocação das expedições demarcatórias tinha por baliza primordial levantar as informações e oficializar as terras coloniais mediante a evacuação dos territórios ocupados pelos Guarani dos Sete Povos das Missões. A obediência a estrutura hierárquica militar e a racionalidade da guerra são elementos-chave para entendermos os mapas produzidos pelas expedições.

As expedições demarcatórias, ou partidas (como também ficaram conhecidas), foram convocadas e premeditadas nas cláusulas do Tratado de Limites de 1750. A tarefa elementar dos trabalhos demarcadores era a promoção de um verdadeiro inquérito dos territórios coloniais ultramarinos em América.

A estratégia adotada foi a organização de técnicos (homens europeus) representantes de ambas as Coroas para adentrar os terrenos coloniais e fazer as medições dos caminhos, afluentes e montes que dividiam os limites entre Portugal e Espanha. Assim determinava o artigo XXII do Tratado de Madri:

Para que se determinen, con mayor precisión que haya lugar, y sin la más leve duda en lo futuro, los lugares por donde debe pasar la raya en algunas partes que no están nombradas y especificadas distintamente en los artículos antecedentes, como también para declarar a cuál de los dos dominios han de pertenecer las islas que se hallen en los ríos que han de servir de frontera, nombrarán ambas Majestades, cuanto antes, comisarios inteligentes, los cuales, visitando toda la raya, ajusten con la mayor distinción y claridad, los parajes por donde ha de correr la demarcación, en virtud de lo que se expresa en este tratado; poniendo señales en los lugares que lo parezca conveniente; y aquellos en que se conformaren, serán válidos perpetuamente, en virtud de la aprobación y ratificación de ambas Majestades. Pero en caso de que no puedan concordarse en algún paraje, darán cuenta a los Serenísimos Reyes, para decidir la duda en términos justos y convenientes; bien entendido que lo que dichos comisarios dejaren de ajustar, no perjudicará de ninguna suerte al vigor y observancia del presente tratado, el cual, independiente de esto, quedará firme e inviolable en sus cláusulas y determinaciones, sirviendo en lo futuro de regla fija, perpetua e inalterable, para los comunes del dominio de las dos Coronas. (Imprenta del Estado, Buenos Aires, 1836, s/p)

Os mapas produzidos pelas expedições demarcatórias proporcionaram uma visão mais ampliada do território colonial em meados do século XVIII. No plano oficial, foram montadas duas Comissões Principais, com seus respectivos auxiliares e comissários secundários. A tarefa consistia em promover o levantamento dos terrenos em litígios, descrevendo com detalhes e “precisão” os lugares, os habitantes, os recursos disponíveis, a produção local, o clima, o tipo de solo, entre outras observações.

Para não haver confrontos e desavenças entre as informações recolhidas entre os técnicos de ambas as Coroas. Cada comissão principal foi subdividida em três partidas mistas

compostas por militares e técnicos de diferentes nacionalidades europeias. Ao total eram seis partidas mistas, três para o Norte e três para o Sul, que deveriam dar conta de obter os informes dos terrenos *in loco* e resolver as dúvidas surgidas conforme o avanço dos trabalhos.

Na composição oficial da Primeira Partida do Sul, do lado dos portugueses foi escalado o Comissário Principal Gomes Freire de Andrada (Conde de Bobadela). O local de início das demarcações estava estipulado em Castilhos Grande, no oceano Atlântico (na atual República Oriental do Uruguai), onde Andrada iria conferenciar com o Comissário Principal espanhol Gaspar Munive de Tello Espinosa, conhecido como Marquês de Valdelirios.

Cabe destacar outros nomes oficiais que compuseram as expedições e estiveram do lado português. Citamos Antonio Cardoso de Meneses, comissário da Primeira Partida do Sul, quem avistou o início da resistência guaraníca na estância de São Miguel em 26 de fevereiro de 1753. Citamos também José Fernando Pinto Alpoim coronel de infantaria, engenheiro, inventor de artefatos bélicos e arquiteto. Em 1753, foi o primeiro comissário da Segunda Partida do Sul e participou da guerra contra os Guarani comandando as tropas de artilheiros, granadeiros e fuzileiros.

Com especial destaque, citamos José Custódio de Sá e Faria, sargento-mor e engenheiro em Lisboa. Foi o primeiro comissário da Terceira Partida, que conseguiu levar acabo a demarcação nos anos de 1754-1755 por executar a fixação dos limites fronteiriços fora da área de litígio entre as Coroas, notadamente o entorno dos territórios da bacia do rio Paraná.

Sá e Faria participou também da Primeira Partida do Sul, em 1755. Uma das principais funções do engenheiro e cartógrafo militar foi produzir diários e descrições dos encaminhamentos do plano de operação da demarcação da primeira partida e das ações de evacuação dos territórios missioneiros. Como veremos adiante, com o fracasso da primeira operação em 1754, o português compôs junto com outros militares a frente de comando da retomada das demarcações em 1755 e participou como testemunha ocular da invasão das tropas ibéricas aos territórios dos Sete Povos das Missões.

Como escreveu Tau Golin (1998), Sá e Faria ganhou destaque participando ativamente na produção dos mapas, iconografias, diários, correspondências, instruções, ordens etc., da guerra e das demarcações, no contexto do confronto bélico com os Jesuítas e com os Guarani, em 1756.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> O historiador Tau Golin escreveu um livro de grande importância para os estudos do contexto da guerra dos portugueses e espanhóis contra os Guarani. A obra intitula-se *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul* (1998). O

Para o trabalho das comissões do Sul, a subdivisão correspondia a três etapas que abrangiam as áreas em litígio, “cada uma cobrindo um trecho específico da nova fronteira entre as colônias portuguesa e espanhola no sul da América” (GOLIN, 2014, p. 38). As três partidas demarcatórias do Sul deviam registrar com o máximo de “precisão” a fronteira prevista no acordo de Madri e colher as informações sobre a ocupação indígena, os usos do solo, os metais preciosos, a fauna, a flora, as condições dos relevos, o clima, entre outras tarefas.

Conforme descreve T. Golin (2011), a área de principal litígio, a oriente do rio Uruguai, correspondia aos trabalhos das duas primeiras partidas demarcatórias. O encargo de estabelecer a divisão principal no território dos Sete Povos, onde se encontravam as aldeias guaranícas, cabia à segunda partida demarcatória. Contudo, foram diversos os episódios que malograram a estratégia de levantamento das informações do terreno.

No contexto, somente a terceira partida do Sul, em 1752, conseguiu cartografar a porção meridional que lhe cabia, visto que a porção territorial a ser levantada não passava pelas áreas litigiosas (hoje essa área corresponde aos atuais estados brasileiros de Santa Catarina e Paraná).

As acirradas disputas fronteiriças entre as Coroas ibéricas e as demais nações europeias fizeram crescer vertiginosamente a produção de mapas, planos e plantas sobre o “Novo Mundo”, no século XVIII. O detalhamento do sítio, a fixação dos topônimos, as indicações dos caminhos, dos fortes, as especificações dos escoadouros e das subdivisões do território sul-americano estiveram no centro dos interesses das representações cartográficas setecentistas.

A sistematização do material cartográfico e a contratação de especialistas da geografia dos territórios coloniais foram estratégias centrais na geopolítica das Coroas ibéricas, como escreve Íris Kantor (2009, p. 44), no caso dos portugueses:

A Academia Real passou a solicitar às autoridades coloniais e aos colonos o envio de descrições geográficas, memórias históricas e documentação comprobatória da ocupação efetiva de todos os domínios lusitanos. Parte dessa documentação, colhida *in loco*, serviu, posteriormente, à preparação do Mapa das Cortes (1749), encomendado por Alexandre de Gusmão para as negociações com a Espanha em 1748- 1749. A assinatura do Tratado de Madrid (1750) marca uma inflexão importante no tratamento dessas questões. Desde então, além do estabelecimento da fronteira “natural” (rios e picos das serras), os demarcadores procuraram fixar uma

---

livro traz um panorama biográfico de José Custódio, com muitos detalhes sobre a trajetória pessoal do personagem histórico. O foco do livro de Tau Golin está na atuação que Sá e Faria teve nas campanhas das terras sul-americanas no contexto do Tratado de Madri, onde o historiador estabelece a seguinte cronologia: (1) Tratado de Madri (1749-1750); (2) Guerra Guaranítica (1753-1756); e (3) demarcações do Tratado (1750-1761).

toponímia que traduzisse o processo de ocupação efetiva do território. O nome das povoações e aldeamentos missionários passou a ser um elemento-chave na definição das fronteiras entre os impérios ibéricos.

Em meados do século XVIII, com a indefinição dos limites fronteiriços entre as Coroas ibéricas e as incursões de contrabandistas no extremo Sul, o foco da produção de mapas esteve no rio da Prata e na Colônia do Sacramento, pontos estratégicos na circulação das mercadorias coloniais.

As localizações dos caminhos fluviais e terrestres, a guarnição militar, os fortes, a ocupação dos povos indígenas, a circulação da produção colonial e tantas outras observações foram pragmaticamente descritas e burocraticamente legitimadas nos traços dos mapas para dar conteúdo às estratégias de ocupação.

Ao estudarmos a cartografia militar das expedições demarcatórias, é preciso ter em mente que foram forjados, entre os técnicos e agentes das Coroas, certos consensos mínimos para que as instruções oficiais dos Comissários Principais tivessem validade em campo. As instruções dos altos Comissários buscavam afinar o discurso e aprimorar as técnicas e os técnicos para equilibrar a tensão e a ignorância, causadas pela falta de conhecimento *in loco* dos terrenos.

Tais instruções acordadas entre os Principais Comissários luso-castelhanos serviriam também para dirimir dúvidas surgidas a partir das dificuldades e imprevistos encontrados nos terrenos. Todas as mudanças ocorridas no processo do levantamento territorial residiam na oficialidade dos trabalhos e na validade das cartas.

Além dos personagens que pertenciam às comissões portuguesas, destacamos outros nomes que compuseram o lado dos espanhóis. Dentre eles, José de Andonaegui y Plaza foi general-governador de Buenos Aires em 1754 e foi responsável por enfrentar a resistência indígena às margens do rio Daymán (atual Uruguai) no ano de 1756.

Outros destaques são: o comissário espanhol da Primeira Partida do Sul, Juan de Echevarría, que também avistou a resistência dos indígenas no passo de Santa Tecla; e o governador de Montevideu, José Joaquim Viana, um influente burocrata do serviço espanhol e que ele desempenhou papel central no ataque de 1756 contra os Guarani dos Sete Povos das Missões, liderados por Sepé Tiaraju. O governador de Montevideu registrou os detalhes da tortura contra a liderança Guarani e com a sua arma a exterminou, em 7 de fevereiro daquele ano.

Ainda do lado espanhol, destacam-se o comandante de cavalaria Francisco Graell, que foi ativo na participação e na descrição dos acontecimentos da guerra contra os Guarani, no



ano de 1756; Francisco Bruno de Zabala, tenente-de-dragões que participou das negociações com os indígenas sublevados no contexto da guerra e, por último, citamos Nicolás Patrón, mestre de campo e governador de Corrientes que esteve à frente no comando das tropas de paisanos arregimentados que invadiram as estância de São Miguel em 1756, participando como executor do massacre.

Como escreve Perla Zusman (2000), para entender o papel das expedições demarcatórias precisamos levar em consideração de que os técnicos eram como representantes da Coroa na fronteira, pois tinham de ser não somente competentes na atividade cartográfica, na observação astronômica e nos cálculos matemáticos, como também cultivar os melhores laços políticos no Reino.

Nesse sentido, a confiança depositada nos técnicos estava associada ao grau de segurança e sigilo desses homens para cumprir com as tarefas secretas e de espionagem. Por isso, os estrangeiros selecionados para compor as comissões não deviam estar vinculados com os postos de responsabilidade militar e nem de levantamento topográfico.

Para os estrangeiros, as tarefas deveriam estar ligadas às observações astronômicas, físicas e da história natural, para não haver o risco de vazarem informações científicas e “exatas” dos territórios sul-americanos para os Reinos concorrentes, como França, Inglaterra e Holanda.

A esse respeito, as diferenças nas condições materiais da formação dos técnicos, cartógrafos, astrônomos e matemáticos eram distintas entre as Coroas portuguesa e espanhola. Para os primeiros, a necessidade de recorrer à contratação de técnicos estrangeiros foi muito mais intensa e duradoura do que no caso dos espanhóis. Já para a Coroa espanhola, não era usual a contratação de estrangeiros para os trabalhos demarcadores, no período.

Assim, os homens “inteligentes” e “hábeis” na arte da cartografia, no conhecimento em geografia, matemática, astronomia, dentre outros, contratados, serviriam para registrar com “precisão” a fronteira prevista no acordo e colocar em prática o estabelecido em Madri, tendo como orientação a prudência, a estratégia e o sigilo do contexto de guerra.

Nesse caminho, os comissários deveriam zelar pela “administração da justiça”, pela ordem militar, pela “distribuição dos viveres” e garantir o trabalho técnico do levantamento das informações em conjunto com o trabalho empírico. Os comissários deveriam escrever diários com detalhes que pudessem certificar o andamento dos mapas e da demarcação dos limites. A ordem era de que tudo deveria ser descrito e encaminhado para a Metrópole para o controle dos trabalhos.

Os mapas e diários de campo dos técnicos produzidos no contexto das expedições são fontes históricas e geográficas de grande importância para os estudos da formação territorial do Brasil. Nesses documentos, os bastidores da produção dos mapas são descritos e a rigidez militar das tarefas de demarcação é elemento inexorável da retórica utilizada.

Em particular, mencionamos o *Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Companhias das Missões do Rio Uruguai (1750-1761)*, do engenheiro militar português José Custódio de Sá e Faria, que é uma fonte representativa do contexto. O diário foi transcrito e organizado por Tau Golin, na obra *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul* (1998).

O livro nos oferece a descrição completa do diário com ricas notas explicativas inseridas que permitem entender os pormenores dos significados e das palavras utilizadas no português militar antigo. A organização da obra conta também com o esclarecimento de fatos e personagens militares, indígenas e jesuítas na ação da destruição dos Sete Povos das Missões.

O nosso principal interesse são as descrições e informações contidas sobre os mapas produzidos por José Custódio e os documentos que regulamentaram os trabalhos cartográficos das expedições por comporem a série cartográfica selecionada a ser trabalhada.

Vale dizer que José Custódio de Sá e Faria teve participação fundamental no contexto do levantamento territorial e seus testemunhos são privilegiados, pois participou da Primeira e Terceira Partida expedicionária em nome da Coroa portuguesa e, depois de 1761, contribuiu com a Coroa Espanhola para os Trabalhos demarcatórios, após o Tratado do Pardo.

O diário de José Custódio está dividido em temas correspondentes aos imprevistos e os marcos ocorridos em campo e revelam os bastidores da ação militar e expedicionária das partidas demarcatórias do Sul. O extremo sul dos territórios coloniais ibéricos e o rio da Prata são recortes espaciais privilegiados destacados no diário.

Além disso, o diário também conta com cópias de documentos trocados pelos plenipotenciários das Coroas que visavam garantir a execução dos trabalhos, dar conta das dificuldades encontradas no terreno, registrar os acontecimentos e informar as necessidades de aprimoramento dos materiais cartográficos produzidos.

Os rumores da resistência indígena nos Sete Povos e a possibilidade de contato com índios considerados infiéis eram esperados pelos técnicos e tropas. Por isso, é importante

destacar que na composição das Partidas o contingente designado como tropa de escolta era crucial para o desenvolvimento dos trabalhos.

Sob essa perspectiva, os demarcadores podem ser divididos em dois segmentos distintos e complementares: o primeiro e mais numeroso era o grupo da tropa de escolta, composta em sua maioria por indígenas, escravos, criados, carpinteiros, pedreiros e militares; o segundo agrupamento, com menor número, era formado por técnicos e religiosos, ou seja, composto por oficiais, engenheiros, cartógrafos, geógrafos, desenhistas e capelães, entre outros (FERREIRA, 2001, p. 135).

A dimensão técnica, científica e militar das expedições são balizas cruciais para a interpretação da produção cartográfica do contexto. No entanto, se faz importante dizer que o contingente de técnicos e especialistas não passavam de 4%. A comissão da Primeira Partida do Sul, por exemplo, que saiu em 1753 para cartografar o extremo-sul do território brasileiro, era composta por 70% de escolta militar para a defesa e a manutenção dos trabalhos, entre eles indígenas, peões e capatazes (FERREIRA, 2001, p. 139-140).

O trabalho dos ajudantes indígenas, negros e mestiços é a base da expedição, pois sem o auxílio dessas pessoas anônimas (e colocadas em segundo plano nos documentos oficiais), nenhuma tarefa de demarcação poderia ser efetivada, uma vez que não eram meros auxiliares, senão, forças vitais para a execução das tarefas e sabedorias originárias, herdeiras de povos ancestrais.

O conhecimento dos povos originários fica nas entrelinhas da produção cartográfica, por meio do apoio na condução dos caminhos percorridos, nas localizações das nascentes dos rios, na navegação dos rios, no preparo da alimentação, no trato dos animais, nas manobras em campos pantanosos, nas travessias das diferentes paisagens, no auxílio aos doentes e tantas outras tarefas.

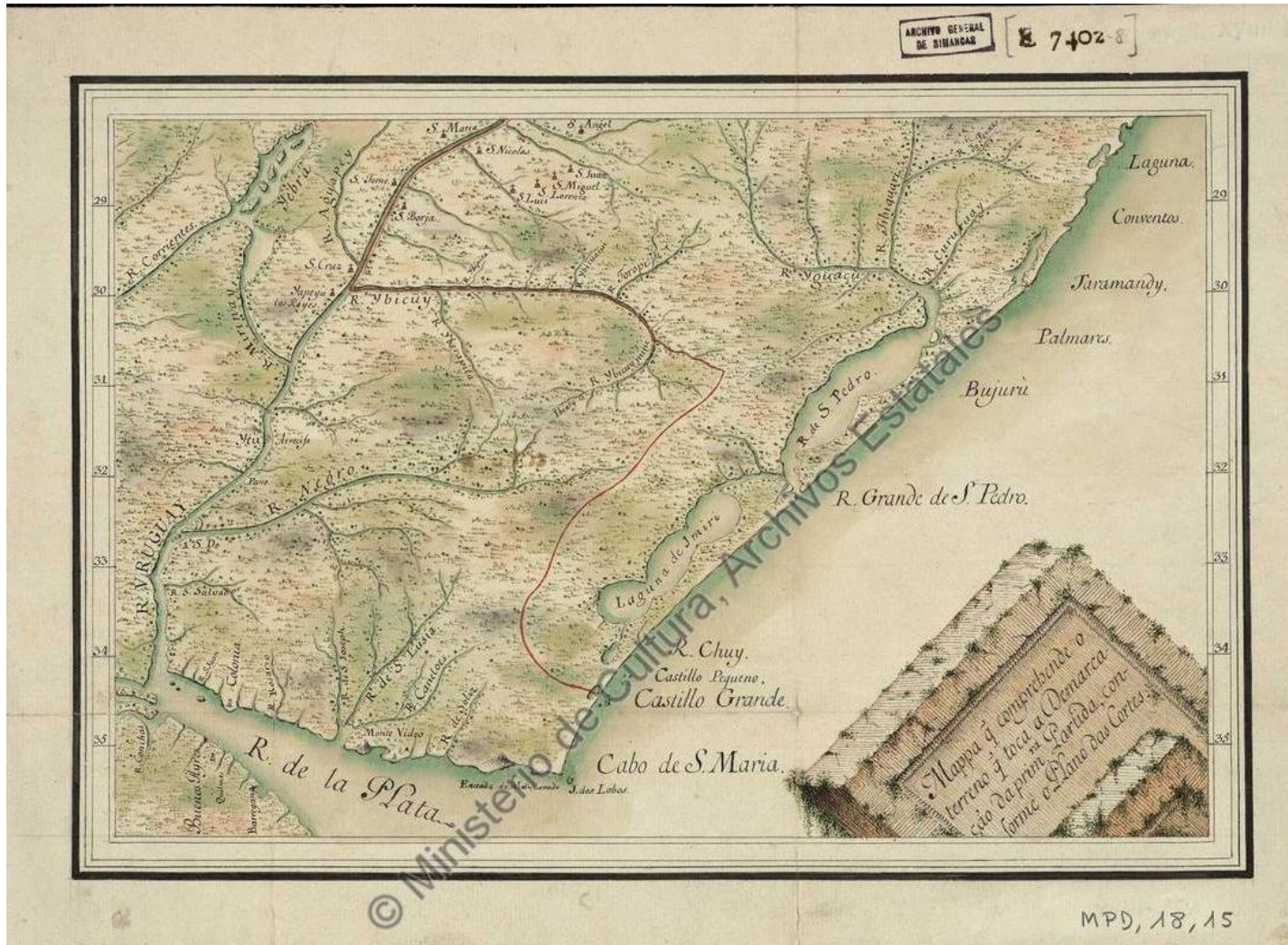
Essa dimensão realista da produção cartográfica demarcatória não pode ser desprezada, pois são todos elementos que estão incorporados ao conteúdo e subjazem as fontes.

### 3.2. O GÊNERO CARTOGRÁFICO MILITAR-DIPLOMÁTICO-EXPEDICIONÁRIO IBERO-SETECENTISTA E A SÉRIE CARTOGRÁFICA DA PRIMEIRA PARTIDA DEMARCATÓRIA DO SUL: UM UNIVERSO DE COMBINAÇÕES.

Para apresentarmos o material cartográfico produzido pelas Partidas Demarcatórias, selecionamos algumas peças que abarcam os anos de 1752 a 1761, das quais compõem a nossa série cartográfica. O foco da seleção foram os trabalhos assinados pelo coronel português José Custódio de Sá e Faria e pelos demarcadores auxiliares da Primeira Partida do Sul.

Antes da montagem do painel da série cartográfica, primeiramente apresentamos cada peça isoladamente, com seus respectivos títulos e ano. A intenção é perceber os detalhes, as singularidades e as convergências entre as representações. As versões digitais trazidas são oriundas do Arquivo Geral de Simancas, disponíveis no Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas dos Arquivos Estatais espanhóis.

**Figura 2:** Mappa q[ue] comprehende ó terreno q[ue] toca a Demarcação da prim[e]ra Partida, conforme o plano das Cortes (1758)



Archivo General de Simancas. Legaje: E 7402-8. Manuscrito, col. (38x28 cm). Fonte: Catálogo Colectivo de la Red de Bibliotecas de los Archivos Estatales. Disponível em: <https://bit.ly/30Pq6w7>. Acesso em: 11 jun. 2020.



**Figura 3:** Exemplo Geográphico que Comprehende o terreno que toca a Demarcação da Primeira Partida, copiado, e reduzido a maior exactissima m.te do Mapa das Cortes pelo Tenenente Coronel Joze Custodio de Sá, e Faria (1759)



Archivo General de Simancas. Secretaria de Estado. Legajo: E 07423-300. Manuscrito, col. (35x44,6 cm).

Fonte: Catálogo Colectivo de la Red de Bibliotecas de los Archivos Estatales. Disponível em: <https://bit.ly/36sctXc>. Acesso em: 11 jun. 2020.



Para fazermos a leitura dos mapas selecionados nos apoiaremos na proposta metodológica trabalhada por Carla Lois em “O mapa, os mapas – propostas metodológicas para abordar a pluralidade e a instabilidade da imagem cartográfica” (2014).

Conforme a metodologia, o gênero cartográfico é o princípio ordenador e agrupador da série a ser montada. A proposta é trabalhar com a cartografia militar-diplomática-expedicionária-ibero-setecentista.

O exercício metodológico requer, ainda, a constatação do gênero cartográfico para auxiliar no agrupamento e classificação dos mapas que compartilham as mesmas “chaves temáticas, técnicas e/ou composicionais”, dando assim, um sentido interpretativo para o conjunto apresentado.

O gênero cartográfico é composto por um universo vasto e repleto de possibilidades de ordenações e combinações. O princípio organizativo do esforço metodológico permite ressaltar as características convergentes dentro de uma temática eleita.

Portanto, o gênero cartográfico está ligado às peculiaridades que determinado conjunto de mapas partilha. Em nosso caso, vamos trabalhar com o gênero cartográfico militar-diplomático-expedicionário-ibero-setecentista do universo da produção cartográfica portuguesa. A principal característica da cartografia ibero-americana setecentista, em especial a portuguesa, é a práxis militar como fundamentação da retórica imagética das peças. O seu caráter “expedicionário” se converte em condição ineliminável da efetivação colonial e da defesa dos interesses imperiais.

O casamento com a diplomacia é a retórica que alimenta o *status* jurídico do gênero cartográfico, de acordo com Manoel Fernandes de Sousa Neto (2019, p. 2):

[...] é possível dizer que os mapas coloniais herdados são a base de um vasto programa político de reconhecimento do território e o ponto a partir do qual se atualiza o próprio argumento cartográfico da diplomacia que busca uma atuação militar no campo da engenharia, que seja capaz de realizar acordos em tempos de paz e delimitar fronteiras sem o uso da guerra.

Nessa direção, ressaltamos o que escreve Antonio Carlos Robert Moraes (2008, p.65) “[...] a colonização é, antes de tudo, uma afirmação militar, a imposição bélica (mesmo que, em um primeiro, momento diplomática) de uma nova dominação política”. Nesse sentido, se a diplomacia falhar para efetivar a conquista colonial, a ação militar na imposição bélica da fronteira é a forma pela qual os interesses metropolitanos podem ser atingidos.

A escala prioritária da cartografia expedicionária portuguesa é a regional, o olhar detalhado, trazido pelos mapas militares-diplomáticos-expedicionários-ibero-setecentistas é a marca da geopolítica dos Estados absolutistas ibéricos. Portanto, a razão militar é a estratégia



fundante na viabilização dos trabalhos dos cartógrafos para efetivação da definição da fronteira sul-americana. Uma fronteira rasgando um território missioneiro, dessa forma, significa uma fronteira preenchida pelas trocas, conflitos, instabilidades, fricções e interrelações dos diferentes grupos (indígenas, portugueses e espanhóis). De acordo com Noberto Levinton e Steban Snihur (2015, p. 9):

[...] Es indudable que en los siglos XVI y XVII existía una frontera desvaída y mal definida por la cartografía. Hasta el siglo XVIII pudieron mantenerse imprecisos los límites de los dominios españoles y portugueses en América por cuestiones técnicas. Colaboró con esta situación la presencia de otras naciones como Gran Bretaña, Francia y Holanda. Siempre estuvieron presentes las manipulaciones ideológicas de los mapas. Además, hubo amplias zonas de nadie – extremaduras las llamaron en la Edad Media – que continuaron perteneciendo a los indios durante largo tiempo.

O esforço dos cartógrafos na busca pela precisão técnica e no refinamento das informações obtidas dos territórios coloniais criou um universo de convergências estilísticas nas descrições hidrográficas, nos detalhamentos dos topônimos e na objetividade das legendas. Essas características são expressões marcantes do gênero cartográfico, que intitulamos militar-diplomático-expedicionário-ibero-setecentista. A composição do gênero cartográfico tem como ponto de partida detectar em cada mapa selecionado alguns denominadores comuns que possam dar sentido ao conjunto selecionado para compor a série cartográfica. Como adverte Lois (2014, p. 42):

A classificação de gêneros cartográficos surge no mesmo processo de ordenação do material e da investigação. Como toda ordenação, tem um objetivo específico e, conseqüentemente, não se trata de alcançar uma taxonomia de validez universal. Cada vez que montamos uma série, montamos um novo mundo.

Conforme explica a autora, para a montagem da série cartográfica é necessária a exposição de um painel ordenado e articulado das imagens para captarmos, em um olhar simultâneo, as interações e as especificidades das peças, caracterizando seu vínculo na série. Observamos o que escreve C. Lois (2014, p. 43) sobre a metodologia proposta:

A montagem de uma série consiste em pôr umas imagens próximas às outras compartilhando um mesmo painel, uma mesma página de livro ou mesmo o dispositivo do Power Point. Essa composição física não é um mero ordenamento, mas uma especialização das imagens que produz sentido que articulam a especificidade de cada imagem com o vínculo que se gera na observação simultânea desta série.

Segundo a proposta metodológica de Lois (2014), um mesmo mapa não comunica a mesma coisa se é posto em séries diferentes. Uma série cartográfica permite-nos fazer leituras e muitas combinações possíveis. A sequência eleita para a apresentação da série demonstra a instabilidade da representação. Para montar a série cartográfica, selecionamos três mapas

produzidos pelos técnicos expedicionários portugueses, pertencentes à comissão mista da Primeira Partida Demarcatória do Sul, que atuou entre os anos de 1752 e 1761. Os mapas eleitos para a montagem compartilham o mesmo contexto histórico e geográfico da disputa fronteiriça. Portanto, compartilham o recorte regional das povoações portuguesas e espanholas no extremo Sul do continente e na Bacia Platina.

A escala regional de abrangência da representação da série que montamos é um elemento fundante dos mapas militares-diplomáticos-expedicionários-ibero-setecentista. A escala é muito mais do que a referência ao tamanho da área representada, a escala em realidade é um dispositivo de visualização que carrega ineliminavelmente o olhar interesseiro do cartógrafo. O recorte da escala está ligado à necessidade de oficializar com precisão os caminhos que interligavam as povoações e o caminho por onde os exércitos ibéricos se uniram para enfrentar a resistência guaraníca.

A aparente fruição dos caminhos da região oculta, na realidade, os entraves e “obstáculos” encontrados pelos demarcadores e militares eram devidos à resistência dos povos originários. Nessa direção, a montagem da série cartográfica permite-nos promover interpretações plurais e captar os aspectos visíveis e invisíveis contidos nas imagens selecionadas. A polivalência das fontes pode ser submetida a diversos olhares e itinerários, conforme as múltiplas audiências.

A busca da diversidade de interpretação contida nas fontes cartográficas das expedições demarcatórias setecentistas traz por lição que a “instabilidade da imagem” e a “pluralidade” interpretativa são pontos “negativos” para uma leitura a contrapelo.

A negatividade assumida compartilha o sentido que nos explica Manoel Fernandes de Sousa Neto (2020, p.131-132), de que há uma necessidade de colocarmos-nos do lado de uma análise geográfica onde, a história da Geografia não deve ser concebida “autônoma e autoexplicativa” e ou “à parte do mundo”, a Geografia:

se constitui como a própria negação do mundo dissolvido pela razão da emergência de um novo mundo para o capital. A Geografia constitui sua narrativa como parte inextrincável da constituição do mundo sob a sociabilidade do capital e, logo, não pode ser compreendida criticamente fora disso.

Com essas perspectivas em mente passamos para a série cartográfica organizada nesta parte do trabalho.

Figura 5: Mapas da Primeira Partida Demarcadora do Sul assinados pelo coronel português José Custódio de Sá e Faria (1752-1759)



Figura 5A





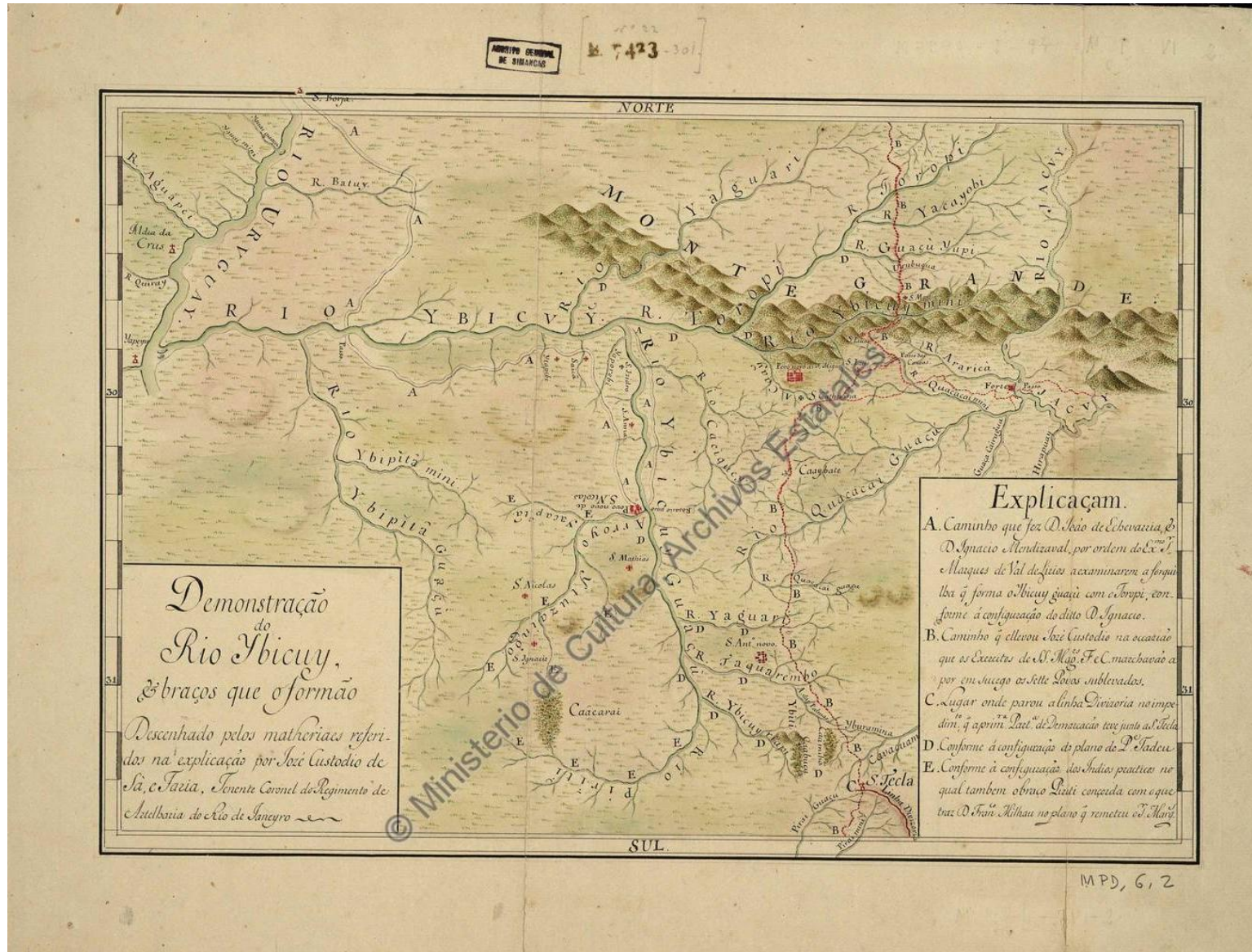


Figura 5C



Os mapas da série cartográfica que montamos trazem em comum a visualização do “campo” de atuação dos demarcadores e os caminhos traçados nos terrenos coloniais sul-americanos entre os anos de 1752-1759.

As convergências estilísticas das peças que destacamos são: (i) as legendas oficiais, sublinhando que o terreno pertence às tarefas da Primeira Partida do Sul, conforme as ordenações das coroas; (ii) os caminhos traçados em cores vermelhas por onde marcharam os exércitos coligados na invasão aos Sete Povos das Missões; (iii) as latitudes que variam entre 29° a 35° Sul; (iv) a demonstração dos Povoados missioneiros com um desenho de cruz em cor vermelha.

A principal referência do desenho dos mapas é a forquilha entre os rios Uruguai e Jacuí, nas figuras A e B. Elas estão assinaladas em vermelho, compondo o itinerário do caminho que fizeram as tropas. A averiguação da nascente do rio Jacuí será o plano de fundo da produção dos mapas. A confluência dos rios é a porta de entrada para o território missioneiro. Do mesmo modo, sem a definição da “verdadeira nascente”, não era possível definir por onde a linha da fronteira deveria ser traçada. A indefinição retardou a transmigração dos Setes Povos rebeldes e revelou o malogro do Tratado de Madri.

Ainda sobre a hidrografia da série montada, é possível observar a desembocadura do Rio da Prata nas figuras A e B. Porém, na figura C, o recorte do terreno não contempla a desembocadura da bacia Platina. Por outro lado, enfatiza o interior continental e o detalhamento da hidrografia regional. As modificações e evoluções da representação hidrográfica é um grande legado característico do gênero cartográfico militar-expedicionário-ibero-setecentista.

As principais povoações portuguesas e espanholas da região estão presentes nas figuras A e B. A figura C não traz menção aos povoamentos, mas sim uma perspectiva de zoom sobre o território jesuítico-Guarani. As povoações são espaços privilegiados para a garantia da efetivação das ordens reais. A explicitação das localidades das povoações também são características predominantes na produção dos mapas.<sup>23</sup>

A sobriedade das informações é conjugada com o aparente vazio do terreno, onde não há especificação de habitação dos povos originários que não sejam aqueles reduzidos nos povoados missioneiros. No caso dos mapas portugueses selecionados, a intencionalidade é

---

<sup>23</sup> No diário do coronel José Custódios de Sá e Faria (1750-1761), as povoações eram descritas como os espaços civilizados, onde os técnicos e militares podiam encontrar abrigo para a manutenção dos viveres e para a proteção no caso de confronto aberto com os indígenas da região. Ver a obra organizada por Tau Golin, que contém o Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai (1998).

reforçar cartograficamente o avanço português na região e, ao mesmo tempo, “preencher” os “vazios” com os lugares tidos como pontos de apoio das expedições e das tropas ibéricas.

Os mapas articulam uma imagem oscilante e contraditória entre a aparente racionalização e ordem do território, em contraste com a realidade caótica do campo, que como as deserções militares, enfrentaram imprevistos climáticos e a resistência dos povos originários contrários o avanço dos trabalhos de levantamento entre os anos de 1752 e 1754.

As incertezas e a ignorância dos técnicos sobre a realidade *in loco* acompanharam a produção dos mapas. A aparência objetiva e empírica dos desenhos busca camuflar as dificuldades encontradas no terreno e construir uma imagem de neutralidade por meio de uma representação ordenada e racional no território colonial.

Cada letra desenhada e a sua compatibilidade *in loco* eleva o *status* de oficialidade da retórica da fonte, endossando o uso como instrumento político e jurídico e servindo, dessa forma, como atestado do êxito dos trabalhos demarcadores e da ação militar no cumprimento da ordem real.

Outro aspecto dos mapas militares-diplomáticos-expedicionários-ibero-setecentistas está ligado à realidade da produção. Isso quer dizer que os elementos eleitos para compor as informações do mapa, como desenhos, legendas e os topônimos, muitas vezes são colocadas de maneira aleatória, sem uma intenção pré-concebida ou deliberada de antemão. Os topônimos, por exemplo, muitas vezes funcionam mais como gradientes para mensurar e localizar os pontos geográficos pretendidos. Segundo Carla Lois (2014), os topônimos são chaves interpretativas que nos leva a compor uma ordem e tecer as relações espaciais que permitem restituir o significado da imagem.

Os topônimos que aparecem na série estão obedecendo uma hierarquia implícita, já que o destaque da representação não corresponde necessariamente às condições realistas encontradas. Os topônimos obedecem a princípios qualitativos que correspondem às dificuldades encontradas nos terrenos que endossam os pontos de apoio ou atos heroicos e marcantes que compõem a narrativa construída nos diários sobre os percalços e conflitos enfrentados na ação militar expedicionária.

As polêmicas sobre os topônimos dos rios e as suas verdadeiras nascentes estão inscritas invisivelmente nas fontes cartográficas da série. Isso porque os técnicos demarcadores, entre os anos de 1752 a 1759, não tinham as medições exatas sobre a origem dos rios adotados para formar a barreira natural e servir de referência para a delimitação da fronteira meridional.

O caso dos rios Ibicuy e Ibicuy Mini é flagrante nos mapas selecionados da série. As incertezas quanto a nascente do primeiro, levaram a um retardamento das negociações, resultando na prorrogação e no malogro da delimitação da fronteira.

Os impasses sobre a verdadeira nascente do Ibicuí tiveram repercussões durante os anos 50 do século XVIII. As dificuldades para reconhecer com precisão a hidrografia da região meridional estendeu-se até fins de 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso.

Essas inflexões quanto aos topônimos dos rios são oriundas da geoestratégia adotada na definição das barreiras naturais previstas no Tratado de Limites. Os cartógrafos das expedições demarcatórias trocaram muitas cartas e informações para dirimir as dúvidas e desacordos sobre a exata origem da nascente, principalmente do rio Ibicuy/Ibicuí.

A reclamação dos portugueses sobre a dúvida da verdadeira nascente do Ibicuí girava em torno da lentidão dos trabalhos dos comissários espanhóis para definir a fronteira e fazer a transmigração dos índios a oriente do rio Uruguai.

O destaque aos rios da Prata, Uruguay, Negro e Ibicuy também são marcadores comuns na série trabalhada. Isso porque os caminhos fluviais eram centrais para a locomoção dos indígenas, dos técnicos e das tropas da cartografia militar-expedicionária. Os rios foram as veias elementares pela qual sangrou a geopolítica metropolitana, tanto no trabalho dos técnicos de levantamento das informações dos terrenos, quanto no preparo e locomoção das tropas na invasão contra os Sete Povos das Missões, em 1756.

Portanto, ressaltamos que o detalhamento da hidrografia e a visualização da evolução da rede são pontos básicos da série e elemento transversais no gênero cartográfico.

No caso do rio Ibicuí representado nas peças, ele foi tido como a baliza de definição dos limites entre as Coroas. Nos trabalhos dos comissários das expedições demarcatórias do Sul, foram muitas as divergências quanto a sua verdadeira origem. Vejamos o que escreve Pedro de Ceballos para o marquês de Valdelírios (comissário principal da comissão do Sul espanhola). A carta é datada de 1758 e traz a seguinte referência *Paso del Yacuy, 3 de agosto*:

las dudas suscitadas en la averiguación del origen principal del Ibicuy dejan sin disolver la de sí estos Indios deben mudarse o no, porque el terreno en que se hallan puede pertenecer a la Corona de Portugal, cuya Demarcación creyó V. E la hubiese hecho la primera partida de D. Juan de Echavarría, en el tiempo que V. E practicaba la diligencia de hacer que se recogiesen los indios dispersos, ò a lo menos La averiguación del origen principal del Ibicuy, para lo que bastaban pocos días, y que el haberla diferido tanto, que aún no se ha dado principio a la continuación de la que quedó pendiente el año 1753 en las cercanías de Santa Tecla. (PEDRO..., [s.d.]



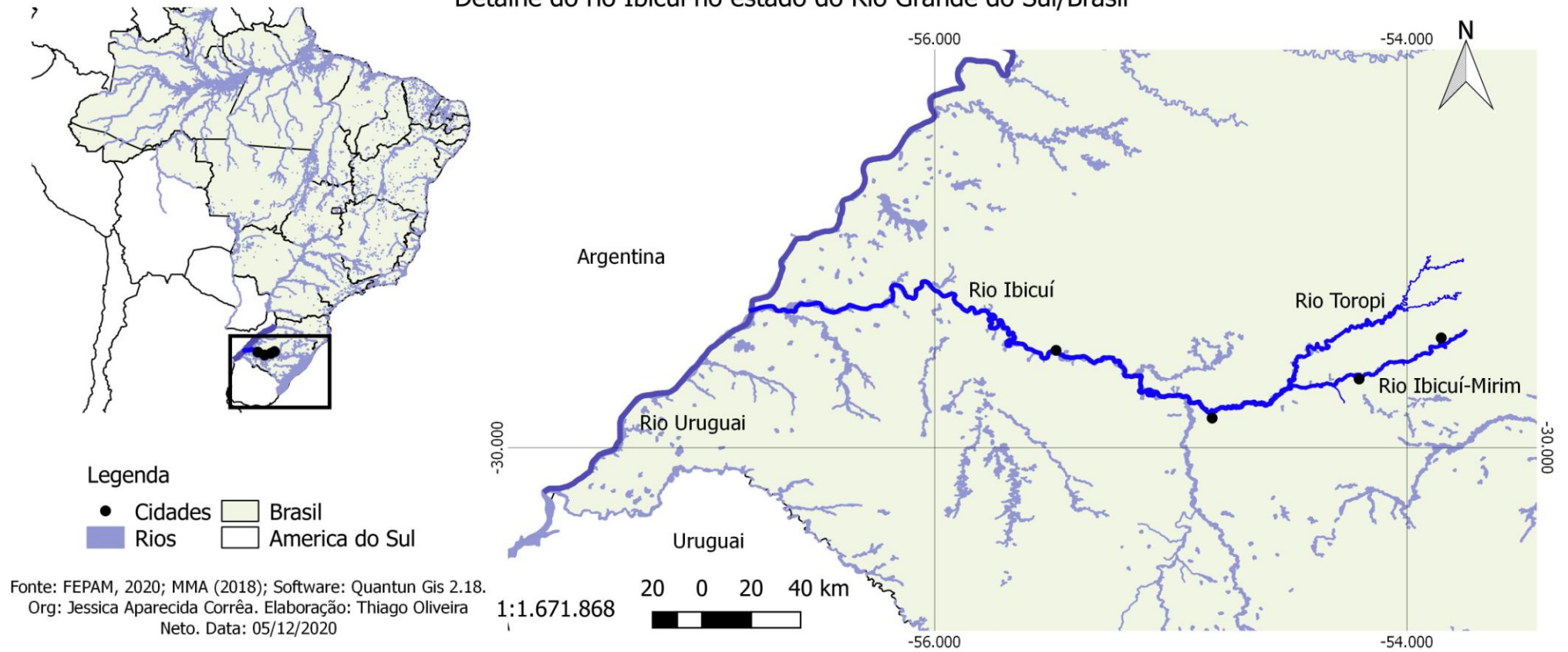
Por isso, nos mapas podemos observar nomenclaturas tais como Rio “Ibicuy Guaçu” e Rio “Ibicuy Mini”, fazendo referências aos braços do rio e as suas dimensões (Guassu = grande e Mini = pequeno). O rio Ibicuí representa o maior afluente da margem esquerda do Rio Uruguai. Vale notar que, na língua tupi-guarani, a palavra *ibicuí*<sup>24</sup> significa “farinha de terra” (*iby* = terra e *cuí* = farinha), mas uma vez que *cuí* (fino) também nos remete a granulação de algo, podemos traduzir esse termo também como *terra fina* (de fato, sua composição arenosa pode nos fazer entender dessa maneira o sentido da palavra).

---

<sup>24</sup> As informações sobre o rio Ibicuí foram retiradas do texto *O rio da Areia*. Disponível em: <https://bit.ly/3jy8r3e>. Acesso em: 27 jul. 2020.

**Figura 6:** Rio Ibicuí no estado do Rio Grande do Sul/Brasil

Detalhe do rio Ibicuí no estado do Rio Grande do Sul/Brasil



Portanto, a ocultação, oscilação ou indefinição na representação da nascente do rio são reveladoras das incertezas e das dificuldades encontradas em campo pelos técnicos e militares das expedições. De acordo com Tau Golin (1998), a polêmica sobre o rio Ibicuí se estendeu de 1753 a 1759. Em síntese, a polêmica se dava devido à intenção dos espanhóis de fazer a fronteira correr pelo Ibicuí Mirim (o atual), enquanto os portugueses queriam fazer correr a fronteira pelo atual rio Santa Maria (chamado de Ibicuí ou Ibicuí Guassu).

Conforme escreve Tau Golin (1998), durante os debates, os comissários castelhanos consideravam o rio Santa Maria como rio Jaguari Guaçu. O autor relata que a participação do técnico genovês Ângelo Blasco foi decisiva na polêmica, utilizando-se da cartografia jesuíta. Citamos o que traz o autor, em uma carta de Blasco ao governador português Gomes Freire de Andrada de 19 de abril de 1758, no documento: *Notta dos papeis, q' vaó no masso junto, feitos pelo coronel de Blasco, por ordem do Ex.mo de Campo gen.al e comissr.º Plenipotenciário Gomes Fr.e de Andrada, em respeito às Questoens novam.te sucitadas do Sr, Marquez de ValdeLirios, e seus geographos, a respeito da Demarcação da Primeira Partida, no ato de continuála neste ano de 1758.*<sup>25</sup> Na referência, a polêmica da nascente e o uso da cartografia jesuítica pelos técnicos portugueses, escrevia Blasco ao comissário Andrada:

Remeto a V.Ex.a, como me ordena, o Mapa original das Missões, feito por padre Enis (Tadeu Hennis), o qual me fez presente dele, depois de o ter transladado para si, sendo o pelo que os padres se governam, onde se vê, com a diferença de cores, demonstrado os campos das estâncias dos respectivos Povos. O mesmo autor me assegurou que (obrigado a acompanhar aos índios como seu capelão, na diligência em que andavam de achar novos caminhos, na ocasião que estavam rebeldes) o tinha novamente corrigido, e ampliado com algumas circunstâncias, até então incógnitas, as quais não se haviam achar em nenhum mapa antigo, ou moderno: como foi da água que achou no Mato Grande, a qual mencionou Ibicuí mini, para diferenciá-la do conhecido Ibicuí, ao qual deu o título de gaçû. (GOLIN, 1998, p. 536)

Na citação, é importante notar que o técnico Blasco deixa evidente que a cartografia jesuítica tinha por mediação fundamental o uso prático dos indígenas para a produção dos mapas e na utilização da sabedoria indígena do terreno. Tal dimensão é o elemento básico para a “validação” e “confiança” das informações empíricas das fontes cartográficas produzidas pelos jesuítas das Missões.

De volta à série cartográfica, os aspectos ressaltados nas legendas registram uma imagem do terreno pautado pelo uso das “barreiras naturais”, por isso, a ênfase nas descrições do relevo e dos montes grandes, arroios e pântanos. As maiores altitudes da paisagem são

---

<sup>25</sup> Consultar em Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

desenhadas em tons mais escuros/sombreados, em cor verde. As cores claras com desenhos espaçados da vegetação indicam o campo aberto e uma planície desocupada.

A natureza e os habitantes do Novo Mundo na cartografia dos demarcadores e militares são esquadrihados e arranjada como uma espécie de palco inóspito, o que nos leva a uma sensação de espaço vago representado. O mais próximo da referência aos povos originários nos mapas selecionados são os topônimos dos povoados missioneiros, entre os rios Uruguai e Jacuy.

A generalização e a imprecisão da diversidade das etnias habitantes da região na época são captadas pela leitura a contrapelo da fonte. Dito de outra forma, a indagação daquilo que está invisibilizado no mapa é a potencialidade da metodologia adotada.

A manifestação da indagação do que está oculto no mapa traduz o esforço de trazer à luz os conflitos sociais existentes do contexto histórico. Isso significa entender que o mapa trabalhado no presente está prenhe dos emaranhados e entrecruzados interesses e disputas na relação histórica entre dominadores (colonizador) *versus* oprimidos (colonizado).

Assim, em um olhar *post festum*, percebemos que o vácuo na fonte é intencional. A camuflagem e a ocultação da presença indígena são estratégias imagética e discursiva de apoderamento do território, pois a postura dos cartógrafos em anular o rigor, quando se trata de representar a heterogeneidade dos povos originários habitantes da região, expressa o uso do mapa como um instrumento de Poder.

O que não podemos perder de vista é que no contexto da produção dos mapas selecionados havia a iminente possibilidade de um contra-ataque indígena. Esse era o *status quo* da atividade militar-expedicionária.

Os mapas das expedições demarcatórias, além de delimitar a fronteira (fim último), as cartas e plantas detalhadas, visavam produzir e embasar um arcabouço representativo da geopolítica metropolitana e fortalecer as evidências do fato da posse efetiva para sustentar a retórica jurídica e ideológica na legitimação da guerra e da diplomacia das Coroas ibéricas.

As negociações dos tratados fronteiriços e a produção dos mapas podem ser concebidas como documentos oficiais e, no caso do Estado português, propiciaram o embasamento jurídico e legal para a formalização e mensuração dos terrenos apossados na Colônia brasileira.

Nesse sentido, proporcionaram as condições formais para a racionalização da produção do espaço brasileiro, de modo a engendrar os espaços em disputas na economia-

mundo capitalista-mercantil, instaurando, assim, um sistema de acumulação primitiva de capital no território brasileiro.

Nesse ínterim, o processo histórico e geográfico de acumulação primitiva foi favorecido com o incremento da produção cartográfica setecentista. Isso quer dizer que o uso dos mapas para expandir e consolidar o empreendimento colonizador repercutiu de maneira direta nas novas possibilidades de conhecimento e subjugo dos habitantes e dos domínios territoriais.

A dimensão real do avanço cartográfico em terras coloniais sul-americanas tem na práxis colonizadora europeia o fundamento ineliminável do contínuo processo de separação do ser humano das suas condições objetivas de produção e reprodução da vida.

Com essa perspectiva histórica e geográfica em mente, a leitura das fontes cartográficas toma como ponto de apoio a rememoração da luta histórica dos Guarani contra a invasão das tropas expedicionárias-militares ibéricas na espoliação de suas terras, em meados do século XVIII.

Essa direção interpretativa reserva-nos a lição de entender que o processo histórico e geográfico colonial-espoliativo não aconteceu sem que houvesse muita resistência. A violência com que foram alicerçadas as fronteiras sul-americanas carrega uma história a contrapelo que, ao ser trazida à tona, escancara a potência da resistência e das lutas dos povos indígenas na formação territorial do Brasil.

A perspectiva metodológica assumida nos conduz a pensar criticamente o papel fundante da violência e da espoliação territorial que foram inerentes ao processo histórico de colonização. Assim, o ato de exploração territorial representado nas fontes cartográficas da época procurava ocultar a resistência indígena. Cabe-nos evidenciar esse aspecto e, a partir de uma visão a “contrapelo” na formulação benjaminiana, estudar a formação territorial do Brasil.

Com isso, após a apresentação da série cartográfica e dos comentários tecidos sobre as características e o contexto da produção cartográfica das expedições demarcatórias do Sul comandadas pelas tropas portuguesas, prosseguiremos para a próxima parte do trabalho.

O esforço a seguir é adentrar mais especificamente na chamada Guerra Guaranítica para pensar a *violência* e a *resistência* no contexto de 1753-1756, através do prospecto da guerra, assinado pelo engenheiro militar português José Custódio de Sá e Faria e seus auxiliares.

#### 4. A GUERRA DAS COROAS IBÉRICAS E O MASSACRE CONTRA OS GUARANI (1753-1756)

A nossa abordagem da chamada Guerra Guaranítica (1753-1756) se coloca na contramão da História oficial. A nossa perspectiva tem por referência teórica a leitura benjaminiana da história. Nesse sentido, o nosso olhar está voltado para a “história dos vencidos”. Em outros termos, nos situamos ao lado dos “[...] que estão deitados abaixo das rodas desses tanques majestosos e maravilhoso chamados de Civilização e Progresso” (LOWI, 2019, p. 127).

O que a história oficial chama de “Guerra Guaranítica”, a memória Guarani denomina de *massacre*. É nessa diretriz interpretativa indígena que nos apoiamos para abordar o massacre dirigido pelas tropas ibéricas entre 1753 e 1756 para reprimir o levante Guarani em resposta ao Tratado de Madri. Para a tradição narrativa dos “vencidos”, a historiografia dominante chama de “Guerra Guaranítica” com a intenção de responsabilizar os Guarani habitantes dos Sete Povos das Missões Jesuíticas pela guerra. De acordo com a liderança Guarani David Karai Popygua (2019):

Quando se leva o nome de guerra sempre querem apontar o derrotado, ou, aquele que foi massacrado como o culpado pela guerra. Quem já ouviu falar da Guerra Guaranítica aqui? A “Guerra Guaranítica”, vocês acham mesmo que foram os Guarani que criaram essa guerra? O *jurua* é tão perverso na sua forma de reproduzir a história, para lavar a mente das pessoas ele fala “Guerra Guaranítica”, como se os Guarani tivessem feito uma guerra. Jamais o *jurua* deveria usar ou relacionar o nome do povo Guarani com a guerra dessa forma. Isso é um erro histórico que precisa ser corrigido. Nós não fizemos a guerra, o que aconteceu na região Sul do Brasil nas Missões Jesuíticas foi massacre!<sup>26</sup>

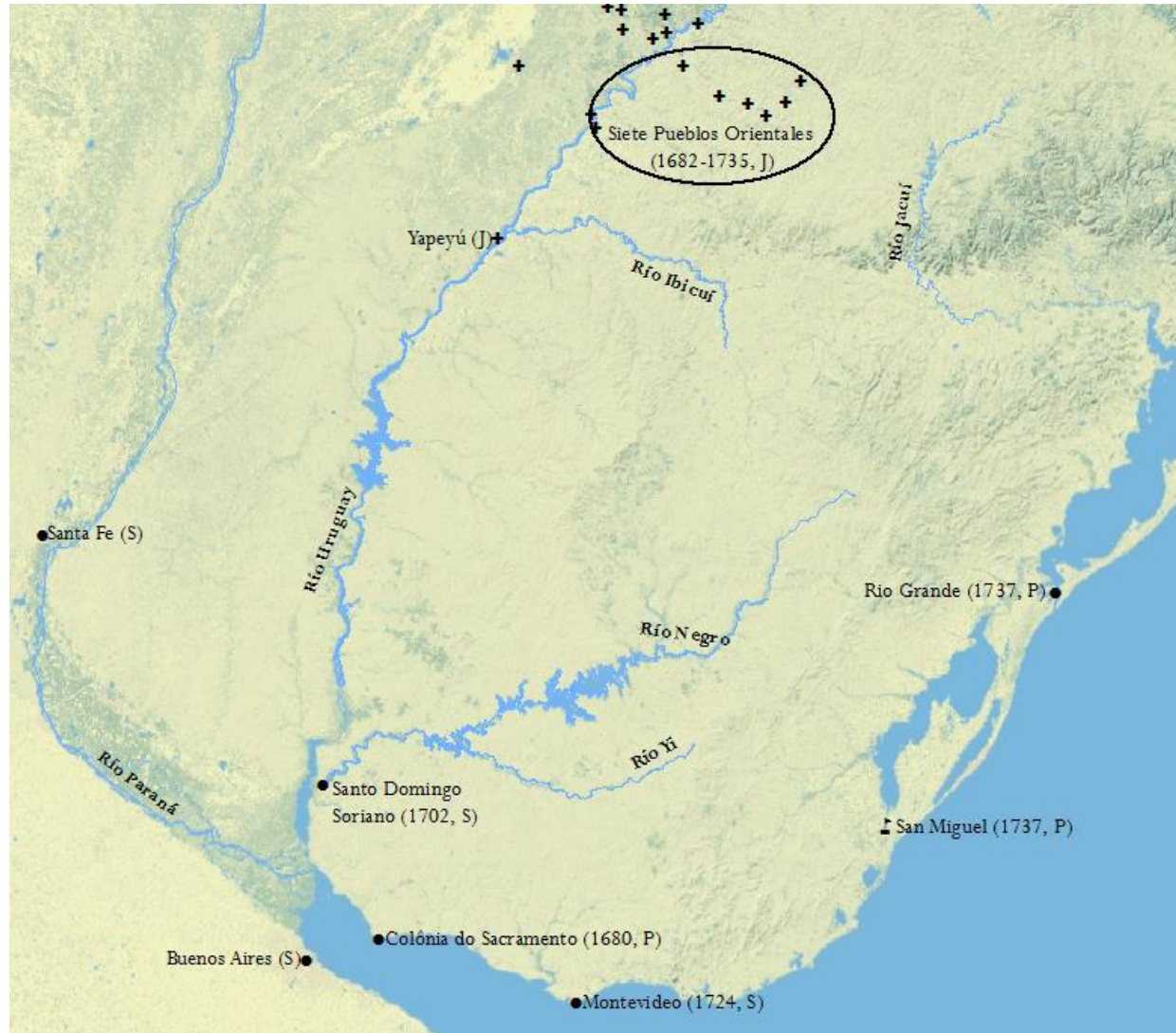
O massacre contra os Guarani foi em retaliação à resistência indígena dos Sete Povos das Missões. A mobilização indígena enfrentou o avanço dos técnicos e tropas ibéricas em seus territórios. Dito em termos diretos, a resistência Guarani enfrentou a violência institucionalizada do Estado monárquico absolutista, “[...] la violencia institucionalizada constituía, aún en pleno siglo XVIII, el principal medio de expansión de la conquista sobre territorios y sociedades nativas” (QUARLERI, 2009, p. 210).

---

<sup>26</sup> A citação foi retirada da transcrição que fizemos da palestra pública proferida por David Karai Popygua no ano de 2019. O evento ocorreu na Universidade de São Paulo, nos dias 5, 6 e 7 de junho, organizado pela Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP), com a coordenação do Prof. Dr. Artur Matuck e curadoria de Maria Lucia Brant de Carvalho. Destacamos na fala a sabedoria e a cosmovisão Guarani que resiste ao tempo e há séculos convive entre nós. A transcrição na íntegra da palestra foi realizada em 30 de setembro de 2019 e anexamos uma versão do material no final da dissertação. Por fim, é importante esclarecer que a palavra *jurua* significa o *não indígena/colonizador*.

Para nos ajudar ajuda a dimensionar espacialmente a abrangência da área das Missões, observemos o mapa produzido por Jeffrey Alan Erbig Junior. em seu trabalho intitulado *Imperial lines, indigenous lands: transforming territorialities of the Río de la Plata – 1680-1805* (2015).

**Figura 7:** Área das Missões dos Sete Povos orientais e as principais praças luso-castelhanas fundadas entre 1680 e 1750



Fonte: Erbig Junior (2015, p. 91).



O mapa traz as principais praças fundadas entre 1680 e 1750. As datas abrangem a fundação da Colônia do Sacramento e o Tratado de Madri, respectivamente. As letras grafadas no mapa representam portugueses (P), espanhóis (S) e jesuítas (J). A ênfase na hidrografia nos permite reconhecer os principais rios que circundavam a área missioneira, como também nos leva a reforçar o papel central dos cursos d'água na circulação da produção e na ligação dos povoados.

O domínio da área missioneira era estratégia fundamental para dirimir os impasses fronteiriços. A resistência indígena dos Sete Povos das Missões contra o domínio português foi criminalizada pelas Coroas. Conforme escreve Quarleri (2009, p. 2010), a revolta dos Guarani atualizou concepções “íntactas” de práticas há muito persistentes na sociedade colonial:

En una amalgama de ideas, los pueblos pasaron a ser rebeldes e infieles, desleales y herejes, y sus acciones fueron condenadas en dos niveles: uno que apuntaba al escarmiento derivado de crimen de lesa majestad y el otro, a la aplicación de las fuerzas bélicas del Estado colonial. Ambos castigos se sumaban porque los guaraníes eran grupos que habían aceptado su vasallaje al rey y ahora se rebelaban contra él.

Segundo Quarleri (2009), em cartas o governador de Buenos Aires, Andonaegui declarou guerra a resistência indígena por crime de lesa-majestade, “[...] se concebía como legítima la ocupación, el exterminio y la esclavitud de los mismos”. A rebelião deveria ser finalizada com o uso de armas e identificar seus líderes e apoiadores: “[...] el uso de las armas y la esclavización de los grupos derrotados acompañaron a la política monárquica desde el origen de la conquista de la América” (QUARLERI, 2009, p. 210).

O *Mappa que contem o País conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q. Fizeraõ as duas Armadas de S. Mag.de*” *Fidell. ma,e Cattolica* (1756), é uma fonte muito importante para os estudos da chamada Guerra Guaranítica. Esse mapa foi produzido pela Primeira Partida do Sul, a mesma que foi impedida de prosseguir com os trabalhos devido à resistência guaranítica em 1753 nos Sete Povos das Missões.

O mapa também leva o título de Prospecto do ataque no Passo do Rio Churieby.<sup>27</sup> A fonte representa um dos principais trabalhos cartográficos que expõem a resistência indígena contra a ação das tropas ibéricas no contexto da guerra contra os Guarani entre os anos de 1753 a 1756. O mapa apresentado pode ser encontrado no Archivo Nacional de Madrid, na

<sup>27</sup> Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, está disponível em: <https://bit.ly/2GqO5KT>. Na Biblioteca Nacional de Montevideú, está disponível em: <https://bit.ly/3d7pJBW>. Acesso em: 1 out. 2020.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional de Montevidéu; os arquivos públicos disponibilizam o material em formato digital.

**Figura 8:** Mappa que contem o País conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q. Fizeraõ as duas Armadas de S. Mag.de” Fidell. ma.e Cattolica (1756). José Custódio de Sá e Faria



Fonte: Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscrito, col. CDD- 989.5 ARC.013,05,005- Cartografia, (66,2x47,7 cm). Disponível em: <https://bit.ly/3nny61F>. Acesso em: 4 out. 2019.

O nosso esforço é evidenciar a representação da resistência indígena no mapa. Para que possamos nos aproximar mais dos detalhes do mapa no contexto da guerra contra os Guarani, vamos observar primeiramente a Declaração das Letras.



**Figura 9:** Detalhes da Declaração das Letras

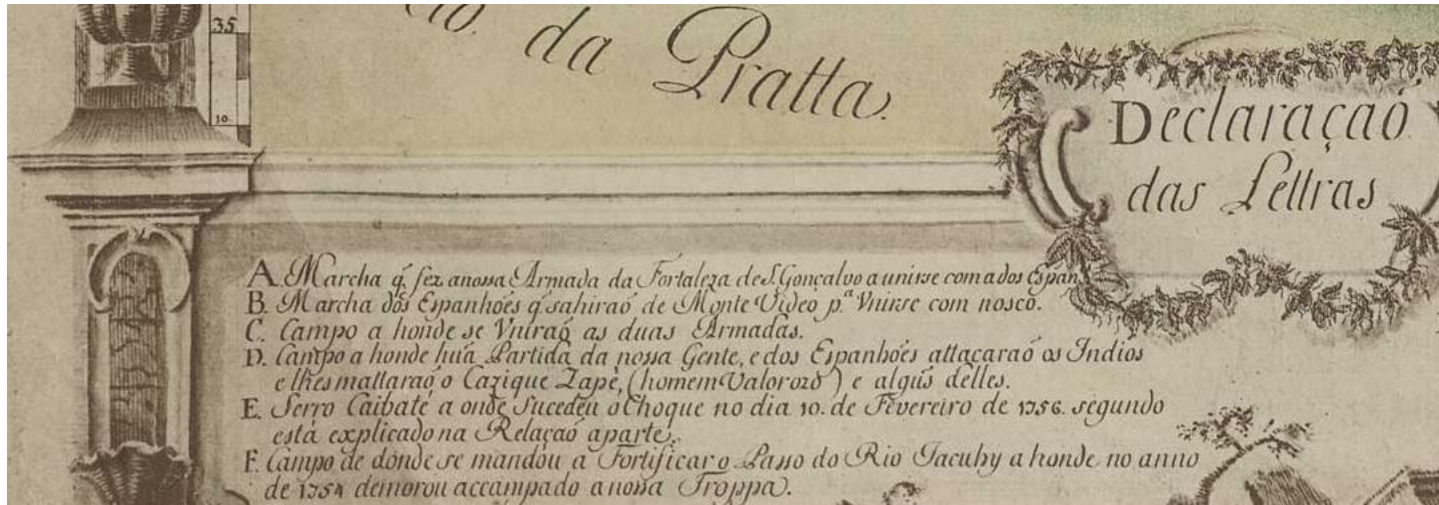


Figura 9A

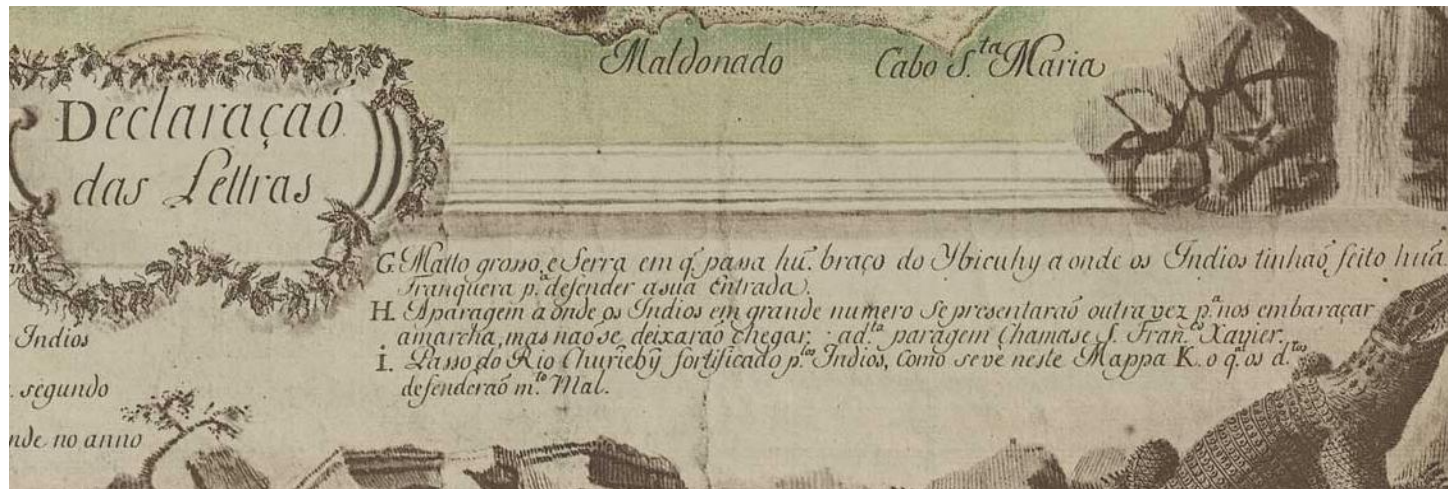


Figura 9B

Na Declaração das Letras destacamos as seguintes descrições:

- D. *Campo a honde huã Partida da nossa Gente, e dos Espanhões atacaraõ os Indios e lhes mattaraõ o Cazique Iapé (homem Valorozo) e algus delles;*
- E. *Serro Caibaté a onde sucedeu o Choque no dia 10 de fevereiro de 1756. Segundo o está explicado na Relaçã aparte;*
- F. *Campo de honde se mandou a Fortificar o Passo do Rio Jacuhy a honde no anno de 1754 demorou accampado a nossa Troppa;*
- G. *Matto grosso e Serra em q'.passa hú. Braço do Ybicuhy a onde os Indios tinhaõ feito huã. Tranquera p.<sup>a</sup> defender a sua Entrada;*
- H. *A paragem a onde os Indios em grande numero se presentaaõ outra vez p.<sup>a</sup> nos embaraçar a marcha, mas não se deixaraõ chegar. Adt.to paragem chamase S.Fran.co Xavier.*

O mapa traz à cena a violência do fato histórico, buscando evidenciar a mobilização das tropas e a explicitação da ação contra os indígenas, por exemplo, com a referência do local da morte da liderança Sepé Tiaraju. A nossa intenção é destacar no mapa a movimentação das tropas nos diferentes momentos dos planos de operações militares, como também representar a ação indígena na frente de resistência contra a invasão de seus territórios, cabe ressaltar que o mapa abarca uma periodização entre os anos de 1753 e 1756.

A escala do mapa é indeterminada e inclui gravado o registro do sargento Sá e Faria – comandante português –, a quem o historiador Tau Golin atribuiu a autoria. A fonte revela a nítida participação dos ajudantes de campo Miguel Angelo de Blasco e João Bento Python, subscrito da seguinte forma: *Miguel Angelo de Blasco Coronel de Inf.<sup>a</sup> com Exercio de Eng.ro, e Director dos Mappas Junto a pessoa do Ill.mo e Ex.mo Gomes Freire de Andrade o fez, mais o Adjudante de Inf.Cõ Exercicio de Eng.ro Joam Bento Pyton.*

**Figura 10:** Detalhe da indicação da autoria do Mappa que contem o País conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q. Fizeraõ as duas Armadas de S. Mag.de' Fidell. ma,e Cattolica (1756)



D. Miguel Angelo de Blasco Coronel de  
Inf.ª com Exercício de Eng.ª e Director dos  
Mappas Junto a pessoa do Ill.ª e Ex.ª Gomes  
de Andrada o fez, Mais o Adjudante  
de Inf.ª to Exercício de Eng.ª Joam Bento Lythorv.

Fonte: Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O mapa abrange o período de ação da Primeira Partida Demarcatória, cujo ponto inicial se deu em Castilhos Grande e a demarcação deveria seguir até o rio Ibicuí. Além disso, o mapa demonstra as ações militares na invasão dos Sete Povos, revelando os pontos de partidas das tropas (Buenos Aires, Montevideu e Colônia do Sacramento) e indica os caminhos de convergências onde as tropas se encontrariam para, juntas, invadirem o território missioneiro sublevado.

O recorte temático enfatiza as estâncias Jesuíticas-Guarani na parte superior do desenho, no qual assinalado em vermelho está o desenho de “cruz”, simbologia muito usual para representar os domínios eclesiásticos nos mapas setecentistas. Para cada desenho está acompanhado o respectivo nome do povoado missioneiro.

Outro elemento em destaque no mapa é a rede hidrográfica, com especial atenção, para os principais rios e lagos da região, como “Rio da Pratta”, “Rio Uruguay”, “Lagoa de Merim”, “Lagoa do Rio Grande”, “Rio Negro” e “Mar do Paraguay”. Também está representada uma rede fluvial que se estende para o interior do continente e assinala alguns rios intermediários que foram referências importantes para balizar os trabalhos cartográficos e serviram de “barreiras naturais”, como “Rio Jacuhy”, “Rio Guacacay”, “Rio Ibicuy Guaçu” e “Rio Iguayba”. Em particular, é destacado o “Rio Churieby” (atual rio Chuni/RS), no qual os indígenas fizeram uma frente de resistência e impediram o prosseguimento das tropas ibéricas em 1754.

No mapa, a técnica “vista de pássaro” é utilizada, dando altitude e profundidade ao desenho. A perspectiva é trazer à tona os acidentes geográficos existentes na região, com especial atenção para o relevo; o cartógrafo usa o sombreamento em cor verde para demonstrar a altitude das serras e montes.

O planalto de grande altitude (atual Escudo Sul-Rio-Grandense, com aproximadamente 500 metros de altitude) traz a seguinte descrição: “Serra que vai athe o Registro, e depois vay parallelo a Costa”, cortando de leste a oeste, logo acima da “Lagoa Merim”. O entorno também é detalhado e apresenta moderadas ondulações para destacar o relevo da região. Na parte inferior do desenho do mapa é possível localizar algumas indicações de serras mais pormenorizadas, como “Serro de Navaro”, “Serro dos Reys” e “Serro de Arero”.

As principais praças e adensamentos populacionais da época colonial estão presentes, como “Montevideo”, “Maldonado”, “Colonia”, “Cabo de St<sup>a</sup> Maria” e “Rio Grn.de de São Pedro”. A prioridade do cartógrafo foi focar na margem superior do Rio da Prata. Além dos

acidentes geográficos, o mapa tem a informação da principal fortaleza da região, a “F. de J. M<sup>a</sup> Jozé” (Fortaleza de Jesus, Maria José do Rio Pardo). O ponto é importante a ser destacado na fonte, pois no ano de 1754 a fortaleza foi tomada pelos indígenas Guarani, liderados por Sepé Tiaraju, que a incendiaram para sabotar a tropa portuguesa e impedir o avanço nas terras missioneiras.

As descrições geográficas são mescladas com conteúdos que revelam a movimentação das tropas no contexto da guerra contra os Guarani dos Sete Povos das Missões. O mapa apresenta com a letra B os traçados que indicam os caminhos pelos quais marcharam as tropas espanholas saindo de Montevidéu; com a letra A assinala a saída dos portugueses de São Gonçalo, nas proximidades da “Lagoa do Rio Grande”, que também está assinalada em linha de cor vermelha até o posto de Santa Tecla.

Na Declaração das Letras, a indicação F (*Campo de honde se mandou a Fortificar o Passo do Rio Jacuhy a honde no anno de 1754 demorou accampado a nossa Troppa.*) revela a posição de acampamento das tropas portuguesas no ano de 1754, quando do encaminhamento do Primeiro Plano de Operação da guerra contra os Guarani. No campo ficaram as tropas portuguesas aguardando os espanhóis – estes últimos, sob o comando de José de Andonaegui, encabeçariam a tomada das Missões.

Além disso, a escolha do terreno em que acamparam as tropas portuguesas revela a falta de conhecimento da realidade do local e das condições climáticas, pedológicas e pluviométricas da região. Cabe mencionar que os fatores climáticos, hidrográficos, pluviométricos e topográficos foram implacáveis e caracterizaram a decadência do Primeiro Plano de Operação, aprofundando, por assim dizer, o fracasso da Primeira Partida, dando força à resistência indígena e malogrando o Tratado de Madri: a enchente de São Miguel.

Nesse ponto, utilizando-se da tática de posição, as tropas lusitanas ficaram acampadas aguardando as tropas espanholas, que deveriam alcançar o Passo do Jacuí pelo lado ocidental da área ainda no ano de 1754. A “demora” das tropas lusitanas naquelas paragens alterou o cenário local das correlações de forças dos grupos indígenas que ocupavam o litoral, as matas e as serras da região. Da mesma forma, a permanência da tropa lusitana nesse local alterou as relações entre os Guarani missioneiros, os Minuanos e os homens das tropas.

Sobre as condições em que ficaram a armada de Gomes Freire e a situação do acampamento militar com as cheias dos rios, o cartógrafo Miguel Ângelo Blasco produziu importantes cartas e prospectos. Sobre isso, escreve T. Golin (2011, p. 51):

*No Perfil do Rio Jachuy no passo ganhado pelos Portuguezes no estado da enchente que houve no mez de 8bro de 1754, o genovês particularizou as posições*



militares no terreno, pintou os abarracamentos e os detalhes de cada parte do acampamento. Com o desenvolvimento de um sistema de linhas coloridas, retratou estudos sobre a calha do Jacuí, com os níveis das cheias, demonstrando “até onde chegou a enchente”; “onde chegou outras vezes”; o “leito ordinário do rio”; o “leito em tempo seco”; “pedras no fundo do rio, que puderam, em tempo seco dificultar a navegação a riba do passo”. O desenho do acampamento fornece subsídio sobre as formas das barracas e a disposição hierárquica das tropas. Identifica a barraca e o estado-maior de Gomes Freire. Em *A cortadura do perfil Campamento do coronel Alpoim constam a “barraca do d.to Coronel Alpoim”; o “Regimento de Artilharia”; “outras barracas pertencentes ao corpo do sobredito Coronel”*.

Em relação ao caso da “enchente de São Miguel”, o que queremos colocar para a reflexão é o caráter estratégico e de defesa do território implícito no episódio. Isso porque não há dúvidas de que os maiores conhecedores da área e da dinâmica climática e topográfica da região eram os indígenas. O fato de a trincheira Guarani se posicionar na margem superior do rio Jacuí e impedir o avanço das tropas, obrigando-os a estacionarem no fundo do vale, nos leva a crer que os indígenas se utilizaram desse conhecimento para favorecer a sua resistência, pois acampadas no fundo do vale as tropas ficariam desastrosamente arruinadas na época das intensas chuvas no fim do ano na região.

O episódio climático intensificou as péssimas condições do acampamento português no Passo do Jacuí. A calamidade era tanta que levou o governador português Gomes Freire a fazer um trato com os caciques de São Miguel. O acordo estabelecido no final do ano de 1754 visou definir o rio Jacuí como rio fronteiro entre portugueses e indígenas. Com o acordo estabelecido entre as partes, as tropas portuguesas retornaram para vila do Rio Grande, consumando-se o fracasso da invasão do primeiro plano de operações.

O fato da enchente de São Miguel é muito interessante para pensarmos o outro lado do confronto e buscarmos o avesso da representação cartográfica, ou seja, a resistência indígena. Não é por mero acaso que o ponto onde fizeram a frente de resistência estava no Passo do Jacuí, isso revela o domínio do conhecimento do terreno pelos Guarani e a tática de organização da luta, na qual o território é tido como componente da ação e suas particularidades são aproveitadas como força potencial na estratégia indígena na defesa de seus interesses.

**Figura 11:** Área core da Batalha de Caiboaté assinalada pela letra E



Fonte: Mappa que contem o País conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q. Fizeraõ As duas Armadas de S. Mag.de' Fidell. ma,e Cattolica (1756). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A posição F, que representa o passo em que “demoraram” os portugueses e onde tiveram que enfrentar a enchente, é a “antessala” da “área core” nas proximidades do “Serro de Caiboaté”, lugar em que, no dia 10 de fevereiro de 1756, as tropas massacraram os indígenas (assinalado no mapa com a letra E). O centro do mapa traz em vermelho uma linha destacada até “Santa Tecla”. Esse é o ponto do mapa que representa a “área core” da guerra contra os indígenas no ano de 1756. Nela, a comissão demarcatória da Primeira Partida do Sul foi impedida de prosseguir. O traço em destaque tem seu início em Castilhos Grande e se encerra em Santa Tecla – esse último foi escolhido por se localizar na entrada da estância de São Miguel e permitir a convergência das manobras das tropas ibéricas.

Sob a descrição *Passo do rio Churieby fortificado pellos Indios*, os cartógrafos representaram com a letra K (no lado esquerdo do mapa) um croqui relatando a posição das tropas ibéricas e a posição dos indígenas que fizeram o bloqueio sobre o rio Churieby (atual rio Chuni/RS) no ano de 1753.



**Figura 12:** Detalhe K do Passo do rio Churieby fortificado pellos Indios, conforme a legenda da Declaração das Letras correspondente à letra I



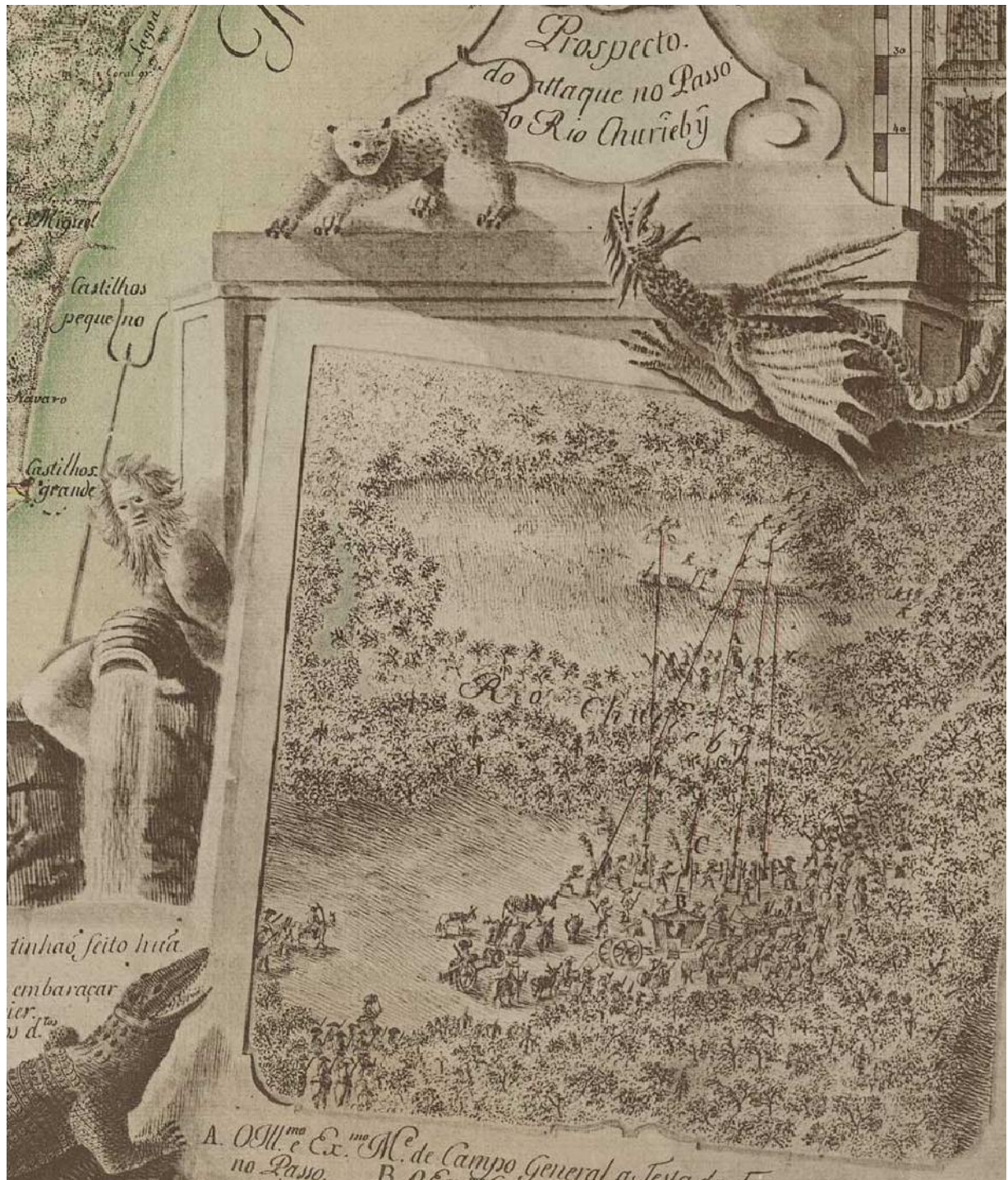
Fonte: Mappa que contem o País conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q. Fizerão as duas Armadas de S. Mag.de' Fidell. ma,e Cattolica (1756). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nota-se na Declaração das Letras a seguinte descrição sobre essa parte do mapa: *I Passo do Rio Churieby fortificado p.los Indios, como se ve neste mappa K. o q. os d.tos defenderaõ m.to Mal.* A Declaração das Letras é um recurso explicativo dos diferentes momentos da unidade de ação das tropas ibéricas contra os indígenas, servindo para elucidar as posições da frente de resistência, explicitar a localização das tropas e evidenciar os caminhos que indicam a ligação entre as estâncias jesuíticas, assim como o ponto de saída das marchas, os imprevistos do plano de operação, as dificuldades da demora da estadia das tropas, as linhas da locomoção sobre o terreno, o ponto de encontro das tropas e as fortificações.

No lado esquerdo podemos perceber que o “passo fortificado pelos índios” localiza-se na forquilha entre os rios Uruguai e Ibicuí. A resistência é apresentada por um desenho esquemático indicando a posição da barreira indígena, apontado pela letra A, *versus* a posição das tropas ibéricas, indicada pela letra B. O caminho assinalado, que fizeram as tropas, é o ponto estratégico mais cobiçado, pois foi nele que se uniram as tropas ibéricas representada pela letra C; o local foi a “porta de entrada” para a ação militar na área missioneira. A resistência dos indígenas é representada no mapa também por meio do “Prospecto do ataque”. A iconografia do massacre busca trazer à cena a “fuga para mata” dos indígenas que “fogem” da cavalaria das tropas que avançam para área missioneira.



**Figura 13:** Detalhe da ornamentação do Prospecto da Guerra



Fonte: Mappa que contem o País conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q. Fizerão As duas Armadas de S. Mag.de” Fidell. ma,e Cattolica (1756). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O “croqui” do bloqueio indígena e a “iconografia do massacre” são duas faces de um mesmo discurso que tem por fundamentação retórica retratar a “desobediência” indígena contra o tratado de limites e o “embaraço” causado às tropas. A “iconografia do massacre” pode ser observada nas seguintes dimensões: (i) mostrar os indígenas voltando para “seu

lugar” na mata/como componente “natural” da paisagem e (ii) a “glorificação” da ação efetiva das tropas na “vitória” contra os “obstáculos” dos “índios rebeldes”.

Vale dizer que, nos estudos dos mapas, não se pode conceber as fontes como registros neutros que expressam os “fatos que ocorreram realmente”, pois essas fontes relatam “verdades” forjadas e que correspondem aos interesses de determinado olhar, a depender das intenções do(s) autor(es) da obra ou da instituição a quem se destina, ou mesmo de quem a financiou.

A problemática a ser trazida é sobre a construção de uma imagem do passado que visa “comemorar a ação militar” e evidenciar os “esforços da ação” e do comprometimento das tropas que conseguiram driblar os indígenas para fazer valer a força a vontade do monarca. Em uma leitura a contrapelo da fonte, é possível captar no mapa a euforia implícita da representação, pois o teor do massacre está relativizado – já que o discurso do “ataque” e da “vitória” contra os “índios” sublima a dimensão trágica e violenta, e glorifica a ação militar.

A resistência indígena, em contrapartida, é deflagrada na enunciação da legenda associada a “obstáculo”, “atraso” e “embaraço”. A tensão e a eminência de um ataque no Passo do Jacuí eram sentidas constantemente pelas tropas. O ponto em que se lê, na letra H, “*índios em grande numero se presentaaõ outra vez p.<sup>a</sup> nos embaraçar a marcha, mas não se deixaraõ chegar*” traz à luz essa situação de instabilidade nas paragens e de complexidade das relações em que os segmentos estiveram envolvidos no momento do confronto.

O sinal disso são as seguintes descrições apresentadas na Declaração das Letras, na qual se lê na letra G, “*Matto Grosso e Serra em q’.passa hú. Braço do Ybicuhy a onde os Índios tinhaõ feito huã. Tranquera p.<sup>a</sup> defender a sua Entrada e H A paragem a onde os Índios em grande numero se presentaaõ outra vez p.<sup>a</sup> nos embaraçar a marcha, mas não se deixaraõ chegar. Adt.to paragem chamase S.Fran.co Xavier*”.

O levante indígena que desafiou o Tratado de Madri foi brutalmente massacrado na batalha que ficou conhecida como Batalha de Caiboaté, ocorrida em 10 de fevereiro de 1756. Antes do massacre, os indígenas buscaram resistir de diferentes maneiras, por meio de cartas para o rei da Espanha e para a Companhia de Jesus com vistas a reivindicar a permanência em suas terras e firmar posição contrária à despossessão pretendida pelos reis de Espanha e Portugal.

O levante indígena foi repudiado pelas autoridades espanholas. Segundo Lia Quarleri (2009), a guerra contra os Guarani foi declarada imediatamente após o ano de 1753, quando os Guarani detiveram os técnicos demarcadores da Primeira Partida do Sul que pretendiam

recolher as informações geográficas para a produção dos mapas estipulados pelo Tratado de Madri. O anúncio de guerra do governador de José de Andonaegui, designado para efetivar a transmigração dos indígenas para o lado espanhol, consolidou a resistência indígena. Nas palavras de Quarleri (2009, p. 15-16):

La intimación no tuvo el efecto esperado, sino que, por el contrario, reforzó el espíritu de oposición originado en los pueblos. En consecuencia, Andonaegui envió una amenaza de guerra a las reducciones cuando los guaraníes ya estaban dispuestos a defender sus tierras con las armas. De forma inmediata, siguiendo instrucciones reales, el gobernador preparó una campaña bélica contra aquellos. Por su parte, los guaraníes, apelando a su experiencia militar previa como milicias del rey, se organizaron para la guerra. Entre los años de 1754 y 1756, los pueblos de ambas bandas del río Uruguay, conducidos por sus caciques y líderes, se enfrentaron a las fuerzas españolas, aliadas a las de sus históricos rivales, los portugueses.

A fronteira a ser demarcada no tratado “rasgava” os territórios dos Sete Povos localizados no extremo sul do território colonial, à oriente do rio Uruguai. Os territórios foram disputados pelas Coroas ibéricas durante todo os séculos XVII e XVIII, ficando conhecidos como “territórios missioneiros” ou “missões jesuíticas-Guarani” – por se tratar de um conjunto de 30 aldeamentos habitados na maioria pelos indígenas Guarani. O conjunto do povoado era dirigido pelos padres jesuítas espanhóis sob o controle da Companhia de Jesus.<sup>28</sup>

Como esclarece Lia Quarleri (2009), a princípio grande parte dos indígenas Guarani, mesmo a contragosto e insatisfeita, aceitou a transmigração para os novos assentamentos dentro dos domínios espanhóis. Porém, a precariedade das condições obrigou-os a regressar para as reduções jesuítas na margem esquerda do rio Uruguai.

A revolta da falta de estrutura para prosseguir com seus modos de vida gerou a necessidade de articulação conjunta dos aldeamentos jesuíticos-Guarani. À medida que as notícias da presença na região dos técnicos das expedições demarcatórias se espalhavam, maiores eram as preocupações dos Guarani para defender seus territórios.

As lideranças Guarani conseguiram articular a mobilização de praticamente todos os 30 povoados missioneiros. A mobilização contra o Tratado de Limites teve como primeira estratégia de resistência, estender uma frente de guerreiros nas proximidades de Santa Tecla (atual Bagé/RS) para impedir a entrada dos demarcadores da Primeira Partida do Sul, o episódio foi registrado no diário<sup>29</sup> de José Custódio de Sá e Faria em 26 de fevereiro de 1753.

<sup>28</sup> No próximo capítulo falaremos mais especificamente sobre as missões jesuíticas Guarani.

<sup>29</sup> É importante notar que Tau Golin (1998), ao apresentar o diários de J. C. de Sá e Faria, evidencia que o coronel utiliza uma multiplicidade de fontes, com inclusão de diários, cartas e observações feitas pelos técnicos e militares espanhóis. Dessa forma, Custódio se valeu de diferentes inscrições e fontes para trazer uma visão amplificada dos acontecimentos, buscando endossar com “contraprovas” as ações dos técnicos e militares. Consultar T. Golin (1998, p. 512, nota 360).



Os comissários da Primeira Partida do Sul, o espanhol Juan de Enchevarría e o português Francisco Antonio Cardoso de Meneses, acompanhados por 400 soldados, alcançaram as paragens da estância de São Miguel quando foram abordados por lideranças Guarani e autoridades missioneiras, como foi o caso do alferes Sepé Tiaraju, que na ocasião era o porta-voz da resistência Guarani que obrigou os comissários da Partida a retornar, pois os indígenas não tinham ordens de deixar passar a comitiva.

Para evitar el avance sobre sus tierras el capitán de los guaraníes amenazó a la expedición con la llegada de un ejército compuesto por nueve mil hombres. No obstante, la amenaza efectuada sólo constituyó una estrategia para amedrentar a una tropa española y portuguesa superior en número. (QUARLERI, 2009, p. 185)

A estratégia indígena de amedrontar a expedição com o anúncio da “chegada de nove mil homens” teve resultado positivo e obrigou a expedição recuar para Colônia do Sacramento, Montevideú, Arraial de Veras e Rio Grande. O resultando da frente de resistência culminou no retardamento do levantamento das adjacências dos rios Ibicuí e Uruguai, os trabalhos realizados pelos técnicos expedicionários se limitaram às cabeceiras do rio Negro.

O bloqueio da frente indígena na entrada da estância de São Miguel em 1753 pode ser classificado como o primeiro marco da resistência Guarani *in loco* contra o Tratado de Madri. Os relatos, diários e mapas da época enfatizam o levante indígena como um marco geopolítico que irrompeu as estratégias imperiais e as negociações políticas que determinavam a definição da fronteira luso-castelhana no continente sul-americano.

Após o episódio ocorrido na entrada de São Miguel, as forças militares foram acionadas e as chances de um acordo entre indígenas e demarcadores ficaram ainda mais distantes. O bloqueio indígena foi interpretado pelas tropas como um recado para “provocar a guerra”. A acusação ficou ainda mais grave quando, no ano de 1754, os indígenas ocuparam o forte do rio Pardo. Na ocasião, os portugueses que escoltavam o forte foram surpreendidos pelos indígenas, que levaram cavalos e armas de fogo encontradas no armazém. A ação ao Forte Jesus, Maria, José do rio Pardo contou com a liderança de Sepé. O incêndio provocado no Forte podia ser visualizado pelas tropas portuguesas que estavam acampadas nas proximidades do rio Jacuí. O fogo destruiu drasticamente o Forte, o que aprofundou o malogro da operação das tropas ibéricas naquele mesmo ano. Desde então, a reconstrução do forte se colocou como tarefa urgente, demandando braços (diga-se, força de trabalho majoritariamente indígena) e recursos da Coroa portuguesa. A reconstrução se estendeu até o

ano de 1755, quando as forças militares começaram a colocar em movimento a nova operação contra os Guarani dos Sete Povos das Missões.

Nesse contexto, a reorganização das tropas e a articulação do novo plano de guerra abrangeu todo o ano de 1755, quando as tropas ibéricas unidas na cabeceira do rio Negro marchariam juntas para invadir os Sete Povos via estância de São Miguel no ano seguinte. O incêndio do Forte ampliou a perseguição contra a liderança de Sepé, endossando a comemoração dos oficiais na colônia e no além-mar quando a liderança foi assassinada em 1756, com o tiro do governador de Montevideú Joaquim Viana.

Conforme Lia Quarleri (2009), as notícias que chegavam ao povoado sobre as manobras e intenções portuguesas de invasão e ocupação do território missioneiro transformaram os ânimos e as relações durante os anos de 1753 e 1754. Segundo a autora, em 26 de fevereiro de 1754, a decisão de desalojar os portugueses do Forte (comandada pelas lideranças indígenas, como Sepé Tiaraju e Alexandre Mbruari) reuniu um contingente de 500 indígenas dos territórios mais próximos, como São Lourenço, São Luís e São João. O incêndio ocorreu antes de que o exército de Espanha e Portugal de fato se pusessem em marcha.

A tentativa de emboscada pretendia amedrontar a guarnição lusa visando ao abandono do Forte e o recuo da presença portuguesa na área missioneira. “Se esperaba de esta forma marcar separaciones más claras entre las dos partes, dar margen a una mejor defensa del territorio y evitar la invasión de sus tierras” (QUARLERI, 2009, p. 248).

Em cartas, o padre T. Henis explicitava que a ação dos indígenas não tinha por intenção o confronto aberto e nem um combate direto, sendo uma maneira alternativa encontrada pelos Guarani das missões-jesuítas para dar visibilidade a suas reivindicações contra as negociações diplomáticas que lhes impunham a despossessão territorial. Nesse contexto de instabilidade, a ação Guarani foi encarada pelas tropas como uma traição, gerando enorme oposição entre as tropas ibéricas e reforçando o discurso de punição e perseguição contra os rebeldes.

A presença das tropas nas proximidades dos territórios missioneiros levou, então, a ação conjunta contra a fortaleza de Jesus, Maria, José, “[...] enquanto ocorria o combate de assalto, em que a guarnição da fortaleza de Jesus, Maria, José disparou mais de mil tiros de fuzis e cem de canhões, grupos missioneiros reuniram em torno de setenta cavalos dos oficiais nos pastos próximos e atravessaram o rio Pardo” (GOLIN, 2012, p. 92).

A participação de Sepé Tiaraju e Alexandro Mbaruari na condução de 500 guerreiro é marcante na ação. Assim, divididos em três tropas, os indígenas sitiaram os portugueses e atacaram com flechas e com canhões rudimentares a fortaleza, atingindo 14 soldados. Escreve Quarleri (2009, p. 249):

De forma inmediata, los guaraníes abandonaron el sitio para, en cambio, tomar por sorpresa los depósitos y las casas existentes en los entornos da fortaleza. Al estar sin guardias, fueron arrebatados por aquéllos en su afán por tomar las armas disponibles, las hachas y otros bienes. El saqueo emprendido determinó que se perdiera la unidad entre los capitanes de la tropa y que el programa de acción se difuminara. La dispersión, como la ausencia de una táctica que trascendiera el ataque y el asalto a la fortaleza, los expuso a una contra ofensiva del adversario.

Ainda segundo Lia Quarleri (2019, p. 252-253):

El combate se extendió por dos horas y, no obstante, la persistencia de los guaraníes, el ataque fue resistido con éxito por sus enemigos. [...] el golpe definitivo se produjo cuando unos doscientos portugueses salieron de la empalizada defensiva y comenzaron a avanzar sobre ellos con sus cañones. La tropa de los pueblos retrocedió y se refugió en diferentes partidas en los bosques aledaños. El signo trágico del día 29 de abril fue la muerte del capitán Alejandro, teniente del corregidor del pueblo de San Miguel.

A contraofensiva portuguesa levou à retirada dos indígenas, ficando mortos 20 deles.<sup>30</sup> Os feridos foram recolhidos e, “en símbolo de venganza y escarmiento, le cortaron la cabeza a un comandante del pueblo de San Luis” (QUARLERI, 2009, p. 249).

A morte de Alexandre Mbaruari foi devastadora na articulação dos guerreiros e, por consequência, no agravamento da situação. As lideranças Guarani buscaram alternativas para o encaminhamento do embate, porém sem êxito. Na ocasião, as forças portuguesas propuseram uma trégua com a intenção de recuperar os cavalos levados. Sepé Tiaraju aceitou e se colocou a negociar com os portugueses nas proximidades do Forte.

Como forma de impressionar a liderança indígena e ganhar sua confiança, o exército português festejou a aproximação, o que despertou o interesse dos demais Guarani que também se juntaram ao pé do Forte. Assim, desarmados e desprevenidos, foram aprisionados pelo exército português. “La toma de cincuenta y tres rehenes junto a su capitán, Sepé Tiarayú, fue un duro golpe para la ofensiva guaraní y el primer signo contundente de la debilidad de sus fuerzas, así como de la ausencia de una táctica bélica efectiva por parte de los pueblos” (QUARLERI, 2019, p. 254). No diário de José Custódio, a contraofensiva portuguesa é descrita da seguinte forma:

---

<sup>30</sup> “As cifras do jesuíta Tadeu Hanis divergem: morreram 22 índios e 26 saíram feridos. Caíram 14 portugueses” (GOLIN, 2012, p. 86).

Recebendo eles a primeira força de nossa artilharia, logo a poucos passos, se puseram em retirada, já muito destroçados, deixando seis índios mortos e duas peças do calibre de dois, com 4 carretas delas, deitaram no fundo do Rio Pardo, quando por ele passaram a nado, por irem a quem mais podia fugir. (GOLIN, 1998, p. 295)

Destacamos alguns elementos que se desdobraram na ocorrência do ataque ao Forte:

(i) a estratégia portuguesa de forjar uma trégua para recuperar os cavalos, mas (ii) se aproveitando da confiança dos indígenas nas negociações em troca dos prisioneiros. Sepé ficaria responsável por recuperar os cavalos levados para recuperar os prisioneiros. Dessa forma, junto a alguns homens do exército português, cavalgou em direção à outra margem do rio Pardo, onde buscaria recuperar os animais. No entanto, dada a traição lusitana, o líder indígena decidiu saltar do cavalo em que estava e se embrenhou na mata, abandonando os portugueses no caminho. A fuga de Sepé ocasionou o aumento à sua perseguição; assim (iii), os Guarani que ficaram na prisão portuguesa foram levados em uma embarcação até Rio Grande de São Pedro. Conforme escreve Quarleri (2019, p. 254):

[...] estando en viaje los prisioneros, intentaron revertir la situación atacando a la tripulación y prendiendo fuego la embarcación. En aquel episodio varios perdieron la vida y sólo 13 o 14 guaraníes llegaron hasta Río Grande de San Pedro donde los esperaba Gomes Freire.

Com isso, a ação ao Forte Jesus, Maria, José do Rio Pardo desdobrou-se de modo trágico, tendo em vista que grande parte dos Guarani que participaram da ação foram mortos e rendidos pelos portugueses. Os acontecimentos agudizaram a fúria metropolitana. Em carta aos caciques, Gomes Freire afirmou:<sup>31</sup> “[...] me rompisteis la guerra contra el derecho de las gentes y contra la ley católica que decís profesáis atacando un pequeño presidio con grande número de gente” (QUARLERI, 2009, p. 248). Dessa forma, o cenário de guerra estava montado e durante os anos de 1754 e 1755 a tensão do conflito se torna incontornável.

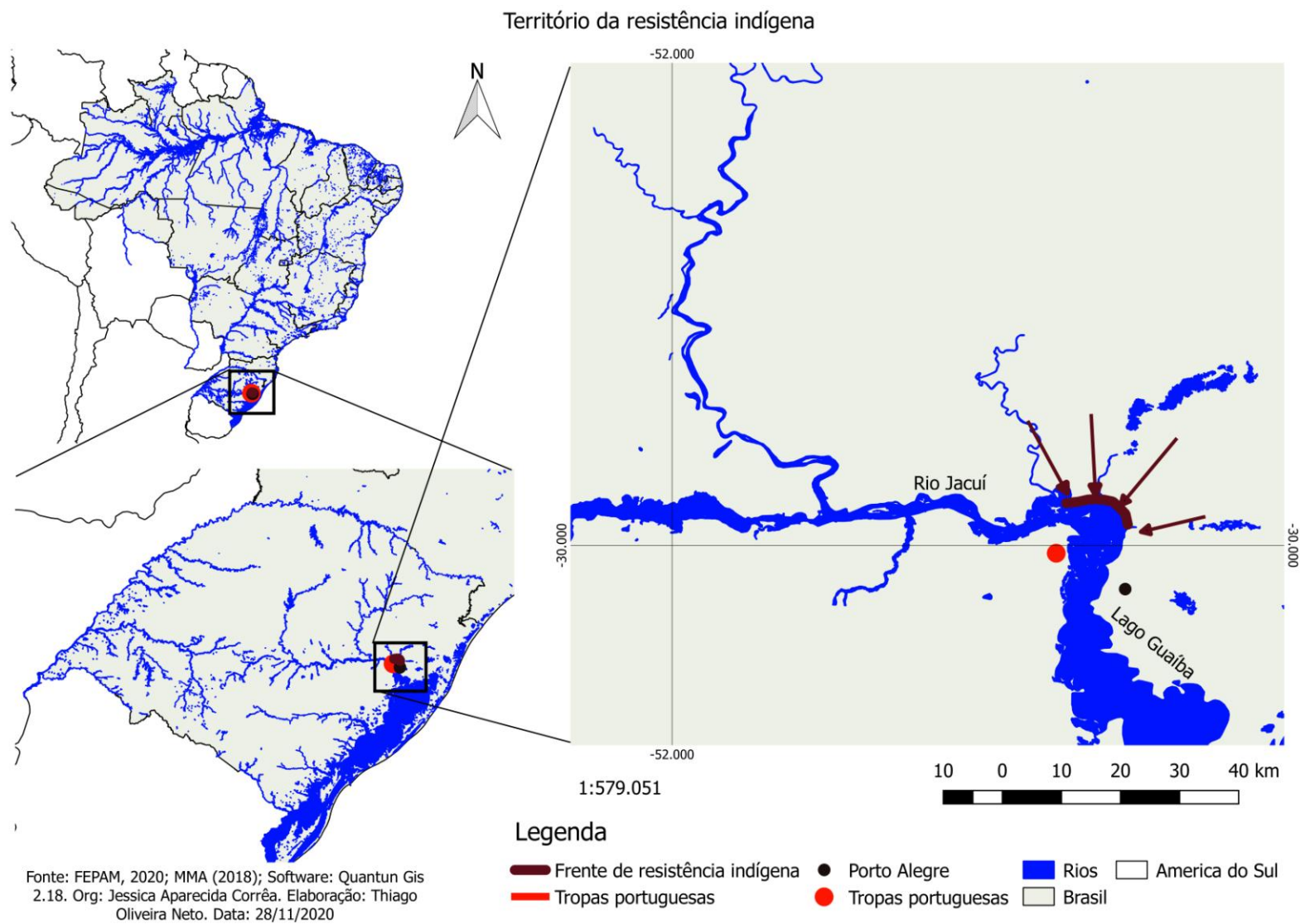
---

<sup>31</sup> Consultar no Arquivo Histórico Nacional de Madri a *Carta de Gomes Freire de Andrada a los caciques comandantes de los pueblos rebeldes. Río Pardo, 18 de julio de 1754*. Legajo 120, expediente 49, foja 1v. A referência ao documento foi retirada de Quarleri (2009, p. 248).

#### 4.1. A RESISTÊNCIA GUARANI DOS SETE POVOS DAS MISSÕES

A posição estratégica da frente de resistência contava com a sabedoria indígena, os verdadeiros e profundos conhecedores da geografia local. No mapa que organizamos, buscamos evidenciar a posição da frente de resistência, ressaltando a posição adotada pelos Guarani na margem superior do rio Jacuí, que representamos com uma barreira (de cor vinho) com setas apontadas para baixo, na contravertente da posição das tropas portuguesas.

**Figura 14:** Território de resistência Guarani



O destaque do mapa é para a frente de atuação indígena que impediu o avanço das tropas portuguesas posicionadas na parte inferior do rio Jacuí (em vermelho). O ponto estratégico na margem superior do rio está em uma diferença de aproximadamente 10 metros de altitude da margem inferior; isso se deve ao formato meândrico do rio, que estabelece uma diferença de posição entre os indígenas e as tropas portuguesas. Da mesma maneira, a posição dos indígenas demonstra o conhecimento dos Guarani sobre o terreno. A vista indígena tinha um olhar privilegiado para acompanhar a movimentação das tropas portuguesas.

O contraponto que queremos levantar é que, para a interpretação militar e oficial, a movimentação indígena é descrita como “obstáculo” ou “embaraço”, tal como anunciado na Declaração das Letras no mapa de 1756. Porém, em uma leitura a contrapelo (BENJAMIN, 2012), o conteúdo do *Prospecto* registra a existência da dominação real e efetiva dos indígenas sobre o território, em contraposição ao projeto do poder imperial. Essa é a dimensão da resistência que podemos captar na fonte. Assim, na outra ponta da interpretação, o verdadeiro “obstáculo” foram os interesses metropolitanos levados a cabo pela força militar, pois é o poder externo da geopolítica ibérica que de fato se manifestou como “empecilho” para o prosseguimento do modo de vida Guarani.

Outra dimensão da resistência indígena que podemos captar na representação do *Prospecto* de 1756 está relacionada ao desenho da vegetação, que (além da agradável estética) proporciona a dimensão de profundidade. Nesse sentido, o desenho tem a função informativa sobre as condições físicas do lugar; dessa forma, indica a estratégia indígena de ocupação do terreno na sabedoria de sobrevivência em campo aberto, já que a mata permitia camuflagem dos guerreiros, provimento de alimentos e proteção ao abrigo das intempéries climáticas.

Por isso, defendemos que o conhecimento indígena do terreno e das condições geográfica e naturais foi utilizado como elemento de apoio na estratégia da resistência contra a invasão das tropas. Nessa direção, traçamos os caminhos para pensar a *resistência indígena* mais amplamente – ou seja, seu conceito é mais abrangente do que a ação das “trincheiras” no momento da confrontação. O esforço metodológico empreendido na leitura da fonte cartográfica tem por intenção reivindicar uma leitura crítica do passado colonial luso-brasileiro e interrogar a “função criadora” da violência. Dessa forma, com base em Carlos Salamanca (2014, p. 2):

Estos planteamientos se vinculan con una definición específica de la violencia que incorpora no sólo su variante disruptiva o destructiva sino también aquella constitutiva de las relaciones sociales. Ambigua y paradójica, la violencia destruye en algunos sentidos, pero también construye en otros (Marx 2014[1946], Girard 1985, Bloch 1992). Más allá de las diversas formas en que se puede manifestar, la

violencia es parte constitutiva de las relaciones sociales (Isla y Míguez 2003: 24). A su vez, la violencia hace parte de un conjunto más amplio de mecanismos (de dominación, coerción, seducción, coacción, fascinación, entre otros) que producen configuraciones y ordenamientos sociales, culturales, políticos y económicos. Al implicar determinado tipo de relaciones, jerarquías y ordenamientos sociales, la violencia produce no sólo órdenes y estructuras, también sujetos y relaciones sociales.

Em outros termos, a guerra contra os Guarani ocorrida entre 1753 e 1756 trouxe à tona uma contradição ineliminável: a resistência indígena como sociabilidade fundante da formação territorial do Brasil. Na perspectiva da violência como “criadora”, tem-se o surgimento dos próprios sujeitos submetidos à opressão como contradição, pois, à medida que produziam sensibilidades, acordos e consensos e formavam, conjuntamente, estratégias para sobreviver e denunciar a violação, essa mesma conjugação de forças transgressoras da ordem violadora formavam as próprias bases de valores e autoridades que depõem a violência. De acordo com Carlos Salamanca (2014, p. 4):

Este análisis de ida y vuelta contribuye a comprender no sólo el accionar de los agentes de violencia mismos sino las condiciones de posibilidad y los mecanismos que hicieron posible que, en determinados contextos, determinadas sociedades o segmentos (no minoritarios de las mismas) suscribieran a su autoridad y a los valores promovidos por estos.

Nessa direção, a unidade gerada entre os indígenas Guarani missioneiros e as demais etnias habitantes da região contra a invasão das tropas ibéricas pode ser compreendida sob essa perspectiva “criadora” das sociabilidades resilientes.

La violencia, como cualquier relación social, no se despliega en territorios vacíos, se escribe en hojas blancas, se corporiza en cuerpos sin sujetos, ni se incorpora en sujetos sin cuerpos. De esta constatación se derivan varias consecuencias. En el caso de los pueblos indígenas, las prácticas de violencia se insertan, por una parte, en unas extensas trayectorias históricas (colectivas, familiares e individuales) caracterizadas en general por el racismo, la explotación económica, la negación de derechos y la discriminación. Por otra parte, por largas trayectorias de lucha, resistencia y acomodación al poder, la hegemonía y la violencia de gobiernos, estados y élites políticas y económicas. (SALAMANCA, 2014, p. 3-4)

O modo pelo qual os Guarani se uniram a outros grupos étnicos, como foi o caso dos Charrua, e aos padres jesuítas revelam as diferentes expressões das formas de resistência que os indígenas Guarani buscaram para a sobrevivência da sua comunidade e para a garantia de seus territórios. Por isso, a importância da problematização de Salamanca (2014, p. 5):

[...] el reconocimiento de la dimensión *creadora* de la violencia, permite complejizar los análisis de la violencia, complementando la mirada sobre una violencia que se ejerce sobre las víctimas pero que de cierta forma la antecede y la sobrepasa en sus propósitos y en sus consecuencias.



Dito isso, o que temos em mente é que as disputas territoriais representadas pelas fontes cartográficas setecentistas que estamos trabalhando são condensadas por divergentes projetos de usos territoriais e intencionalidades políticas. Portanto, o resgate dessas tensões históricas requer evocar um “passado” que está vivo nas práticas sociais de resistências e lutas dos povos indígenas na contemporaneidade.

É nessa perspectiva que concebemos a Geografia Histórica, não como um “subcampo disciplinar” da Geografia, mas sim como uma metodologia de análise dos processos históricos e espaciais, cuja mirada *post festum* (MORAES, 2006) é a guisa teórica fundamental para iluminar as lutas dos povos originários do presente, que resistem secularmente contra os insistentes projetos dominante de cada época.

Assim, essa leitura *post festum*, a partir da Geografia Histórica, busca resgatar as evidências desse “passado-vivo” que nutre o presente. Como ressalta Salamanca (2014, p. 5), no espaço geográfico:

se condensan múltiples proyectos e intencionalidades políticas, se inscribe la naturaleza paradójica de las formas que toman las prácticas de violencia y las formas en que son evocadas, se encuentran aquellos pasados que se ha querido borrar y enterrar. También es allí en donde cobran evidencia material los nuevos ordenamientos y configuraciones en construcción, viabilizados a través de la violencia.

Nessa direção, o olhar retrospectivo da Geografia Histórica permite-nos, no *post festum*, entender as tensões e disputas entabuladas no espaço colonial brasileiro e compreender o papel da violência imperial e os paradoxos que as práticas violentas evocam. Portanto, é nessa direção que guiamos nosso olhar para captar a resistência indígena do episódio bélico do massacre contra os Guarani de 1756, ou seja, pensamos a resistência indígena em todo o processo de “negociação”, “tratativas” e “participações” que as lideranças indígenas tiveram que se envolver nos diferentes contextos de disputas.

A esse respeito, é importante ressaltar a riqueza histórica das inúmeras cartas indígenas pedindo para as autoridades monárquicas a reconsideração e suspensão da invasão bélica. Nas cartas, a mensagem busca interrogar a Coroa espanhola sobre a entrega dos Sete Povos para os portugueses. Era inconcebível a entrega dos territórios missioneiros para os “inimigos portugueses”, de modo que os próprios indígenas tiveram que lutar em nome de Castela inúmeras vezes para barrar a expansão dos invasores nas terras.

Vale dizer que as cartas eram escritas em Guarani e traduzidas por capelães para o espanhol. As denúncias contra os prejuízos e os riscos da sobrevivência Guarani se tornaram cotidianas. Essas fontes históricas são ricas de contraprovas que permitem problematizar a

visão oficial absolutista e antijesuítica da época, cujo discurso julgava os indígenas incapazes de uma revolta e condenava os jesuítas por serem responsáveis pela levante. Citamos o que escreve Quarleri (2009, p. 294) sobre as cartas indígenas e documentos produzidos no contexto antes e depois de 1756:

Durante la resistencia, los caciques, los líderes y los curas se comunicaban por escrito de forma cotidiana. Pese a ello, por su contenido y escaso número, conforman instancias únicas de conocimiento sobre las ideas y prácticas de los rebeldes en aquellos agitados días. Los manuscritos disponibles, aunque fueron traducidos del guaraní por intérpretes que no tenían un cabal dominio del idioma, permiten, a su vez, en contraste con informes e o testimonios levantados con posteridad a la guerra, apreciar la forma en que los pueblos se prepararon y se interrogaron sobre los movimientos del enemigo, así como sus concepciones, temores y consideraciones en torno a lo que estaba sucediendo.

A autora explica que os manuscritos e as correspondências trocadas na época da guerra mostram também como as informações chegavam aos povoados, construindo, em certo sentido, o processo de resistência e rebelião armada dos Guarani. Assim, guardadas as particularidades da conjuntura do pré e pós-guerra contra os Guarani, conforme escreve Quarleri (2009, p. 295), nas fontes:

se transmite el deseo de unión entre los pueblos, mientras que la relación con los jesuitas aparece en algunos casos clara y en otros resulta ambigua. [...] Pero, sobre todo, en las fuentes se vislumbra que el espíritu de oposición o resistencia a entregar las tierras involucró a la mayoría de los actores locales, tanto guaraníes como jesuitas.

A união entre indígenas reduzidos, “infiéis” e jesuítas contra a entrega dos Sete Povos das Missões é fruto dessa potência criadora e contraditória da violência. A resistência indígena por meio de cartas e ação direta contra a invasão de seus territórios são manifestações de sobrevivência contra a violência imposta pela colonização. Nesse sentido, o surgimento de lideranças indígenas é o avesso *criador* latente na prática da violência imperial, tal como é o caso das lideranças Sepé Tiaraju, Nicolás Ñeenguirú, Rafael Paracatú e Valentim Ibarigua. Essas lideranças atuaram tanto no recrutamento de guerreiros para enfrentar os exércitos quanto na produção de cartas e documentos que se opunham ao Tratado de Madri.

Sendo assim, a resistência pode ser vista, como sugere Quarleri (2009, p. 299), através de três níveis. O primeiro está relacionado ao que ela chama de “índios comuns, ou soldados”, ou seja, os que não tinham contatos diretos com os curas, com as autoridades do cabildo e nem com os líderes do movimento, porém estavam sob responsabilidade dos caciques e ficaram incumbidos do enfrentamento direto para impedir o avanço dos exércitos ibéricos. O segundo nível de resistência é aquele de origem jesuítica, na produção de crônicas e narrativas que mostram a ativa participação dos líderes indígenas e dos caciques, mas visando ao

distanciamento dos padres na rebelião. Contudo, nesse segundo nível apresentam-se os indícios do compromisso político e ideológico de alguns jesuítas com a causa dos indígenas.

Por fim, como destaca a autora, o terceiro nível é aquele em que se revelam as vinculações entre os padres e as lideranças indígenas nas trocas de informações para o fortalecimento da oposição. Nesse último nível, podemos exemplificar o alcance da importância da liderança Sepé Tiaraju na condução da resistência indígena e suas fortes vinculações com os curas de São Miguel.<sup>32</sup>

Destarte, a participação central dos caciques e autoridades indígenas na construção da resistência foi permanente na mobilização indígena e na capacitação para impedir a usurpação de seus territórios. Outrossim, não menos importante foi a união entre as lideranças indígenas e os padres jesuítas, contrastando com as perspectivas que pregavam na época a “passividade” e “incapacidade” indígena na contestação das entregas territoriais.

Por fim, caciques e cabildos foram agentes ativos que organizaram a resistência armada indígena. O desdobramento disso foi a perseguição e o assassinato dessas lideranças e daqueles mobilizados e representados por eles. O levante indígena endossou a justificativa metropolitana de usar a violência para exterminar os “rebeldes”.

---

<sup>32</sup> Lia Quarleri (2009, p. 302) nos oferece a seguinte referência de carta trocada por Valentín Ibariguã a Sepé Tiarajú: *Carta de Valentín Ibarigua a José Tiarayú, corregidor de San Miguel. San Jávier, 5 de febrero de 1756*, Madrid, Archivo Histórico Nacional, Sección Estado, Legajo 4798/2, documento 346, fojas 1-2. Ver também *Extractos de las cartas que se hallaron en legua guaraní en la sorpresa que Joaquim Viana hizo al pueblo de San Lorenzo*, Madri, Archivo Histórico Nacional, Sección Estado, Legajo 4798/1, documento 202, foja 4.

#### 4.2. A MOVIMENTAÇÃO DAS TROPAS IBÉRICAS E O ASSASSINATO DA LIDERANÇA GUARANI SEPÉ TIARAJU (1756)

O ano de 1754 é marcado pela vitória do movimento indígena que conseguiu frear até o ano de 1755 a invasão das tropas ibéricas no território Guarani. A frente indígena localizada estrategicamente na margem superior do rio Jacuí não somente tinha uma “vantagem” visual da perspectiva do terreno sobre a movimentação das tropas, mas também, como já mencionamos, era profunda conhecedora das condições físicas e naturais da região.

Nesse mesmo ano, o rio Jacuí havia se tornado um espécie de fronteira entre as tropas portuguesas localizadas na margem inferior e os guerreiros Guarani, acampados na margem superior do rio. À medida que os meses passavam, as tropas ficavam cada vez mais dispersas e vulneráveis a um ataque de surpresa. Porém, o que os militares portugueses não esperavam era uma grande enchente que destruiu o acampamento em dezembro daquele ano.

As péssimas condições do acampamento, a falta de notícias das tropas espanholas e o persistente bloqueio indígena do passo do Jacuí foram elementos centrais que impulsionaram a decadência do Primeiro Plano de Operações das tropas. No plano mencionado, as tropas deveriam marchar conjuntamente rumo à Santa Tecla, na entrada dos territórios missioneiros.

Ainda em dezembro de 1754, as condições climáticas e a alta pluviosidade assolaram a flotilha espanhola que navegava o rio Uruguai. Esses acontecimentos geraram diversos contratempos enfraquecendo, dessa forma, as condições de enfrentamento das tropas ibéricas. Por isso, esse foi um ano vitorioso e marcante na história da guerra contra os indígenas dos Sete Povos das Missões. O retardamento da ação das tropas ibéricas foi resultado do conhecimento indígena sobre o terreno e das condições climáticas da região e da unidade de ação entre os Guarani das reduções jesuíticas com grupos étnicos da região – por exemplo, os Charrua, que viam com maus olhos o domínio português sobre campos e pastos da região.

Nos relatos da entrada em Santa Tecla, no diário do coronel português José Custódio de Sá e Faria, os informes deixaram claro que as conversações e negociações com os Guarani de São Miguel foram difíceis. Os indígenas mobilizados quiseram falar com Francisco Bruno Zabala (representante espanhol que ocupava o cargo de tenente-de-dragões e era responsável pelas patrulhas no entorno de Santa Tecla). A intenção dos indígenas era esclarecer a decisão da resistência e não permitir o ingresso das tropas nem a presença dos técnicos demarcadores nos territórios das Missões.

A resistência indígena ganhou relevância no cenário geopolítico internacional desde o ano de 1753, quando iniciaram os rumores do levante, para buscar uma negociação com as lideranças indígenas. Os padres e as autoridades coloniais tentaram convencer os Guarani de abandonarem suas terras conforme estipulava o Tratado. Os comissários, na ocasião, tentaram convencer das “vantagens” de que o rei “remuneraria tudo quanto pudesse prejudicar os índios das sete cidades que ficavam a leste do rio Uruguai, as perdas de suas terras e dos demais povos” (GOLIN, 2014, p. 72). A “remuneração” estava acertada entre as Cortes, as autoridades militares e a Companhia de Jesus. Porém, as autoridades dos cabildo de São Miguel<sup>33</sup> entenderam como afronta e traição, conforme podemos ler na *Carta de Juan de Escandón de la Compañía de Jesús al Padre de Arroyo procurador general de la provincia del Paraguay hallandóse en Europa. Córdoba, 25 de marzo de 1754*:<sup>34</sup>

Los indios tienen mal fundadas sospechas de sus misioneros que ellos cohechados con los portugueses tenían la culpa de todo su mal y aún en su cara les decían que habían vendido por oro y plata a los portugueses sus dichos pueblos y tierras y que el Padre comisario no era jesuita sino un portugués que venía a entregarles sus tierras. (QUARLERI, 2009, p. 182)

O rechaço dos Guarani à presença do padre comissário Altamirano em fevereiro de 1753 em São Miguel foi revelador para dar visibilidade à resistência indígena. Segundo Quarleri (2009, p. 183): “la salida de este jesuita, enviado por el general de la orden, no hizo más que aumentar la brecha que se había abierto entre la provincia jesuítica del Paraguay y Roma a causa de la divergencia de posiciones”. Para os Guarani, os padres haviam os traído e vendido suas terras a oriente do rio Uruguai para os inimigos portugueses. O descompasso criou uma polarização política entre as parcelas dos indígenas missioneiros e dos padres que viviam nas Missões.

Para os missioneiros, não havia dúvidas sobre a incoerência e o desrespeito da Coroa espanhola em evacuar os Sete Povos das Missões e passar as terras e toda as riquezas nelas contidas para os portugueses, pois foram diversas as ocasiões em que os indígenas das missões jesuíticas Guarani tiveram que entrar em guerra contra os portugueses para impedir o avanço da ocupação nessa banda meridional.<sup>35</sup> Portanto, no contexto do massacre contra os Guarani, todos esses elementos históricos foram conjugados: (i) o bloqueio indígena contra a

<sup>33</sup> Na ocasião das negociações com Zevala, em fevereiro de 1753, o grande líder Sepé Tiaraju, alferes do cabildo de São Miguel, não estava presente.

<sup>34</sup> A referência foi retirada do livro de Lia Quarleri (2009, p. 182). O documento citado pode ser encontrado em: Madrid, Archivo Histórico Nacional, Compañía de Jesús, Legajo 120, Expediente 30, hoja 1v.

<sup>35</sup> A esse respeito, o Arquivo Geral da Nação Argentina traz diversas fontes que comprovam a utilização da força indígena Guarani para frear a expansão lusitana e para defender as invasões que os bandeirantes paulistas faziam insistentemente nas reduções jesuíticas, como é o caso da *Carta de información sobre la Resistência de las Reducciones de Indios a las invasiones portuguesas* (Arquivo da Companhia de Jesus 9-410-239).

entrada dos demarcadores da Primeira Partida do Sul na estância de Santa Tecla; (ii) a permanência da frente de resistência no Passo do rio Jacuí, aprofundando portanto as precárias condições de atuação da tropa portuguesa; e (iii) as adversas condições climáticas com as intensas chuvas na região culminando no naufrágio da flotilha espanhola no rio Uruguai e na enchente no Passo do Jacuí desalojando as tropas portuguesas.

As péssimas condições das tropas portuguesas levaram as autoridades coloniais a “negociarem” o Passo do Jacuí como uma “fronteira neutra” com os indígenas. As lideranças indígenas aceitaram o acordo, desde que os portugueses retirassem imediatamente seus exércitos das terras missioneiras. Vale ressaltar que o recuo português do Passo do Jacuí foi escoltado pelos guerreiros Guarani.

O bloqueio promovido pela resistência indígena no território arruinou o Primeiro Plano de Operação<sup>36</sup> da tomada das terras missioneiras na tentativa da conclusão do Tratado de Limites no final do ano de 1754. A ação indígena desafiou a autoridade dos monarcas – em outros termos, a força da resistência transgrediu a geopolítica metropolitana ibérica.<sup>37</sup> Com o recuo das tropas, o movimento indígena ganhou força, da mesma forma que aprofundou a ira do inimigo. Em cartas para Marquês de Pombal, Gomes Freire de Andrada deixa claro o temor de que “o rastilho da resistência mobilizasse igualmente todo o espaço indígena jesuítico, sublevando os trinta povos” (GOLIN, 2014, p. 84).<sup>38</sup>

Para eliminar a resistência indígena, o plano de operações foi redefinido e a guerra, portanto, foi anunciada. A violência do massacre contra os Guarani foi relatada nas fontes da época, como o diário do padre Tadeu Henis e as descrições do coronel português José Custódio de Sá e Faria. Os dois foram testemunhas oculares dos acontecimentos e relataram os diferentes momentos da guerra. O *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraníes, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754* é um documento em

<sup>36</sup> Plano de operações da guerra contra os índios sublevados, assinado por José de Andonaegui, como comandante principal. Ilha Martim Garcia, 24 de março de 1754. *Campaña del Brasil. Antecedentes coloniales. Archivo General de la Nación: Kraft, 1939, t.2*. A referência foi retirada da obra de T. Golin (2014).

<sup>37</sup> Do lado de Portugal, o Marquês de Pombal não mediu esforços para culpabilizar a Companhia de Jesus pela sublevação indígena. O ministro foi enérgico no fomento do discurso antijesuítico. A retórica dominante da Corte portuguesa estava pautada em uma visão na qual os indígenas eram “bárbaros” e “incapazes” de planejar o levante com autonomia frente a Coroa, sendo os padres os verdadeiros responsáveis pela rebelião. A respeito desse último ponto, vamos trabalhar quando tratarmos da cartografia jesuítica e a oposição dos inicianos ao Tratado de Madri.

<sup>38</sup> Nesse sentido, prossegue T. Golin (2014, p. 85, grifo nosso) no parágrafo: “Por essa razão, o governo do Mato Grosso precisava de preparar para operar em conjunto com o do Paraguai, que recebera a ordem para manter tropas em prontidão, com a função de *qualquer desordem que houvesse nos povos da sua fronteira*”. Sobre a referência da carta trocada entre Pombal em Gomes Freire consultar: *Carta de Gomes Freire para Sebastião de Carvalho e Mello*. 1936.

versão castelhana da obra escrita em latim pelo padre Tadeu Xavier Henis da Companhia de Jesus. Sobre o prelúdio da resistência, escreve Henis (1836, p. 3):

A mediado del mes de enero del año de 1754, confederados a los guaraníes los guanoas gentiles, que diligentemente ejercían el oficio de exploradores, hicieron saber a todos los habitantes de los pueblos, que a las cabeceras del Río Negro se veía un numeroso escuadrón de portugueses. Con esta noticia se tocó alarma por todas partes, se despacharon por los pueblos presurosos correos, se hicieron cabildos, se tomaron pareceres, y unánimemente proclamaron que debían defenderse.

O documento do padre Tadeu Henis traz uma detalhada descrição do momento fatal do assassinato da liderança indígena Sepé Tiaraju, a fonte evidencia a principal participação do governador de Montevideu Joaquim Viana no assassinato de Sepé. Além disso, relata as cifras de homens arregimentados que foram liderados por Viana, um total de 2.000 combatentes que seguiram marcha na ocupação da estância jesuítica de São Miguel rumo ao massacre de Caiboaté (Cayboaté). Conforme escreve Henis, a estância miguelita foi “reduzida a cinzas” na invasão das tropas em 1756.

Do ponto de vista militar, citamos o livro *A guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios Guaranis no Rio Grande do Sul*. Escrito por Tau Golin (1998), a obra é uma referência que traz detalhes do enfrentamento bélico contra os Guarani por meio da descrição feita pelo historiador do *Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Companhias das Missões do Rio Uruguai (1750-1761)*, escrito pelo português José Custódio de Sá e Faria, testemunha da destruição dos Sete Povos das Missões nos anos de 1752 a 1761. O *Diário* traz a perspectiva dos “vencedores da guerra”. A fonte é a descrição das atividades das forças bélicas e das estratégias militares de adentrar ao território missioneiro e “evacuar” os Sete Povos das Missões. O que se observa nas descrições do episódio nas fontes citadas é que a resistência indígena esteve alicerçada em uma rede de mútua confiança entre os guerreiros Guarani e os guerreiros de outras etnias, que não habitavam as Missões, mas que se viam prejudicados com o controle lusitano sobre a área missioneira.

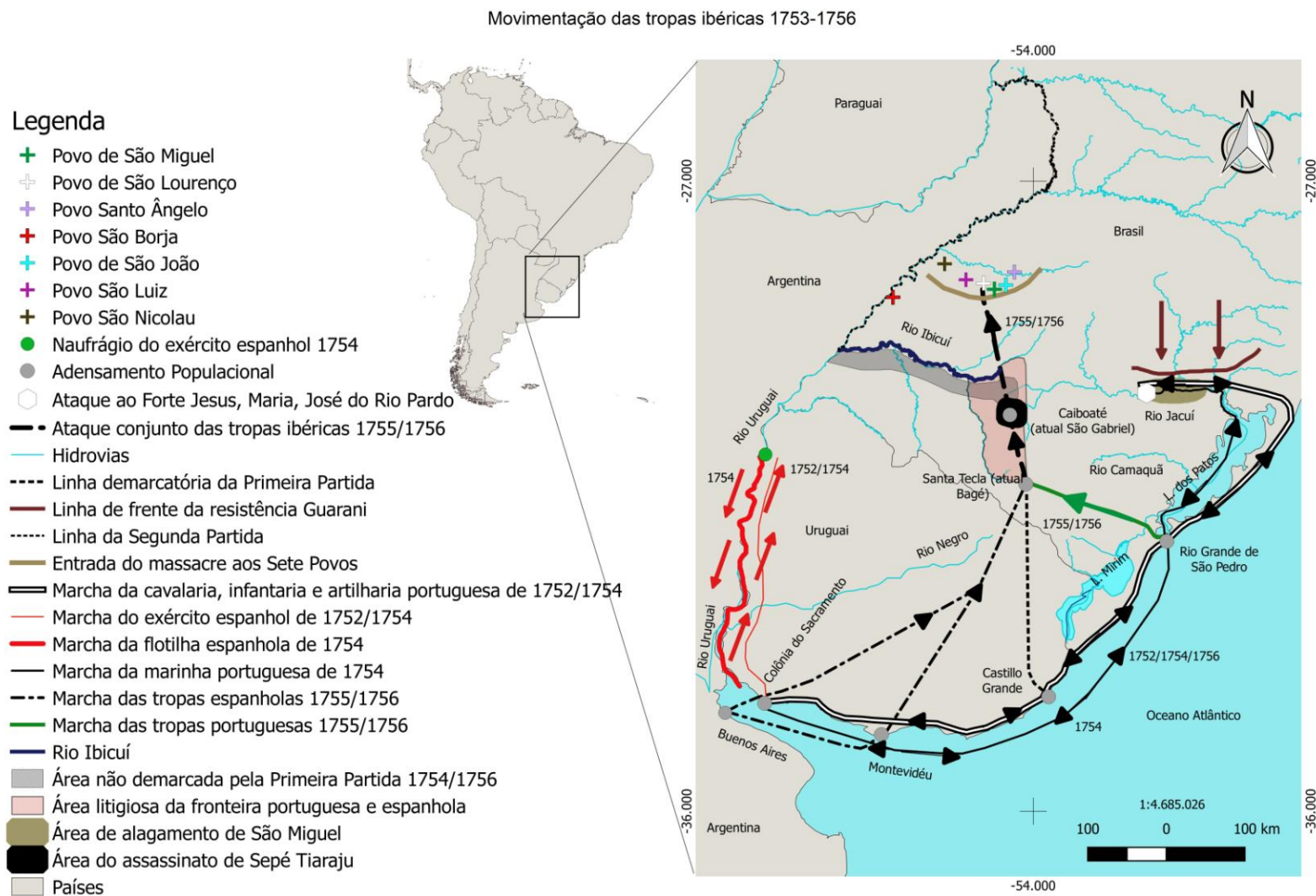
Do ponto de vista militar e colonial, segundo Lia Quarleri (2009), a guerra contra os Guarani foi declarada em 1753, imediatamente após os indígenas deterem os demarcadores da expedição que pretendiam recolher as informações geográficas para a produção dos mapas estipulados pelo Tratado de Madri. Conforme a autora, os indígenas fizeram frente aos demarcadores e não usaram armas de fogo, mas se valeram de provocação e ameaças com a chegada de um exército formado por milicianos de todas as reduções. Escreve Quarleri (2009, p. 205): “a partir de entonces, los códigos de intercambio con las misiones pasaron a estar

mediados, en primer lugar, por la advertencia de guerra como forma de intimidación, y luego por la efectiva disposición y organización de las fuerzas bélicas”. A violência como fundamento da ação “diplomática” do Tratado de Madri é a dimensão indispensável da ação militar. O uso da força para a efetivação do acordo fronteiriço era unânime para as Coroas. A estratégia geopolítica das tropas para alcançar a entrada dos territórios foi planejada com vistas a cercar os indígenas em formato de “meia-lua”.

Quanto ao posicionamento em campo das tropas, escreve T. Golin (2012, p. 88): “com os súditos castelhanos ao sudoeste e os portugueses ao nordeste dos Sete Povos, a concepção geral era convergirem um em direção ao outro, comprimindo os missioneiros entre as duas forças militares”. Para termos uma ideia da estratégia militar, observemos o croqui que organizamos; nele podemos acompanhar a movimentação das tropas ibéricas e os avanços e recuos manobrados entre os anos de 1753 e 1756.



**Figura 15:** Movimentação das tropas ibéricas (1753-1756)



A periodização do mapa abarca a resistência indígena ao primeiro Plano de Operações de 1754, quando as tropas buscavam avançar até Santa Tecla e alcançar a área *core* das Missões, se estendendo até o massacre final em Caiboaté, em 1756. As linhas pretas contínuas que seguem de Montevidéu para a Lagoa dos Patos representam a movimentação da marinha portuguesa, que alcançou o Passo do Rio Jacuí e lá ficou acampada em 1754, até o desolamento da enchente.

A representação da movimentação das flotilhas espanholas em vermelho demonstra o avanço através do rio Uruguai. A localização aproximada do naufrágio está assinalada com um ponto verde. A intenção da posição da marinha castelhana era pressionar os indígenas posicionados no rio Ibicuí. No mapa, podemos observar também a área de alagamento da qual os portugueses foram desalojados no ano de 1754 e a localização do Forte Jesus, Maria, José do Rio Pardo (hexágono branco). Como pode ser observado na linha pontilhada em preto (representando a marcha espanhola) e a linha verde (representando o avanço das tropas portuguesas), ambas estão relacionadas ao momento entre 1755 e 1756, quando as tropas retornaram para os territórios missioneiros e invadiram as estâncias.

A manobra do exército perdurou todo o ano de 1755, até alcançar Santa Tecla, onde as tropas ibéricas, em 10 de fevereiro de 1756, se uniram para massacrar a resistência Guarani. Vejamos a citação do diário do coronel português José Custódio, quando descreve o preparo e a posição do exército no momento que antecede a Batalha de Caiboaté:

A Cavalaria espanhola, composta de blandengues santafesinos e correntinos, cobriam a direita. A Cavalaria portuguesa fazia o mesmo, pelo lado esquerdo. Logo, se repartiu a Artilharia por toda frente da linha. Há tempo que chegavam as equipagens e carretas. Sendo estas em número crescido de 200, se mandaram dividir em quatro troços iguais, de modo que, entre todas, figurassem três espaçosas ruas, em cujos intervalos se puseram todos os cavalos de reserva, as mulas, as cargas e gado vacum, com a ordem, em caso de ser atacados: as últimas carretas fechassem os claros, formando três retângulos. [...] Para a sua guarda, se destinaram, na retaguarda, 200 homens a cavalo. E, em caso preciso de acudir, todos os peões armados de lanças. As carretas portuguesas, que não eram menos em número, observavam a mesma formação, pelo lado esquerdo. Nos seus intervalos, se acomodaram cargas, cavalos e gado vacum, tendo a mesma sorte 200 homens a cavalo, na retaguarda. [...] Em chegar as carretas, retangular todo esse trem, e dar as ordens correspondentes, se passaram mais de 2 horas. Porém, logo que tudo esteve e seu lugar e pronto, os tímbores, pífanos e caixas bateram a marcha, a qual imediatamente observou toda a linha em batalha, com tal ordem e conserto, que o movimento geral do todo, além de formar *uma agradável perspectiva*, podia também causar respeito a outra classe de inimigos. Toda a tropa ansiosa de entrar em combate, desprezava os rigores do sol, sede, fome e cansaço. Porém o chefe que tudo previa, [deixou] que fizessem alto duas vezes antes de chegar à falda da colina, já a tiro de fuzil dos inimigos, os quais cortavam a eminência, em modo de meia lua. (GOLIN, 1998, p. 425, grifo nosso)

Na descrição feita pelo coronel português, pode-se ter uma ideia do grande contingente de homens e equipamentos de guerra empreendidos contra os Guarani, a passagem é ilustrativa da “visão gloriosa” que José Custódio constrói sobre a posição das tropas, na descrição da “agradável perspectiva” com que se formaram os exércitos coligados para evacuar os Sete Povos. Os detalhes do massacre de Caiboaté são trazidos no diário de Custódio, com a descrição da ação das tropas e a posição em meia-lua que se formaram para a invasão do povoado de São Miguel:

[...] assim se executou, disparando primeiro a Artilharia. Imediatamente, se desordenaram os inimigos. E avançou o exército, com tal valor e atividade, que a Infantaria pretendia igualar em ligeireza a Cavalaria, a qual, por direita e esquerda, fez nos inimigos *um formidável destroço*. Chegando a Infantaria a eminência, avançou com arrogância às profundas ravinas, com covas e pequenos matos, donde se haviam refugiado alguns 400 índios, os quais foram vítimas do valor de ambos os exércitos, servindo-lhes de sepultura a sua própria trincheira. [...] Igual sucesso tiveram os que meteram em um capão de mato, trepando sobre as árvores para escapar, das quais precipitavam embaixo de tiros dos soldados. [...] Concluída esta função, que durou hora e quarto, se tocou a recolher e se juntaram os Corpos. Deram repetidas vivas às Suas Majestades Católica e Fidelíssima. Com o ar destas vozes, refrescou o marcial ardor de ambos os generais, que haviam conseguido os feitos da sua fadiga e acertada conduta, para que também concorreram os oficiais de ambos os exércitos. (GOLIN, 1998, p. 427, grifo nosso)

Nas citações do *Diário*, as “comemorações” e as “repetidas vivas” explicitam a banalização da violência cometida contra os Guarani dos Sete Povos das Missões. O “formidável destroço” a que se refere o coronel português é a retórica básica que habita o conteúdo do *Diário* e dos mapas produzidos no contexto da guerra e das expedições técnicas e militares setecentistas. As descrições trazidas carregam um tom de que o exército deu o tempo de “uma hora para que alguns viveres e equipagens fossem recolhidos” pelos Guarani antes da invasão.

A respeito da violência como mediação inerente e retórica fundadora da documentação da época, retornemos para o prospecto de 1756 relacionando-o com as citações trazidas: o prospecto traz a “prova” do assassinato de Sepé Tiaraju na Declaração das Letras com a indicação da letra D na seguinte descrição: *Campo a honde huã Partida da nossa Gente, e dos Espanhões atacaraõ os Indios e lhes mattaraõ o Cazique Iapé (homem Valorozo) e alguns delle*. Na menção à liderança indígena, é flagrante a oficialidade da violência, de modo que o registro do assassinato foi incorporado ao contexto da batalha, servindo a estratégia discursiva para enaltecer a atuação das tropas ibéricas.

A qualificação como “homem valorozo” e de “alguns delles” revela, por um lado, a perseguição que os indígenas sofreram pelo fato de defenderem suas terras, por outro, o que se pode analisar é o alcance da importância da liderança indígena no contexto geopolítico da

época. O anúncio da morte de Sepé revela que a violência é a retórica fundante da cartografia da guerra contra os Guarani, porém tal prática violenta carrega no avesso a manifestação inexorável da resistência indígena.

A resistência na fonte pode ser captada se destacarmos a referência a Sepé Tiaraju na sua posição de representatividade da unidade da ação dos Guarani; o sentido de “valoroso” está ligado intimamente à abrangência que o nome de Sepé atingiu nos territórios coloniais e no ultramar. O que defendemos é que o registro do assassinato de Sepé no mapa eleva a visibilidade da luta indígena contra a imposição do poder imperial no contexto geopolítico.

A atuação de Sepé Tiaraju ficou famosa na resistência contra o Tratado de Madri; pela voz dele era emanado o recado dos indígenas dos Sete Povos das Missões comunicando para as Coroas que os guerreiros Guarani estavam dispostos a levar adiante a defesa de seus territórios e não os desocupariam.

Em uma leitura na contramão da visão “gloriosa” que as fontes dos técnicos demarcadores e militares representam, tomamos a crítica benjaminiana como referência. Nessa interpretação, os “bens culturais” herdados são tidos como documentos de barbárie. Nesse sentido, a barbárie do massacre contra os Guarani representado no mapa é analisada tendo por horizonte a “memoração” do episódio bélico na posição contrária da “comemoração” clamada pelos oficiais militares. Isso implica, do ponto de vista teórico, lançar um olhar a “contrapelo” para resgatarmos historicamente a geografia da resistência indígena na formação territorial do Brasil.

A lição fundamental é lembrar a luta dos “vencidos”, trazendo à superfície as vozes que as atrocidades da colonização buscaram calar. Portanto, cabe resgatar as resistências dos povos originários contra a imposição do poder imperial na leitura geográfica. Sendo assim, fica evidente a essa altura da exposição que a legitimidade da violência imperial é a retórica fundante da cartografia portuguesa do massacre contra os Guarani. Nessa linha, vale lembrar que a construção jurídica do Tratado de Madri estabeleceu que, em caso de sublevação Guarani contra a evacuação dos Sete Povos, “[...] ambos gobiernos se comprometían al uso de la fuerza para promover su abandono. Este convenio fue puesto en práctica en el momento de reprimir el levantamiento guaraní de 1756” (ZUSMAN, 2000, p. 357).

Nesse sentido, de acordo com Perla Zusman (2000, p. 364):

Al establecerse que en caso de sublevación indígena ambas coronas se unirían para reprimir a dichas poblaciones se estaba reconociendo que la forma de ejercicio de poder intercolonial debía imponerse sobre cualquier forma de organización territorial previa, sea esta de las misiones sea esta sólo de los indígenas. Este resulta ser un antecedente de las formas de ejercicio de poder interestatal construidas en

América Latina en el siglo XIX donde la organización estatal buscará imponerse sobre las otras formas de ejercicio de poder (provinciales, indígenas etc.).

Nessa direção, a práxis violenta da colonização na imposição do poder imperial sobre qualquer organização territorial prévia é a guisa fundamental para a interpretação *post festum* da guerra das Coroas ibéricas contra os Guarani. O teor “comemorativo” do massacre nas fontes é o modo pelo qual os dominadores “naturalizam” a violência. A “aura de missão civilizatória”, clamada na geopolítica metropolitana ibérica sobre o território luso-brasileiro, é realizada através do massacre contra os povos originários. Por isso, em uma leitura geográfica crítica urge a necessidade de interpretar a “legitimação da soberania portuguesa” na tentativa da consolidação do Tratado de Limites, em meados do século XVIII, como uma *ideologia geográfica*.

Nessa perspectiva, de acordo com Moraes (2005, p. 45), é necessário captar e rastrear a eficácia política dessa ideologia e entender os contextos de formulações e os interesses veiculados e, dessa forma, em um “nível de maior detalhe elaborar reflexões da relação entre política e os temas espaciais na constituição material das ideologias geográficas”. Assim, ao assumirmos que o Tratado de Madri é uma ideologia geográfica, temos por intenção escovar a contrapelo a história da formação territorial do Brasil e explicitar a “eficácia” dessa ideologia nas leituras geográficas, das quais insistem em trazer à cena o Tratado como sendo um marco que “inaugura” a caricatura da imagem territorial do Brasil forjando, por assim dizer, o pertencimento do território colonial ao império português.

Em outra abordagem, ao escovarmos a contrapelo a história da guerra das monarquias ibéricas contra os Guarani, chegamos à conclusão de que o Tratado de Madri não se efetivou *in loco* e seu malogro foi resultado da resistência indígena. Porém, o Tratado foi utilizado como uma ideia que guiou a práxis política em um evidente apelo geopolítico para edificar a retórica dominante dos Estados absolutistas. A legitimidade da ação contra os Sete Povos das Missões e a guerra contra os Guarani revelam que a violência e a espoliação são o fundamento da formação territorial do Brasil e da América Latina como um todo. Nessa direção, as fontes cartográficas foram nutridas pela barbárie da colonização e alicerçaram a concepção do Estado brasileiro no século XIX. Assim, a nossa reivindicação da concepção benjaminiana da história permite-nos resgatar as vozes que hoje reclamam a barbárie do passado. Como escreve W. Benjamin (2012, p. 242):

[...] pois não somos tocados por um sopro do ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a

conhecer? Se assim é, foi-nos concedida, como a cada geração anterior à nossa, uma *frágil força messiânica* para qual o passado dirige um apelo.

Nesse sentido, cabe a cada geração, a potência de transgredir a manutenção histórica do massacre da colonização, esse “apelo” que o passado nos faz, nas palavras do autor: “não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso” (BENJAMIN, 2012, p. 242).

Com essa perspectiva teórica, portanto, o *Prospecto* que trabalhamos é uma vista da área de litígio contra os Guarani, e ao mesmo tempo, a representação do olhar geopolítico metropolitano na legitimação da versão da guerra. De acordo com Bueno (2011), os mapas não estão limitados à mera descrição e a um uso “neutro” como instrumento de raciocínio, o são propriamente a espacialização dos interesses e desígnios políticos. Nesses termos, o *Prospecto* do ataque de 1756 é um exemplo claro da sistematização do programa estratégico de dominação territorial imperial e o Tratado de Madri é a própria materialização ideológica, política e simbólica da “obra da guerra” contra os Guarani.

Nesse sentido, o conteúdo belicoso e violento do mapa está intimamente ligado a uma estética racionalista, como também relacionado a uma concepção de mundo hierárquica, rígida e de uma sociedade europeia estática e supostamente superior àquelas sociedades e grupos humanos encontrados no “Novo Mundo”. Essa dimensão associa-se com as técnicas utilizadas na produção cartográfica da época, como a *perspectiva de relevo* e a *vista de pássaro*. Segundo Ferreira (2001), a técnica *vista de pássaro* ficou famosa entre os demarcadores devido ao livro do português Manuel de Azevedo Fortes, *Tratado do modo o mais fácil e exato de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edificios com instrumentos, e sem instrumentos*. Essa referência portuguesa foi tida como base didática para a produção cartográfica dos engenheiros militares. O nome da técnica alude ao fato de que supõem a observação do relevo pairando acima e sobrevoando a paisagem a ser desenhada:

[...] as sombras nas plantas são necessárias como na pintura, principalmente nas elevações, ‘e assim he preciso, que o Desenhador concidere a parte donde vem a luz; e ainda que se póde suppor vir de qualquer parte, he melhor suppor, que vem da parte esquerda do papel, para que a sombras fiquem todas da outra parte, opposta à luz’. (FERREIRA, 2001, p. 276)

A utilização de luz e da sombra é um elemento estético e técnico característico das produções das expedições demarcatórias. A metodologia em traçar os rios e ribeiras com duas linhas, não dando luz à linha mais grossa e expondo a mais delgada à projeção da luz, compõe as orientações que os técnicos seguiram na produção dos mapas. Como escreve Ferreira

(2001, p. 276), os técnicos optaram pela “sobriedade”, com modesta ornamentação limitando-se, basicamente, à área do título.

A esse respeito, no *Prospecto* a sobriedade na ornamentação da Declaração das Letras presente na parte inferior do mapa é demonstrativa. Observa-se também resquícios de uma ornamentação fantástica com animais místicos que dão uma tonalidade estética rústica para o mapa. Do mesmo modo, subliminarmente reforça uma ideia de lugar “selvagem” e “perigoso”, como são os desenhos que ornamentam o detalhe do prospecto da guerra, como a onça, o dragão, o lagarto e um rosto meio humano e meio animal que parece se apoiar com um tridente ao fundo.

Nessa direção, estamos de acordo com João C. dos Santos Garcia (2004), que escreve que os avanços técnicos da cartografia no século XVIII foram notáveis. A racionalidade dos mapas setecentistas, o aprimoramento da escala regional e local, os avanços nos cálculos de latitude e longitude, as cartas detalhadas dos itinerários, as plantas e planos mesclaram-se com as ricas iconografias de estéticas atrativas, mas aí estão o fato e a prova das verdadeiras intenções de sua produção, pois os mapas setecentistas criaram “[...] uma imagem de luxo para oferecer, para convencer, para glorificar um homem, um momento, uma ideia” (GARCIA, 2004, p. 20). Portanto, o tom de “glória” e “comemoração” representado no *Prospecto* pode ser problematizado pela perspectiva teórica benjaminiana, pois os mapas setecentistas são documentos de barbárie que trazem em suas vísceras a violência do “progresso moderno” e o extermínio dos povos originários.

Assim, o olhar a contrapelo das fontes cartográficas permite-nos disputar outra perspectiva e narrativa da Geografia Histórica, na qual a glorificação da guerra e dos “vencedores” deve ser deposta por uma perspectiva histórica revolucionária que traga em seu bojo a tradição da luta dos oprimidos. Com isso, trazer a resistência indígena no episódio bélico chamado de “Guerra Guaranítica” faz do ato de *rememorar* a guerra uma ação consciente da pesquisa e nos leva ao engajamento de uma consciência histórica aberta que pode potencializar a luta pelo território indígena no presente.

Portanto, com essas considerações mediadoras, a seguir, vamos adentrar mais especificamente na dinâmica territorial estabelecida nas Missões Jesuíticas dos Sete Povos das Missões. A opção pelo recorte temático dentro do trabalho visa proporcionar uma aproximação da cartografia da oposição dos padres jesuítas contra o Tratado de Madri.

O esforço visa trazer alguns elementos da cartografia jesuítica de oposição e refletir sobre alguns aspectos do caráter “utilitarista” dos mapas e da visão “homogeneizadora” que

essa cartografia jesuítica carrega dos povos originários da região do extremo sul. Esses elementos são balizas fundamentais para sustentar a compreensão dos desdobramentos da oposição jesuítica na guerra contra os Guarani.

Por fim, cabe dizer que optamos por fazer esse recorte temático, após, a apresentação da cartografia militar-diplomática-expedicionária-ibero-setecentista, com a intenção de pensar as reduções jesuíticas Guarani nas suas interações entre os poderes indígenas ( por exemplos, os caciques e os cabildos) e os poderes oficiais dos padres e dos representantes da Coroa. O recorte, portanto, visa rememorar a organização social e territorial do trabalho efetuado nas Missões Jesuíticas e destacar o papel geoestratégico dessa região.



## 5. MISSÕES JESUÍTICAS-GUARANI E A CARTOGRAFIA DA OPOSIÇÃO (1750-1760)

As chamadas missões ou reduções jesuíticas-Guarani foram fundadas no primeiro decênio do século XVII pelos padres jesuítas espanhóis da ordem dos inacianos. Os territórios se estendiam pelo extremo sul da Colônia americana e contavam com áreas florestais no entorno que os Guarani e demais etnias indígenas usavam para a caça e para a atividade agropastoril. A localização das aldeias missioneiras estava circundada por rios e lagos para a manutenção da atividade da pesca e contavam com densa vegetação e fauna abundantes para prosseguir com o modo de vida ensinado pelos ancestrais e anciões indígenas.

As Missões pertenciam à unidade legal da Província Jesuítica do Paraguai, subordinada à Coroa espanhola no extremo da Colônia americana. Os povoados indígenas se estendiam em partes onde atualmente se encontram os países Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. Ao todo, a Província Jesuítica era composta por 30 povos reduzidos, sendo 23 localizados à ocidente do Rio Uruguai e sete povos localizados à oriente do mesmo rio. Em particular, estes últimos ganharam evidência devido o episódio da chamada Guerra Guaranítica (1753-1756). São eles: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio. Atualmente, essas áreas correspondem ao estado brasileiro do Rio Grande do Sul.<sup>39</sup>

Na área das Missões, os indígenas trabalhavam sob o controle administrativo dos padres jesuítas e dos morumbixabas e caciques pertencentes aos cabildos.<sup>40</sup> Os indígenas reduzidos produziam manufaturados com o couro, trabalhavam em pequenas oficinas de olaria, na produção caseira de armamentos, na produção de instrumentos musicais, além de outras tarefas. No início do século XVIII, as missões tinham relativa autonomia política e estabilidade econômica com uma produção de alimentos praticamente autossuficiente.

Na metade do século XVIII já estavam organizados em trinta povos, com mais de 100 mil habitantes. Eram praticamente autossuficientes; exportavam *in natura*, apenas produtos beneficiados. Calculava-se que 60% do mercado do rio da Prata estava vinculado às Missões. (GOLIN, 2014, p. 15)

---

<sup>39</sup> Esclarece T. Golin (2014, p. 25): “Dos Sete Povos das Missões, hoje quatro são municípios modernos – São Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, com os demais localizados como sítios arqueológicos – São Lourenço Mártir, São João Batista e São Miguel Arcanjo, sendo este último tombado como Patrimônio da Humanidade pela Unesco”.

<sup>40</sup> Cabildos eram as corporações politicamente organizadas localizadas nas aldeias, que contavam com representantes locais instituídos pela Coroa espanhola para a administração das cidades coloniais.

As Missões Jesuíticas se vinculavam politicamente ao governo colonial, localizado em Buenos Aires, de onde recebiam as diretrizes do poder monárquico espanhol. No interior do funcionamento burocrático dos territórios jesuíticos-Guaranis, havia diferentes teias de poderes políticos entre os padres, os indígenas e os oficiais da Coroa.

Os povos constituíam unidades administrativas subordinadas à estrutura colonial espanhola e eram formados por diferentes etnias indígenas, com predominância da Guarani. Cada um era administrado por um órgão de poder – chamada cabildo- que definia as orientações gerais e operativas da gestão, justiça, polícia interna e militar. Os cabildos eram compostos por morumbixabas, caciques das extensas famílias, que representavam os diferentes grupos que viviam e trabalhavam nas cidades, aldeias, estâncias de criação de gado, fazendas de produção de alimentos e indústrias de olaria, extração de pedras para construção, beneficiamento de erva-mate e de madeiras para a fabricação de carretas, embarcações, casas, móveis etc. (GOLIN, 2014, p. 24)

A distribuição espacial interna da redução jesuítica, em geral, estava dividida em setores que cumpriam funções distintas na sociabilidade dominante. Cada setor apresentava estruturas arquitetônicas diferenciadas entre si e obedecia à lógica da divisão do trabalho estabelecida por gênero e idade das estruturas hierárquicas de poder, das atividades religiosas e das exigências do preparo militar.

Junto à igreja, ficava o edifício do setor de controle religioso que se assemelhava a uma abadia medieval europeia. Ao lado do edifício, havia um cemitério e dois pátios, onde os jesuítas se abrigavam, catequizavam e realizavam atividades comunitárias, com oficinas de cerâmica, de instrumentos musicais, artísticos, serralherias, armazéns e pequenas tecelagens.

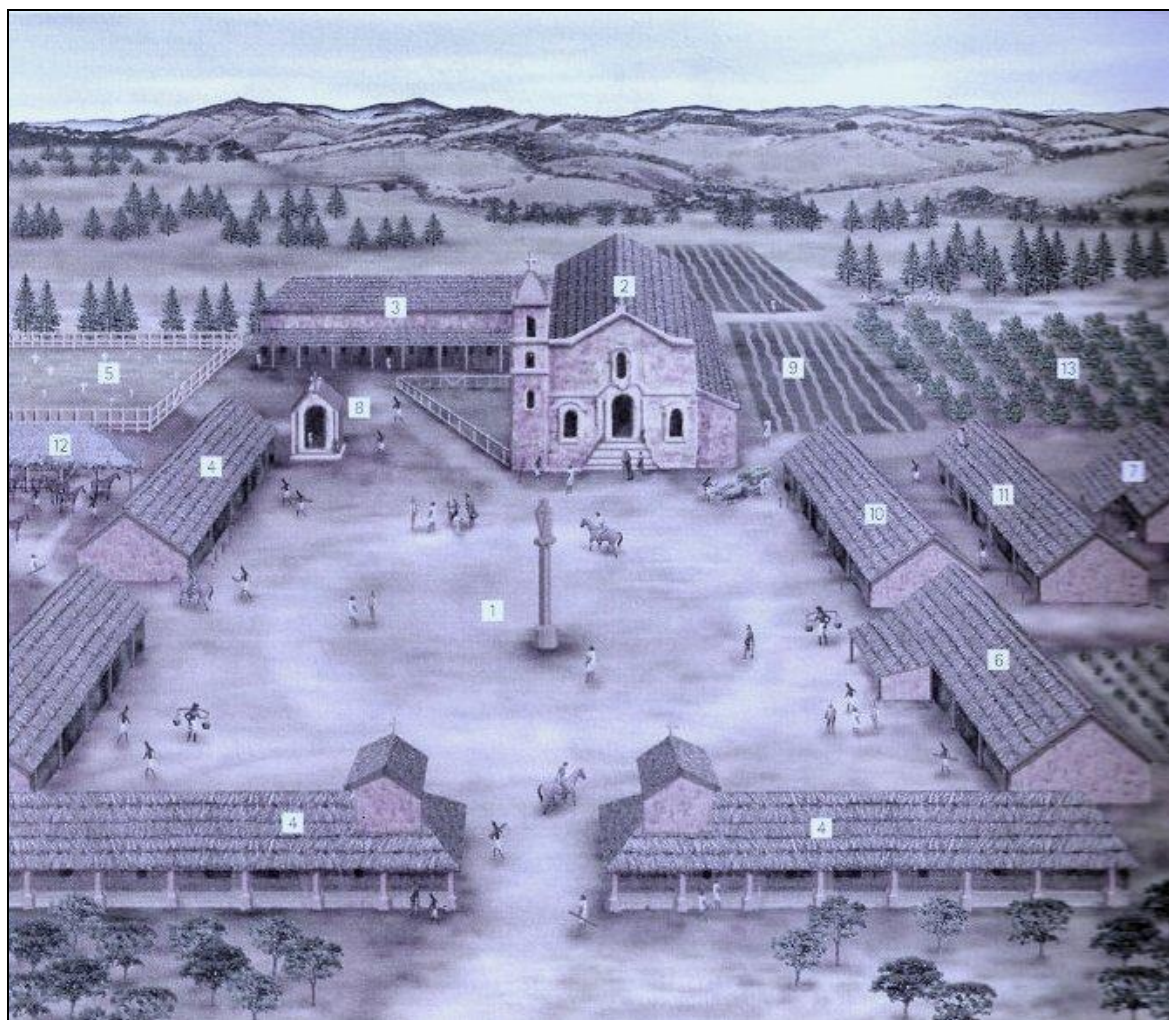
No centro da aldeia indígena, havia a tradicional praça onde se realizavam as atividades comunitárias herdadas dos antepassados. Ao lado, ficavam os extensos quarteirões das famílias divididas em unidades nucleares, em casas do tipo malocas. Na esquina da praça, ficava um prédio-maloca e nele funcionava o cabildo; por último, completando o espaço missionário, estava o cotiguaçu, ou seja, os prédios que abrigavam os órfãos e idosos, que tinham um pátio central e alpendres<sup>41</sup> internos.

A maquete que apresentamos a seguir, simula os locais de trabalho dentro das reduções jesuíticas-Guarani no contexto do século XVIII. A figura nos permite ter uma dimensão da distribuição espacial e da organização social estabelecidas no território das missões, as legendas identificando os locais são: (1) Praça, (2) Igreja, (3) Colégio, (4) Oficinas, (5) Cemitério, (6) Hospital, (7) Habitações, (8) Capela, (9) Horta, (10) Moinho, (11) Olaria, (12) Curral e (13) Lavoura.

<sup>41</sup> Alpendre: teto de uma só água, geralmente na entrada de um prédio, suspenso por um lado de colunas ou pilastras e apoiado, estando o outro contra uma parede do edifício. Tem a função de abrigar do sol e da chuva, ou, ainda, serve como ornato.

Através da figura, podemos pensar o nível de complexidade da divisão do trabalho estabelecido na redução, muito embora nas diferentes localizações representadas não seja possível identificar o local da produção de armamentos e do treinamento do exército indígena. Sabemos que a área de atuação na defesa e combate da proteção do território se estendia no entorno da lavoura e da mata que circundava as reduções. De qualquer modo, a Figura 16 apresenta uma visão geral, o que nos ajuda a pensar em uma escala local, o nível de efetividade de ocupação territorial alcançado pela ação jesuítica no período setecentista.

**Figura 16:** Representação da distribuição espacial e locais de trabalho de uma redução jesuítica Guarani no século XVIII (maquete)<sup>42</sup>



Fonte: Aréco (2013, p. 140).

(1) Praça, (2) Igreja, (3) Colégio, (4) Oficinas, (5) Cemitério, (6) Hospital, (7) Habitações, (8) Capela, (9) Horta, (10) Moinho, (11) Olaria, (12) Curral e (13) Lavoura.

<sup>42</sup> A figura foi retirada do trabalho de tese de Silvino Aréco (2013) intitulada *A acumulação primitiva nos domínios ultramarinos: educação e trabalho nas reduções jesuíticas do Paraguai (1549-1767): o caráter singular e universal*. A tese contribui com nossas discussões ao retratar as condições de trabalho e de educação nas reduções jesuíticas-Guarani e sua relação com o universal, ou seja, a ligação da economia colonial dirigida pelos jesuítas nos território missioneiros e a participação dessa produção nos mercados europeus da época.

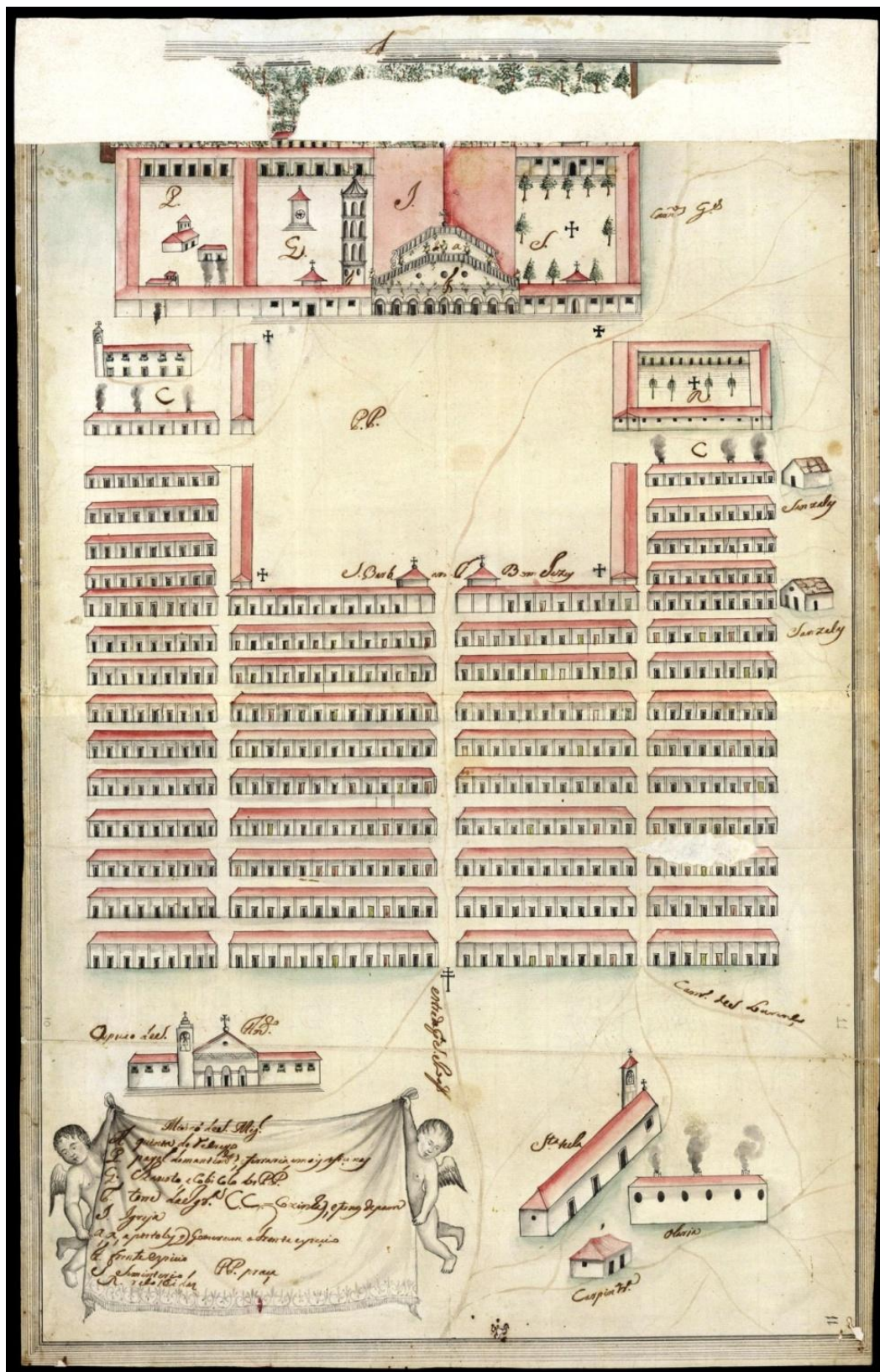
No livro de T. Golin *A guerra guaranítica: o levante que desafiou Portugal e Espanha* (2014, p. 25), o autor descreve o setor de controle religioso do povoado de São Miguel Arcanjo:

[...] no primeiro pátio foram edificados em pedra a moradia dos padres, a escola e os armazéns. No segundo, as oficinas de marcenaria, serralheria, tecelagem, escultura, cerâmica, instrumentos musicais e múltiplos objetos em couro [...] Ao segundo setor correspondia um prédio ao estilo quarteirão espanhol, com pátio central e alpendres internos. Nele se destacava o cotiguaçu, orfanato para crianças e asilo para velhos.

A planta do povoado de São Miguel Arcanjo compõe a coleção Morgado de Mateus, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A representação de meados do século XVIII nos ajuda a dar dimensão da estrutura religiosa das reduções.



Figura 17: Planta da Missão de São Miguel (1756)



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscrito, col. ARC. 049, 05, 009 n.11- Iconográfico.  
Disponível em: <https://bit.ly/3jxlKkj>. Acesso em: 4 out. 2019.

Conforme a descrição do documento fornecido pela biblioteca, a representação foi resultado da ocupação das tropas portuguesas nos territórios dos Sete Povos da Missões produzido no contexto da Guerra Guaranítica no ano de 1756. Segundo as informações da coleção, o plano faz parte de um conjunto de 26 cartas, formando um atlas que concentra informações das bandas meridionais.

A planta é colorida e aquarelada. Projeta a Igreja do Povo de Santo Antônio e Santa Tecla; demonstra também, na parte inferior, a localização da carpintaria e olaria e, ainda, o caminho para a redução de S. Lourenço e a estrada para São João. O documento foi restaurado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com prejuízo na parte superior. A consulta pode ser feita no arquivo cartográfico da referida coleção.

No plano, é possível observar, na parte superior, um prédio central completamente fechado, muito semelhante à descrição de Tau Golin (2014), que citamos anteriormente. É muito provável que ali se abrigavam os padres das tarefas religiosas e de ensino. No edifício, o alpendre de entrada e, na frente, uma praça aberta, ao que nos indica, representam o setor de controle religioso, a praça de sociabilidade indígena e o cotiguaçu.

Na parte inferior da representação, guardada por anjos alados, pode-se perceber uma legenda indicando letras iniciais maiúsculas para representar as localizações dos pátios e as divisões do plano. Ainda é possível observar que os prédios dos padres estão simbolizados por cruz e há um cemitério e pátios menores abrigando algumas pequenas casas e oficinas.

Destacamos na representação a presença das indicações de caminhos para outras Missões. Os traços levemente desenhados em forma de rascunho aparecem ao fundo do plano, permeando os quarteirões, e permitem apontar o caráter racional e utilitário dele, muito característico do modelo da produção cartográfica setecentista portuguesa em escala local. Pensamos ser razoável afirmar que as informações trazidas pelo plano sejam fruto dos trabalhos de levantamento territorial, acumuladas pelos padres jesuíticos que atuavam em nome da Coroa lusa, nas bandas austrais desde o século XVII.

Os detalhes e apontamentos que trazemos visam dar foco ao recorte local da nossa leitura geográfica. Essa dimensão nos permite problematizar tensões históricas peculiares ao processo de formação territorial, como as correlações de forças estabelecidas entre os líderes indígenas, os padres e os colonos (portugueses e espanhóis) no território colonial sul-americano, dando-nos margem para problematizar a visão mistificadora reinante no século XVIII que pregava a incapacidade e a passividade do índio em estabelecer acordos políticos. Isto é, para o prosseguimento da pesquisa, nos torna fundamental entender a dimensão ativa

dos povos indígenas no pacto e acordos para o estabelecimento dos aldeamentos jesuíticos na região meridional, como também para as demais obrigações com os poderes imperiais ibéricos.

O modo como os indígenas reduzidos defenderam seus territórios e a fronteira contra o avanço lusitano está ligado ao caráter de tampão territorial que as missões jesuíticas cumpriram na época. Portanto, o debate geopolítico nos interessa com relação a disputa da fronteira na extremadura do rio da Prata, a formação do exército Guarani pelos padres jesuítas e ao contrabando como elemento fundamental na disputa territorial e mercantil em meados do século XVIII.

Outro elemento diz respeito à produção cartográfica do território missioneiro. Nossa perspectiva é refletir a respeito da representação técnica, detalhada e racional da cartografia setecentista e pensar o massacre aos povos considerados infiéis, na usurpação territorial, na fragmentação da comunidade indígena, no trabalho compulsório e na guerra como elementos que se fundem nos conteúdos dos mapas. Nesse sentido, nossa busca é estabelecer uma leitura crítica das fontes cartográficas e dar ênfase à resistência indígena no processo de colonização sul-americano.

## 5.1. UM TAMPÃO TERRITORIAL

O espaço missioneiro fundado pelos padres jesuítas espanhóis no extremo sul da Colônia desempenhava a função de tampão de fronteira. A estratégia de consolidar as Missões jesuíticas tinha por objetivo geopolítico frear a expansão portuguesa nesta área e tentar estabelecer os limites da Colônia americana, acordado no Tratado de Tordesilhas de 1494. Diga-se de passagem, tal tratado na realidade fora transgredido por ambas as Coroas desde o início da colonização.

Durante o século XVII, as investidas dos bandeirantes paulistas nos aldeamentos, em busca de indígenas para a escravização levou à expansão dos domínios portugueses na parte meridional da Colônia americana. Nas palavras de Tau Golin (2014, p.12):

[...] durante o período da União Ibérica (1580-1640), quando as monarquias de Portugal e Espanha se fundiram sob o domínio da segunda e todas as colônias da América do Sul passaram a ser administradas pelo governo de Madri, os portugueses que viviam no que hoje é o Estado de São Paulo aproveitaram para avançar a colonização lusitana pelo interior do continente organizando suas famosas bandeiras e atacando as reduções jesuíticas nas regiões do Guairá ( no atual Estado do Paraná) e do Tape (no atual Estado do Rio Grande do Sul) para escravizar os indígenas que ali viviam. Quando Portugal reconquistou sua independência, em 1640, o avanço dos lusitanos pelo interior do continente passou a representar uma ameaça para Espanha.

O ponto de discórdia principal entre as Coroas ibéricas era o domínio efetivo do Rio da Prata, cuja importância para a circulação de mercadorias e para o acesso ao interior da Colônia, ainda pouco conhecido pelos europeus, era central. Por isso, ocupar a região e barrar o avanço luso e as incursões estrangeiras foi tarefa imperiosa para a Coroa espanhola. Segundo Lia Quarleri (2007, p. 174):

[...] los pueblos de Guaraníes, junto con sus estancias y yerbales, constituían un cordón territorial en el centro de la región platense que frenaba el avance y los intereses económicos e los correntinos, porteños, asunceños, portugueses e incluso de los “infieles” charrúas, guenoas y minuanes.

Os aldeamentos jesuíticos dos trinta Povos das Missões, durante o século XVII e até meados do século XVIII, se caracterizavam por manter relativa independência política e econômica. Destacavam a horticultura, a criação do gado, o cultivo de erva mate, tabaco, algodão, a pequena produção têxtil, o trabalho artesanal em couro, as mercancias e demais atividades. As reduções se instalavam próximas as ocupações coloniais, pois como afirmou Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 120) o aldeamento jesuítico-Guarani esteve de acordo com o projeto colonial:



O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da Colônia. Como diz o Regimento das Missões 1686, é preciso “que haja nas ditas aldeias índios, que possam ser bastantes, tanto para a segurança do Estado, e defensas das cidades, como para o trato e serviços dos moradores, e entradas dos sertões”.

Entre o século XVII e meados do século XVIII, houve relativa estabilidade política e econômica nas Missões jesuíticas-Guarani e a função de tampão territorial se manteve inalterada. No aldeamento, além de guardar a fronteira entre o território colonial espanhol e luso, o trabalho dos indígenas também foi utilizado para a construção de portos, fortes, caminhos, pontes e infraestruturas necessárias para a manutenção da defesa e para a circulação da produção colonial.

Na perspectiva de Lia Quarleri (2008), as Missões jesuíticas-Guarani se articulavam politicamente através da origem do acordo de direitos e obrigações entre indígenas e padres e de ambos com a Coroa espanhola. Isso tem origem na política de conquista pacífica, impulsionada pela Espanha desde o final do seiscentos. A confirmação, em 1608, das ordenações reais para os “Novos Descobrimientos e Populações” de 1573, excluía a obrigação da mita<sup>43</sup> e do tributo por dez anos para aqueles grupos indígenas que adotassem a religião cristã e se tornassem vassallos do Rei. Assim, o pacto de vassalagem teve papel fundamental na efetivação do domínio das estâncias Guaranis e no controle das forças políticas locais, como aquelas representadas pelos caciques.

Para Lia Quarleri (2008a, p. 54):

[...] las primeras reducciones fundadas por los jesuitas, a principios del siglo XVII, lo hicieron atraídos por la garantía de protección real sobre su gente y sobre la tierra,

<sup>43</sup> A *mita*, também conhecida como *repartimiento* ou *curatéquil*, junto com a *encomenda*, foram regimes de trabalhos compulsórios estabelecidos nas colônias espanholas sul-americanas. A *mita* era um tipo de rodízio aleatório que as comunidades indígenas sofriam por determinado período, em que a Coroa arrebatava a força de trabalho indígena para empregar na extração de metais nas minas. Os indígenas recebiam uma pequena quantia referente ao metal extraído, chamado de *partida* (isso se dava muito mais no papel do que na prática efetivamente, pois os indígenas trabalhavam até morrer nas minas). Esse foi um regime sanguinário que dizimou grande parte das populações indígenas. A *encomienda* foi outro tipo de regime, que se caracterizou por estabelecer um *encomendeiro*, em que comunidades indígenas inteiras ficavam sobre o controle de um algoz representante da Coroa espanhola, o *encomendeiro* – esse podia se utilizar da força de trabalho indígena na produção agrícola e nas minas, contanto que prestasse contas ao Rei sobre o controle e a catequização dos indígenas (o *encomendeiro* se assemelha aos diretores de povoações das missões portuguesas, citados no capítulo anterior). Cabe dizer que, apesar de algumas ordenações e diretórios que regulavam o uso da força de trabalho indígena nos setecentos e buscavam impedir a escravização desses povos, o trabalho compulsório foi predominante. Por exemplo, nas minas de Potosí, homens, mulheres e crianças indígenas que lá estavam submetidos morriam de asfixia, fome e diversas doenças e se viam abandonados nas ruas do local. Esses aspectos inelimináveis da escravização indígena não estão explícitos nas legislações e Diretórios indígenas da época. Para mais informações sobre a imposição da *encomienda* no início da colonização e conhecer mais a respeito da legislação Indigenista Internacional consultar o livro: *Índios no Brasil vida, cultura e morte* (2018), especialmente, o texto de André L. Lasmar: “Legislação Indigenista Internacional: da Lei de Burgos de 1512 ao sistema Onusiano de Direitos Humanos”.

afectadas por las rivalidades interétnicas y por los esclavistas luso-brasileros. La formación de reducciones parecía frente a algunos caciques poderosos de la región como un proyecto alternativo para conservar o aumentar sus privilegios, evitar la encomienda o la esclavitud y conservar el usufructo del territorio circundante a las misiones.

Depois de estabelecido o pacto, os indígenas reduzidos deveriam por obrigação assegurar os domínios territoriais da Metrópole. Os territórios dos 30 povos jesuíticos foram transformados numa barreira geopolítica e os guerreiros indígenas foram treinados pelos padres para compor o exército de milicianos e limitar o avanço dos estrangeiros que contrabandeavam no Rio da Prata.

A militarização dos indígenas dirigidos pelos padres jesuítas espanhóis no extremo sul resultou em grandes polêmicas e dividiu opiniões. O treinamento militar e a produção de armas nas reduções geravam desconfianças, pois na ocasião de um levante, os indígenas poderiam resistir como uma força contrária ao governo metropolitano.

Nesse sentido, para que o governo de Buenos Aires ganhasse legitimidade e poder na correlação de forças no território missioneiro, foi preciso negociar com os diversos povos e etnias indígenas. As estratégias de subjugamento dos povos originários orquestradas pelos colonizadores geraram um intenso conflito entre os povos. A guerra entre os Guaranis, Tupis, Charruas e Minuanos por exemplo, seguiu sustentada como tática na política de pacto das Coroas ibéricas. Aos povos que se rebelavam e negavam servir os monarcas era embutido a condenação de povos infiéis e inimigos do Rei.



Desse modo, todo inimigo do rei deveria ser também o inimigo do vassalo. Dito de outra forma, os índios amigos, aqueles reduzidos nas missões, deveriam combater os índios inimigos. O resultado foi a intensificação do conflito interétnico na região platina e o aprofundamento da extinção de etnias indígenas.<sup>44</sup>

As estratégias políticas das Coroas ibéricas, dos colonos apresadores de índios e da doutrina jesuítica se valeram das seculares rivalidades entre os grupos indígenas e o poder metropolitano nutriu por largos anos os conflitos pregando a escravização e o extermínio dos povos infiéis/bárbaros, cujo pacto de vassalagem inexistia. Como mostra Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 126), ao descrever a Carta do vice-rei do Brasil de 30 de junho de 1721:

[...] tendo o “gentio bárbaro” atacado, “é preciso procurar extingui-los, fazendo-se-lhes veemente guerra”. As recomendações de destruição total dos inimigos são numerosas no século XVII e início do século XVIII, e os documentos falam de guerra “rigorosa”, “total”, “veemente”, a ser movida “cruamente”, fazendo aos inimigos “todo o dano possível”, de preferência até a sua “extinção total”.

No caso dos jesuítas, os padres utilizaram as antigas formas aprimoradas pelos povos indígenas através do tempo, do significado do guerreiro e dos mitos e crenças a respeito do mundo espiritual e material para legitimar hierarquias entre os indígenas e estabelecer diferentes graus de privilégios na vida estancieira.

Como explica Lia Quarleri (2008), a estratégia foi utilizada pelos padres com forte apelo religioso através do uso de coroamentos, premiações, destacamentos e homenagens aos guerreiros fortes e combativos, de modo a incentivar a competição entre os indígenas da aldeia e fazer valer a ideologia cristã de recompensa por servir ao rei católico.

A promessa de proteção contra os ataques dos bandeirantes paulistas e da manutenção da estabilidade dos povoados indígenas era o ponto nevrálgico que permitia firmar o pacto de vassalagem e garantir a fronteira castelhana.

[...] Los guaraníes a través de los jesuitas habían aceptado el vasallaje al Rey como parte de un pacto implícito de contraprestaciones en los que mutuamente se garantizarían protección y bienestar. Lo cual se materializó con la creación del ejército guaraní, en 1649, y con lo auxilio prestado a los gobernadores, con tropas y recursos de las misiones, en la defensa armada contra el expansionismo lusitano las investidas de grupos “infielos” como en la fortificación de fuertes y puertos con el fin de evitar la entrada de naciones extranjeras a los dominios coloniales de la Corona española. En contraprestación y asociados a estos servicios, las misiones guaraníes fueron autorizadas a tener armas de fuego en las armerías de sus reducciones bajo el control de los jesuitas, lo que no fue un dato menor ya que su

<sup>44</sup> É importante destacar que as guerras interétnicas já ocorriam antes da presença europeia, por exemplo, a disputa entre os Guaranis e Charruas no território do Tape (Rio Grande do Sul), como salienta Regina Maria d’Aquino Fonseca Gadelha (1996, p. 11): “As regiões ocupadas e evangelizadas pelos jesuítas representavam as principais zonas de ocupação dos diversos povos indígenas da América do Sul”.

disposición fue elemental para conservar y extender el espacio misionero. (QUARLERI, 2007, p. 177).

Essa situação se tornou elementar nas futuras negociações e disputas que resultariam no Tratado de Madri, em 1750. Nesse sentido, se durante o século XVII e início do XVIII as missões jesuíticas-Guarani atenderam às demandas de proteção do território castelhano. Após meados do século XVIII, o quadro geopolítico se alterou e a expansão lusitana pelas bandas austrais se intensificou e modificou os acordos e pactos entre indígenas, jesuítas e as Coroas ibéricas.<sup>45</sup>

En perspectiva, el éxito de las milicias guaraníes en la defensa del territorio de la Corona española y del propio espacio misionero fue relativo, ya que no evitaron el avance de los portugueses sobre el Río de La Plata, más allá de la línea de Tordesillas, ni contuvieron de forma definitiva los ataques de los indios infieles. De primer caso resulta paradigmática tanto la fundación de Colonia de Sacramento, por el gobierno central de Brasil, frente a Buenos Aires, como la expansión luso-brasileira sobre el actual estado brasileiro do Río Grande do Sul. A su vez, pese a los tratados y armisticios firmados, los portugueses continuaron extendiéndose con asentamientos y estancias en la campaña que limitaba con Colonia de Sacramento, y o contrabando se extendió a niveles altamente perjudiciales para los intereses de la Corona, aumentando las representaciones que en esta materia llegaban hasta Madrid. La falta de control sobre aquel aspecto, entre otros temas, llevó a la Corona de España a aceptar la extensión de la frontera portuguesa hasta lo Río Uruguay, cuestión por la cual el rol defensivo que antes tenían las misiones orientales se vació de sentido. Ellas retornaron a la esfera política de la Corona solo como objeto de negociación e intercambio. (QUARLERI, 2007, p. 179)

O domínio do Rio da Prata representava o contato entre o Atlântico e as minas de Potosí e proporcionava a circulação das mercadorias para o interior da região, tal como a carne seca, o couro, a erva-mate e o tabaco, além de escravos e metais preciosos. O contrabando na região platina era um enorme empecilho para que a Coroa espanhola pudesse efetivar seu domínio no extremo sul da Colônia. A disputa pelo território da Colônia do Sacramento, fundada em 1680 pelos portugueses, foi árdua ao longo da colonização ibérica e alvo de inúmeras guerras. O contrabando sul-americano foi crucial para as nações mercantilistas e se tornou elemento basilar para a concorrência no mercado europeu, no século XVIII.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> O cenário amistoso entre a Companhia de Jesus e países como Portugal, Espanha e França é alterado a partir de 1759, com a expulsão dos padres jesuítas da América do Sul, tendo como pano de fundo as disputas territoriais promovidas pelo Tratado de Madri de 1750.

<sup>46</sup> Sobre a fundação da Colônia do Sacramento, ver a obra de Jaime Cortesão *História do Brasil nos velhos mapas* (2009) e para pensar o papel do contrabando na economia portuguesa em meados do século XVIII consultar a obra de Jorge Borges de Macedo *A situação econômica no tempo de Pombal – alguns aspectos* (1982).

A presença de mercadores e contrabandistas portugueses, ingleses e franceses na região platina fermentou ainda mais a tensão na disputa por essa porção territorial entre lusos e castelhanos. O comércio clandestino era o grande inimigo do comércio ilustrado. As fronteiras vizinhas do reino espanhol tinham aberturas em várias partes do terreno. A tentativa de fiscalizar e garantir o impedimento de mercadores estrangeiros e indígenas inimigos em território espanhol se limitava muito mais a uma tentativa formal do que uma realidade efetiva.

As mercadorias contrabandeadas eram inúmeras tais como ouro, prata, escravos, tabaco, madeira, gado, couro e demais produtos manufaturados. Com a grande produção agropastoril na região meridional o contrabando do gado exerceu forte pressão para a Coroa espanhola. Nas palavras de Lia Quarleri (2018, p. 17):

Por su parte, el contrabando de ganado fue el principal contrapunto del ideal de comercio soslayado por la administración borbónica desde Buenos Aires puesto que se constituía en la principal riqueza del espacio rioplatense y el bien máspreciado de los intercambios mercantiles.

No entanto, se o contrabando de escravos, prata, gado e manufaturados prejudicava a Coroa espanhola, por outro lado, para os portugueses a atividade significava uma oportunidade para negociar com outras nações contrabandistas, como a Inglaterra e França. Nesse sentido, podemos afirmar que o envolvimento da Coroa lusitana com o contrabando no extremo sul da Colônia americana apresentou as seguintes problemáticas: a primeira é a facilidade de acesso aos produtos clandestinos demonstrando a vulnerabilidade da fronteira espanhola; a segunda indica que a instabilidade da região platina ao longo dos séculos XVII e XVIII levou a Coroa portuguesa a fortalecer seu discurso em prol de seu domínio sobre a Colônia do Sacramento.

Em relação a este último ponto, a movimentação da geopolítica portuguesas em direção ao rio da Prata tem um histórico conturbado e gerador de atritos intensos com os Guarani das reduções desde o século XVII. De acordo com Eduardo Neumann, (2000, p.75), “os Guarani estavam inscritos em plena fronteira luso-hispânica, suscetíveis e sujeitos aos ânimos decorrentes dos ‘conflitos de interesses ibéricos’”.

Dessa forma, para seguirmos para próxima parte do trabalho, destacamos os seguintes elementos: (i) a fragilidade e instabilidade dos pactos políticos entre os três segmentos que envolvem o tema: os indígenas, os jesuítas e os representantes das Coroas; (ii) a oscilação da condição de tampão territorial das missões entre o início e metade do século XVIII e (iii) o

aprofundamento da vulnerabilidade da fronteira no extremo sul, por meio do contrabando e da presença de estrangeiros na região.

## 5.2. A CARTOGRAFIA JESUÍTICA E A OPOSIÇÃO DOS INACIANOS: O MAPA DE LA GOVERNACION DE PARAGUAY (PADRE JOSÉ CARDIEL – 1752)

As descrições das ocupações coloniais e aldeamentos missionários foram atividades constantes para os padres jesuítas, que mantiveram desde o século XVI intensa produção cartográfica da área de abrangência das missões e suas adjacências. Por muitas vezes foram os relatos, as cartas, os croquis, as plantas e os mapas jesuíticos os primeiros registros do território colonial americano a serem reconhecidos e divulgados pelo continente europeu.<sup>47</sup>

A representação cartográfica na ação colonizadora jesuítica fora estratégia indispensável, como afirma Artur Barcelos (2010, p. 3): “talvez o elemento diferencial esteja na própria forma de atuação dos jesuítas, onde os registros sobre o espaço americano se constituíram como parte fundamental da ação evangelizadora”.

Para o autor:

Em uma visão diacrônica, mapas realizados pelos jesuítas podem ser encontrados desde o século XVI até o final do século XVIII. Não houve Província Jesuítica na América espanhola em que algum membro da ordem não se tenha feito cargo de elaborar mapas. E não houve outra ordem religiosa na América colonial em que este caráter cartográfico fosse tão explícito. É esta dimensão espacial, abarcando quase toda a América, e esta produção por mais de dois séculos que reforçam a diferença de caráter da ação sobre o espaço entre a Companhia de Jesus e as demais ordens católicas no período colonial. (BARCELOS, 2010, p. 3)

A riqueza no detalhamento dos topônimos dos povoados, vilas, rios, lagos, montes, entre outras, nos permite reconhecer na cartografia jesuítica o avanço técnico dos instrumentos de medição e cálculos, como também o nível de interiorização alcançada pela Companhia de Jesus no século XVIII nos territórios coloniais sul-americanos.

As representações enaltecem a ação evangelizadora nos conteúdos cartografados, de modo a destacar a distribuição dos povos indígenas para explicitar os domínios jesuíticos, mesmo que por vezes omitindo a diversidade dos grupos étnicos e estabelecendo oficialmente as localizações dos povos infieis a serem exterminados.

---

<sup>47</sup> A respeito da produção cartográfica dos padres matemáticos no século XVIII, publicamos o seguinte trabalho: “O Novo Atlas da América Portuguesa e a oficialização do território colonial (1730-1749)”. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 42, p. 1-21, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3iBYyA1>. Acesso em: 1 out. 2020. Para uma leitura mais detalhada da cartografia dos padres matemáticos no século XVIII, indicamos o livro de André Ferrand de Almeida, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001). Sobre a cartografia jesuítica, pode ser consultado também, o artigo de Artur Henrique Franco Barcelos, “Expedições jesuíticas e cartografia americana: séculos XVII e XVIII” e o trabalho de Newton da Rocha Xavier (2012), *No solo regado a sangue e suor: a cartografia da Província Jesuítica do Paraguai (Século XVIII)* (dissertação de mestrado).



O aprimoramento e detalhamento cartográfico da ação dos jesuítas serviram como base elementar para os Estados Absolutistas, em especial para as Coroas ibéricas. Além disso, a produção cartográfica dos padres teve papel fundamental para revelar as entranhas do sertão e fomentar o imaginário europeu sobre o “Novo Mundo”. A esse respeito Artur Barcelos (2010, p. 14) escreve o seguinte:

Uma rápida olhada nos mapas produzidos pelos jesuítas permite ver a extensão de sua ação; a distribuição espacial de seus estabelecimentos e as inter-relações entre estes; a visão sobre a especialidade indígena de acordo com os interesses evangelizadores, políticos ou econômicos dos inicianos; a concepção do espaço colonial desde um ponto de vista jesuítico; as técnicas e os conhecimentos geográficos do período; o vasto imaginário que se desvela a partir das alegorias, iconografias e inclusive os textos que foram agregados às peças cartográficas. Ou seja, a cartografia jesuítica contribuiu para a organização colonial hispânica na América, definindo espaço, classificando e reordenando as sociedades indígenas, demarcando áreas fronteiriças internas e externas, e segue contribuindo para outra interpretação das ações impetradas pelos agentes coloniais, sejam eles espanhóis, *criollos*, civis, militares ou inclusive indígenas.

Cabe dizer que são conhecimentos e detalhes limitados à época, pois havia informações distorcidas das localizações das nascentes e direções dos rios, como certas fantasias ou criações imaginárias de alguns lugares. Um exemplo é o caso do Lago Xarayes, que a existência e exata localização gerou diversos debates e na produção jesuítica entre os séculos XVI ao XVIII. Para Artur Barcelos (2010, p. 5):

[...] a variedade da produção cartográfica jesuítica não impediu determinados equívocos. Não só aqueles decorrentes das limitações de conhecimento geográfico e cartográfico da época em que foram confeccionados os mapas, mas também aqueles que estiveram ligados a crença na existência de alguns lugares que, mais tarde, se comprovaram imaginários. Me refiro, por exemplo, aos casos do Lago Parimé, que figurava em vários mapas da Amazônia; e a Cidade dos Césares, que se acreditava estar localizada ao Sul da Patagônia, próximo ao Estreito de Magalhães. No que toca aos equívocos geográficos, talvez o caso mais duradouro seja o Lago Xarayes, representado na fronteira entre o Chaco paraguaio-boliviano e o Brasil, o qual foi largamente representado na cartografia jesuítica.

Sobre o Lago do Xarayes, Maria Fátima da Costa (2007, p. 24) nos traz a perspectiva. Nesse caso, não se tratou de um “equívoco” ou “fantasia” da produção cartográfica jesuíta, mas sim, revela o aprofundamento do conhecimento da geografia do interior da América Meridional, em particular, por meio de avanço e interiorização da navegação do rio Paraguai. Cita a autora a seguinte passagem sobre o misterioso rio que:

no tempo em que as águas estavam crescidas, corria da dita terra interior um rio até uma lagoa que nela havia, indo para outra lagoa. Porém agora que as águas estão baixas não podiam entrar ali pela pouca água que havia [...] <sup>48</sup>

<sup>48</sup> A citação trazida no texto é atribuída a um guarani que habitava a região por volta de 1500, interrogado por Domingo Martinez de Irala, traz a resposta sobre a “sazonalidade” do dito lago. Conforme salientou a autora, o

Em realidade revela os primórdios da descoberta sobre o complexo funcionamento do que chamamos atualmente de Pantanal, do qual se sabe que a característica principal é a de ser um local de grande inundação, dado o ritmo e a sazonalidade das cheias do rio Paraguai. Segundo Costa (2007, p. 26):

Como se pôde constatar, Xarayes é uma construção geográfica absolutamente espanhola, criada a partir dos conquistadores do rio da Prata e divulgada no início do século XVII pelos cronistas das Índias. Mesmo que a sua gestação esteja relacionada a outros lagos, trata-se de uma lagoa independente, desenhada no âmbito do espaço castelhano da América do Sul, cuja imagem figurou nas cartas européias dos séculos XVII e XVIII, excetuando as portuguesas.

Afora esses apontamentos, destacamos que a cartografia jesuítica foi resultado de uma estratégia de controle fundamental para a efetivação da colonização sul-americana e foi uma ferramenta elementar para a expansão das posses das terras da Companhia de Jesus. As descrições de estâncias e ervais, as informações da distribuição das populações indígenas, as condições de topografia, hidrografia, vegetação, a localização de portos, fortes, habitações e demais expressões geográficas da extensão do território jesuítico-Guarani endossaram as informações para a produção de mapas nas estratégias militares, nas décadas de 1740-1760, que resultaram da disputa da fronteira no extremo sul.

Nesse sentido, a cartografia jesuítica serviu de dados oficiais para o êxito da guerra dos Estados Absolutistas, para a orquestração da dinâmica produtiva dos novos territórios, na tributação de impostos, na circulação das mercadorias coloniais e para a propaganda e divulgação do Novo Mundo.

A cartografia jesuítica serve de medida não apenas para a importância que a exploração, a conquista, a organização e o controle do espaço adquiriram para a Companhia de Jesus, senão também para sua divulgação. Mapas jesuíticos foram publicados na Europa ao longo de toda a presença dos inicianos na América no período colonial. Acompanhando cartas e livros, ou compondo coletâneas cartográficas, foram dados a conhecer, entre outros, os mapas de Eusebio Kino sobre o noroeste da *Nueva España* e da Baixa Califórnia; de Joseph Gumilla e Samuel Fritz sobre a região amazônica; de Diogo Soares sobre o Rio da Prata e o Sul do Brasil; de Bernardo Havestadt sobre o Chile; além dos mapas de Bernardo Nusdorffer sobre as reduções de Guaranis; de Joaquín Camaño sobre o Gran Chaco; e de José Quiroga e José Cardiel para a Província Jesuítica do Paraguai e adjacências. (BARCELOS, 2010, p. 4)

---

volume de água no período das cheias desenha um lugar evanescente: existe e já não existe. Foi essa imagem mutável que o índio guarani transmitiu a Martínez de Irala. A referência da citação foi retirada do documento: “Relación de Domingo Martínez de Irala acerca de los descubrimientos que iba haciendo cuando fue navegando Paraguay arriba por orden del gobernador Cabeza de Vaca, desde 18 de diciembre de 1542” dos *Anales de la Biblioteca*, Buenos Aires, Biblioteca Nacional, t.8, p.345-346,1912. A esse respeito ver mais informações e detalhes em Maria da Fátima Costa (2007, p.25).

A produção dos mapas jesuíticos teve desdobramentos vantajosos para os mercadores, negociantes e para os oficiais das Coroas, pois permitiram localizar com maior exatidão as minas para a extração do ouro, da prata e para a extração da matéria bruta na construção das infraestruturas como os fortes, portos e estradas. Além disso, os delineamentos dos territórios coloniais sul-americanos no século XVIII serviram também de instrumentos vitais para o recrutamento e a organização da circulação da força de trabalho escrava indígena, africana e mestiça.

Dessa forma, as representações cartográficas jesuíticas somam documentos de suma importância para os estudos da formação territorial do Brasil, pois foram utilizadas como matrizes cartográficas para a produção de inúmeros mapas, durante todo o século XVIII e início do século XIX. O material cartográfico produzido pelos padres jesuítas era acompanhado de extensos relatos sobre a fauna, a flora, a pluviosidade, os solos e demais características físicas das áreas em que atuavam na catequização, visto que garantir um conhecimento minucioso do território colonial se tornou metodologia crucial nos trabalhos de muitos padres astrônomos, matemáticos e geógrafos da Companhia de Jesus.

Assim, os importantes anuários produzidos na época pelos padres contavam com estudos raros sobre a geografia, a história e a botânica do Novo Mundo, assim como descreviam as línguas dos povos originários, seus hábitos e tradições. Entretanto, ressaltamos o forte viés utilitarista e pragmático das descrições jesuítica. Tal perspectiva não foi exclusividade dos padres, pois o racionalismo e empiricismo ganhavam fôlego nos Séculos das Luzes, sendo essa prática metodológica um modelo de produção científica entre os viajantes, militares e aventureiros que se lançavam para a América do Sul: “[...] os trabalhos de membros da Companhia de Jesus não podem ser vistos apenas em seu caráter ‘utilitário’ no tocante ao reconhecimento do espaço. Refletem muito mais a forma de produção do conhecimento histórico e geográfico no período” (BARCELOS, 2000, p. 100).

No contexto das negociações de Madri, e as disputas pelos acordos, a estratégia geopolítica das transações territoriais aprofundou o problema da definição dos limites coloniais sul-americanos, pois na perspectiva dos caciques e cabildos dos Sete Povos das Missões, a Coroa espanhola estava entregando-os em troca da Colônia do Sacramento para os inimigos que eles tiveram que combater inúmeras vezes para garantir os limites da soberania espanhola.

Para os padres jesuítas, a repercussão do Tratado de Madri foi definidora para a continuação da presença da ordem no projeto de colonização das colônias americanas, pois

nomes importantes se levantaram e contestaram os artigos do Tratado, como os padres José Cardiel e Tadeu Henis. Eles ficaram conhecidos por produzirem mapas das bandas litigiosas para convencer dos prejuízos do Tratado de Madri, de modo a demonstrar as estratégias geopolíticas por trás do acordo de 1750.

A retórica jurídica dos citados jesuítas tinha por embasamento as noções dos direitos naturais dos indígenas e se associavam ao grande acervo de outros grandes cartógrafos jesuítas, tais como José Quiroga, Tomás Falkner, Joaquim Camaño, José Sanchez Labrador, Bernardo Nusdorffer, Juan D'Ávila, Antônio Machoni, entre outros. A resistência dos jesuítas inicianos que atuavam na Província do Paraguai criou forte oposição. Segundo Tau Golin (2014, p. 36), a revolta dos padres:

[...] passou da oposição às consequências negativas concretas decorrentes da aplicação de cláusulas do Tratado de Limites à discussão sobre sua legitimidade. No extremo, a expulsão de 30 mil índios e a baixa indenização por seus territórios e cidades passaram a ser consideradas como uma “clara infração ao direito natural. Concretamente, muitos padres pregaram abertamente a desobediência. No entanto, os altos dirigentes da ordem religiosa, em uma leitura estratégica dos interesses gerais da Companhia de Jesus, mais arditamente procuraram demover a oposição interna, resultando em uma objetiva divisão dos religiosos”.

A oposição dos inicianos às cláusulas do Tratado de Madri buscava convencer a Coroa espanhola da importância da manutenção daquele território. Para dar fôlego à argumentação, era necessário produzir documentos cartográficos que pudessem detalhar o espaço sob o controle jesuítico na região meridional.

Uma das sistematizações mais importante do universo cartográfico jesuítico sobre as disputas territoriais no extremo sul da Colônia é o *Mapa de la Gobernación de Paraguay, y de la Buenos Ayres, con la línea divisória de las tierras de Espanha y Portugal, ajustada entre las dos coronas año de 1750; cuya posesion se pretende tomar este año de 1752* (Figura 19), que representou a área *core* do confronto na disputa pela demarcação da fronteira, conforme afirma Tal Golin (2014, p. 37), o mapa demonstrou:

[...] o núcleo conflituoso do tratado, com sua linha divisória. A representação foi atribuída a autoria do Padre José Cardiel, o mapa serviu de base para incontáveis reproduções, o cartógrafo jesuíta não só condenava a decisão dos reis como propunha uma fronteira que alargava o domínio da Espanha e, notadamente, da Província Jesuítica do Paraguai”.





O mapa se apresenta como *Mapa de la Governacion del Paraguay y de la de Buenos Ayres con la linea divisoria de las tierras de España y Portugal ajustada entre las dos Coronas año 1750 cuya posesion se pretende tomar este año de 1752, Ponense tambien las tierras que tocan a Portugal segun la linea del papa Alejandro VI que antiguamente se ajustaron las dos coronas*, conforme as informações da Biblioteca Nacional da Espanha, na rede de Bibliotecas dos Arquivos Estatais.

Na parte inferior do mapa, apresenta-se uma escala gráfica mensurada em “40 léguas de 20 en un grado” (= 6 cm), conforme as informações apresentadas no “Catálogo Colectivo de la Red de las Bibliotecas de los Archivos Estatales”. O mapa traz a seguinte informação: “Mapa del terreno de las mutuas entregas hecho ultimamente por los Jesuitas de alla y entregado confidencialmente a Valdelirios por el P. Altamirano...”.

As medições longitudinais e latitudinais não haviam, na época, atingindo a padronização. Porém, as graduações presentes nas margens do mapa e a Rosa dos Ventos em vermelho, orientada para o Norte, são expressões do avanço técnico alcançado pela cartografia jesuítica, em meados do século XVIII.

O mapa é um manuscrito colorido e as cores em destaque representam as diferentes possessões dos territórios coloniais. Os símbolos representam a distribuição das áreas de habitação lusas e castelhanas, dos aldeamentos dos povos indígenas, dos pontos de segurança e as igrejas. As “Advertências” descritas na parte superior do mapa buscam orientar a leitura. Explicam a utilização das cores, por exemplo, na seguinte descrição: “todo lo que esta con color amarillo pertencie a Portugal, y lo demas a España segun el nuevo convenio delos dos Reys del año de 1750”.

Nas “Advertências” também é possível observar uma descrição detalhada da hidrografia da região meridional. O objetivo da advertência introdutória é convencer das vantagens da linha divisória proposta pelos padres jesuítas (colorida em verde). A tentativa é justificar a necessidade de manutenção dos territórios dos Sete Povos das Missões e denunciar as estratégias geopolíticas da Coroa portuguesa.

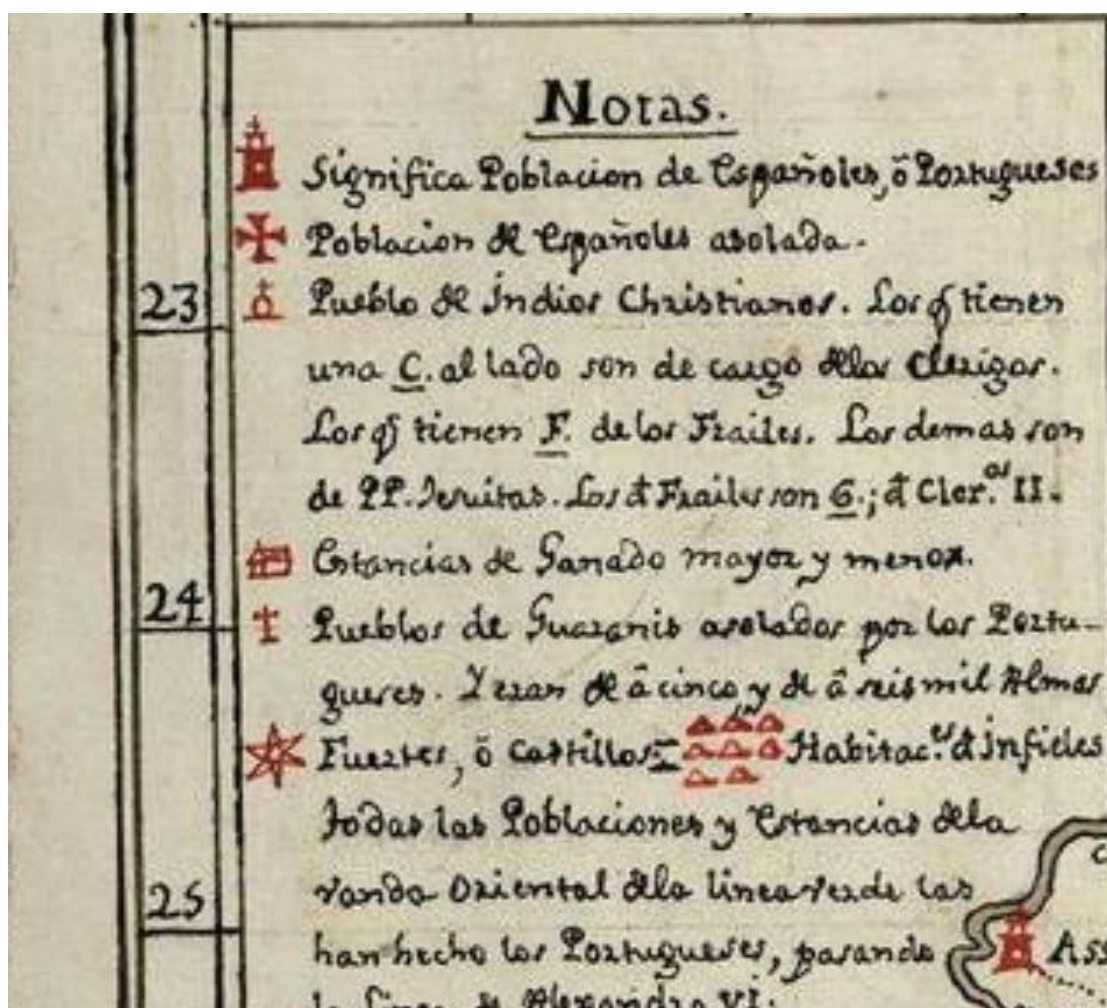
A linha divisória colorida em verde tem seu ponto inicial em Castilhos, no extremo sul. A linha limítrofe, segundo o mapa de Cardiel, deveria percorrer as cabeceiras dos afluentes das lagoas Mirim e Patos, conforme seguem as advertências, e atravessar as altas serras do escudo Rio-Grandense, até confluir nos rios Jacuí e Taquari; adiante, a linha divisória estabelecida no mapa segue até a nascente do Taquari, que segue por terra até a

cabeceira do rio Uruguai; desta última cabeceira, deveria seguir até a cabeceira do Iguacu, desembocando, por último, na foz do rio Iguereí, no grande Paraná.

Aproximadamente na altura de 29°, está a seguinte frase que acompanha a linha divisória (verde) proposta por Cardiel: “Si, la Linea Divisoria se achara por esta verde, ni ã yndios ni ã Portugueses perjudicara”. A respeito disso Tau Golin (2014, p. 76) comenta, que a linha divisória se coloca como uma “muralha de proteção” contra os luso-brasileiros, em clara tentativa de impedir a fragmentação das missões jesuíticas da Província do Paraguai.

A principal área de litígio está circundada no mapa por pontos pretos, configurando a área *core* dos interesses geopolíticos metropolitanos. Outro elemento a ser considerado se refere à simbologia adotada para a representação das populações indígenas. Observamos, por exemplo, as “Notas” (Figura 20):

**Figura 20:** Detalhe das “Notas” presente no Mapa do Padre José Cardiel (1752)



Fonte: Mapa de la Governacion del Paraguay y de la de Buenos Ayres con la línea divisoria de las tierras de España y Portugal ajustada entre las dos Coronas año 1750 (1752).

As notas se apresentam como um tipo de legenda. Na representação, podemos perceber a generalização dos povos originários. De um lado porque a nota e o mapa omitem a diversidade dos povos existentes naquela região no século XVIII, conforme pudemos perceber na figura “Mapa da distribuição das populações indígenas até meados do século XVIII na região platense”.

A homogeneização dos povos originários são estratégias presentes nas formas de classificação cartográfica jesuítica. As parcialidades são minimizadas e o que se procura destacar é o sucesso da evangelização e a capacidade de organização e de efetivação da sedentarização e do controle dos povos aldeados. Como escreve Newton da Rocha Xavier (2012, p. 80):

A etnografia na cartografia aparece na organização das informações do mapa. Os nomes dos grupos indígenas maiores abarcam as parcialidades, em uma representação que é sinal do plano jesuítico de colocar diversos povos sobre poucas classificações, desprezando as diferenças entre eles. Ao contrário do que acontece nas narrativas e nas correspondências, os mapas não citam a existência de lideranças indígenas. O único poder representado é o da Companhia de Jesus e seu avanço missionário, benéfico ao poder da Coroa Espanhola.

Cabe destacar que a unidade entre os Guarani e os padres ficam sublinhadas nas entrelinhas do mapa. Isso significa pensar que o maior contingente populacional indígena nos aldeamentos missioneiros eram os povos Guarani, demonstrando, portanto, o alcance do pacto e das afinidades de interesses políticos estabelecidos entre esses últimos e os inicianos.

Apesar da homogeneização sobre a diversidade dos grupos étnicos da região, no mapa podemos perceber duas classificações opostas que se referem aos indígenas, cuja função ideológica perdurou sem findar no universo cartográfico jesuítico: o índio aldeado *versus* o índio infiel. No detalhe da nota que destacamos anteriormente, podemos perceber que existem topologias distintas para representar os indígenas amigos – leia-se Guarani – e os índios infieis, que são colocados de modo a abranger somente alguns pontos representados por suas habitações isoladas. Porém, é importante dizer que os índios infieis nesse contexto não viviam muito distantes do núcleo missioneiro principal, cuja demarcação está fixada no mapa através de pontos pretos (pontilhados), na área central dos 30 povos das missões.

A depender da conjuntura das disputas fronteiriças na região, os índios inimigos passam a lutar lado a lado com os guerreiros Guarani aldeados, como ocorreu na unidade entre os Charruas e Guarani no ano de 1753, no momento auge do enfrentamento entre o exército Guarani e as tropas luso-castelhanas que avançaram para o paço do Jacuí, ameaçando as estâncias jesuíticas.



Portanto, cabe salientar que a classificação de povos infiéis/inimigos oscilou na cartografia jesuítica setecentista. Com isso, a localização dos povos inimigos obedeceu às conjunturas das guerras e dos acordos entre os diversos grupos indígenas. A presença de indicações e nomenclaturas que assinalavam os povos inimigos foram elementos que perduraram na representação dos mapas durante o processo histórico de colonização.

Dessa forma, podemos pensar em três níveis de informações que convergem no mapa do padre Cardiel e que compõem o cenário belicoso da “Guerra Guaranítica”. São eles: os indígenas (amigos × inimigos), a fronteira e a interiorização territorial na Colônia sul-americana.

Tanto o Mapa das Cortes quanto a representação de Cardiel que vimos podem ser concebidas como instrumentos geopolíticos que caracterizaram as disputas pela fronteira no extremo sul. Os projetos antagônicos de delimitação dos domínios metropolitanos sobre o território colonial americano e as lutas expressam o caráter ideológico das fontes, que ora seguem como instrumentos técnicos, que orientam a prática colonizadora e proporcionam uma visão mais detalhada dos terrenos, em outras, são fontes legitimadoras da retórica oficial dos Estados Absolutistas, mesmo não correspondendo com a realidade *in loco*.

Nesse sentido, a importância do material apresentado para pensar a temática da chamada Guerra Guaranítica está no seu caráter ideológico, sendo um elemento duradouro da fonte que ultrapassa a utilidade imediata da orientação e se apresenta como práxis das ações e das disputas, criando fundamentos e retóricas de pertencimento do território apossado, efetivando-se, por assim dizer em ideologia geográfica.

Ademais, a produção cartográfica jesuítica que acompanhou o desenrolar da disputa pelos Sete Povos das Missões precisa ser compreendida por dois movimentos fundamentais, que caracterizaram a visão cartográfica setecentista. O primeiro é o aprofundamento do conhecimento do interior do território colonial sul-americano. A esse respeito, é importante destacarmos que os mapas jesuítas foram as bases cartográficas fundamentais utilizadas nos principais tratados e negociações europeias. A publicização dessas fontes foram reproduzidas e replicadas inúmeras vezes durante os séculos XVII e XVIII, auxiliando de maneira definidora os futuros trabalhos das expedições militares demarcatórias que se depararam com a resistência indígena no extremo sul da Colônia (1753). O segundo movimento que acompanhou o apogeu da produção cartográfica setecentista foi a propagação do sentimento antijesuítico, que se intensificou a partir do ano de 1752, quando uma parcela dos inacianos se

opôs às ordens das Coroas ibéricas, o que culminou na expulsão da ordem dos territórios coloniais americanos ( no ano de 1759).

Sendo assim, são ricas as possibilidades de interpretação que o *Mapa de la Governacion del Paraguay y de la de Buenos Ayres con la linea divisoria de las tierras de España y Portugal* nos oferece, como o aspecto geopolítico de denúncia da desobediência dos portugueses a Bula Papal que estabeleceu o Tratado de Tordesilhas, onde podemos observar a linha vermelha que passa por São Paulo, em que se lê: “linha del Papa Alexandre VI”, cuja reta resguarda todo o litoral do extremo sul sob a posse espanhola. O tom geopolítico desse aspecto é o alargamento da Província do Paraguai. Como salientou Newton da Rocha Xavier (2012, p. 90):

O *Mapa de la Governacion del Paraguay* é um exemplo das representações jesuíticas nas questões políticas. O mapa ataca as questões demarcatórias, mostrando a Linha de Tordesilhas sobre a vila de São Paulo de Piratinga. Apesar de não ser um mapa total do Paraguai, ele aborda uma temática cara aos jesuítas cartógrafos: a luta pela manutenção do domínio espanhol na região. O mapa também mostra povoações assoladas pelos paulistas, um item constante dos mapas da Companhia de Jesus.

Nessa direção, como também apontou Tau Golin (2014), a proposta de Cardiel foi julgada um afronte pelo Marquês de Pombal, cuja linha divisória desde Castilho até o Iguaré delineava-se como uma barreira para o avanço dos portugueses e que incorporava territórios ao domínio espanhol. Esses territórios engolidos pela proposta demarcatória de Cardiel ficavam justamente na jurisdição das Partidas Demarcatórias que buscariam traçar a fronteira na extremadura do continente sul-americano.

Os Sete Povos das Missões tinham significativa importância para a economia agropastoril e estavam integrados à política da Província do Paraguai. Além disso, representava um espaço de controle da igreja que tivera alcançado autonomia e dinâmica própria, ao longo do século XVII e início do XVIII. Nesse sentido, as missões jesuíticas tiveram o papel fundamental para a efetivação da posse colonial do extremo sul. A permuta do território à oriente do Rio Uruguai, tido como Sete Povos das Missões, significava revogar o pacto de vassalagem estabelecido entre o rei da Espanha e os líderes indígenas sob o comando dos padres inacianos.

Assim, com as considerações apresentadas sobre a dinâmica das Missões jesuíticas-Guarani e o destaque que fizemos para a produção cartográfica inaciana que se opôs ao Tratado de Limites, a nossa intenção no capítulo foi trazer um olhar para a situação específica dos territórios missioneiros. Nessa mirada, o papel geoestratégico das Missões ficou ressaltado, principalmente porque é no desmantelamento dos territórios missioneiros que os

encaminhamentos para definição das disputas fronteiriças entre as Coroas ibéricas estiveram assentados.

Contudo, o resgate à ação inaciana contra a geopolítica do Tratado de Madri e a ênfase na cartografia da oposição visa colocar o território jesuítico-Guarani como ponto fundamental de apoio na ação colonizadora do século XVIII, a isso, ressaltamos o papel-chave de “tampão territorial” que as Missões serviram para barrar o avanço lusitano para o extremo sul.

Por fim, o enfoque na produção cartográfica de oposição, em especial no *Mapa de la Governacion del Paraguay*, intentou trazer à cena a importância da cartografia inaciana no século XVIII deixando claro que foram os mapas produzidos por esses padres que serviram de matrizes fundamentais para embasar as cartas militares posteriores.

Dito isso, para nos aproximarmos das considerações finais da dissertação, o capítulo a seguir é a nossa tentativa de estabelecer um elo entre as partes apresentadas no trabalho, para isso, arriscamos uma abordagem transversal, de maneira que possamos trazer os elementos marcantes da resistência guaraníca no período colonial estudado, especialmente, enlaçaremos as formas atuais de resistências dos povos indígenas na rememoração da liderança Guarani Sepé Tiaraju.

## 6. REMEMORAR A LUTA DE SEPÉ TIARAJU: SÉCULOS DE RESISTÊNCIA GUARANI

O vento vindo do Sul  
É como a voz do ancião,  
Sabedoria surgida  
Em tempos que longe vão,  
Flores que hoje são colhidas  
No Jardim da tradição.

(Marco Aurélio. *A história de amor de Pitá e Moroti*,  
2013, p. 8)

A rememoração da morte de Sepé Tiaraju está presente na cultura Guarani até os dias atuais. A resistência dos antepassados na luta pela preservação dos territórios e modos de vidas indígenas trazem significados reais às cenas das lutas contemporâneas.

O resgate da força dos guerreiros antigos é uma forma viva de impulsionar a resistência indígena numa luta árdua e sem cessar, instaurada desde a colonização. Nas fotos a seguir, o coral de adultos e crianças Guarani cantam sobre o local (entrada da cidade de São Miguel/RS) em que fora assassinado, pelos exércitos ibéricos, o líder indígena Sepé Tiaraju, no dia Sete de fevereiro de 1756. No lugar, foi enterrada uma cruz para simbolizar o ocorrido. A batalha ficou conhecida como Coiboaté e marcou a chamada Guerra Guaranítica.

Na abordagem benjaminiana da história, a tradição dos oprimidos é um fio condutor que anima a resistência contra o opressor, que busca destruí-la incansavelmente. Para iniciar, apresentamos a VI tese de Walter Benjamin (2012), com o objetivo de nos apoiarmos na abordagem histórica benjaminiana, do ponto de vista do método.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Ele é um e o mesmo para ambos: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem como redentor; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é *privilégio exclusivo* do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 2012, p. 243-244)

As lutas do passado e a rememoração da força dos antigos contra a colonização e o etnocídio dá luz às lutas atuais, como ensina W. Benjamin. Trata-se “de fixar uma imagem do passado da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo”. Para o autor, a tarefa árdua do pesquisador materialista histórico é identificar a

origem, pois o “perigo que ameaça a existência da tradição” coloca em apuros também “os que a recebem”. A luta do oprimido na vitória contra o opressor é o que está em perigo; a referência messiânica, trazida na abordagem benjaminiana se refere à potência revolucionária do oprimido, que tem “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança”.

A exemplo, citamos os encontros anuais e nacionais dos povos indígenas que ocorrem em memória de Sepé Tiaraju, no dia 7 de fevereiro, o dia do assassinato do líder indígena. Em 7 de fevereiro de 2019, O Conselho Indigenista Missionário (Organismo vinculado à Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB) divulgou a seguinte reportagem: “13º Encontro Nacional em Memória de Sepé Tiaraju reafirma resistência às políticas do Governo Bolsonaro”. Em destaque, estão as pautas de reivindicações dos povos indígenas pela garantia das demarcações de suas terras, pelo direito de viver seguros em suas comunidades, pela garantia do acesso a saúde indígena, pelo direito a uma escolaridade bilíngue respeitando a diversidade dos povos e culturas, entre outras reivindicações, que podem ser lidas no *Documento Final do 13º Encontro em Memória de Sepé Tiaraju*:

Entre os dias 05 a 07 de fevereiro, na Terra Indígena Myya Guarani Tekoha Pará Roke, no município de Rio Grande, RS, nos reunimos para a realização do 13º Encontro em Memória de Sepé Tiaraju, que foi morto pelos brancos, quando fazia a defesa do território de nosso povo. Desde Rio Grande, RS, estamos em sintonia com as lutas e mobilizações que acontecem em todo Brasil. Essas lutas são pela garantia dos nossos direitos: a demarcação de nossas terras, de nos manifestarmos de acordo com nossas culturas, que sejam respeitadas as diferenças étnicas e religiosas e de sermos reconhecidos como cidadãos, sujeitos de direitos. Todos esses direitos foram consagrados na Constituição Federal de 1988, como direitos fundamentais. (DOCUMENTO..., 2019)

**Figura 21:** Coral Guarani Mbya canta sob a cruz enterrada onde foi massacrado o exército de Sepé Tiaraju no Município de São Miguel/RS no 10º Encontro Sepé Tiaraju (2016)



Fonte: Caderno do Mapa Guarani Continental (2016). Disponível em: <https://bit.ly/3ngGajZ>. Acesso em: 15 out. 2018.

**Figura 22:** Detalhe da foto do Coral Guarani Mbya – Crianças cantam sob a cruz enterrada onde foi massacrado o exército de Sepé Tiaraju no Município de São Miguel/RS no 10º Encontro Sepé Tiaraju (2016)



Fonte: Caderno Guarani-Português do Mapa Guarani Continental (2016). Disponível em: <https://bit.ly/36BDx6j>. Acesso em: 15 out. 2018.

Como escreve W. Benjamin, “é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela”. Assim, trazer à tona a memória da luta que Sepé liderou no período colonial para as lutas dos dias atuais, faz da mobilização indígena no ato de *rememorar* uma ação transformadora e um ato político consciente de tomada de direção da narrativa histórica.

A rememoração da morte de Sepé é uma resistência e permite sustentar a mobilização contra a violência e os ataques sofridos pelos povos indígenas no Brasil, atualmente. Por isso, se tomarmos o conceito de rememoração com base na perspectiva trazida por Walter Benjamin em suas teses *Sobre o conceito de História* (2012, v. 1), podemos lançar mãos de balizas interpretativas críticas na Geografia Histórica do Brasil. Como mostrou Jeanne Marie Gagnebin (2015), em seu artigo “Walter Benjamin: ‘esquecer o passado?’”, a autora nos ajuda a entender o conceito rememoração para o método histórico benjaminiano. Segundo ela, a *Eingedenken* (rememoração) é coletiva e política, “[...] ela não é de jeito nenhum uma comemoração oficial, organizada com bandeiras, desfiles ou fanfarras para comemorar uma vitória” (GAGNEBIN, 2015, p. 260).

Para Benjamin, a história não está fechada e ela pode ser transformada. A visão benjaminiana ressalta uma narração aberta que não estanca o passado numa única constatação. Nesse sentido, modificar a imagem do passado também representa transformar a apreensão do passado pelo presente. Nas palavras de Jeanne Marie Gagnebin (2015, p. 11):

[...] Com efeito, se o passado é bem findo (*vergangen*) e nesse sentido imutável, continua, porém, a ter sido (*gewesen*), a passar, a perdurar no presente. Esse estatuto “enigmático” (Ricoeur) do passado presente se transforma com o presente, quando os sujeitos históricos do presente dão ao passado outra interpretação, o transmitem (*überliefern*) contra o “conformismo da tradição” (*Tradition*), como o diz Benjamin na tese VI, portanto, agem no presente de tal maneira que a continuação da história não mais se inscreve no esquema narrativo (prático) ditado por essa tradição dominante. A ruptura desse enredo é, em Benjamin, uma ruptura teológica e política, não no sentido de uma intervenção divina segundo um modelo religioso, mas no sentido de uma dimensão irredutível ao dado, ao “amontoado de ruínas (tese IX)”.

Nessa perspectiva de análise, passaremos a falar um pouco sobre o líder Sepé Tiaraju para adentrarmos na temática específica da pesquisa e pensar a sua importância na resistência indígena no contexto das disputas territoriais, ocasionadas pelo Tratado de Madri. A nossa intenção é retomar a narrativa histórica sobre o episódio chamado de Guerra Guaranítica, e compreendê-lo não como uma guerra guaranítica, mas sim como uma guerra contra os Guarani, uma guerra contra os indígenas.

O líder Sepé Tiaraju (em Guarani significa *facho de luz*),<sup>49</sup> em São Miguel cumpria o cargo de corregedor<sup>50</sup> e tinha grande respaldo entre os indígenas reduzidos nas Missões dos Sete Povos. A inserção de Sepé (que fora batizado pelos jesuítas com o nome cristão de Joseph Yarayu) era intensa entre os padres e a elite indígena letrada.<sup>51</sup> Entre os jesuítas, ficou conhecido pelas altas habilidades de negociações com os indígenas e europeus. Nas negociações que antecederam o ataque aos Sete Povos das Missões em 1756, Sepé se destacou, pois além de ter forte respaldo entre os indígenas das estâncias jesuíticas, sabia ler e escrever Guarani, português e espanhol. A persuasão de Sepé contra os prejuízos do Tratado de Madri ficou conhecida e foi relatada nos documentos da época.

A fama de Sepé em liderar os guerreiros indígenas Guarani, Charrua e Minuano, nos vastos campos sulistas, na condução da resistência contra os exércitos ibéricos, repercutiu de modo variado entre os letrados europeus. Para Rafael Burd (2014, p. 18), os acordos do líder Sepé Tiaraju entre indígenas e europeus não significaram colaboração ou passividade. Para o autor a posição de Sepé:

[...] Foi uma forma de resistir às alterações que se apresentavam, um modo de se adaptar à nova situação. Foi, sobretudo, uma maneira encontrada por ele de reagir às determinações reais de abandonar as suas terras e entregá-las aos portugueses. Sepé apresentou a qualidade de utilizar sua condição de *mediador cultural*, no sentido de um mestiço cultural, para *mediar*, no sentido de tentar realizar negociações. Em outras palavras, conseguiu valer-se dos códigos que conhecia dos europeus para buscar uma melhor solução para o conflito.

A revista *Adusp* de novembro de 2018 publicou a seguinte matéria: “Guerra Guaranítica, esquecido episódio do século 18”. Na reportagem publicada pela revista, o pesquisador Rafael Burd é citado ao escrever sobre a figura de Sepé:

a sua atuação enquanto liderança Guarani suscitou uma série de construções sobre a figura: a de herói, santo, mártir da resistência indígena. [...] gostaria também de apresentá-lo sob a perspectiva de um mediador cultural, ou seja, de um indivíduo que transita entre dois mundos aparentemente diverso, os dos indígenas e o dos europeus, papel que também o ajudou a se consolidar como liderança. (DORNELES, 2018, p. 45)

<sup>49</sup> Com base no livro de Montoya, *A arte de La lengua Guarani, 1876*, o autor Benedito Prezia define Tiaraju como “amarelo como fruta madura” e que pode ser também o “amarelo do entardecer”. O ju, em Guarani, sempre tem uma conotação de espiritual e divino. (PREZIA, p. 130, 2017).

<sup>50</sup> O cargo de corregedor era um alto posto dentro dos territórios missioneiros de caráter organizativo e deliberativo. Para ocupar o cargo, o líder passava por uma espécie de assembleia geral (organizado nos cabildos) e era eleito diretamente pela própria comunidade. Os assuntos da corregedoria nas missões eram centrais, pois o corregedor ficava responsável em resolver qualquer desentendimento comunitário, como também, era encarregado por estabelecer a mediação entre os padres, a ordem e o andamento da divisão do trabalho no território missioneiro e representar a comunidade nas negociações e/ou guerra com a Coroa.

<sup>51</sup> Conforme apresenta Rafael Burd (2014, p. 13) em seus estudos, os jesuítas e a Coroa espanhola utilizavam os líderes indígenas e concediam a eles certos privilégios. Dessa forma criava-se uma “nobreza nativa”, que servia de mediadora entre os colonizadores e os povos originários.



A documentação da época colonial mostra com detalhes as atrocidades sofridas pelo líder Sepé, de acordo com as *Efemerides de La Guerra de los Guaranies*, do padre Tadeu Henis “[...] o queimaram com pólvora [...] e o martirizaram de outras maneiras” (GOLIN, 2014, p. 151-152). O golpe final foi o tiro disparado pelo governador de Montevideu José Joaquim Viana. Os relatos revelam ainda, que o corpo fora decapitado e a cabeça de Sepé foi levada pelo exército espanhol e acomodada com sal para que pudesse preservar e servir de prova da morte do líder indígena.

Junto ao corpo de Sepé foi encontrado duas cartas que, segundo Tau Golin (2014), foram utilizadas para condenar outros indígenas que atuavam com Sepé para defender os territórios missioneiros, como foi o caso de Valentim Ibaringuã do povoado de São Xavier. Sobre as cartas que se encontravam junto ao corpo de Sepé escreve Rafael Burd (2014, p. 13), com base no diário de Jacinto Rodrigues da Cunha:

O diário do capitão português Jacinto Rodrigues da Cunha traz uma transcrição e tradução destas, pois estavam em idioma Guarani. Uma era assinada pelo “mayordomo” de São Miguel, Valentim Ibaringuã, solicitando novas informações sobre o conflito. A segunda, que para o português se parece com uma instrução a Sepé, reafirma a vontade de permanecer nas terras que, segundo os Guaranis, “Deus havia lhes dado”.

A notícia da morte de Sepé se espalhou pelos campos, estâncias e povoados, o luto desceu como um relâmpago e pairou como uma nuvem escura sobre o povoado de São Miguel, o desespero, as orações e a revolta assolaram os guerreiros missioneiros, os padres e demais pessoas que se viam representados por Sepé. Assim, sem a orientação do líder cada destacamento missioneiro deveria agir por conta própria e refazer a resistência para vingar a morte de Sepé e barrar a invasão das tropas ibéricas nos Sete Povos das Missões.

Nas palavras de Tau Golin (2014, p. 152-153), os indígenas:

Estavam impactados pelo martírio sofrido por Sepé, violado pela espada que lhe decepou a cabeça, a qual somente seus algozes sabiam onde se encontrara. Ficara no relento somente seu corpo supliciado pela tortura da pólvora espalhada em seu dorso ainda chamuscado pelos rastilhos acesos e feridas [...] ao cabo, Sepé Tiaraju era um corpo sem cabeça, que os miguelistas recolheram à noite e deram enterro acanhadamente cristão no recanto possível para pranteá-lo até o clarear do dia, sem chamar atenção do inimigo.

A morte de Sepé pode ser entendida como o grande estopim do conflito conhecido como Guerra Guaranítica, pois, ao mesmo tempo em que o fato encerra os períodos de negociações entre os exércitos *versus* indígenas e jesuítas, a morte de Sepé Tiaraju é o pontapé fatal para o enfrentamento direto entre europeus e indígenas, já que no dia 10 de

fevereiro, após três dias em que assassinaram Sepé, os exércitos invadiram o povoado de São Miguel e mataram mais de 1600 pessoas entre mulheres e crianças.

A multidão de mortos, como escreve T. Golin (2014) se formou apenas em uma hora, em uma das maiores carnificinas da época colonial, da qual já citamos, conhecida como “batalha de Caiboaté”. O exército ibérico após vencer a trincheira de indígenas que cercava a entrada de São Miguel, invadiu a estância missioneira e disparou e trucidou crianças, mulheres e homens desarmados que não portavam nada mais do que estatuetas de santos, crucifixos e suas orações contra o inimigo.

Conforme a documentação da época, o comando luso-espanhol perdeu o controle sobre a *gauchada*, responsabilizada em parte, pela “mortandade”. Esses “paisanos” e “blandengues” prosseguiram com as execuções após os índios terem sido completamente derrotados e pediram clemência. [...] As baixas dos aliados eram pífias. Três espanhóis morreram e dez ficaram feridos. Entre os portugueses, somente uma morte e trinta feridos. A infantaria luso-brasileira havia sido dizimadora. (GOLIN, 2014, p. 160)

O caso de violência que citamos sofrido pelos indígenas dos Sete Povos das Missões não é isolado e muito menos representa algo que “ficou no passado”, como nos ensina a VI tese de Benjamin, o “inimigo não tem cessado de vencer”, ele continua em seu cortejo fúnebre pisoteando sobre os corpos caídos no chão, àqueles de todas as épocas passadas. Prova disso são os Relatórios Anuais de Violência contra os Povos Indígenas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que apresentam dados de 2017, 2018 e 2019 revelando o aumento sistêmico e contínuo dos tipos de violências sofridas pelos povos originários no Brasil, sendo que o esbulho das terras indígenas foi o vetor que mais cresceu. Segundo Roberto Liebgott, coordenador do Regional Sul do Cimi tendo como referência o ano de 2017:

As informações sistematizadas evidenciam que continua dramática a quantidade de registros de suicídio (128 casos), assassinato (110 casos), mortalidade na infância (702 casos) e das violações relacionadas ao direito à terra tradicional e à proteção delas. “Esta edição do Relatório explicita uma realidade de absoluta insegurança jurídica no que tange aos direitos individuais e coletivos dos povos indígenas no país. Para piorar, os Três Poderes do Estado têm sido cúmplices da pressão sobre o território, que pretende permitir a exploração de seus recursos naturais, e resulta em violência nas aldeias”. (CIMI, 2017)<sup>52</sup>

Em seu artigo de análise do relatório, o secretário executivo da Cimi, Cleber Buzatto sintetiza o avanço da violência ao avaliar os anos de 2016 e 2017, no qual é importante ressaltarmos que o Brasil estava sob o Golpe Institucional, que resultou na retirada da presidente Dilma Rousseff eleita democraticamente em 2014. Escreve Buzatto:

<sup>52</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3ntSQEi>. Acesso em: 10 out. 2019.

[...] com Temer<sup>53</sup> no comando do Executivo federal, os agressores se sentiram mais seguros para cometer seus crimes. A invasão e o esbulho possessório alastraram-se como pólvora sobre os territórios e ameaçam a sobrevivência de muitos povos, inclusive os isolados. Está claro que o Brasil foi tomado de assalto, feito refém de interesses privados da elite agrária, ‘agraciada’ com novas ‘capitanias hereditárias’, que são distribuídas em troca da morte dos povos que habitam os territórios. (Cimi, 2017)<sup>54</sup>

Os ataques contra os povos indígenas e as artimanhas nefastas para a usurpação dos territórios originários se intensificaram no século XXI, no caso do Brasil, a agenda de luta contra a tese do “marco temporal”<sup>55</sup> e os impactos da pandemia da Covid-19 são latentes desde o início de 2020.

A tese do “Marco Temporal” defendida pelo governo brasileiro é uma clara violação aos direitos dos povos originários do Brasil. Ela visa anular os processos de demarcações das terras indígenas, com um discurso tem por premissa esabelecer um “marco” legal de reconhecimento dos territórios originários apenas às terras ocupadas e legalizadas até a data de 05 de outubro de 1988 (ano da promulgação da Constituição Federal). O estabelecimento do “marco” é inconstitucional e fere frontalmente os direitos indígenas. A tese ignora o fato de que os povos indígenas lutam há séculos por suas terras e, portanto, a sua história começa muito antes 1988 – em realidade a história dos povos originários começou séculos e séculos antes dos colonizadores europeus invadiram seus territórios<sup>56</sup> na “Era dos Descobrimentos”

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 não criou os direitos territoriais para os povos indígenas, ela os reconheceu juridicamente, com base na articulação dos povos indígenas que asseguravam, com base no “Indigenato”, o direito originário da terra como base na lei do Alvará Régio de 1º de abril de 1680, em que Portugal reconheceu que se deveria

<sup>53</sup> O Cimi constatou que o governo do presidente golpista Michel Temer não homologou nenhuma terra indígena em 2017. Este fato o coloca como o presidente com o pior desempenho neste quesito, ultrapassando em muito Dilma Rousseff – que era quem, com média anual de 5,25 homologações, ocupava a pior posição entre os presidentes do Brasil desde a retomada da democracia, em 1985. Em 2018, o Ministério da Justiça assinou apenas duas Portarias Declaratórias e a Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou seis terras como sendo de ocupação tradicional indígena. A situação agravou no ano de 2018, conforme Relatório Anual da Violência contra o Indígena no Brasil do último ano citado. Os pesquisadores do Cimi já apontam que, desde o ano de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro, o número de assassinatos de liderança indígena vem crescendo e ultrapassaria os 135 indígenas assassinados em 2018. A não demarcação de terras indígenas e a invasão de garimpeiros e madeireiros em terras já homologadas são exponenciais dessa realidade do segundo semestre de 2019.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3ntSQEi>. Acesso em: 10 out. 2019.

<sup>55</sup> A tese do “marco temporal” é uma jogada jurídica iniciada em 2016 para atacar a Constituição Federal de 1988, no que tange aos avanços dos direitos dos povos originários, o que se pretende com a tese é arruinar as estruturas constitucional e administrativas que garantem as medidas protetivas de aproximadamente 305 nações indígenas que existem no Brasil. A tese tem como consequência a invalidação das demarcações de Terras Indígenas, que resulta na continuidade das violências sofridas e na negação dos direitos dos povos.

<sup>56</sup> Para conhecer uma crítica fundamental a tese do “marco temporal” consultar o texto “ A memória da terra: o que o marco temporal não pode apagar”, de Andressa Lewandowski, Luísa Molina e Marcela Coelho de Souza (2017), publicado na revista on line *Le Monde Diplomatique Brasil*.

respeitar a posse dos povos indígenas sobre suas terras, por serem eles os seus primeiros ocupantes e donos naturais.

O Alvará de 1680 foi utilizado posteriormente, pela Constituição Federal de 1988, para endossar, reconhecer e legitimar o direito originário dos povos indígenas das suas terras. Porém, essa mesma Constituição que “garante” esses direitos, é manobrada política e juridicamente para cometer atozes violências contra os esses povos.

Podemos afirmar que a luta dos indígenas não cessou em nenhum instante desde os primórdios da colonização. Assim, tanto ontem, quanto hoje, a violência é a parteira da história. As lutas dos povos indígenas pelas suas terras e modos de vida são semeadoras de esperança e se colocam com uma das principais resistências, no cenário latino-americano dos movimentos sociais.

De acordo com o jornalista Nelson Vilca, em seu livro organizado sob o título *Pueblos originarios de Argentina – cuantos somos y donde estamos* (2017), a terra na cosmovisão indígena é onde está conectado as raízes históricas e os ensinamentos ancestrais dos povos originários, pois para os povos indígenas, a terra não está separada de sua visão religiosa, sua cultura, política e economia. Muito pelo contrário, a terra é a base da vida comunitária e através dela é que os grupos podem manter sua união e força social.

A terra tem um significado abarcador que engloba os demais direitos dos povos originários e sustentam sua visão de mundo. A violência contra os povos indígenas não está somente no fato de perderem seus lugares de origem, mas também quando os povos indígenas são expulsos de suas terras e se veem obrigados a emigrar e trabalhar em outras atividades longe de suas comunidades, “[...] se teme que exista el peligro a la perdida de la identidad cultural de los pueblos indígenas-originarios, pues al emigrar a nuevas tierras para buscar trabajo, esto provocaría un desarraigo y una desconexión con la comunidad” (VILCA, 2017, s/p).

Nesse sentido, escreve o autor:

Si bien uno al emigrar no deja de ser un originario, pero si pierde la conexión con sus raíces históricas, sociales, políticas y económicas, este hecho de desconectar al individuo con su tierra, con sus ancestros, con sus orígenes, puede producir en algunas instancias un “etnocidio”. La tierra es un concepto que según la cosmovisión indígena no puede ser analizado como un ente desconectado, pues está relacionado estrechamente con su religión, con su cultura, con su historia, con su política, con su economía y otros. Esas tierras siempre fueron el sustento y medio de producción vital para la comunidad originaria. La tierra constituye a la vez la condición de la seguridad individual y la unión de un grupo. Al contrario del llamado blanco que la utiliza como instrumento de dominación, y como medio de producción y acumulación de capital. (VILCA, 2017, p. s/n)

Sendo assim, tendo em vista a discussão apresentada, há uma pergunta que não podemos deixar de fazer sobre a chamada Guerra Guaranítica: os colonizadores venceram a guerra? É certo que Sepé foi torturado e assassinado e a invasão bélica na estância miguelista foi festejada em diversos cantos do território colonial luso-castelhano e no ultramar pelas Coroas. Mas a nossa resposta à pergunta é negativa. Não, os povos originários não foram vencidos. Pois a resistência de Sepé está viva! E segue inspirando a luta Guarani por suas terras e seus direitos. Assim, ao enfrentar as Coroas ibéricas e bradar “esta terra é nossa”, Sepé coloca a nu o projeto colonizador de domínio imperial ibérico.

A luta dos povos originários ferve em pleno século XXI e, mesmo após 265 anos do assassinato de Sepé Tiaraju, podemos dizer: Sepé está aqui! Ele habita a esperança da luta contra o massacre indígena que segue viva em toda a América latina. Sepé Tiaraju, PRESENTE! Dessa maneira, trazer à cena essa temática permite-nos rememorar a tradição dos oprimidos e traçar um projeto de estudo da formação territorial do Brasil que tenha como método histórico escovar a história a contrapelo.

Com essas palavras passamos para a finalização do trabalho, para traçarmos alguns apontamentos e considerações. Mais que trazer “conclusões”, gostaríamos de finalizar dizendo que chegamos a essa parte final da dissertação reconhecendo que são muitas as possibilidades de trabalhar com a temática indígena na formação territorial do Brasil. O mesmo podemos dizer sobre o universo de combinações que pode ser lançado para resgatar as fontes cartográficas ibero-setecentistas.

Ao final, o empenho do trabalho é colocar, sob a perspectiva benjaminiana, o contexto histórico e político dos mapas, com vistas a compreender os usos na construção de uma ideologia geográfica que exprima, na superfície da representação, a ordem, a razão e a objetividade. Porém, nas entrelinhas dos mapas está expresso o massacre colonial.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em J. B. Harley (2005, p. 83), os mapas podem ser interpretados como formas de conhecimento e poder, portanto, a tarefa fundamental é considerar a universalidade do contexto político na história dos mapas. Essa advertência permite problematizar e compreender os diferentes usos e manipulações do exercício do poder pela classe dominante por meio da cartografia.

De acordo com o autor, o silêncio e o vazio são estratégias para sustentar a retórica e escamotear a resistência contra a violência militar. Nessa direção, nem todos os mapas militares são “silenciosos”, muitos proclamam alto sua vitória. Para Harley (2009, p. 7):

Quando as técnicas de guerra passaram das práticas das sedes às estratégias móveis, sobretudo a partir do século XVIII, os mapas que as acompanhavam se transformaram também. De qualquer forma, mesmo nestes contextos ativos, os processos históricos estavam sutilmente em prática. O conhecimento cartográfico permite a condução da guerra por um controle à distância, além do que é mais fácil visualizar as destruições. Não apenas os mapas militares facilitam a condução técnica da guerra mas também eles atenuam o sentimento de culpa que esta condução produz: as linhas silenciosas da paisagem de papel favorecem a idéia de um espaço socialmente vazio.

Com essa perspectiva, mobilizamos as seguintes questões durante a pesquisa: como a comunicação cartográfica,<sup>57</sup> em um nível simbólico, forjou o domínio imperial português? E qual é a perspectiva histórica que se pode adotar para uma interpretação crítica da cartografia militar setecentista ibero-americana, sobretudo, diante do incessante ataque contra a vida dos povos indígenas no século XXI?

Para nos aproximar das questões, optamos por trazer uma leitura a contrapelo das fontes cartográficas, com base nas teses sobre o conceito de história de W. Benjamin (2012). Tal abordagem implica adotar a narrativa histórica dos oprimidos; no nosso caso, significa dar ênfase à resistência dos povos indígenas. Para isso, tem-se a necessidade de “arrepirmos a história” da colonização do Brasil (escová-la a contrapelo).

A leitura a contrapelo requer uma posição engajada da pesquisadora. A empatia com a voz da resistência dos povos indígenas do Brasil e da América latina é o fermento que nutre os ânimos e orienta a investigação científica das fontes.

---

<sup>57</sup> A indagação tem seu lastro na seguinte advertência de Bertin (1988, p. 46): “Acredita-se habitualmente que o único erro cartográfico possível é enganar-se de posição geográfica. Este erro é quase inexistente, exceto infelizmente em alguns meios que confundem ainda decoração e cartografia. Como a televisão que, sem dúvida em nome da estética, localiza a Síria em Teerã e o Líbano na Mesopotâmia! O erro mais corrente, e também o mais grave uma vez que leva a decisões erradas, consiste em enganar-se não de posição mas de caráter. Porque se trata de enganar-se de caráter representar a ordem das quantidades por uma não ordem ou por uma desordem e dar assim uma falsa imagem, isto é uma falsa informação”.

Ao “escovarmos” a história da colonização do Brasil, encontramos em suas raízes as batalhas dos povos originários. As lutas e os levantes contra o projeto colonizador são resultado da violência sistemática e do esbulho territorial empreendidos na colonização setecentista. Nessa perspectiva, a resistência indígena foi divulgada pelas fontes oficiais como “embaraço”, “obstáculo”, “empecilho” e “barbárie”. Nessa linha, cabe não perder de vista a problematização de Harley (2009, p. 20):

as flechas ideológicas foram atiradas num só sentido, no seio da sociedade, os poderosos em direção aos fracos. Diferentemente da literatura, da arte ou da música, a história social dos mapas não parece comportar os modos de expressão populares, alternativos ou subversivos.

Por isso, na ponta oposta da perspectiva dominante, o que reivindicamos para a interpretação dos mapas trazidos é a rememoração da história da resistência indígena nos 525 anos de luta contra o massacre do “progresso da civilização”. O ponto central da crítica está em reconhecer as fontes cartográficas como “documentos de barbárie” e testemunhos do massacre do “progresso” cunhados pelos algozes, monarcas e dominadores ao longo dos séculos. A leitura consiste em desnudar a perspectiva oficial das fontes e trazer à tona a resistência dos oprimidos. Nessa linha, de acordo com Benjamin (2012, p. 245):

[...] nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E assim, como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante. Por isso, o materialista histórico se desvia desse processo, na medida do possível. Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

A posição adotada está envolta na problemática teórica e metodológica sobre qual a perspectiva do “passado” que está sendo reivindicada nos estudos geográficos. De acordo com Paulo Godoy (2019, p. 1), o estudo do passado do território e/ou do espaço trazido pela Geografia Histórica em estudos recentes no Brasil carece de uma autocrítica, pois muitas vezes os esforços se concentram em apenas “[...] recortar os fatos, levantar dados e mapas como forma de modelar empiricamente o tempo em sua fenomênica *expressão* espacial”.

Nesse sentido, escreve Godoy (2009, p. 1) que a leitura benjaminiana traz a rememoração da tradição dos oprimidos, “[...] é um passado reaberto que cumpre uma função revolucionária”. Porém, reabrir o passado significa, para Walter Benjamin, interpretá-lo a *contrapelo*, elucidando o amontoado de escombros sobre escombros resultante da dominação histórica dos vencedores e, ao mesmo tempo, a luta de resistência ao *progresso* da catástrofe e da barbárie.

A nossa leitura da Geografia Histórica a contrapelo tem como posição teórica indagar as fontes históricas na sua vivacidade prenha de contradições sociais. Portanto, a nossa leitura

vai na contramão da concepção que entende a história da Geografia como uma “coleção de documentos mortos”:

em que os vivos procuram dar voz e definir um determinado lugar de origem ou de passagem. A história, assim entendida, consistiria apenas na arte de arrastar o passado em direção ao presente, num ritual necroflíco de passagem e, desse modo, honrar os *documentos-cadáveres* com uma morte científica. (GODOY, 2020, p. 195-196)

Nesse sentido, tendo em vista o que foi dito anteriormente, colocamo-nos no esforço de pensar os mapas e as representações espaciais da Colônia luso-brasileira, interrogando-nos sobre sua aparência “objetiva”, “racional” e “utilitarista”. No confronto entre a representação e a leitura nas “entrelinhas” estão as omissões do ato do esbulho – em outros termos, está nas entrelinhas dos mapas o amontoado de escombros sobre escombros da dominação histórica dos vencedores.

Por isso, a posição assumida no trabalho parte do entendimento de que,

Os documentos de barbárie, contraditoriamente, podem nos ajudar em projetos de emancipação dessa sociabilidade do valor se formos capazes de dessacralizá-los, retirá-los da condição de monumentos e inscrevê-los em uma história feita à contrapelo, negativamente e que, enfim, possibilite deles partamos para sua destruição. A barbárie que os documentos deve ser a chave de sua interpretação. (SOUSA NETO, 2020, p. 133)

Em muitos casos, como pudemos perceber nos mapas das partidas demarcadoras, a violência está explícita; a ênfase maior consiste na conformação de uma imagem “gloriosa” das tropas militares. O que se pode afirmar com base nos diários e cartas é que, na medida em que a retórica oficial dos mapas aprofunda o discurso “glamorado” da guerra, maior é o grau de intensificação das tensões e dos conflitos com os povos indígenas.

A *violência colonial* é a argumentação fundante em que os mapas setecentistas estão assentados. Nessa direção, a documentação cartográfica se revela como a expressão imagética desse “amontoado de ruínas” instaurado pela colonização do “Novo Mundo” na época Moderna. Outro aspecto é a maneira pela qual os mapas setecentistas entraram no Direito e adquiriram a aura da ciência e controle. Dessa forma, contribuíram para engendrar:

[...] uma ética e uma virtude ligadas à definição cada vez mais precisa. Os traçados feitos sobre os mapas excluíam ao mesmo tempo em que limitavam. Eles determinaram hierarquias territoriais segundo a loteria do nascimento, os acasos das descobertas e cada vez mais, o mecanismo do mercado mundial. (HARLEY, 2009, p. 9)

O nosso olhar também está voltado para o presente. A tarefa da problematização das fontes cartográficas setecentistas tem por premissa as lutas e as resistências dos povos indígenas que vigoram na atualidade. O esbulho territorial inaugurado na colonização e o



massacre incessante contra os povos indígenas (explícitos ou não nas fontes) estão pulsando vivamente no ano de 2021.

Afora essas considerações, o resgate das fontes cartográficas setecentistas aqui estudadas é um caminho encontrado para “reabrir o passado” da colonização e da formação territorial do Brasil. Nessa “reabertura”, a tomada de consciência veio no sentido de compreender a urgência das lutas indígenas do passado e do presente.

O resultado inegável foi a constatação do silenciamento das vozes dos oprimidos: as lutas e reivindicações dos povos originários foram violentamente sufocadas. A perspectiva teórica adotada nos conduz a exercitar a leitura crítica das fontes e nos comprometer com a perspectiva histórica dos massacrados.

Portanto, para “reabrir” a história da resistência Guarani em 1756, foi necessário primeiramente nos desfazermos da nomeação “Guerra Guaranítica” como título do fato histórico. Na leitura do movimento Guarani, quando damos o título de “Guerra Guaranítica” estamos reforçando a perspectiva dos “vencedores da história”, pois dessa forma é que se propagou, na visão da História oficial, a culpabilização dos massacrados pela guerra.

O que aconteceu, na perspectiva dos Guarani, foi um massacre! O massacre e a guerra foram feitos pelas tropas ibéricas. Assim, pautamo-nos nas teses benjaminianas, de modo a renunciar qualquer empatia com os “vencedores da guerra” e os “fatos gloriosos”.

A isso, soma-se todo o racismo perpetuado. Um exemplo disso é a ideologia da categoria “índio” presente na documentação consultada. Essa categoria carrega uma bipolarização entre “índios fiéis” *versus* “índios rebeldes”. Para Guillermo B. Batalla (1971), a denominação de “índio” foi lançada pelo colonizador de maneira indiscriminada, generalizante e homogeneizadora, e seu efeito principal foi buscar diminuir a diversidade dos habitantes encontrados nas Américas.

Conforme escreve o autor, o conceito de “índio” teve por função ideológica criar uma ideia que se consolidou como antítese do colonizador, estabelecendo um contraste proposital nas diferenças culturais, religiosas e de modo de vida das sociedades indígenas e europeias. Tal contraste desembocou em uma visão dualista entre os polos opostos, “*dominante versus dominado*”, “*superior versus inferior*”, a “*verdade versus o erro*”. Como escreveu Batalla (1971, p. 8):

De una sola vez, al mismo tiempo, todos los habitantes del mundo americano precolonial entran en la historia europea ocupando un mismo sitio y designados con un mismo término: nasce el indio, y su gran madre y comandona es el dominio colonial.

A construção de uma visão de “superioridade” do colonizador se estendeu também para os “negros” e “mestiços” que formavam o conjunto das populações colonizadas. Os vínculos sociais e os trabalhos compulsórios a que foram submetidos se articulavam em níveis diferentes de opressão, potencializando, dessa forma, o conflito entre as populações.

[...] en el tratamiento a la población de origen africana se pueden hallar muchos elementos semejantes a los que definen la condición del indio como colonizado, sólo que frecuentemente acentuados por el régimen de esclavitud; así, por ejemplo, la “marca del plural”: la falta de discriminación en cuanto a sus orígenes y filiaciones étnicas, la negación de su individualidad, el englobamiento dentro de una sola y misma categoría (el negro/los negros). “Negro” e “Indio”, son, en resumen, las dos categorías que designan al colonizado en América”. (BATALLA, 1971, p. 10)

A racionalização do Estado Absolutista e o imperativo colonial forjaram a supremacia do colonizador com base na ideologia de “raça e civilização superiores” para justificar a expansão ultramarina e a escravização. Essa ideologia endossou o caráter violento da colonização, em nome do “fardo do homem branco” de promover um “plano universal de progresso da condição humana”.<sup>58</sup> Não obstante, independentemente do quão diferentes fossem os povos e as etnias colonizadas, o “homem branco” deveria arrasar com o “atraso econômico” dos “povos bárbaros”.

Além da escravização, a evangelização foi outro elemento crucial na propagação dos ideais de superioridade do colonizador. O isolamento nas reduções, a dificuldade de comunicação entre as comunidades e o reforço das estruturas hierárquicas de dominação no lugar das relações horizontais previamente estabelecidas entre os povos foram fatores que fortaleceram a desagregação das comunidades, as divisões interétnicas e a intensificação de conflitos e extermínios.

A crítica está em perceber a colonização como um tipo de rolo compressor que suprime as diferenças entre as populações em nome da “civilização” e do “progresso”. Com isso, o que se criou foi uma visão estática e superficial do “índio”, do “negro” e do “mestiço”, rogando sua “insignificância” e subjugando sua história. Para Batalla (1971, p. 120), o colonialismo foi adicionado ao caldeirão onde já fermentava a gênese do capitalismo moderno:

De hecho, el colonialismo de los tiempos modernos, a partir de la era de los grandes descubrimientos que abrieron el camino para la expansión europea, es un

<sup>58</sup> Como nos mostrou Maria Odila da Silva Dias (1974, p. 56) em seu célebre livro *O fardo do homem branco – Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do comércio livre)*: “Ao discernir um plano universal de progresso da condição humana, Southey não excluía a eventual decadência ou sacrifício de povos, nações e indivíduos. ‘Estou plenamente convencido de que um melhoramento gradativo está se processando no mundo desde as suas origens e há de continuar, até que a natureza humana [tenha] atingido toda perfeição moral de que é capaz. A minha crença provém do conhecimento, é inferida de toda a história da humanidade’”.

resultado del capitalismo y ha acompañado a este modo de producción a través de sus diversas etapas. En otras palabras: las relaciones coloniales (sean internas o externas), no sólo no son incompatibles ni están en contradicción con el modo de producción capitalista, sino que no pueden entenderse más que “como un producto del régimen capitalista” Ahora bien, no todas las relaciones de producción dentro del orden capitalista son relaciones coloniales, ni se puede identificar, en consecuencia, relación colonial con relación capitalista. Lo que define específicamente a una situación colonial -y en esto trato de seguir las ideas de Georges Balandier – es el hecho de que es una situación total que involucra necesariamente a dos grupos étnicos diferentes, uno de los cuales, portador de una civilización con una tecnología de dominio más avanzada, se impone sobre el otro en todos los órdenes y justifica y racionaliza ese dominio en nombre de una superioridad racial, étnica o cultural dogmáticamente afirmada.

A violência é o componente estritamente necessário, sem o qual não seria possível o êxito do projeto colonizador. O irmão gêmeo desse componente no século XVIII é o capital mercantil, que estabeleceu a pilhagem e o saqueio como sistema imperante na promoção da acumulação originária em solo colonial. Nesse ínterim, no movimento histórico o par dialético “violência × resistência” compõe as categorias sociais nas quais o processo de formação territorial sul-americano foi engendrado.

No processo histórico estudado, o que se viu foi a sujeição da produção colonial para o mercado europeu e a reinauguração das formas mais cruentas de escravização dos povos originários sul-americanos. Esses elementos foram pontos alicerçantes para a incrementação da revolução industrial na Europa ocidental.

Nesse sentido, a exposição da dissertação buscou fazer um caminho onde essas condições mais gerais do efeito histórico da colonização do “Novo Mundo” pudessem ser colocadas sob uma ótica mediadora entre a “situação colonial” e o governo metropolitano. O contexto histórico do Antigo Regime foi pensado em articulação com as estratégias geopolíticas do período pombalino, na articulação entre Metrópole e Colônia. O que se viu principalmente foi o reavivamento do ímpeto predatório do domínio europeu sobre a natureza, das “novas terras” e dos “novos povos”.

A violência da acumulação originária é entendida como mediação social permanente da formação territorial do Brasil. A acumulação via espoliação territorial não “ficou num passado remoto”, esse sangue corre vivo nas veias da Geografia Histórica do capitalismo. Como escreve Sousa Neto (2020, p. 133): “Uma história da geografia fora da Geografia do Capitalismo seria o mesmo que propor que vamos continuar a fazer história para que tudo permaneça como está”.

Nessa linha, de acordo com Alfredo Bosi, a riqueza acumulada no ultramar foi jorrada do sangue dos colonizados. Assim, em nossa pesquisa assinalamos a importância da teoria da acumulação originária de K. Marx. Conforme escreve Bosi (1992, p. 20-21):

Marx via com lucidez que o processo colonizador não se esgota no seu efeito modernizante de eventual propulsor do capitalismo mundial; quando estimulado, aciona ou reiventa regimes arcaicos de trabalho, começando pelo extermínio ou escravidão dos nativos nas áreas de maior interesse econômico. Quando é aguçado o móvel da exploração a curto prazo, implantam-se nas regiões colonizáveis estilos violentos de interação social. Estilos de que são exemplos, diversos entre si, a *encomienda* mexicana ou peruana, o engenho do Nordeste brasileiro e das Antilhas, a *hacienda* platina. [...] não se pode negar o caráter constante de coação e dependência estrita a que foram submetidos índios, negros e mestiços nas várias formas produtivas das Américas portuguesas e espanholas. [...] Contraditória e necessariamente, a expansão moderna do capital comercial, assanha com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder a formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados.

Esse processo violento do esbulho territorial levado a cabo nas colônias sul-americanas legou para a expansão do capital comercial uma exponencial agudização da concorrência entre as potências europeias marítimas em meados do século XVIII. Por isso, buscamos trazer à tona o espólio como marco fundante da formação territorial do Brasil.

Em outros termos, as novas rotas inauguradas na “Era dos Descobrimentos” geraram nas entranhas do Antigo Regime a destruição das formas originárias de produção e socialização dos povos indígenas nos territórios sul-americanos. Nesse sentido, a escravização sistemática dos diversos grupos étnicos esteve alinhada com a forma mercantilista de colonização.

A acumulação originária está fundamentada na separação do produtor direto de seus meios próprios de produção. Dessa forma, o esbulho das terras originárias ocorreu tutelado pela lógica do Estado Absolutista português; a retirada dos Guarani de suas terras a oriente do rio Uruguai é a realização dessa separação na Colônia luso-brasileira. Portanto, a acumulação originária na formação territorial do Brasil esteve assentada na separação dos povos indígenas de suas terras, no extermínio de diversos grupos étnicos e na escravização sistemáticas de indígenas, afrodescendentes e mestiços.

Tendo em vista essas considerações, o Antigo Regime é encarado como momento histórico particular que aglutinou, de uma só vez, o *mercantilismo*, a *ilustração* e o *escravismo colonial*. Tais elementos foram trazidos à luz do recorte do “período pombalino”.

De acordo com a historiografia consultada, o período pombalino esteve marcado pelas estratégias econômicas e políticas de fortalecimento do sistema mercantil; ao mesmo tempo em que privilegiou as classes dos comerciantes monopolistas, o governo de Pombal promoveu uma política antijesuítica. Do ponto de vista da geopolítica pombalina, as estratégias para adentrar e reconhecer o interior dos territórios coloniais sul-americanos foram cruciais.

Por meio da interiorização territorial da Colônia luso-brasileira a Metrópole portuguesa conseguiu expandir os caminhos para a circulação dos produtos coloniais. Tal

movimento fomentou a presença lusa nas vastas áreas não conhecidas e pode estabelecer adensamentos populacionais nas proximidades da fronteira com a Coroa espanhola.

Na convergência dessa interiorização, os produtos coloniais e o direcionamento de metais preciosos vindos das minas verteram para o continente europeu uma riqueza descomunal, nunca vista antes. Nessas teias comerciais, Portugal alinhou-se à Inglaterra; esta última, durante os setecentos, foi paulatinamente conquistando a hegemonia do mercado marítimo europeu e se tornando a maior potência bélica no período. Não menos significativa foi a participação inglesa no contrabando na Bacia Platina.

Quanto a esse último ponto, a presença lusitana na desembocadura do rio da Prata foi uma tensão geopolítica durante todo o século XVIII entre Portugal e Espanha. O ponto nevrálgico das disputas geopolíticas foi a ação dos contrabandistas portugueses na praça da Colônia do Sacramento escoando, principalmente, as pratas vindas das minas de Potosí, o tabaco e o couro produzidos nas reduções jesuíticas.

Nessa perspectiva, o que ressaltamos no período pombalino é que o contrabando português com as outras nações europeias esteve ligado à dinâmica própria da acumulação do capital mercantil. Por isso, ao contrário do que pensávamos, o contrabando não está à margem da racionalidade oficial absolutista. Longe disso, o contrabando na Bacia do Prata se desenvolveu no seio da burocracia mercantilista portuguesa.

Além disso, no período pombalino a promoção de um corpo técnico e burocrático de oficiais para administrar a produção dos mapas esteve nas bases das medidas geopolíticas para garantir os limites fronteiriços com a Espanha. O fortalecimento das instituições seculares, a formação de técnicos portugueses e a contratação de estrangeiros para nutrir o arcabouço jurídico e diplomático podem ser concebidos como o lado “ilustrado” das reformas de Pombal.

A sustentação das diretrizes dessas estratégias geopolíticas teve como pilar principal o poder bélico. Por isso, entendemos que a “razão” do Estado Absolutista pombalino esteve respaldada necessariamente na força militar. Tal fato interferiu diretamente na produção cartográfica.

Nessa direção, apresentamos os mapas produzidos pelas expedições demarcatórias da Primeira Partida do Sul, dos quais intitulamos o gênero cartográfico de *militar-diplomático-expedicionário-ibero-setecentista*. Entendemos que a legitimidade da retórica diplomática nas negociações do Tratado de Madri esteve assentada ineliminavelmente na força militar. Portanto, a viabilidade e a mobilização dos técnicos demarcadores para a promoção da

cartografia expedicionária da época somente podem ser realizadas por meio da força bélica; a dimensão militar nos mapas é sua característica fundante.

O maior exemplo disso foi o massacre de Caiboaté, em 1756, onde a cartografia militar da guerra contra a resistência dos Guarani fundamentou-se na culpabilização dos povos originários pela violência empreendida pelas tropas ibéricas. A estratégia ideológica consistiu na oficialização e na naturalização do massacre em nome de uma “ordem metropolitana” sedenta pela “vitória da guerra”. Portanto, a dimensão “diplomática-expedicionária” do gênero cartográfico está intimamente subordinada à origem militar setecentista.

Assim, nesta altura das considerações finais é importante dizer que a mirada sobre as legislações indigenistas da época pombalina foi resultado da necessidade da pesquisa de entender as mediações entre a Metrópole e Colônia para o controle e a regulação da força do trabalho indígena. As legislações indigenistas foram medidas estratégicas para a cooptação de agentes locais na promoção de uma “balança favorável” para o Reino, por meio das normas e instruções que visavam à racionalização da força de trabalho dos indígenas e à imposição de modos de vida que se opunham àquelas maneiras tradicionais herdadas milenarmente entre os povos.

A disputa pela força de trabalho indígena dos aldeamentos jesuítas foi intensa: de um lado, os interesses da Coroa portuguesa e dos “moradores” eram transformar os “vassallos índios” em seres “úteis” e “lucrativos” para as fazendas; tal articulação metropolitana buscava organizar “diretores de aldeamentos” para racionalizar a produção colonial. No outro polo dos interesses estava a Companhia de Jesus, que claramente perdeu prestígio e poder no governo pombalino.

Dentro dessa temática, o que pudemos notar é que a disputa entre esses setores perdurou todo o século XVIII. Reconhecemos também que tanto os padres quanto os diretores de aldeamentos lançavam de meios coercitivos para a garantia da produção indígena e para fazer os “descimentos”. No entanto, ocorreram casos específicos em que as condições de sobrevivência nos aldeamentos jesuítas garantiam minimamente a sobrevivência de algumas comunidades indígenas, pois nesses casos as negociações com os padres jesuítas permitiam as possibilidades de manutenção das suas formas tradicionais de vida.

Soma-se a isso o papel “oscilante” da legislação indigenista do período, que não conseguia reconhecer com clareza as distinções entre os “índios das pazes/fiéis” e os “índios inimigos” (aqueles que não aceitaram o pacto de vassalagem), abrindo brechas que tanto

intensificaram as “guerras justas” como também foram, em outros casos, utilizadas pelas próprias lideranças e representantes indígenas para reivindicar a sobrevivência de sua comunidade.

Nessa linha, outro ponto que consideramos são as práticas das “guerras justas”. A índole “justa” dessa guerra foi construída a partir da visão racista e cristã que pregava a “civilização dos índios bárbaros e infiéis”. Ou seja, para os grupos indígenas que não tinham acatado o pacto de vassalagem com a Coroa e não tinham sido reduzidos à fé cristã da Igreja Católica, a captura e a escravização estavam oficialmente permitidas.

Como pudemos ver, por mais que as legislações indigenistas da época pregassem zelar pelo “bom tratamento dos nativos”, na prática, os moradores e diretores promoviam guerras e assaltavam os aldeamentos para escravizar os indígenas e forçá-los a trabalhar nas fazendas e nas minas dos interiores.

A localização dos povos “infiéis” aparece tanto na representação dos mapas das partidas demarcatórias quanto nos mapas dos padres inacianos. As referências aos “infiéis” obedeceram à dinâmica da realidade conjuntural, pois, com as transformações das correlações de forças locais e metropolitanas, os povos “infiéis” passavam a ser “amigos”. Prova disso foi a ação dos Minuano<sup>59</sup> nas proximidades das Missões, que nos anos de 1753-1754 se uniram aos Guarani missioneiros para impedir o avanço das tropas portuguesas no passo do rio Jacuí.

Em relação à produção cartográfica ibero-setecentista, no recorte entre o Tratado de Madri (1759) e Tratado de Santo Ildefonso (1777), os mapas cresceram vertiginosamente e o enfoque na Bacia Platina foi privilegiado. Nessa linha, o alcance jurídico da cartografia se consolidou fortemente.

Essa consideração tem por base o trabalho de Jeffrey Alan Erbig Jr. (2015). Segundo o autor, os mapas tiveram papel fundamental como mediadores jurídicos e políticos no encaminhamento dos acordos e das negociações do Tratado de Madri em 1749. As articulações políticas para a definição da fronteira entre as Coroas geraram a tendência irreversível da cartografia em alçar o *status* jurídico.

Nesse sentido, o *Mapa das Cortes* (1749) utilizado na negociação do tratado é uma fonte que carrega a mudança estratégica da geopolítica ibérica, pois os mapas são colocados não somente como simples representação territorial, senão como determinação legal. Portanto, o *status* jurídico e científico da cartografia foi altamente impactado no contexto da guerra contra os Guarani.

---

<sup>59</sup> Cabe ressaltar que, na consolidação dos territórios missioneiros, os Minuano resistiram contra o pacto de vassalagem imposto pela da Coroa espanhola até o fim do século.

Os traços e detalhes dos mapas passaram a ter mais validade legal do que o reconhecimento dos povos originários sobre os seus territórios. O caráter “jurídico” assentou a oficialização da posse portuguesa, impondo “legalmente” o seu poder externo contra os poderes previamente estabelecidos dos povos indígenas.

Na imensidão do universo cartográfico ibero-setecentista, a metodologia trabalhada recorreu à montagem de uma série cartográfica pertencente à comissão mista da Primeira Partida Demarcatória do Sul (1752 e 1761). Os mapas compartilham o mesmo contexto histórico e geográfico da disputa fronteiriça, o mesmo recorte regional das povoações portuguesas e espanholas no extremo Sul do continente. Portanto, compartilham as mesmas chaves temáticas. A “agradável estética” da montagem da série revela as convergências estilísticas e ideológicas das fontes.

Nesse ínterim, vale ressaltar o que escreve João C. dos Santos Garcia (2004) sobre o reconhecimento dos avanços técnicos da cartografia no século XVIII. A racionalidade dos mapas e o aprimoramento da escala regional/local estão em destaque, da mesma maneira, os avanços dos cálculos das latitudes e longitudes, e as ricas iconografias de “estéticas atrativas” foram mediações imagéticas encontradas para criar consensos, justificar o domínio e glorificar a violência bélica do Império.

Essa consideração também pode ser dita à respeito da cartografia da oposição inaciana. Ao trazermos a cartografia dos padres jesuítas, apontamos para os avanços obtidos já no início do século XVIII. O recorte na temática dos territórios missioneiros foi uma necessidade metodológica encontrada na pesquisa. Nesse sentido, o olhar se aproximou das contribuições trazidas por antropólogos e historiadores sobre a dinâmica interna dos territórios missioneiros. O papel geoestratégico das Missões fica em destaque, porque seria por meio do desmantelamento dos territórios missioneiros que os objetivos do Tratado de Madri lograriam êxito.

Nesse sentido, para captar os desdobramentos do Tratado de Madri na Colônia e para entender quais foram as estratégias adotadas pelos padres e os Guarani dos Sete Povos, trouxemos a cartografia jesuítica de oposição ao tratado. O *Mapa de la Governacion del Paraguay* é um importante exemplar das disputas cartográficas entabuladas no contexto. O apelo geopolítico subscrito no mapa traz elementos da resistência indígena, como também endossa uma imagem de “ordem e domínio” com vistas a garantir o discurso de êxito da ação missioneira. Os mapas jesuíticos do século XVIII foram as bases cartográficas que serviram de matrizes fundamentais para embasar as cartas militares das partidas demarcatórias.



A exposição dos capítulos não seguiu necessariamente uma linha cronológica sucessiva dos “fatos”, mas por algumas vezes isso foi necessário, principalmente para apresentar alguns momentos definidores da guerra contra os Guarani. A periodização assumida, “o período pombalino” foi uma estratégia encontrada para que pudéssemos tornar mais didática a nossa orientação nos estudos do século XVIII.

Por esse ângulo, a contextualização histórica trazida buscou entender a formação territorial do Brasil por meio da crítica defendida por A. C. R. Moraes (2000, p. 25) na seguinte citação:

[...] a questão territorial emerge episódica nas grandes obras da historiografia brasileira. Geralmente envolve uma concepção jurisdicista, que – tomando-a como história diplomática – só apreende o plano da legitimação formal na definição das fronteiras. De eixo motivador da colonização, a conquista de espaços torna-se questão menor, defendida em grande parte na arena das relações intereuropéias. Daí serem estabelecidas como as grandes datas da história territorial brasileira, as assinaturas dos tratados de Madri e Santo Ildefonso. Reduz-se a conformação do território à confirmação legal de seus limites, tornando a história territorial um estudo do estabelecimento das fronteiras.

O olhar retrospectivo que lançamos como metodologia na pesquisa compreende que as motivações e estratégias da expansão espacial constituem elemento básico da investigação da Geografia Histórica. A defesa do Tratado de Madri como uma ideologia geográfica visa indagar a práxis violenta da colonização e da imposição do poder imperial.

A disputa espacial do Tratado está articulada com as ideologias do “Mito da Ilha Brasil”, das “barreiras naturais” e do princípio *uti possidetis*. Essas mediações ideológicas são efetivadas por meio da legitimação do poder estatal externo, que se sobrepõe violentamente às antecedentes formas de organização territorial. Essa interpretação *post festum* do Tratado nos permite reconhecer os usos geopolíticos dessas ideologias, as quais forjaram a ideia de pertencimento e de oficialização do poder metropolitano no território apoderado, com base na “aura de missão civilizatória” aclamada na geopolítica ibérica e realizada no massacre contra os povos originários.

Por isso, em uma leitura geográfica crítica, urge a necessidade de interpretar a “legitimação da soberania portuguesa” na tentativa da consolidação do Tratado de Limites, em meados do século XVIII, como uma *ideologia geográfica*. O teor “comemorativo” do massacre nas fontes é o modo pelo qual os dominadores “naturalizam” a violência.

A abordagem ajuda a refletir sobre os usos dos mapas como fontes históricas de análise para os estudos em Geografia Histórica e as ideologias que carregam nas arcas da

memória o “apagamento” da origem violenta com a qual se obteve o resultado da posse colonial.

É nessa perspectiva que concebemos a Geografia Histórica, não como um “subcampo disciplinar” da Geografia, mas sim como uma metodologia de análise dos processos históricos e espaciais, cuja mirada *post festum* (MORAES, 2006) é a guisa teórica fundamental para iluminar as lutas dos povos originários do presente, que resistem secularmente contra os insistentes projetos de domínio territorial de cada época.

Nessa direção, portanto, o território pode ser concebido como um “território-documento”, onde a barbárie do massacre que habita as entranhas da história territorial deixa de ser um:

*a priori* fabulado, história ingênua, para tornar-se um constructo em disputa, logo não são as inscrições que relatam, mas as cores das tintas com as quais se deseja escrever e, entendemos a metáfora, lembremos como nos mapas dos atlas escolares franceses do século XIX apareciam coloridas as partes do mundo consideradas civilizadas e, como áreas acinzentadas, as partes do mundo por civilizar. (SOUSA NETO, 2020, p. 133)

A resistência indígena dos Sete Povos das Missões foi uma reação contra o poder externo da geopolítica ibérica. Em outros termos os verdadeiros “obstáculos” (se podemos dizer assim) foram os interesses metropolitanos levados a cabo pela força militar, que destruiu os territórios originários e serviu como impedimento para o prosseguimento do modo de vida tradicional dos Guarani.

A problematização das fontes cartográficas na perspectiva benjaminiana vem no sentido de desnudar o ocultamento da existência da dominação real e efetiva dos indígenas sobre os seus territórios no século XVIII. A abordagem histórica trazida requer evocar um “passado” que está vivo nas práticas sociais das resistências e lutas dos povos indígenas na contemporaneidade.

O resgate da resistência indígena (sublinhada ou ocultada) nas fontes é condensado pelas tensões históricas. Essa mirada retrospectiva permite trazer à tona os projetos de usos territoriais divergentes entre os colonizadores e os colonizados. O modo de vida dos povos originários não estava assentado na lógica mercantilista de exploração e, portanto, o território não poderia ser tido como um recurso que precisava ser “racionalizado” para engordar a balança do Reino português.

Pode-se dizer que essa imensa diferença na visão sobre o território é latente ainda hoje no Brasil. O massacre que ocorreu em Caiboaté é insistentemente reinaugurado a cada

reintegração de posse de um território indígena. A resistência que os indígenas dos Sete Povos e as demais estâncias jesuíticas levantaram ecoam em pleno século XXI.

Foi nesse sentido que trouxemos um olhar sobre a luta Guarani na atualidade e a rememoração da liderança Sepé Tiaraju até o presente. Trazer à cena os registros cartográficos da violência sofrida por Sepé tem por intuito reconhecer a abrangência da figura da liderança no contexto para pensar a *resistência indígena* mais amplamente. Nessa direção, lançamos mãos da leitura do passado colonial luso-brasileiro, de modo a reconhecer a “função criadora” da violência com base na proposta interpretativa de Carlos Salamanca (2014), reconhecendo a potência criativa da mobilização contra a opressão.

Por fim, o intento é conceber a guerra contra os Guarani ocorrida entre 1753 e 1756 por meio da sua contradição ineliminável: a resistência indígena como sociabilidade fundante da formação territorial do Brasil. A criação das sensibilidades resilientes formou as estratégias da luta pela sobrevivência das comunidades e dos modos de vida originários.

Nesse sentido, a unificação que ocorreu entre os diversos grupos étnicos para frear a invasão das tropas ibéricas é o lado avesso da violência. Portanto, a conjugação das forças transgressoras forma as próprias bases de valores e memórias, que são passadas pelas gerações e que denunciam a violência colonial.

Afora essas considerações, a rememoração da luta dos ancestrais traz lições inspiradoras para resistir aos ataques contra a vida dos povos indígenas no Brasil de hoje. Exemplos disso são as sabedorias das/dos anciãs/anciões que são *memórias-vivas* da tradição indígena. A memória da luta de Sepé Tiaraju é um exemplo da resistência Guarani contra o massacre da colonização portuguesa.

Nesse sentido, o esbulho contra as terras originárias continua incessantemente. O Relatório de Violência contra os Povos Indígenas de 2019 nos fornece informações atualizadas da situação. Segundo os dados da pesquisa do Cimi (DOCUMENTO..., 2019), o número de casos relacionados a “invasões possessórias”, “exploração ilegal” e “danos ao patrimônio” cresceu absurdamente. Conforme os dados apresentados:<sup>60</sup>

[...] em 2019 houve o registro de 256 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” em pelo menos 151 terras indígenas, de 143 povos, em 23 estados. Confirmando antecipação feita pelo Cimi, em setembro do ano passado, por ocasião do lançamento do seu relatório anterior, esses dados revelam uma realidade extremamente preocupante: somente no ano passado houve um aumento de 134,9% dos casos relacionados às invasões em comparação com os registrados em 2018. Isso representa mais que o dobro dos 109 casos registrados em 2018. Uma análise mais minuciosa das fichas descritivas de cada um

---

<sup>60</sup> O Acesso está disponível no seguinte endereço: <https://bitly.com/SRY5H>. Acesso em: 10 nov. 2020.

destes 256 casos revela que na maioria das situações de invasão/exploração/dano houve o registro de mais de um tipo de dano/conflito, totalizando 544 ocorrências. Desse modo, é possível verificar um desdobramento dos 256 casos consolidados de acordo com as seguintes motivações [...].

Ainda com base nos dados do Cimi (DOCUMENTO..., 2019), cabe ressaltar que esses 256 casos incluíram 107 ocorrências de danos ao meio ambiente (77) e danos ao patrimônio (30) denunciados pelos povos indígenas em suas terras. Somada a essa realidade, a devastação ambiental causada por incêndios criminosos, grilagem, loteamento, mineração ilegal e tantas outras violações contra a vida dos povos e seus territórios originários está desenfreada em 2021. Essa situação de violência aguda é resultado das políticas genocidas do atual governo brasileiro. A política genocida do governo brasileiro tem por premissa usar todos os meios para impedir as mobilizações sociais que fazem oposição às violações do Estado. A política em curso no país está orientada visivelmente à retirada de direitos dos mais pobres e ao extermínio das populações originárias.

Nessa direção, a Constituição Federal de 1988<sup>61</sup> é manobrada com vistas a atacar os direitos dos povos originários, sobretudo pelo próprio Estado brasileiro que, subserviente aos interesses do mercado financeiro, do agronegócio e dos especuladores imobiliários, se coloca como um “jaguço institucionalizado” na viabilização das invasões das terras dos povos originários.

Durante a pandemia da Covid-19,<sup>62</sup> as lutas dos povos indígenas transbordam nas urgências diárias e no grande desafio, por um lado, de defender o território e, por outro, salvar a vida dos familiares e amigos contra a tragédia da pandemia. De acordo com a Apib<sup>63</sup> e o Cimi,<sup>64</sup> um dos principais impactos causados pela pandemia nos territórios indígenas foi o número de anciões acometidos pela doença. A perda irreparável dessas mulheres e desses homens é uma dor imensa que as comunidades indígenas no Brasil estão enfrentando.

---

<sup>61</sup> Na Constituição Federal, título VIII – Da Ordem Social, Capítulo VIII – Dos índios, no artigo 231, lê-se: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens”. Ressaltamos o parágrafo 4º do artigo 231: “As terras que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis” (BRASIL, 1999).

<sup>62</sup> Os apontamentos trazidos na dissertação sobre o “marco temporal” e os impactos da pandemia da Covid-19 nos territórios originários têm suas raízes nos estudos coletivos de que a autora participou na seguinte publicação: “O impacto da pandemia nos territórios indígenas”, publicado na Revista on-line *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <https://bityli.com/AmdyW>. Acesso em: 1 dez. 2020. O texto foi parte do resultado das atividades desenvolvidas com o Grupo de Trabalho “Geografia e COVID-19/USP”. Para mais detalhes consultar os sites dos laboratórios: <http://geopo.fflch.usp.br/grupo-de-trabalho-geografia-e-covid-19> e <http://lgergeo.fflch.usp.br/grupo-de-trabalho-geografia-e-covid-19>.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://apiboficial.org/>. Acesso em: 24 out. 2020.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://cimi.org.br/>. Acesso em: 24 out. 2020.

Para a tradição dos povos originários, as anciãs e os anciões simbolizam a sabedoria do tempo, por isso são sagrados e singulares em seus conhecimentos. As histórias das resistências dos povos (a tradição dos oprimidos) são “artesanalmente”<sup>65</sup> trabalhadas por meio das narrativas herdadas secularmente. Os mais jovens aprendem com os mais velhos a preservar as diferentes vidas que habitam seus territórios. As anciãs e os anciões desempenham papéis fundamentais na liderança das comunidades. Desse ponto de vista, os anciões representam a *memória-viva* e encarnada das histórias e dos significados do território originário.

A rememoração dos indígenas mais velhos apresenta-se como condição fundamental para a sobrevivência dos saberes geográficos e demais saberes ligados à vida do território. A sobrevivência de muitas línguas originárias está nas mãos desses anciões, bem como os saberes medicinais – por isso mesmo são considerados *bibliotecas-vivas* do conhecimento dos povos originários.<sup>66</sup>

A pauta indígena e de todos os povos tradicionais do Brasil é latente. A mobilização de toda a sociedade contra o massacre aos povos originários se faz urgente. É necessário frear o genocídio e o projeto de morte levados a cabo por um presidente inominavelmente sórdido.

Nesse sentido, na contramão dessa política, citamos a cosmovisão Guarani. A luta pela vida é uma luta de todos nós e os povos originários são os maiores defensores da vida do planeta.

Com essas considerações, citamos a fala de David Karai Popygua. Na entrevista, a liderança fala da cosmovisão Guarani e sobre como eles pensam e vivem a Terra na luta pelo *Tekoa Porã* (O Bem Viver):

A Terra foi feita pra gente viver de acordo com aquilo que existe para gente poder sobreviver junto com todas as outras vidas que existem na Terra, então, na visão Guarani não é ele o dono da terra, ou como o não indígena fala muitas vezes que, “o homem, ele tem que dominar os animais, ele tem que dominar as plantas, ele tem que dominar a terra, ele tem que ser um Ser superior”. A terra é imperfeita e se ela é imperfeita, nós seres humanos também somos imperfeitos. Quando a pessoa não compreende que ela é um ser imperfeito e que faz parte da vida a imperfeição, ela vai se frustrar. O planeta todo tem sido explorado para satisfazer o desejo da

<sup>65</sup> Sobre a arte de narrar, escreve W. Benjamin (2012, p. 239): “Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito. A antiga coordenação da alma, do olho e da mão, que transparece nas palavras de Valéry, é típica do artesão, e é ela que encontramos sempre, onde quer que a arte de narrar seja praticada”.

<sup>66</sup> As *lives* promovidas pela Apib em agosto de 2020 apresentaram os resultados da mobilização nacional e internacional para salvar vidas durante a pandemia da Covid-19. O material gerou diferentes episódios. Destacamos o terceiro, que traz o tema da Ancestralidade. O vídeo é esclarecedor sobre o estrondoso impacto da morte dos anciões nos territórios indígenas no contexto da pandemia. Disponível em: <https://bit.ly/34SfBua>. Acesso em: 24 out. 2020.

população humana. A nossa forma de sobreviver e de viver não mudou a nossa visão desde o primeiro contato. A gente pode tá usando uma roupa e muitas vezes pode tá falando em português ou a nossa Tekoa, a nossa comunidade, pode também não ter mais tantos recursos que tinham no passado, como é o caso do rio que tá contaminado hoje na aldeia, que era o rio que usávamos pra beber a água, pra fazer comida, pra pescar e para as crianças aprenderem a nadar. Mas isso, não significa que a gente perdeu a nossa forma de pensar. (UMA CONVERSA..., 2019)<sup>67</sup>

O significado da Terra e do território para a cosmovisão Guarani é completamente oposto ao projeto de dominação colonial que impera até os dias atuais. A sabedoria dessa visão tem por premissa a manifestação do ser na sua totalidade, em que os seres (a fauna, a flora e os espíritos da mata) se relacionam sem hierarquias e privilégios. Portanto, o Tekoa não é simplesmente a “aldeia”, é o lugar onde o mundo material e o simbólico se enlaçam, é onde qualquer princípio de propriedade privada é renunciado. Portanto, o território originário é a antítese do território colonial moderno.

A rememoração é o meio pelo qual a sabedoria originária é incorporada e transmitida aos saberes comunitários. Dessa maneira, as palavras, os gestos, os cânticos sagrados e as formas de reconhecimento das plantas e dos animais são saberes que transbordam dos ritos, das danças, dos cantos e dos ensinamentos culturais por meio do vínculo ancestral com a Terra.

Para encerrar, queremos fazer um chamado à unidade de todas as pessoas no Brasil e no mundo para defender a vida e o território dos povos indígenas, pois os ataques contra os territórios originários vêm sendo dia a dia mais intensos. Um exemplo é a nefasta “tese do marco temporal”, que visa dar um golpe fatal na garantia legal da demarcação das terras indígenas no país. A reivindicação da resistência indígena para a leitura da formação territorial do Brasil exige de nós uma posição crítica e que reconheça que os povos indígenas no Brasil não foram vencidos. Portanto, nos mais de 520 anos de luta contra o projeto destruidor de espoliação territorial e devastação da vida, a perspectiva histórica da resistência indígena é o ponto de partida ineliminável para o engajamento de uma Geografia Histórica crítica.

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida aos Jornalistas Livres na TI Jaraguá, com o título “Uma conversa com Karai Popygua” em 23 de abril de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/-hTzVITiweM>. Acesso: 1 dez. 2020.

## 8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Ferrand de. **A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ARÉCO, Silvino. **A acumulação primitiva nos domínios ultramarinos: educação e trabalho nas reduções jesuíticas do Paraguai (1549-1767), o carácter singular e o universal**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3oXG6Fv>. Acesso em: 6 jun. 2018.

AURÉLIO, Marco. **A história de amor de Pitá e Moroti**. São Paulo: Volta e Meia, 2013.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. Os jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, n. 26, p. 93-116, 2000. Disponível em: <http://bit.ly/3a3c27c>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. Expedições jesuíticas e cartografia americana: século XVII e XVIII. *In*: SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, 3., 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3a2vIYJ>. Acesso em: 31 ago. 2017.

BATALLA, Guillermo Bonfil. El concepto de indio em América: una categoría de la situación colonial. **Anales de Antropología**, Ciudad de México, p. 105-124, 1971. Disponível em: <https://bit.ly/36UEoOG>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. v. 1.

BERTIN, Jacques. Ver ou ler. **Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB**, São Paulo, n. 18, p. 45-58, 1988.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415-1825)**. Tradução Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 2011.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio- o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**, São Paulo: EDUSP /FAPESP, 2011.

BURD, Rafael. A consolidação de uma liderança indígena durante a revolta causada pelo Tratado de Madri: o caso de Sepé Tiaraju, entre o confronto e a negociação. **Revista História e Cultura**, Franca, n. 2, v. 3, p. 108-128, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3p2eY87>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

CARDERNO Guarani-Português do Mapa Guarani Continental, [S.l.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2YXvprP>. Acesso em: 15 out. 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; ROSSI, Mirian Silca (org.). **Índios no Brasil: vida, cultura e morte**. São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios, 2018.

CARTA de Gomes Freire para Sebastião de Carvalho e Mello. Rio Pardo, 29 de dezembro de 1754. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 50, p. 404-405, (1928) 1936.

CARTA de información sobre la resistencia de las reducciones de indios a las invasiones portuguesas. Buenos Aires: Arquivo da Companhia de Jesus, [s.d]. Legajo 9-410-239.

CORREA, Jessica Aparecida. O Novo Atlas da América Portuguesa e a oficialização do território colonial (1730-1749). **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 42, p. 1-21, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3iBYyA1>. Acesso em: 1 out. 2020.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2009. Tomos I e II.

COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 45, p. 21-36, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/3rtJbyy>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do comércio livre)**. São Paulo: Nacional, 1974.

DIRECTORIO, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Para e, Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrario (1757). Lisboa, 1758.

DOCUMENTO Final do 13º Encontro em Memória de Sepé Tiarajú. **Conselho Indigenista Missionário**, [S.l.], 7 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33tCt2o>. Acesso em: 14 fev. 2019.

DORNELES, Amaro. Guerra Guaranítica, esquecido episódio do século 18. **Revista Adusp**. São Paulo, n. 62, p. 43-50, nov. 2018.

ERBIG JUNIOR, Jeffrey Alan. **Imperial lines, indigenous lands: transforming territorialities of the Río de la Plata, 1680-1805**. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of North Carolina, Chapel Hill, 2015.

ERNESTO, J. A. Maeder; GUTTIERREZ, R. **Atlas histórico del nordeste argentino e Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guaranis** – Argentina, Paraguai e Brasil. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico; Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3p0beEk>. Acesso em: 30 jan. 2018.

FALCON, Francisco José Calazans. **Estudos de teoria da história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2017. v. III.



FERREIRA, Mario Olímpio Clemente. **O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749- 1761)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. Las misiones guaraníes y el problema de las fronteras:1610-1750 *In*: VANGELISTA, Chiara. **Fronteras, etnias, culturas: América Latina, siglos XVI-XX**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1996. n. 34. p. 9-32.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin: “esquecer o passado?”. *In*: MACHADO, Carlos Eduardo J.; MACHADO JUNIOR, Rubens; VEDDA, Miguel (org.). **Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 13-12.

GARCIA, Elisa Fruhauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2LwbOMb>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GARCIA, João Carlos. Nos contrafortes dos Andes: reflexões geográficas sobre a cartografia do Brasil setecentista. **Mercator**, Ceará, ano 3, n. 6, p. 19-24, ago. 2004.

GARCIA, João Carlos (coord.). **Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto**: Catálogo. Porto: Pelouro do Conhecimento e Coesão Social; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. CD-ROM.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Geografia histórica: considerações metodológicas. **Terra Brasilis**, [S.l.], n. 12, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Ok8eG9>. Acesso em: 6 jan. 2021.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A escrita materialista da História da Geografia – ou a dialética da espacialidade do capital? *In*: LIRA, Larissa Alves de; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DUARTE, Rildo Borges (org.). **Geografias das ciências, dos saberes e da história da Geografia**. São Paulo: Alameda, 2020. p. 193-207.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)**. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

GOLIN, Tau. Cartografia da Guerra Guaranítica. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3oVGvbq>. Acesso em: 17 jun. 2019.

GOLIN, Tau. Cartografia da geopolítica e das guerras: Brasil Meridional. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2012, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande: Anpuhrs, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3p7PTJ7>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía**. Tradução Leticia Garcia Cotés, Juan Carlos Rodríguez. Ciudad de México: FCE, 2005.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. **Confins**, [S.l.], v. 5, p. 19-51, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2MNRkiz>. Acesso em: 28 jan. 2021.

HENIS, Tadeu Xavier. **Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraní, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754**, [S.l.], 1836.

HUTTER, Lucy Maffei. **Navegação nos séculos XVIII e XVIII – Rumo: Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 70-80, jan.-jun. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3p0LhEv>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LASMAR, André L. Legislação indigenista internacional: da Lei de Burgos de 1512 ao sistema Onusiano de Direitos Humanos. In: CARNEIRO, Maria L. T.; ROSSI, Mirian S. (org.). **Índios no Brasil: vida, cultura e morte**. São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios, 2018. p. 57-76.

LEVINTON, Noberto; SNIHUR, Esteban Angel. **Misiones: territorio de fronteras 1609-1895**. Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2015.

LEWANDOWSKI, Andressa; MOLINA, Luísa; SOUZA Marcela Coelho de. A memória da terra: o que o marco temporal não pode apagar. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S.l.], 15 ago. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3aLobg1>. Acesso em: 5 nov. 2020.

LOIS, Carla. O mapa, os mapas: propostas metodológicas para abordar a pluralidade da imagem cartográfica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 35-60, 2014.

LOWI, Michel. **A revolução é o freio de emergência: ensaios sobre Walter Benjamin**. Tradução Paolo Colosso. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

LUGON, Clóvis. **A república comunista cristã dos Guaranis (1610-1768)**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MACEDO, Jorge Borges. **A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos**. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

MARX, Karl. **A origem do Capital (a acumulação primitiva)**. Tradução Walter S. Maia. São Paulo: Fulgor, 1964.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Livro III: o processo global da produção capitalista**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIRANDA, Marcia Eckert. **A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: uma introdução. *In*: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Mônica (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. p. 41-54.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo, Annablume. 2011.

NEUMANN Eduardo. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, n. 26, p. 73-92, 2000. Disponível em: <http://bit.ly/2MGdLXc>. Acesso em: 13 jan. 2021.

NEWITT, Marlyn. **Portugal na história da Europa e do mundo**. Tradução Maria João Goucha. Alfragide: Texto Editores, 2012.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI- XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEDRO de Ceballos para o marquês de Valdelírios. Simancas: Archivo General de Simancas; España Legajo, [s.d.]. Estado – E 7402.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índio escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). *In*: **História dos índios no Brasil**. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena**: 500 anos de luta. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

QUARLERI, Lía. El territorio jesuítico-guarani: del enfrentamiento de sentido al conflicto armado (1750-1761). **UNISINOS**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 173-184, maio-ago. 2007.

QUARLERI, Lía. Gobierno y liderazgo jesuítico-guaraní en tiempos de guerras (1752-1756). **Revista de Indias**, [S.l.], v. 68, n. 243, p. 89-114, 2008a.

QUARLERI, Lía. La legitimación política de la violencia: la “guerra justa” contra la resistencia jesuítico-guaraní. **Resistencia y Rebelión: de la Puna Argentina al Atlántico**, Jujuy, v. 1, p. 50-77, 2008b.

QUARLERI, Lía. **Rebelión y guerra en las fronteras del Plata**: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

QUARLERI, Lía. Políticas mercantiles em espaços reduccionais fronteirizo: modelos reapropiações (Rio de la Plata, siglo XVIII). **Estudios Fronteirizos**, [S.l.], v.19, n.003, p.1-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21670/ref.1803003>. Acesso em: 10 fev 2021.

RELATÓRIO Brasil das Águas, Brasília, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/36seORY>. Acesso em: 11 jun. 2020.

RELATÓRIOS anuais de violência contra os povos indígenas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que apresenta dados de 2017, 2018 e 2019. [S.l.]: Cimi, [s.d.].

SALAMANCA, Carlos. Espacios de violencia, sitios de memoria y lugares de elocución: espacio y mediación en la política indígena contemporánea la Latino América. *In*: SEMINARIO INTERNACIONAL EXPERIENCIAS DE MEMORIA HISTÓRICA, Bogotá, 2014. *Actas* [...]. Buenos Aires: Conicet, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/3d7bi2T>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SILVA, Danilo Santos da; Correa, Jessica Aparecida; Menezes, Karinne Wendy Santos de. Os impactos da pandemia nos territórios indígenas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S.l.], 9 nov. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3d7bC1B>. Acesso em: 1 dez. 2020.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Nacional, 1978.

SOUSA, José Otávio Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, 2002.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. A ciência geográfica e a construção do Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 9-20, 2000.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Linhas d'água na delimitação do território. **Terra Brasilis**, [S.l.], n. 12, p. 1-12, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/3jwSUSb>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Narrativas em história da Geografia na geografia histórica do capitalismo. *In*: LIRA, Larissa Alves de; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DUARTE, Rildo Borges (org.). **Geografias das ciências, dos saberes e da história da geografia**. São Paulo: Alameda, 2020. p. 129-134.

TRATADO do modo o mais fácil e exato de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edificios com instrumentos, e sem instrumentos. *In*: FERREIRA, Mario Olímpio Clemente. **O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional**: os trabalhos demarcadores das partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749- 1761). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 276.

TRATADO firmado en Madrid, 13 de enero de 1750, para determinar los límites de los estados pertenecientes a las coronas de España y Portugal, en Asia y América. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836.

TRATADO preliminar de paz, e de limites na America Meridional, relativos ao Estados, que nella possuem as Coroas de Portugal e de Hespanha, assinado em Madri pelos plenipotenciarios de Suas Magestades Fidelíssima, e Catholica, em o primeiro de outubro de MDCCLXXVII e ratificado por Ambas Majestades. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1824.

UMA CONVERSA com Karai Popygua (David), liderança indígena Guarani. [S.l.: s.n.], 2019. 1 vídeo (20 min). Publicado pelo canal Jornalistas Livres. Disponível em: <https://bit.ly/3jwahCl>. Acesso em: 01 dez. 2020.

VILCA, Nelson. **Pueblos originarios de Argentina: cuantos somos y donde estamos**. Córdoba: [s.n.], 2017.

XAVIER, Newton da Rocha. **No solo regado a sangue e suor: a cartografia da Província Jesuítica do Paraguai (Século XVIII)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3tHLP5V>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ZUSMAN, Perla Brígida. **Tierras para el Rey: tres fronteras y la construcción colonial del territorio del Río de la Plata (1750-1790)**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidad Autónoma de Barcelona, Bellaterra, 2000.

ZUSMAN, Perla; NUNES, Sergio. Resonancias de los Tratados de Madrid (1750) y San Ildefonso (1777) en las lecturas sobre la formación del territorio de los Estados de Argentina y Brasil. **Revista de Historiografía**, [S.l.], v. 30, p. 181-205, 2019.

### Sites consultados

ARQUIVO Histórico do Exército do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/39Y5xT0>. Acesso em: 7 fev. 2021.

ARQUIVO Histórico Ultramarino, Lisboa, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/3jufavV>. Acesso em: 7 fev. 2021.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil, [S.l.], 14 abr. 2018.

BIBLIOTECA Digital del Patrimonio Iberoamericano, [S.l.], 2 jan. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3rBgWxU>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BIBLIOTECA Mario Sottomayor Cardia, Lisboa, [s.d.]. Disponível em: <https://bit.ly/3q4uy19>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BIBLIOTECA Nacional da Argentina, Buenos Aires, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/3a0hZ4A>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BIBLIOTECA Nacional da França, Paris, 2 ago. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/3cV62za>. Acesso em: 7 fev. 2021. BIBLIOTECA Nacional de Portugal, Lisboa, 1 dez. 2007. Disponível em: <http://bit.ly/3tEItAy>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BIBLIOTECA Nacional do Uruguai, Montevideu, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/3aNXcQR>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BIBLIOTECA Nacional Espanha: coleção digital, Madrid, 16 jan. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/3q4cVBY>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BIBLIOTECA Nacional Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 dez. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2LwZOtU>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BIBLIOTECA Pública do Porto, Porto, [s.d.]. Disponível em: <https://bit.ly/39ZPYdm>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CARTOGRAFIA de ataques contra os indígenas, [S.l.], 4 out. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2MQp9Q2>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CATÁLOGO de mapas antigos português. **Instituto Geográfico Português**, Lisboa, [s.d.]. Disponível em: <https://bit.ly/2MNGp8H>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CENTRO de Trabalho Indigenista, [S.l.], 14 out. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3jw3FUE>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CONSELHO Indigenista Missionário, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://bit.ly/39ZRpbK>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CRÔNICAS cartográficas, [S.l.], 2008. Disponível em: <http://bit.ly/3ruadWy>. Acesso em: 7 fev. 2021.

GABINETE de estudos arqueológicos da Engenharia Militar da direção de infraestruturas do Exército Português (Projeto SIDCARTA), Lisboa, [s.d.]. Disponível em: <https://bit.ly/2OIPo1p>. Acesso em: 7 fev. 2021.

HISTÓRIA e Cultura Guarani, [S.l.], 22 jan. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3jweXbn>. Acesso em: 7 fev. 2021.

TERRAS Indígenas, [S.l.], 18 maio 2012. Disponível em: <http://bit.ly/3jwfb2d>. Acesso em: 7 fev. 2021.

## 9. ANEXO

Palestra de David Karai Popygua proferida no *Fórum Tekoa Porã- território de direitos: os indígenas no Brasil contemporâneo*, o evento ocorreu na Universidade de São Paulo em Junho nos dias 5, 6 e 7 de 2019. Realização: ECA (Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, coordenação: Prof<sup>o</sup> Dr. Artur Matuck e curadoria: Maria Lucia Brant de Carvalho).

A Fonte foi retirada da gravação por celular obtida em 07 de junho de 2019 e foi transcrevida por Jessica A. Corrêa/ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/FFLH/USP. (email: jessicapcorrea@gmail.com).

David Karai Popygua- Liderança Guarani Mbya da Terra Indígena do Jaraguá/SP é professor na escola da aldeia Jekupe Amba Arandu; Presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo (CEPISP) e atua junto com outras lideranças na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Palestra:

DAVID: [...] Foi o encontro desses dois povos, né?! Os europeus e o povo Guarani. Primeiro, que eu entendo assim, a gente sempre ouviu dos xeramõi nossos anciões, que nós Guarani não fazemos a guerra, de que nós Guarani não enfrentamos as coisas com violência, nós buscamos sempre o caminho espiritual, né?! E aí, esses primeiros contatos entre os portugueses, espanhóis e os Guarani não foi um contato violento. Os espanhóis daquela época escreveram cartas eles diziam que os Guarani viam os europeus entrando no território e ficavam tranquilos (...) eles iam passando iam entrando...Por que? Porque pra nós Guarani a terra ela tem um dono que é o Nhanderú que criou a terra. Só que não é só o ser humano que vive na terra são vários outras espécies de vida, as plantas, as pedras, os animais...então, tudo isso faz parte da terra. A visão Guarani é tão difícil de um não-indígena entender a profundidade do pensamento da liberdade da terra, da terra livre como ela realmente é... Porque os pássaros não pagam pedágio para voar, os peixes não pagam pedágio pra subir um rio, ou descer um rio. Os seres humanos criam pedágios, os seres humanos criam lugares, os seres humanos demarcam lugares, se apropriam de espaços... e qual o objetivo de tudo isso? (...) o dinheiro como o Evandro<sup>68</sup> falou, a riqueza. (...) Então porque que eu to falando disso? Porque os primeiros contatos com os Guarani, eles perceberam que os Guarani eram incapazes de fazer

---

<sup>68</sup> Evandro dos Santos Guarani – liderança indígena da Terra Indígena do Jaraguá/São Paulo – proferiu palestra ao lado de David Karai no dia 07/07/2019 com a seguinte mesa: “O trabalho agroecológico nas comunidades indígenas”. Evandro Guarani é uma referência nos trabalhos agroecológicos na TI Jaraguá, na mesa do evento apresentou o junto com o Edmilson Gonçalves.

uma guerra contra eles, e que era... (...) tem até uma frase de um espanhol que escreveu assim...é...o povo inteiro Guarani é incapaz de enfrentar 50 pessoas de outra etnia (...) ou, 12 Guaranis não são capazes, não tem coragem de enfrentar um guerreiro de outra etnia...vai vendo onde vai dar isso!...(risos)... O que acontece? (...) eu tenho me dedicado muito para estudar e entender a nossa forma de resistir nos dias de hoje, o que o Evandro faz é uma forma de resistência muito inspirada na sabedoria dos Xiramõis e com estratégia de não precisar da guerra pra sobreviver, o jurua cria a guerra, não fomos nós que criamos as guerras. Por que o povo Guarani, naquele período da invasão espanhola e portuguesa, já tinha um conhecimento de uma agricultura muito avançada comparada com os outros povos da região sul? Ali na região mais ao sul do continente, Argentina, Paraguai...é... sul da Bolívia, Chile...Por que os Guarani já tinham mais conhecimento da agricultura? E outra, os povos do Peru, são os Incas né? Eles dominaram até a Polinésia Francesa... e saiu dominando tudo, só que dentro da Amazônia eles não entraram... Por quê? Porque lá tinha que nem o nosso parente Huni Kuin<sup>69</sup> que sabe bem proteger o território... eles não se meteram pra dentro da Amazônia ficaram só na parte do Peru que não tinha a Amazônia... e no sul eles tentaram vir e conquistar o território do sul, onde o povo Guarani era o maior povo, a maior nação indígena. Por que que eles não conseguiram? Sendo que o povo Guarani não faz a guerra? Qual foi a estratégia de luta dos Guarani? (...) Então, nesse sentido...eu ouvi de historiadores antigos que os Guarani quando iam pra guerra contra os impérios dos Incas, eles iam com toda a comunidade, iam com as crianças, com os velhos, com as mulheres...todo mundo ia pra essa guerra... e acabava não tendo essa guerra. (...) E além disso, os Guarani ainda conseguiram se apropriar de conhecimento dos Incas que era, o milho. A agricultura avançada que eles já tinham. Por isso, que o povo Guarani mais ao sul, era o único povo que já tinha a agricultura mais avançada, ou seja, a nossa forma de viver não é fazendo a guerra. (...) Então, eu demorei anos pra entender que não é com essa luta física que a gente vai conseguir sobreviver no futuro. O que a guerra traz de experiência? Olha a Guerra do Paraguai! O Paraguai foi dizimado a população paraguaia, os jovens os Guaranis, mestiços Guaranis, crianças de dez anos entraram na guerra; os soldados brasileiros escreveram cartas que eles tinham que matar essas crianças que se abraçavam nas pernas deles pedindo pra sobreviver. A ordem do governo da Argentina e Buenos Aires era pra matar até as crianças que estavam no ventre das mulheres...os soldados brasileiros, argentinos e uruguaios devastaram é... o Paraguai... 40% do território do Paraguai foi perdido quase que 70% da população; e a maioria Guarani... (...)

<sup>69</sup> Referência à liderança indígena da Amazônia Brasileira Ninawá Huni Kuin, que também estava presente no evento e proferiu palestra no dia 05/07/2019.



Não foi Guerra do Paraguai! Foi um massacre que a Argentina, Paraguai e Uruguai fez pro Paraguai, aquilo foi um massacre! Quando se leva o nome de guerra sempre querem apontar o derrotado, ou, muitas vezes aqueles que foi massacrado como o culpado pela guerra. Quem já ouviu falar da Guerra Guaranítica aqui? (...) Guerra Guaranítica... vocês acham mesmo que foram os Guarani que criaram essa guerra? O jurua é tão perverso na sua forma de reproduzir a história, pra lavar a mente das pessoas que fala “Guerra Guaranítica”, como se os Guarani tivessem feito uma guerra. Jamais o jurua deveria usar e relacionar o nome do povo Guarani com a guerra dessa forma. Isso é um erro histórico que precisa ser corrigido. Nós não fizemos a guerra, o que aconteceu na região Sul do Brasil nas Missões jesuíticas foi massacre! Porque, Portugal e Espanha assinou um tratado...o Tratado de Madri em 1750... esse tratado dividia o território que até então era das Missões jesuíticas junto com os espanhóis e os padres jesuítas...é...entre Portugal e Espanha, uma parte da missão jesuítica ficou pro lado de Portugal e os portugueses negociaram com o rei da Espanha, pra que aquela parte pertencente às Missões que estava do lado de Portugal fosse entre à Portugal, por quê? (...) Lá os Guarani tinham aproximadamente 700 mil cabeças de gado... lá os Guaranis exportavam couro pra Europa... lá os Guaranis produziam violino e violão que exportavam pra a Europa (...) Veja bem, naquele período os Guarani já eram capazes de fazer violino de alta qualidade e violão para importar pra Europa. Vocês estão entendendo o que é isso? A habilidade do povo Guarani de sobreviver (...) Por quê? A vivência Guarani nas regiões jesuíticas foram mais de cem anos. Começaram as primeiras Missões em 1609 e foram até é... o período das últimas grandes guerras naquela região. Ou seja, essa Guerra Guaranítica aconteceu cem anos antes da Guerra do Paraguai. Quando (...) quando Brasil, Argentina e Uruguai resolveram invadir o Paraguai e dizimar todo mundo era o golpe final que eles queriam dar nos Guarani, ou alguém tem dúvida disso? Porque no Brasil na região do Sul, os portugueses já tinham é... expulsados os Guaranis, só que os Guaranis resistiam pela mata caminhando fugindo da guerra... Por isso, que nossos avós falam, quando um povo Guarani, uma família chegava num lugar que tinha alguém, um fazendeiro, alguém que falava que era dono já fugia dali, já ia pra outro lugar, quando chegava num lugar e tinha presença do jurua que vinha matar, já fugia para outro lugar. Viviam fugindo nosso povo da guerra do confronto. Porque essa não é a nossa estratégia de sobrevivência, tanto é, que vários outros povos aterrorizaram a mente dos espanhóis e dos portugueses, eles tinham medo, porque eram povos que realmente enfrentavam e que tinham êxito na batalha... só que o povo Guarani era mais do diálogo, de uma diplomacia de conversar e saber dialogar, então... nas primeiras Missões já foi feito um

acordo com o rei da Espanha e isso tem a ver com o que o Evandro tá falando aqui. As primeiras Missões foi feito um acordo com o rei da Espanha que era o seguinte: os Guaranis entenderam que o rei da Espanha gostava de riqueza e poder... que o modo de vida dos espanhóis na terra era pra produzir riqueza...então, pra fazer desse espaço que num território sagrado que nós Guarani chama de Ivy Mbyte, o centro do universo Guarani é exatamente onde foi construído essas Missões. Os Guaranis para protegerem aquele território, não tendo força pra enfrentar Portugal e Espanha pra defender aquele território numa guerra fizeram esse acordo com o rei da Espanha: pagar tributos. Foi isso que os Guaranis fizeram! Trabalhavam construíam as casas, os templos... tanto é que, essas Missões que ficavam do lado do Brasil, naquele período de 1753, que foi quando começou essa batalha... era a maior cidade do período colonial. Nem os espanhóis, nem os portugueses tinham conseguido construir uma cidade tão grande quanto o lugar que os Guarani viviam. Por isso, que os portugueses e espanhóis fizeram o acordo, onde o rei da Espanha disse para os portugueses: nós precisamos retirar os Guaranis de lá e vocês vão ficar com os lugares de criação de animais, vão ficar com o plantio, com as igrejas, com as catedrais, com as casas. Os portugueses queriam aquela cidade pra fazer cidade pra eles e expulsar os Guarani pra outro lado do Rio Uruguai pra parte da Espanha. Os Guaranis resolveram sair muitos e passar para o outro lado do Rio Uruguai, só que muitos também resistiram e também resolveram ficar. Esses que ficaram foram dizimados que foi junto com Sepé Tiaraju. Ele liderou um exército de 1500 Guaranis que foram todos assassinados por Portugal e Espanha. Essa batalha ficou conhecido como “Massacre de Caiboatés” foi nesse lugar, Rio Grande do Sul. Eram 1500 guerreiros Guarani, que foram pela voz do Sepé Tiaraju, que pra nós Guarani se chama Yacupé Tiaraju, que ele era mestiço, ele ficou ali, porque ele aprendeu estratégia de guerra. Então, ele achou que a guerra ia resolver (...) pra nós Guarani foi uma experiência também, pra gente saber que a guerra não resolve nada, porque eles todos foram dizimados, os outros guaranis que fugiram, ou foram para um lugar de paz que conseguiam algum acordo viveram. Os que ficaram ali morreram todos! Tanto é que os historiadores falam que não precisavam ter matado todos Guarani, eles podiam ter rendido e mandado embora.

EVANDRO: Tanto é que essa guerra no Rio Grande do Sul, na verdade eles num... eles não tiveram a opção esses Guarani que ficaram na frente eles foram obrigados!

DAVID: Foram 30 dias só que o governador de Buenos Aires deu...

EVANDRO: que é uma coisa que ninguém ouve na história

David: É!

Evandro: Que os soldados botavam crianças e velhos e jovens guarani na frente...na linha de frente e com espada, sendo que o que tavam vindo ao contrário, pras guerra vinham com mosquetão, né? Então, como é que um Guarani, ou qualquer pessoa vai se defender com uma espada na frente da linha de tiro? Né?! Então, esses Guaranis foram dizimados, eles foram obrigados né?

DAVID: É! Tem essa questão que o governador da Argentina, de Buenos Aires...os jesuítas e os Guaranis mesmos, primeiro fizeram uma carta para o Rei da Espanha, em 1753 tem uma carta dos Guaranis dizendo: que ali eles não acreditavam que o rei da Espanha seria capaz de entregar os Guaranis pra morrer. E que sempre pagaram com seus tributos, sempre trabalharam pra Coroa e que ali se fizeram batizar pelos jesuítas e que àquele território onde nasceram seus filhos e suas famílias não era lugar que os Guaranis estavam dispostos a deixar. E essa carta foi escrita pelos Guarani dizendo: se for pra todos nós morrer aqui e for a vontade de Deus nós vamos ficar aqui... e foi isso que aconteceu. Tinham 35 mil Guaranis ali, naquela região. Os portugueses e os espanhóis dizimaram toda essa população, Por quê? Porque os Guarani pediram prazo, mandaram uma carta pra o governador de Buenos Aires pedindo 1 anos para retirar 700 mil cabeças de gado e 35 mil Guaranis...o rei da Espanha, o rei da...o governador de Buenos Aires deu 1 mês pra sair...então não tinha o que fazer! Então, dentro dessas Missões ... dessas regiões, os Guaranis eram completamente autônomos. Eles não dependiam da Coroa, da colônia pra nada. Muito pelo contrário, a colônia dependia dos Guaranis pra sobreviver, porque os Guaranis tinham alimento, não precisavam de hospital, não precisava de nada disso! Conciliaram o conhecimento dos europeus jesuítas, que trouxeram algum conhecimento com a cultura Guarani. E hoje uma forma de sobreviver é essa! O que o Evandro tá fazendo de alinhar esses conhecimentos pra que o povo continue tendo um modo de vida. Porque no Jaraguá, pra sobreviver no Jaraguá com a nossa cultura é muito difícil! Não tem espaço pra plantar pra todo mundo, a água do rio já tá poluída, né? Tá contaminada... é problemas de saneamento básico gravíssimos que leva a vida de muitas crianças todos os anos. Então, a mortalidade infantil é muito alta... né? Então, realmente, esse trabalho que o Evandro tá realizando é uma forma muito sustentável assim... alinhamos os conhecimentos né? E o povo Guarani é assim de alinhar todos esses conhecimentos pra que continue sobrevivendo. Então, a gente sabe que independente do governo, o mais cruel dos governos ele não vai conseguir acabar com nosso povo! Porque, a gente sabe sobreviver

dentro desse território né?! E tem uma outra questão...é bem...assim, naquele período os Guarani eram obrigados para ir pras Missões jesuíticas, todos! Então, era uma ordem que não podia ter Guarani fora das Missões, porque se não eram considerados inimigos da Coroa. Eram perseguidos, caçados! E qual foi a estratégia da sobrevivência do povo Guarani? (...) Mandava metade da comunidade pra missão jesuítica, a outra, ficava escondida no mato...e era uma despedida, que eu ouvi um relato de um Guarani dizendo que os xiramõis falam que era uma despedida...que não ia se ver mais na vida. Porque nunca aqueles que saíram podiam falar onde tá os outros. E aqueles que foram não se viam mais...então era uma despedida na vida mesmo. Essas famílias que iam pra Missão iam com essa missão de ficar lá e nunca fala onde tá as outras famílias Guarani. Foi assim que o nosso povo sobreviveu. Então, é... disso tudo que eu tô falando assim, é pra ficar muito claro assim pras pessoas, sabe?! Que nós estamos numa luta pra sobrevivência, só que muitas vezes parece que o jurua não quer fazer uma luta peã sobrevivência quer acelerar o fim da resistência da sobrevivência da vida sabe?! Tem tanto desmatamento, com tanto avanço, com tanto progresso, com tanto desenvolvimento né?! Então, isso assusta a gente porque, é... no Jaraguá a gente tá tentando fazer daquele pedacinho de terra uma garantia de sobrevivência das futuras gerações do nosso povo aí. Então... no caso até o nome desse Fórum “Tekoa Porã”, o Tekoa, o que significa o Tekoa né? Teko é a nossa vida né?! É o lugar de reprodução da nossa vida, que o Jurua chama de aldeia né?! A gente fala Tekoa Porã é esse lugar bom, onde tem uma terra fértil, onde tem e dá pra fazer o Bem Viver Guarani, buscar o Tekoa Porã né?! Então, era isso que eu tinha pra falar né?! Essas áreas do Jaraguá, hoje são 6 Tekoa, era 1 só quando meu avô é foi pra aquela região na década de 50, antes dele ir pra lá, ele viveu 10 anos numa área de Mata Atlântica que tinha ali na região do... Cidade Dutra perto do Autódromo de Interlagos...ficou lá numa mata fechada 10 anos né?! Com outras famílias Guarani. Então, a onde tem Mata Atlântica é lugar de refúgio do povo Guarani, a onde não tem mais Mata Atlântica, nem o Guarani, nem os animais...nem a vida consegue se reproduzir da forma que ela é. Se ela se reproduzir é da forma doente que o Evandro falou né?! Que o próprio...a matéria orgânica se transforma em veneno né?! Isso é assustador né?! Imaginar...Então essa é a nossa luta né?! O Jaraguá, todas essas áreas que têm as retomadas onde o Evandro tá. (...) Eu queria contar só isso... assim, eu me lembro que eu sonhei com o lugar né?! O Evandro nem tava no Jaraguá ainda, eu sonhei com aquele lugar...e aí fui procurar esse lugar e vi um... o lugar tinha um capim assim... bem grande, eu falei: nossa aqui dá uma aldeia certinho! Bem no...depois do parque assim, no meio da mata...acho que é esse lugar! Aí, depois levei o Xamõis lá, ele falou: olha esse lugar

aqui, eu também sonhei com esse lugar! Aí passou anos, aí o Evandro apareceu no Jaraguá... Eu falei: Evandro, rapaz tem um lugar bonito pra caramba, legal! Que dá pra fazer uma Tekoa lá, lá vai ser uma Tekoa. Ele foi lá e enfrentou praticamente sozinho, guerreiro mesmo! E tá hoje com esse projeto<sup>70</sup> lindo lá né?! Então, parabéns aí Evandro! Por essa luta, continue nesse caminho.

EVANDRO: Ayveté!

DAVID: Então é assim a nossa luta pela sobrevivência né?! Ayveté!

---

<sup>70</sup> O projeto a que David se refere é o trabalho agroecológico realizado junto com Edmilson Gonçalves: “Projeto Agroecológico e Saneamento Básico em Terra Indígena Guarani M’bya da RMSP” – realizado nos anos de 2017 e 2018.